



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 070 – SÁBADO, 1º DE JUNHO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – PTB – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p>		<p>3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i></p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 24</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Francisco Escórcio</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 16</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filtrou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 16.5.2002

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO SENADO FEDERAL A REALIZAR-SE NO DIA 5 DE JUNHO, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 5 DE JUNHO, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À ELEIÇÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, PREVISTA NO § 2º DO ART. 4º DA LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 103, de 2002, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Norte-Paranaense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	09889
Nº 104, de 2002, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Norte-Paranaense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	09889

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 72ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MAIO DE 2002

2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ...	09890
Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que institui publicidade nas transferências de recursos da União e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.	09892
2.2.2 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, quarta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionadas e dá outras providências, aprovado terminativamente pela	

Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados.....

09893

Término do prazo, quarta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 471, de 1999, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências”, passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

09893

Término do prazo, quarta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que institui quotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

09893

Término do prazo, quarta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados.....

09893

2.2.3 – Leitura de recurso

Nº 8, de 2002, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2000, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.....

09894

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2000.....

09894

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados),

de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, tendo a Presidência convocado sessão deliberativa extraordinária a realizar-se hoje, para o prosseguimento da discussão da matéria.....

09894

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios) (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002). **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

09894

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios) (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002). **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

09895

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.....

09895

Item 5

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências. **Discussão encerrada em primeiro turno**, após usar da palavra o Sr. Romeu Tuma. A matéria constará da próxima sessão deliberativa ordinária para a votação em primeiro turno.....

09895

Item 6

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências. **Discussão encerrada em primeiro turno**. A matéria constará da próxi-

ma sessão deliberativa ordinária para a votação em primeiro turno.

09896

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – e dá outras providências. Altera o art. 85 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”. **Discussão encerrada em primeiro turno.** A matéria constará da próxima sessão deliberativa ordinária para a votação em primeiro turno.

09896

Item 8

Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. **Discussão encerrada em primeiro turno.** A matéria constará da próxima sessão deliberativa ordinária para a votação em primeiro turno.

09896

2.3.1 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Registro da trajetória vitoriosa da Universidade de Alfenas – UNIFENAS/MG, que comemora 30 anos de existência.

09897

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa extraordinária hoje, às 9 horas e 18 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

09898

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATA DA 73ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 31 DE MAIO DE 2002

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2002 (nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.

09900

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2002 (nº 1.047/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. À Comissão de Educação.

09907

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002 (nº 1.052/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte. À Comissão de Educação.

09916

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2002 (nº 1.116/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso. À Comissão de Educação.

09921

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2002 (nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro. À Comissão de Educação.

09934

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2002 (nº 1.254/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso. À Comissão de Educação.

09939

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2002 (nº 1.312/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul. À Comissão de Educação.

09948

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2002 (nº 1.481/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Extrema Comunicações FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação.

09956

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2002 (nº 1.323/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul,

Estado do Rio Grande do Sul. À Comissão de Educação.	09962	017.149/2001-0 e 004.499/2001-1). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	09985
Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. À Comissão de Educação.	09967	Autuação do Aviso nº 39, de 2002-CN (nº 1.332/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 500, de 2002 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada na Inventariança do DNER/RN e no DNIT (TC nº 003.389/2002-3). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e FISCALIZAÇÃO.	09985
3.2.2 – Pareceres		Recebimento do Aviso nº 41, de 2002-CN (nº 1.399/2002, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 538, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em projeto de aproveitamento hidroagrícola do rio Bálsamo, no Município de Palmeira dos Índios/AL, realizado na Seinfra/AL (TC nº 004.458/2002-7). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	09985
Nºs 472 e 473, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2002 (nº 5.307/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.	09974	Recebimento do Aviso nº 42, de 2002-CN (nº 1.386/2002, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 541, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada no DNIT, no 15º DRF e na GEINFRA/MA (TC nº 004.928/2001-7). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	09985
Nº 474, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2002 (nº 984/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Apoio, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.	09978	Recebimento do Aviso nº 511, de 2002, na origem, de 27 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, acusando o recebimento do Parecer nº 361, de 2002, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre decisão daquela Corte de Contas referente à denúncia de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede na Paraíba; informando, ainda, que o referido expediente foi autuado sob o nº TC nº 006.864/2002-5, e enviado à Unidade Técnica daquela Corte, em cuja clientela se insere o mencionado Tribunal Regional (Anexado ao processado do Aviso nº 22, de 1999). À Comissão de Fiscalização e Controle.	09985
Nº 475, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2002 (nº 1.391/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	09981		
Nº 476, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2002 (nº 1.520/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio JK FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.	09983		
3.2.3 – Comunicações da Presidência			
Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 241 a 250, de 2002, lidos anteriormente.	09985		
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2002, cujos pareceres foram lidos anteriormente.	09985		
Autuação do Aviso nº 38, de 2002-CN (nº 712/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 131 e 132, de 2002 (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, referentes às auditorias realizadas na Superintendência Regional do Incra/PI e na Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (TC nº			

CPMF até 31 de dezembro de 2004). **Usam da palavra** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno, os Srs. Roberto Requião, Luiz Otávio, Pedro Simon e Geraldo Melo. A matéria constará da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão. 09986

3.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa da Zona Franca de Manaus. Transcrição do artigo do superintendente da Zona Franca, Ozias Monteiro Rodrigues, publicado no jornal **O Globo**, que comprova a eficiência daquela Zona Franca para o desenvolvimento dos estados que compõem a Amazônia Ocidental. Realização da 1ª Feira Nacional da Amazônia. Comentários ao livro do escritor Serafim Corrêa, que traz considerações sobre os mitos da Zona Franca de Manaus. 10000

3.3.2 – Leitura de requerimentos

Nº 313, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Lago, ocorrido no dia 30 de maio último. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Francelino Pereira. 10011

Nº 314, de 2002, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador José Sette Câmara, ocorrido no dia 30 de maio último. **Aprovado**, após usar da palavra o autor. 10015

3.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR *FRANCISCO ESCÓRCIO*, como Líder – Transcurso do 45º aniversário da cidade de Açailândia, no Estado do Maranhão. 10016

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA*, como Líder – Solicitação de apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, de autoria de S. Exª, que reconhece a profissão de artesão. 10017

SENADOR *ROMEU TUMA*, como Líder – Comentários à pesquisa da revista **Câmara Americana de Comércio**, que aponta a corrupção no Brasil como um dos entraves ao recebimento de investimentos externos. 10017

SENADOR *IRIS REZENDE* – Análise da política de juros elevados praticada pelo Governo brasileiro. 10019

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Estranheza com as palavras da jornalista Ana Paula Padrão, veiculadas pelo **Jornal da Globo**, a respeito da condição de oposição ao Governo atribuída a S. Exª. Apresentação de requerimento à Mesa para que o projeto de lei que extingue o bingo no Brasil seja apreciado pelo Plenário. Análise da política externa brasileira, defendendo a avaliação de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a

questão comercial e o protecionismo norte-americano e europeu. 10022

SENADOR *ROBERTO FREIRE* – Defesa da ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. 10022

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Sobrecarga de multas que os condutores e proprietários de veículos passaram a pagar após a vigência do Código de Trânsito Brasileiro. 10032

3.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Homenagem de pesar pelo falecimento do ambientalista José Antonio Lutzenberger, ocorrido no dia 14 de maio, em Porto Alegre. Regozijo pelo lançamento do Plano Agrícola e Pecuário de 2001/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 10035

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Importância dos investimentos do Governo Federal destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. 10037

3.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 3 de junho, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 10038

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 31 de maio de 2002 e correspondência expedida. 10041

5 – PARECER

Nº 24, de 2002-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 6, de 2002-CN (nº 498/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386/RS – Trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte (PT 26.782.0233.5727.0013) (TC nº 003.602/2001-0). 10088

6 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)

38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo, realizada em 3 de outubro de 2001. (Republicação). 10090

13ª e 14ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 7 e 14 de maio de 2002, respectivamente. 10090

7ª a 10ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 3, 10 e 17 de abril e 8 de maio de 2002, respectivamente.	10090
1ª Reunião da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 25 de abril de 2002.....	10090
10ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 16 de abril de 2002.	10090
1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão do Esporte da Comissão de Educação, realizadas em 2 e 24 de abril de 2002, respectivamente.....	10090
9ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de abril de 2002.....	10090
6ª a 10ª Reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle, realizadas em 10, 17 e 25 de abril e 8 de maio de 2002.	10090

3ª e 4ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 23 e 25 de abril de 2002, respectivamente.	10090
7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 588 e 589, de 2002.	10090
8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA	
9 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à fundação cultural norte-paranaense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 814, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à fundação cultural norte-paranaense para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de arapongas, estado do paraná.

Art. 2º este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à fundação cultural norte-paranaense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere o decreto s/nº, de 16 de abril de 2001, que outorga concessão à fundação cultural norte-paranaense para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de arapongas, estado do paraná.

Art. 2º este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 72ª Sessão Deliberativa Ordinária em 31 de maio de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edison Lobão

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Adir Gentil – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Francelino Pereira – Francisco Escórcio – Geraldo Melo – Gilvam Borges – Iris Rezende – João Alberto Souza – José Fogaça – Lauro Campos – Lindberg Cury – Luiz Otavio – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Pedro Simon – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romeiro Jucá – Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2002

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados por estabelecimentos localizados na área definida pelo § 4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, com matérias-primas de origem regional. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O dispositivo que se pretende alterar perpetra uma inconsistência em termos de política de desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Com efeito, restringe a isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI somente à produção local que utilize matéria-prima agrícola e extrativa vegetal de produção regional, inclusive as de origem pecuária.

Não bastasse condicionar a isenção à utilização de matéria-prima oriunda da própria região, a norma ainda mais reduz a possibilidade de aproveitamento do incentivo quando limita drasticamente o tipo dessa matéria-prima.

A limitação não faz o menor sentido no que se refere à política de polarização da industrialização em Manaus. A simples restrição do uso de matéria-prima de origem local já bastaria suficientemente para impedir que projetos que originariamente fossem vocacionados para Manaus se deslocassem para outros pontos do território da Amazônia Ocidental.

A consequência é que a região deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agrosilvopastoril, da agroindústria, da bioindústria e da reciclagem de resíduos, apenas para citar exemplos. Ao contrário, sofre a concorrência predatória de produtos industrializados de outras regiões que ali entram com isenção do IPI, enquanto que o produto local sofre a incidência plena do tributo.

De outra parte, a região é induzida à exportação de produtos primários, que vão constituir-se em matéria-prima para industrialização em outras regiões, muitas vezes retornando à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados.

Esse tipo de fluxo está em aberto conflito com o moderno conceito de que o desenvolvimento é tanto mais incentivado quanto mais a produção exportada contenha valor agregado, gerando emprego, renda e avanço tecnológico na própria região.

Os benefícios fiscais concedidos aos produtos oriundos de outras regiões do País destinados ao

consumo na Amazônia Ocidental foram criados para compensar o custo de transporte por longas distâncias. Entretanto, esses benefícios não podem servir de desestímulo para a instalação de indústria local. Principalmente quando essa indústria local visa o aproveitamento de insumos regionais, oferecendo produtos de maior valor agregado, evitando que a matéria-prima saia **in natura** para beneficiamento em outras regiões, prejudicando o desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2002. — **Moreira Mendes.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

DECRETO-LEI Nº 1.435, DE
16 DE DEZEMBRO DE 1975.

Altera a redação dos artigos 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

.....

Art 6º Ficam isentos do imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na área definida pelo § 4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º Os produtos a que se refere o **caput** deste artigo gerarão crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados, calculado como se devido fosse, sempre que empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou materiais de embalagem, na industrialização, em qualquer ponto do território nacional, de produtos efetivamente sujeitos ao pagamento do referido imposto.

§ 2º Os incentivos fiscais previstos neste artigo aplicam-se, exclusivamente, aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Suframa.

.....

DECRETO-LEI Nº 291, DE 28 FEVEREIRO DE 1967

Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Decreta:

Art 1º Até o exercício de 1972, inclusive, não sofrerá incidência do imposto de renda a parte ou o total dos lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de empresas localizadas na Amazônia, quando destinados para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na região, para efeito de absorção dos recursos oriundos do imposto de renda, de que tratam o art. 2º deste Decreto-Lei e o art. 7º da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

§ 1º Os titulares de ações, cotas ou quinhões de capital, que optarem pelo gozo do direito de que trata este artigo, deverão autorizar as empresas em questão a depositarem no Banco da Amazônia S.A. o total ou a parte dos lucros ou dividendos a que fizerem jus e que desejarem aplicar na forma deste artigo.

§ 1º Os recursos de que trata o parágrafo anterior:

a) serão depositados dentro de 60 dias a contar da data de vigência do respectivo balanço, sob pena de perda do benefício;

b) serão bloqueados, devendo render os juros que forem previstos no regulamento próprio; e

c) serão liberados nos termos do mesmo regulamento, de modo a possibilitar, exclusivamente, as aplicações previstas neste artigo, sob a forma de ações ordinárias ou preferenciais, cotas ou quinhões de capital, que não terão qualquer ônus de intransferibilidade.

§ 3º O regulamento de que trata o parágrafo anterior incluirá disposições a fim de assegurar para Amazônia Ocidental e para a Faixa de Fronteiras abrangida pela região Amazônica, percentagem de recursos até limites previstos como não impeditivos da retenção dos recursos na região, atribuin-

do-se à Faixa de Fronteiras parte substancial, tendo em vista:

a) que sua maior extensão é compreendida pela Amazônia Ocidental; e

b) que se reveste da mais alta prioridade o incentivo ao surgimento de atividades econômicas auto-sustentadas na mesma área.

§ 4º Para os fins deste decreto-lei a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2002

Institui publicidade nas transferências de recursos da União e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos transferidores de recursos da União, consignados na lei orçamentária anual, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a qualquer título, publicarão, até quinze dias após a sanção da lei orçamentária de cada ano, orientações específicas contendo todos os procedimentos necessários e suficientes para efetivação das transferências, inclusive divulgando no programa "A Voz do Brasil", por no mínimo cinco dias úteis, que tais regras já foram publicadas.

§ 1º Somente poderão se beneficiar das transferências de que trata este artigo as entidades que tiverem apresentado plano de trabalho e documentos exigíveis até cento e vinte dias após publicadas, pelos órgãos transferidores dos recursos, as orientações específicas previstas no parágrafo anterior.

§ 2º Os órgãos transferidores dos recursos de que trata este artigo terão o prazo de trinta dias, decorridos da apresentação do plano de trabalho e documentos de que trata o parágrafo anterior, para emitirem sua apreciação final sobre o plano.

Art. 2º Os órgãos responsáveis pelas transferências de recursos da União deverão disponibilizar, aos interessados, as orientações previstas no artigo anterior, inclusive na Internet.

Parágrafo Único. Os órgãos responsáveis pelas transferências de que trata este artigo deverão comunicar às Assembléias Legislativas, Câmara Distrital e

às Câmaras Municipais quando da liberação desses recursos, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objeto central da presente proposição é tornar obrigatória a divulgação das regras para obtenção, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos recursos consignados na lei orçamentária, de forma clara e em tempo hábil e suficiente para que tais entes federados possam se habilitar a recebê-los.

É do conhecimento público a prática existente no Brasil, em que o governo federal impõe aos demais entes da Federação uma trajetória obscura de luta pelos recursos públicos, o que, de certa forma, atenta contra o próprio princípio federativo.

A rigor, somente uns poucos privilegiados conhecem todas as exigências feitas pelos diversos órgãos do governo federal para se obter recursos e se efetivar os programas governamentais, convênios, financiamentos, repasses especiais, subsídios, ou seja, transferências sob todos os títulos, inclusive, os vários recursos orçamentários alocados por emendas dos Parlamentares. Talvez apenas os lobistas e os políticos intimamente relacionados nos círculos do poder tenham o domínio dos meandros no âmbito burocrático da Administração Pública Federal.

Essa deturpação acirra a desigualdade regional, pois, muitos Municípios, pelo simples fato de desconhecerem as possibilidades de obtenção de recursos, em vista da distância dos grandes centros, da precariedade ou mesmo da ausência de infra-estrutura pessoal e material, não conseguem efetivar os programas estabelecidos nas leis orçamentárias que, na maioria das vezes, destinam-se a esse tipo de Município. Por outro lado, os grandes Municípios brasileiros, principalmente as Capitais dos Estados, possuem conhecimento sobre os recursos federais destinados aos planos em sua jurisdição. Contudo, pagam fábulas a empresas de consultoria ou assessoria para elaboração dos projetos que demonstrem a viabilidade da efetivação daquele programa.

Portanto, o que se apresenta como absurdo ainda maior e saber que, se por um lado, inexistente a divulgação, por parte dos órgãos da Administração Pública Federal, das condições específicas para efetivação das transferências do dinheiro público, por outro

prisma, também não é dada ampla publicidade das transferências que foram efetivadas, cuja coerência com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, exige a divulgação de todos os procedimentos necessários e suficientes para essas transferências, inclusive sobre a suas concretizações.

Ademais, é inconcebível saber que permanece ao arbítrio do governo federal a liberação desses recursos para as demais esferas da Federação. O próprio governo federal, responsável pelas transferências, não fixa regras claras e objetivas, com definição de prazos para efetivação das transferências, permanecendo os investimentos da União sujeitos às conveniências políticas do governante de plantão e tomando a lei orçamentária anual mera peça ilustrativa.

Por conseguinte, a presente proposição visa atribuir transparência às transferências dos recursos da União aos demais entes da Federação. O art. 1º deste projeto estabelece que a Administração Pública Federal fixe regras claras e objetivas de como se obter esses recursos, com prévia estipulação de prazo para apresentação do projeto, de como o projeto deve ser elaborado e prazo de julgamento das propostas apresentadas.

Evidentemente que tais requisitos deverão ser amplamente divulgados, a fim de acarretar a real publicidade dos recursos disponíveis para os entes da Federação. Esta é o sentido contido no art. 2º e 3º da proposta. Destaque-se que as informações serão divulgadas, ainda, no programa "A Voz do Brasil", cuja audiência é indiscutível perante os Municípios pequenos e distantes desse imenso Brasil, bem como na internet.

Ademais, acredita-se que se tornarão aplicáveis e concretos os investimentos previstos na lei orçamentária anual, vez que haverá uma verdadeira divulgação dos recursos disponíveis, pois a Proposta determina a necessidade de comunicação aos Parâmetros locais da liberação de recursos.

Portanto, a presente Proposição tem o escopo de ensejar uma ampla divulgação dos recursos que a União disponibiliza para os Estados, Distrito Federal e Municípios, possibilitando maior fiscalização e controle dos gastos públicos, tolhendo o clientelismo e a manipulação política desses recursos, motivo pelo qual peço apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2002. - **Ade-
mir Andrade**

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão-terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou quarta-feira última, dia 29, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 212**, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que *dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 471**, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências", passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 650**, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que *institui quotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 181**, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia*.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

RECURSO Nº 8, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º, do art 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a apreciação pelo Plenário do Senado, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2000, que "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "Dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social".

Sala das Sessões, **Osmar Dias – Ney Suassuna – Marina Silva – Amir Lando – Reginaldo Duarte – Mauro Miranda – Tião Viana – Casildo Madalner – Waldeck Ornelas – Chico Sartori.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Recurso nº 8, de 2002, que acaba de ser lido, foi interposto no prazo regimental.

A matéria a que se refere ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

Item 1:**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 278, de 2002, dos Srs. Líderes)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, tendo

Parecer sob nº 424, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral:

– Preliminarmente: sugerindo a divisão da proposição, para efeito de votação em Plenário, a fim de que cada matéria seja apreciada separadamente, por tópicos, nos seguintes termos:

a) o primeiro, abrangendo os dispositivos que cuidam dos precatórios (arts. 100 da parte permanente e 86 e 87 da parte transitória);

b) o segundo, restrito às mudanças pretendidas sobre o art. 156 da parte permanente e art. 88 do ADCT;

c) o terceiro, veiculando as alterações pretendidas ao art. 81 do ADCT;

d) o quarto, restrito às alterações alusivas à CPMF, nos novos arts. 84 e 85 do ADCT.

– Quanto ao mérito: favorável.

Como é do conhecimento do Plenário, a discussão da matéria obedecerá o rito estabelecido pelo Requerimento nº 278, de 2002, aprovado pelo Plenário na sessão do dia 21 último.

Nesses termos, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se, hoje, às 9 horas e 15 minutos para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal* (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios), tendo

Parecer sob nº 303, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, que tramita em conjunto.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, das propostas e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

É o seguinte o **Item 3**, que tramita em conjunto com o **Item 2**:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3.**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 6, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002)

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal* (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios).

(Tramitando em conjunto com o item anterior).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 55, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal* (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 383, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, e abstenções dos Senadores José Eduardo Dutra e Jefferson Péres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão o proposta e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 70, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Comunica ainda que, após a leitura do projeto, foi aberto o prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para o oferecimento de emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal. Entretanto, em face do disposto na alínea “c” do art. 143 do Regimento Comum, fica facultada às Sr^{as} e aos Srs. Senadores nova oportunidade para apresentação de emendas até o encerramento da discussão da matéria.

Em discussão a matéria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bem rápido. Temos discutido e aprovado projetos oriundos da Comissão Especial de Segurança Pública, presidida pelo Senador Iris Rezende, que levou a termo a missão que lhe foi confiada no prazo estipulado. O Deputado Moroni Torgan, na condição de Relator, cumpriu o que foi indicado no pedido da formação da Comissão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do projeto, chamo a atenção de V. Ex^{as} para o Capítulo V – Dos Direitos do Ofendido e das Testemunhas. Os ofendidos e as testemunhas, muitas vezes, têm sido relegados a segundo plano na discussão dos processos, principalmente na esfera criminal. Esse capítulo garantirá às vítimas e às testemunhas recebimento de tratamento digno e respeitoso por parte das autoridades competentes; proteção da integridade física, psíquica e moral, inclusive de seus familiares; informação sobre o resultado do processo de que tenham participado; e permanência em dependências específicas em que não se permita o acesso de pessoas que possam intimidá-las.

Chamo a atenção para esse aspecto por experiência própria, pois, muitas vezes, minutos antes de apontar o marginal, a vítima é assediada e pressionada a não fazer o reconhecimento, prejudicando muito a ação da Justiça na condenação daqueles que praticam o crime.

Trata-se de um item importantíssimo como novidade nesse processo que o projeto especial da Comissão Especial de Segurança Pública apresenta às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 106, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes e dá outras providências*.

A Presidência esclarece que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Comunica ainda que, após a leitura do projeto, foi aberto o prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para oferecimento de emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Passa-se à discussão do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 107, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – e dá outras providências. Altera o art. 85 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Comunica ainda que, após a leitura do projeto, foi aberto o prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para o oferecimento de emendas, de acordo com o art. 235 do Regimento Interno.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 117, DE 2002**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação.

Comunica ainda que, após a leitura do projeto, foi aberto o prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para o oferecimento de emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Passa-se à discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O Sr. Senador Francelino Pereira enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

30 ANOS DA UNIVERSIDADE DE ALFENAS – UNIFENAS

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma vitoriosa iniciativa no campo educacional de Minas Gerais acaba de completar 30 anos.

É a Universidade de Alfenas, a bela cidade do Sul de Minas, banhada pelas águas da represa de Furnas.

Alfenas é uma cidade em franco desenvolvimento, com mais de 70 mil habitantes e muito ativa também economicamente. Produz artigos de vestuário, bem como de borracha e de plástico, além de possuir fábricas de celulose e papel, de máquinas e equipamentos agrícolas e de produtos alimentícios.

No setor agrícola, conforme dados de 2000, destaca-se pela produção de cana-de-açúcar (148.980 toneladas), laranja (140 mil toneladas), café (30 mil toneladas) e batata-inglesa (21 toneladas).

Mas é, sobretudo, tradicional centro de ensino que atrai estudantes não apenas de Minas, mas de vários pontos do território nacional. Ali está a conhecida Escola de Farmácia e Odontologia, criada em 1914, hoje integrante do Centro Universitário Federal.

As ruas e praças de Alfenas estão sempre repletas de estudantes. São milhares, durante quase o ano inteiro.

A Universidade de Alfenas, a UNIFENAS, que instalou seus primeiros cursos em 1972, ainda sob a deno-

minação de Faculdades Integradas da Região de Alfenas, concentra a maior parte desses estudantes.

Graças a competente administração, foi crescendo e adquirindo respeito no campo educacional, o que levou o Ministério da Educação, em 1988, a reconhecê-la como Universidade.

Dirigida por meu amigo, o Magnífico Reitor professor Édson Antônio Velano, sempre vigilante quanto à boa qualidade do ensino ministrado nos vários cursos, a Universidade de Alfenas conta com 2 mil funcionários e 10 mil alunos e mantém campus também em Belo Horizonte, Varginha, Poços de Caldas, Divinópolis, Campo Belo e São Sebastião do Paraíso.

A UNIFENAS oferece cursos de graduação em Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Superior de Prótese Odontológica, Superior de Radiologia, Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Direito, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Pedagogia, Superior de Telecomunicações, Sistema de Informação Aplicado à Gestão Empresarial, Sistema de Informação Aplicado à Gestão Financeira e Normal Superior.

As informações que recebo de amigos alfenenses são de que a Faculdade de Medicina da UNIFENAS ocupa lugar de destaque entre as faculdades privadas do Estado.

O Hospital Universitário Alzira Velano, da Faculdade de Ciências Médicas, informam meus amigos, ficou em primeiro lugar entre os hospitais gerais do Sul e do Sudoeste mineiros quanto à satisfação dos usuários, segundo pesquisa realizada, no ano de 2000, pelo Ministério da Saúde.

O Hospital, dotado de aparelhagem moderna, recebe pacientes de mais de cem municípios da região, onde vivem mais de um milhão de pessoas. São efetuados mais de 25 mil atendimentos por mês.

O Hospital oferece atendimentos nas áreas de reabilitação motora, mantendo convênio com o Biofeedback Laboratory do Jackson Memorial Medical Center da Universidade de Miami.

Seu Instituto de Olhos atende, em média, 200 pacientes por dia. Oferece ainda atendimentos à população nas áreas de Fisioterapia e Fonoaudiologia. As clínicas de Odontologia Geral assistem, gratuitamente, crianças, adultos e desenvolvem campanhas de prevenção.

As Faculdades de Farmácia realizam campanhas preventivas de saúde, oferecendo análises clínicas e medicamentos produzidos em seus laboratórios.

As faculdades de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia elaboram projetos habitacionais para prefeituras e instituições filantrópicas de Alfenas e da região.

A Universidade de Alfenas, por meio de suas faculdades especializadas, presta assistência ainda nas áreas de Direito, agricultura e pecuária.

Como se vê, a UNIFENAS, por sua trajetória vitoriosa e pelo reconhecimento que vem obtendo em seus vários cursos, é motivo de orgulho não apenas para o Sul de Minas como para todo o Estado. Ao Magnífico Reitor Édson Antônio Velano, nossos cumprimentos pelos 30 anos da Universidade, extensivos aos corpos docente e discente e à dinâmica cidade de Alfenas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) _

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa extraordinária a realizar-se hoje, às 9 horas e 18 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 278, de 2002, dos líderes)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, tendo

Parecer sob nº 424, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral:

– Preliminarmente: sugerindo a divisão da proposição, para efeito de votação em Plenário, a fim de

que cada matéria seja apreciada separadamente, por tópicos, nos seguintes termos:

a) o primeiro, abrangendo os dispositivos que cuidam dos precatórios (arts. 100 da parte permanente e 86 e 87 da parte transitória);

b) o segundo, restrito às mudanças pretendidas sobre o art. 156 da parte permanente e art. 88 do ADCT;

c) o terceiro, veiculando as alterações pretendidas ao art. 81 do ADCT;

d) o quarto, restrito às alterações alusivas à CPMF, nos novos arts. 84 e 85 do ADCT.

– Quanto ao mérito: favorável.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2002

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal* (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios), tendo

Parecer sob nº 303, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, que tramita em conjunto.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2002

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002)

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal* (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios).

(Tramitando em conjunto com o item anterior).

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 55, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal* (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 383, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, e abstenções dos Senadores José Eduardo Dutra e Jefferson Péres.

- 5 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências*.

- 6 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.

- 7 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – e dá outras providências. Altera o art. 85 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”*.

- 8 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências*.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) _ Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 17 minutos.)

**Ata da 73ª Sessão Deliberativa Extraordinária,
em 31 de maio de 2002**

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Francisco Escórcio, Romeu Tuma e Lindberg Cury

Às 9 horas e 18 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adir Gentil – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Francelino Pereira – Francisco Escórcio – Geraldo Melo – Gilvam Borges – Iris Rezende – João Alberto Souza – José Fogaça – Lauro Campos – Lindberg Cury – Luiz Otávio – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Pedro Simon – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2002
(Nº 1.024/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL RIBEIRÃO BRANCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 387, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.439/00

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, Constituição Federal, submeto a apreciação de Vossas Exceências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, por prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 380, de 31 de julho de 2000 – Associação Cultural e Artística Radiodifusão Comunitária e Televisão Novo Tempo, na cidade de Parintins-AM;

2 - Portaria nº 383, de 31 de julho de 2000 – Associação Comunitária para Desenvolvimento de Tabapuã, na cidade de Tabapuã-SP.

3 - Portaria nº 384, de 31 de julho de 2000 – Associação São José Operário, cidade de Matão-SP.

4 - Portaria nº 387, de 31 de julho de 2000 – Associação Sócio-Cultural Ribeiro Branco, na cidade de Ribeirão Branco-SP.

5 - Portaria nº 391, de 31 de julho de 2000 – Associação Cultural e Comunitária "Normário Sales", na cidade de Jussara-BA.

6 - Portaria nº 394, de 31 de julho de 2000 – Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo, na cidade de Santa Rita do Pardo-MS.

7 - Portaria nº 397, de 31 de julho de 2000 – Associação de Senhoras de Rotarianos na cidade de Água Clara-MS.

8 - Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000 – Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu, na cidade de Pacaembu-SP.

9 - Portaria nº 400, de 31 de julho de 2000 – Fundação Rosa Leal, na cidade de Bocaina-PI.

10 - Portaria nº 401, de 31 de julho de 2000 – Associação Beneicente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, na cidade de Portalegre-RN.

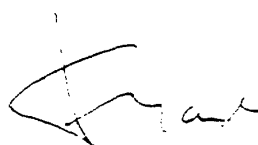
11 - Portaria nº 403, de 31 de julho de 2000 – Associação Rádio Comunitária Itaipulândia, na cidade de Itaipulândia-PR.

12 - Portaria nº 404, de 31 de julho de 2000 – Associação Comunitária de Louveira (ACL), na cidade de Louveira-SP.

13 - Portaria nº 408, de 31 de julho de 2000 – Associação Evangélica Doulos, cidade de Colinas do Tocantins-TO.

14 - Portaria nº 411, de 31 de julho de 2000 – APE – Associação Paz Educacional, na cidade de Descalvado-SP.

Brasília, 16 de outubro de 2002



EM nº 410 /MC

Brasília, 25 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco, com sede na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, e em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

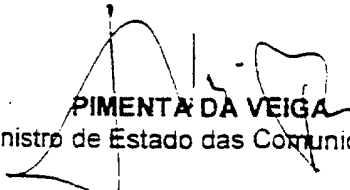
2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo a integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.000434/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente.



PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 387 DE 31 DE julho DE 2000.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000434/99, resolve:

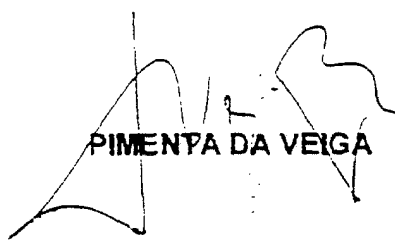
Art. 1º Autorizar a Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco, com sede na Rua Capitão Elias, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Branco, Estado do São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º13'40"S e longitude em 48º46'08"W, utilizando a frequência de 87.9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

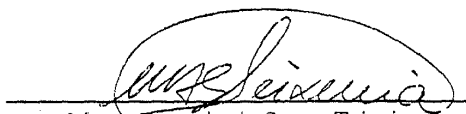
**ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E
APRECIACÃO DE SEU ESTATUTO, DA ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL
RIBEIRÃO BRANCO.**

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICAS
ITAPEVA - EST. SÃO PAULO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
PROTOCOLADO E REGISTRADO Nº 0244
SOB. Nº 0244
Em, 18/09/00
CONFERE COM O ORIGINAL

Às vinte horas, do dia vinte e três do mês de dezembro do ano de 1.998, à Rua Agenor de Souza, 71, quadra B, Conjunto Habitacional Higino Rodrigues Garcia, em Ribeirão Branco - SP, onde encontravam-se presentes os senhores Eliseu Bueno de Camargo, Marco Antonio de Souza Teixeira, Mauro Pereira da Silva, Luiz Carlos Barros de Oliveira, Inês Aparecida Machado Teixeira, Amilton de Jesus Almeida Barros, José Celso de Oliveira Barros, Mauro José Teixeira, Alzira Souza Teixeira, José Floriano dos Santos, Adélio Cardoso, Ariovaldo Antunes de Campos, Marco Aurélio Souza Teixeira, José Hailton de Camargo, José Amauri Gomes Teixeira, Anibal Júlio de Almeida, Fabricio Ribeiro de Lara e Luiz Rubens de Araújo. Sob a direção do Sr. Marco Antonio Souza Teixeira, eu, Luiz Carlos Barros de Oliveira, fui convidado a secretariar a presente reunião, de fundação, eleição e posse da Diretoria da Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco e apreciação de seu Estatuto. Usando da palavra, o Sr. Marco Antonio ressaltou que todos os presentes à esta reunião estão ligados no mesmo objetivo, qual seja, fundação de uma associação de Ribeirãobrancuenses ligados fraternalmente no desenvolvimento sócio-cultural de seus conterrâneos. Exaltando os presente deu continuidade à reunião que assim se desenvolveu: 1 - DA ELEIÇÃO - Havendo somente uma chapa concorrendo ao pleito, foi procedida a votação de forma secreta, que elegeu por unanimidade - dezoito (18) presentes e votantes, a Diretoria assim constituída: Presidente - MARCO ANTONIO SOUZA TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, RG.19.305.800 e CPF.104.112.538-08, residente à Rua Capitão Cruz, 579, R. Branco-SP; 1º. Vice - Presidente: MAURO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG.17.532.373/SP e do CPF.046.546.718-03, residente à Rua Artur de Carvalho Melo, s/n, R. Branco-SP; 2º. Vice - Presidente: INÊS APARECIDA MACHADO TEIXEIRA, brasileira, casada, portadora do RG.15.750.877 e CPF.105.941.528-36, residente à Rua Cap. Cruz, 579, R. Branco-SP; 1º. Tesoureiro: ELISEU BUENO DE CAMARGO, brasileiro, solteiro, portador do RG.15.750.844 e do CPF.075.196.378-08, residente à Rua Capitão Elias Pereira, 1.177, R. Branco-SP; 2º. Tesoureiro: JOSÉ CELSO DE OLIVEIRA BARROS, brasileiro, casado, RG.5.405.598 e CPF.556.586.368-68, residente à Rua Cristiano de Souza, 307, R. Branco-SP; 1º. Secretário: LUIZ CARLOS BARROS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, RG.19.309.413 e CPF. 040.554.338-75, residente à Rua Cel. Joaquim Machado, 334, R. Branco - SP; 2º. Secretário: AMILTON DE JESUS ALMEIDA BARROS, brasileiro, casado,

RG.14.002.135 e CPF.042.560.548-58, residente à Rua Cristiano de Souza, 331, ~~Ribeirão~~
Branco-SP. 2 - **DA POSSE** - Resolveu-se por consenso, por se tratar da primeira diretoria
eleita, que a posse seria dada nesta reunião de fundação e eleição e, que o mandato dessa
Diretoria será por um ano. Dessa forma, os membros da diretoria, recém eleitos, tomaram
suas posições à mesa, agora sob a direção do Presidente Marco Antonio Souza Teixeira. 3 -
DO ESTATUTO - Apresentado à apreciação, o Estatuto da Associação foi aprovado por
unanimidade pelos presentes e votantes. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se o
presente reunião. Lido e achado conforme, vai a presente devidamente assinada.

Ribeirão Branco, 23 de dezembro de 1.998.


Marco Antonio de Souza Teixeira

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIÃO DE NOTAS DE RIBEIRÃO BRANCO
R. Cap. Elias Pereira, 1205 - Fone: (015) 553-1157
CEP 18430-000 - Centro - Ribeirão Branco (SP)
Reconheço a(s) firma(s) de Marco Antonio de Souza Teixeira
Do(a) Marco Antonio de Souza Teixeira
Rib. Branco (SP), 23/12/1998
Em Test. da verdade.
☐ JOSE HAILTON DE CAMARGOS - Oficial/Tabelião
☒ Tânia Maria Machado de Barros Camargo - Escrevente

50 801 117/0001-42
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS
Rua Cap. Elias Pereira, 1205
Centro - CEP 18430-000
RIBEIRÃO BRANCO - SP
SELO DE AUTENTICIDADE
SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL
CC 236287

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIÃO DE NOTAS DE RIBEIRÃO BRANCO
R. Cap. Elias Pereira, 1205 - Fone: (015) 553-1157
CEP 18430-000 - Centro - Ribeirão Branco (SP)
AUTENTICAÇÃO
Conferido com o próprio original.
Rib. Branco (SP), 23/12/1998
Em Test. da verdade.
☐ JOSE HAILTON DE CAMARGOS - Oficial/Tabelião
☒ Tânia Maria Machado de Barros Camargo - Escrevente

50 801 117/0001-42
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS
Rua Cap. Elias Pereira, 1205
Centro - CEP 18430-000
RIBEIRÃO BRANCO - SP
SELO DE AUTENTICIDADE
SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL
CC 236287

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICAS
ITAPEVA - EST. SÃO PAULO
PROTOCOLADO E REGISTRADO EM MICROFILME
SDB. Nº 0244

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
CONF. CC. ORIGINAL
Em, 18 09 99

ATA DA REUNIÃO DE APRECIÇÃO DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL RIBEIRÃO BRANCO.

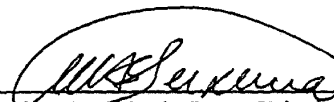
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
ITAPEVA - EST. SÃO PAULO
PROTOCOLADO E REGISTRADO EM MICROFILME
0394
SGD 4º

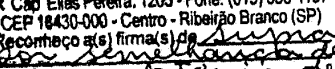
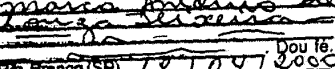
Às vinte horas, do dia quinze de abril do ano 2.000, à Rua Agenor de Souza, 71, quadra B, Conjunto Habitacional Higino Rodrigues Garcia, em Ribeirão Branco - SP, onde encontravam-se presentes os senhores Eliseu Bueno de Camargo, Marco Antonio de Souza Teixeira, Mauro Pereira da Silva, Luiz Carlos Barros de Oliveira, Inês Aparecida Machado Teixeira, Amilton de Jesus Almeida Barros, José Celso de Oliveira Barros, Mauro José Teixeira, Alzira Souza Teixeira, José Floriano dos Santos, Adélio Cardoso, Ariovaldo Antunes de Campos, Marco Aurélio Souza Teixeira, José Hailton de Camargo, José Amauri Gomes Teixeira, Aníbal Júlio de Almeida, Fabrício Ribeiro de Lara e Luiz Rubens de Araújo. Sob a direção do Sr. Presidente, Marco Antonio Souza Teixeira, secretariado por Luiz Carlos Barros de Oliveira, declarou-se aberta a presente. O senhor presidente lembrou aos presentes que a reunião tem como pauta a alteração do estatuto da sociedade, tendo em vista exigência do Departamento de Outorga e Licenciamento do Ministério das Comunicações. A mencionada alteração dispõe acréscimo da alínea "g" no artigo 2.º do estatuto, para constar como objetivos da Associação, a execução de serviços de rádiodifusão. Após a ciência dos presentes, da alteração estatutária apresentada, procedeu-se a votação. Realizada a votação, em seguida a contagem dos votos, apurou-se que a unanimidade entre os presentes aprovaram a alteração estatutária apresentada, que deverá ser registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca. Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a presente reunião. Lido e achado conforme, vai a presente devidamente assinada.

Ribeirão Branco, 15 de abril de 2.000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

E m, 15 / 04 / 00


Marco Antonio de Souza Teixeira
Presidente

VALEDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELÃO DE NOTAS DE RIBEIRÃO BRANCO
R. Cap. Elias Pereira, 1205 - Fone: (015) 553-1157
CEP 16430-000 - Centro - Ribeirão Branco (SP)
Reconheço a(s) firma(s) de

Dou fe.
Ribeirão Branco (SP), 15 de 04, 2000
Em test. da verdade.

JOSE HAILTON DE CAMARGO - Oficial/Tabelão
Tânia Maria Machado de Barros Camargo - Escrevente

SELO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELÃO DE NOTAS DE RIBEIRÃO BRANCO
R. Cap. Elias Pereira, 1205 - Fone: (015) 553-1157
CEP 16430-000 - Centro - Ribeirão Branco (SP)
Inês Hailton de Camargo
OFICIAL / TABELÃO
Tânia Maria Machado de Barros Camargo
ESCREVENTE

OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS
DA COMARCA DE ITAPEVA-SP
Bel. Luiz Antonio Lages de Magalhães
OFICIAL
Marina Inês Maeno Lages de Magalhães
ESCREVENTE SUBSTITUTA
Comarca de Itapeva - Est. São Paulo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2002
(Nº 1.047/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 432, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.438/00

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 432, de 03 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 378, de 31 de julho de 2000 – Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia, na cidade de Hidrolândia-GO;

2 - Portaria nº 381, de 31 de julho de 2000 – Associação Cultural de Três Fronteiras “ACTF”, na cidade de Três Fronteiras-SP;

3 - Portaria nº 385, de 31 de julho de 2000 – Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumin, na cidade de Potirendaba-SP;

4 - Portaria nº 388, de 31 de julho de 2000 – Associação e Rádio Comunitária Super, na cidade de Sorocaba-SP;

5 - Portaria nº 395, de 31 de julho de 2000 – Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal, na cidade de Santo Antônio do Pinhal-SP;

6 - Portaria nº 402, de 31 de julho de 2000 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corbélia, na cidade de Corbélia-PR;

7 - Portaria nº 407, de 31 de julho de 2000 – Associação de Comunicação dos Amigos de Sátiro Dias, na cidade Sátiro Dias-BA;

8 - Portaria nº 409, de 31 de julho de 2000 – Fundação Cultural e Comunitária Rio Novo, na cidade de Paulino Neves-MA;

9 - Portaria nº 427, de 3 de agosto de 2000 – Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, na cidade de Taió-SC;

10 - Portaria nº 429, de 3 de agosto de 2000 – Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, na cidade de Ipiatã-BA;

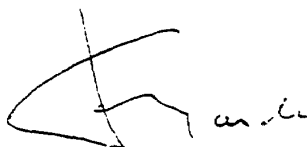
11 - Portaria nº 430, de 3 de agosto de 2000 – ACIEC – Associação Comunitária Ibicuiense Pe. Eugênio Cizmásia, na cidade de Ibicui-BA;

12 - Portaria nº 432, de 3 de agosto de 2000 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), na cidade de Apodi-RN;

13 - Portaria nº 433, de 3 de agosto de 2000 – Associação Comunitária Liberdade Acreunense, na cidade Acreúna-GO; e

14 - Portaria nº 435, de 3 de agosto de 2000 – Associação Iporaense de Comunicação – ASSICOM, na cidade de Iporá-GO.

Brasília, 16 de outubro de 2000.



EM nº 392 /MC

Brasília, 25 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), com sede na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

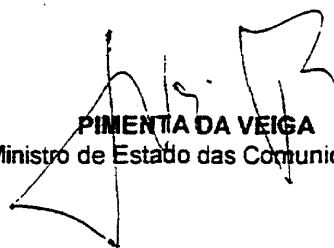
2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53780.000350/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,



PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 432 DE 03 DE agosto DE 2000.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000350/98, resolve:

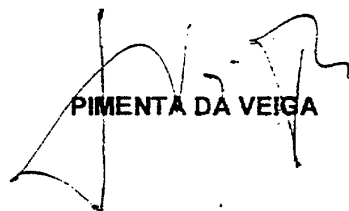
Art. 1º Autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN (ACAPORN), com sede na Rua Vereador Domingos Freire de Freitas, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º39'05"S e longitude em 37º47'56"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

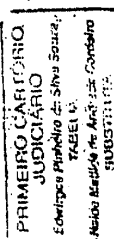


PIMENTA DA VEIGA

TERMO DE ABERTURA

Este livro tipograficamente numerado de 01 a 100, servirá para registrar as presenças dos sócios às reuniões das Assembleias Gerais, atos das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, atos das Reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal, ambas pertencentes à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN - "ACAPORN". Apodi(RN), 25 de novembro de 1998.

[Signature]
PRESIDENTE



CERTIFICO, para os devidos efeitos, que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado, conferi: dou fé.

Apodi, 24 de Dezembro de 1998.

[Signature]
TABELIÃO DO 1º OFÍCIO

GRAFSET

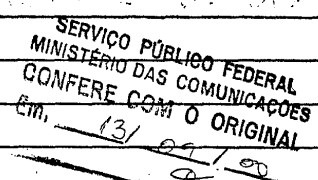
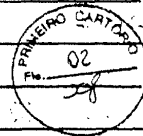
GRÁFICA E EDITORA LTDA.
BR 101, Km 1,7 - DISTRITO INDUSTRIAL - JOÃO PESSOA - PB
INSCRIÇÃO ESTADUAL 18.038.988-7
C.G.C. (MF) 08.708.133.0001-29

LIVRO REGISTRO DE ATAS - 100 FLS. NUMERADAS
CAPA DURA DE PAPELÃO REVESTIDA DE PAPEL OFF-SET 90g/m²
FOLHAS INTERNAS PAPEL OFF-SET 85g/m²
FORMATO: 200x300mm - COD. 10.008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 13/09/00

RELACÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES, PRESENTES À ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODIAN, REALIZADA EM 25 DE NOV. DE 1998.

- 1 - João Solange Jeronimo e Soreno Freire
- 2 - Aldair Siqueira Lima
- 3 - Antonio Francisco Moreira
- 4 - Rosimar Pereira de Faria
- 5 - Joaquim Soares de Souza
- 6 - Ruben Soares Lima
- 7 - Francisco R. de F. Pereira Pinheiro
- 8 - Antonio Romão de Sousa
- 9 - Delfino Vazquez (José Vazquez de Marcos Vazquez)
- 10 - Sebastião Mendes VSO.
- 11 - João Soares de Melo
- 12 - Francisco Viana de Souza
- 13 - Antônio Carlos de Faria
- 14 - Antônio Soares Lima
- 15 - Antônio Gomes de Faria
- 16 - Rosa Rosivani ALVES DE FREITAS
- 17 - José Maria de Oliveira
- 18 - José Francisco de Souza
- 19 - José Francisco de Souza
- 20 - José Francisco de Souza
- 21 - José Francisco de Souza
- 22 - José Francisco de Souza
- 23 - José Francisco de Souza
- 24 - José Francisco de Souza (EXPEDITO SALVIANO)
- 25 - Eládio Ribeiro Soares Lima
- 26 - João Bento Torres
- 27 - ANTONIO ERINALDO A. CARVALHO (BILAU)
- 28 - Manoel Luis de Lima
- 29 - Francisco Soares Pereira Lima
- 30 - José Francisco de Souza (José Dias do Carmo - # É LOZA)
- 31 - João Carlos Soares
- 32 - João Bosco Evangelista



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONFERE COM O ORIGINAL

Francisco Vianna de Paiva, Plínio Soares Guimarães, Henry Brito Costa, Rosivalves Alves de Freitas, José Maria de Oliveira, José Mauro de Sousa, Otávio Oliveira Costa, José Jordilson Digenes, João Bosco Moira, José Julio Marinho, Voldeci Synneder de Sousa, Expedito Salbiano, Ezequiel Peixoto Soares Guimarães, João Bento Torres, Antonio Euzébio A. Corvello, Manoel Luiz de Lima, Francisco Soares Peixoto Guimarães, José Dias do Carmo, Hidalgo Costa Gomes, João Bosco Evangelista, Francisco dos Santos Naronha, Francisco M. Câmara, Morelio da Costa Ferreira, Fernando Dias da Costa, José Aymatê de Sousa, José Ribamar de Moraes, Teodoro Diniz da Silva, Daniel Soares de Sousa, Jolison de Moraes, Antonio Gomes de Oliveira, Flaviano Moreira Monteiro, Sérgio Linhares de Oliveira, Francisco Voldeci da Cunha, Erivan Torres, João Leonilson Viana Pinheiro, Morelio da Costa Ferreira, Francisco Barbosa Filho e Edmilson Pereira Torres. Para coordenar os trabalhos a Assembleia escolheu, por aclamação, o senhor Fábio Soares Guimarães, que convidou a mim, Aldécio Bezerra Júnior, para Secretário e fazer a leitura da Ata da reunião. O Coordenador fez a abertura agradecendo a presença e disse que o ESTATUTO já havia sido discutido e debatido artigo por artigo, nas duas reuniões realizadas nos dias 07 e 14 do corrente mês, pelo mesmo grupo interessado. Antes de se puser o ESTATUTO à votação, este foi novamente lido artigo por artigo e no final, todos os participantes aprovaram-no em toda sua íntegra. Prosseguiu os trabalhos, a Assembleia procedeu a eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, ficando assim constituída: Diretoria: Presidente - Fábio Soares Guimarães, Vice-Presidente - Francisco Lúcio dos Santos Pinheiro, 1º Tesoureiro - Francisco Vianna de Paiva, 2º Tesoureiro - Flaviano Moreira Monteiro, 1º Secretário - Aldécio Bezerra Júnior, 2º Secretário - Maria Solange Naronha e Sousa. Conselho Fiscal: Ezequiel Peixoto Soares Guimarães e Hidalgo Costa.

x João Bento Tômas.
 x José Felício Maranhão
 x José Arimatéia de Souza
 x Valdeci Tamm de Souza
 x Domingos Viana da Silva
 x João da Silva da Chama
 x Edvaldo Tômas
 x José Leonilson Viana Pinheiro. *Albino Viana*
 x ARRILIO DA COSTA FERREIRA
 x Francisco Barbosa Filho
 x Oronizmo Moreira Câmara
 x Edmilson Pereira Tômas
 x José Vandilson Lima de Vasile
 x Manoel Solange da Silva
 x Francisco de Jesus dos Santos
 x João da Silva (O Tômas)
 x Olívio Oliveira Costa
 x Manoel Luis de Lima
 x João da Silva
 x Sebastião Mendes
 x ANTONIO ERINALDO ALVES LARAUJO (BILAU)
 x Elói de Píxoto Coprer Lima
 x Fábio Soares Lima
 x SÉRGIO LINHARES DE OLIVEIRA
 x FRANCISCO VALDECI DA CUNHA
 x Antonio Romoel de Sousa
 x *Edvaldo* (EXPEDITO SALVIANO)
 x *João da Silva*
 x Plínio Soares Lima

03-11

PRIMEIRO CARTÃO

04

2002

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIDADE DE REGISTRO E CONTROLE DE DOCUMENTOS

13-09-02

09/09

PRIMEIRO CARTÃO

JULGADO

Expediente de 1º e 2º graus

TAB. 11A

SUSCITAÇÃO

Nome do Autor da Suscitação

Conteúdo

CERTIFICO, para os devidos efeitos, que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado, con-

fora; deu 16

Apodi. 14 de Setembro de 19 98

Edurges Linhares de Almeida Souza

TAB. 11A DO 1º OFÍCIO

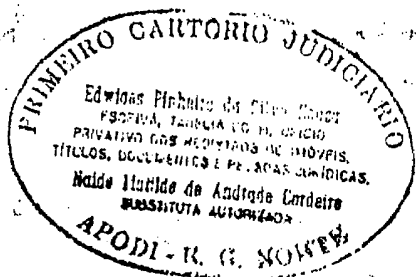
Cartório do Primeiro Ofício - Apodi-RN
Registro de Títulos e Documentos



O presente documento foi apresentado hoje para registro e foi anotado no protocolo nº 1, às fls. 99, sob o nº de ordem 962. Registrado Integral no Livro B-C, às fls. 170 à 170-V, sob o nº de ordem 841, do Registro Integral de Títulos e Documentos.

Apodi(RN), 14 de Dezembro de 1.998

Edwiges Pinheiro da Silva Souza
Edwiges Pinheiro da Silva Souza
Of. do Reg. Int. de Tít. e Documentos.



08481442/0001-09

APODI CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO NOTAS
RUA MARGARIDA DE FREITAS, 173
CENTRO

CEP 59700-000
APODI - RN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
13 / 09 / 00

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2002
(Nº 1.053/2001, na Câmara dos Deputados)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 506, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Extremoz a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

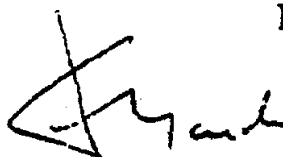
MENSAGEM Nº 1.670/00

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 506, de 23 de agosto de 2000 – Associação Rádio Co Extremoz, na cidade de Extremoz-RN;
- 2 - Portaria nº 507, de 23 de agosto de 2000 – Associação Co Comunicação Manairama de Apoio às Comunidades do Município de Ouro Branco, Ouro Branco-RN;
- 3 - Portaria nº 508, de 23 de agosto de 2000 – Fundação Elizabete Elit cidade de Caraúbas-RN;
- 4 - Portaria nº 510, de 23 de agosto de 2000 – Associação Co Comunicação e Cultura de Lagoa de Pedras/RN, na cidade de Lagoa de Pedras-RN;
- 5 - Portaria nº 511, de 23 de agosto de 2000 – Associação Cristal de Comunitária, na cidade de Ametista do Sul-RS;
- 6 - Portaria nº 519, de 25 de agosto de 2000 – Associação Co Comunicação e Cultura de Mineiros do Tietê (SP), na cidade de Mineiros do Tietê-SP;
- 7 - Portaria nº 520, de 25 de agosto de 2000 – Associação de Comunitária de Santa Maria de Jetibá-ES, na cidade de Santa Maria de Jetibá-ES;
- 8 - Portaria nº 521, de 25 de agosto de 2000 – Associação do Des Comunitário de Cacimba de Dentro, na cidade de Cacimba de Dentro-PB;
- 9 - Portaria nº 522, de 25 de agosto de 2000 – Associação de Morad do Morro de São Jorge, na cidade de Macaé-RJ;
- 10 - Portaria nº 539, de 14 de setembro de 2000 – Associação C Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM), na cidade de Muaná-PA;
- 11 - Portaria nº 540, de 14 de setembro de 2000 – Associação C Desenvolvimento Social de Igaporã, na cidade de Igaporã-BA; e
- 12 - Portaria nº 578, de 22 de setembro de 2000 – Associação Cultu de Pedreira, na cidade de Pedreira-SP.

Brasília, 9 de novembro



EM nº 538 /MC

Brasília, 19 de outubro

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e documentação para que a entidade denominada Associação Rádio Comunitária de Extremoz, na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a promover o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, atuando no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração benéfica em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53780.000150/98, para acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Conselho Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,



PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 506 DE 23 DE agosto DE 2000.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.815, de 3 de junho de 1991, e vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000150/98, resolve:

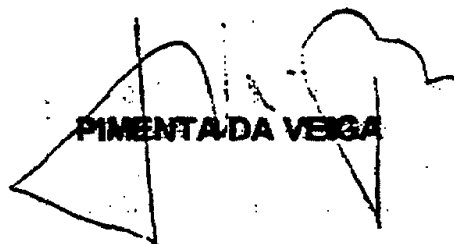
Art. 1º Autorizar a Associação Rádio Comunitária de Extremoz, com sede na Beira Mar, s/nº, Bairro Prais de Genipabu, na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Sul, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de extensão.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.812, de 19 de fevereiro de 1999, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante de ondas médias, com coordenadas geográficas com latitude em 05º41'24"S e longitude em 35º12'38"W, na frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho Nacional de Comunicação, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar o serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

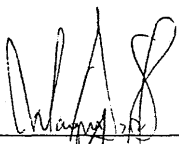
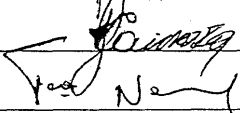
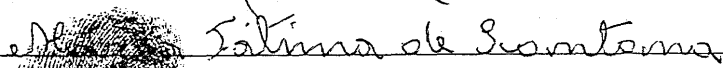
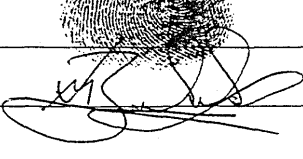
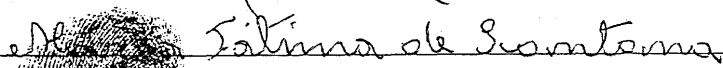
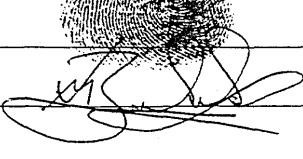

PIMENTA DA VEIGA

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE EXTREMOZ EM 31 DE OUTUBRO DE 1997.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sede social da Associação Rádio Comunitária de Extremoz, sito à Av. Beira Mar, S/Nº - Distrito Praia de Genipabú, Extremoz - RN, reuniram-se as pessoas abaixo assinadas para o propósito de constituírem a Associação Rádio Comunitária de Extremoz, do município de Extremoz - RN, sob forma de sociedade civil sem fins lucrativos. Para coordenar os trabalhos a Assembléia escolheu, por aclamação, o Sr. Wagner Asper da Silva que Convidou a mim, Francisca Neuma Câmara para lavrar esta ata. Seguidamente se procedeu a leitura e discussão do estatuto social, o que foi feito artigo por artigo. O estatuto foi aprovado pelo voto de todas as pessoas abaixo assinadas. No prosseguimento dos trabalhos, a assembléia procedeu à eleição dos primeiros membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, tendo o resultado sido o seguinte: **Presidente** Wagner Asper da Silva CPF.: 703.152.304-44 - **Tesoureiro** José Walber Câmara CPF.: 020.120.874-18 **Secretária** Francisca Neuma Câmara CPF.: 702.618.144-00 **Conselho Fiscal** - João Varela Filho CPF.: 709.397.804-53 - Maria de Fatima de Santana CPF.: 336.167.524-34 - Waldick Mendes Barbosa CPF.: 654.261.694-20. Todos os membros eleitos já se encontram devidamente identificados nesta ATA. Após a eleição e tomada a posse de todos os membros, o presidente da mesa declarou definitivamente constituída Associação, criada ao abrigo do Código Civil Brasileiro, que terá como objetivo a difundir na comunidade, diretamente ou através de serviço de radiodifusão comunitária, iniciativas educativas e valores culturais, tradições e hábitos sociais, Cujo Mandato terá duração de 05 (cinco) anos, na conformidade das disposições estatutárias. E nada mais a tratar, os trabalhos foram encerrados e eu Francisca Neuma Câmara que servi de secretaria, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Natal 31 de Outubro de 1997

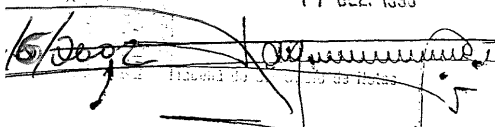
Assinaturas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 11 / 09 / 00

CONFERÊNCIA
 O presente documento é uma cópia
 fiel e verdadeira do original
 que me foi apresentado
 Extremoz - RN, 17 DEZ. 1999



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2002
(Nº 1.116/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à
RÁDIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA.
para explorar serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de
Juara, Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que outorga concessão à Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.504/00

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de outubro de 2000, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 - LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Brasília-AC (onda média);
- 2 - RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Posse-GO (onda média);
- 3 - MR RÁDIODIFUSÃO LTDA., na cidade de Caxias-MA (onda média);
- 4 - MR RÁDIODIFUSÃO LTDA., na cidade de Turiaçu-MA (onda média);
- 5 - RÁDIO ESTRELA DE IBIÚNA LTDA., na cidade de Campina Verde-MG (onda média);
- 6 - RÁDIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA., na cidade de Juara-MT (onda média);

- 7 - RÁDIO ITAÍ DE RIO CLARO LTDA., na cidade de Rondonópolis-MT (onda média);
- 8 - RÁDIO PANTANAL DE COXIM LTDA., na cidade de Coxim-MS (onda média);
- 9 - RIR - REDE INTEGRADA DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA., na cidade de Angicos-RN (onda média);
- 10 - DIFUSORA GOMES LTDA., na cidade de Florianópolis-SC (onda média);
- 11 - RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA., na cidade de Videira-SC (onda média);
- 12 - RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Dianópolis-TO (onda média);
- 13 - RÁDIO FOZ-LAGO COMUNICADORA LTDA., na cidade de Foz do Iguaçu-PR (onda média);
- 14 - RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Santarém-PA (sons e imagens); e
- 15 - TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., na cidade de Paranaguá-PR (sons e imagens).

Brasília, 24 de outubro de 2000.



EM nº 448 2C

Brasília, 04 de outubro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos Editais, tornando-se assim vencedoras das Concorrências, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

LEADER COMUNICAÇÕES LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Estado do Acre (Processo Administrativo nº 53600.000043/97 e Concorrência nº 88/97-SFO/MC);

RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Posse, Estado de Goiás (Processo Administrativo nº 53670.000279/97 e Concorrência nº 092/97-SFO/MC);

MR RADIODIFUSÃO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias, Estado do Maranhão (Processo Administrativo nº 53680.000287/97 e Concorrência nº 093/97-SFO/MC);

MR RADIODIFUSÃO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Turiaçu, Estado do Maranhão (Processo Administrativo nº 53680.000294/97 e Concorrência nº 093/97-SFO/MC);

RÁDIO ESTRELA DE IBIÚNA LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais (Processo Administrativo nº 53710.000842/97 e Concorrência nº 094/97-SFO/MC);

RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000358/97 e Concorrência nº 095/97-SFO/MC);

RÁDIO ITAI DE RIO CLARO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000362/97 e Concorrência nº 095/97-SFO/MC);

RÁDIO PANTANAL DE COXIM LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo Administrativo nº 53700.001107/97 e Concorrência nº 096/97-SFO/MC);

RIR – REDE INTEGRADA DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte (Processo Administrativo nº 53780.000174/97 e Concorrência nº 099/97-SFO/MC);

DIFUSORA GOMES LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo Administrativo nº 53820.000383/97 e Concorrência nº 102/97-SFO/MC);

RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina (Processo Administrativo nº 53820.000391/97 e Concorrência nº 102/97-SFO/MC);

RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins (Processo Administrativo nº 53665.000028/97 e Concorrência nº 104/97-SFO/MC);

RÁDIO FOZ-LAGO COMUNICADORA LTDA., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (Processo Administrativo nº 53740.000577/97 e Concorrência nº 105/97-SFO/MC);

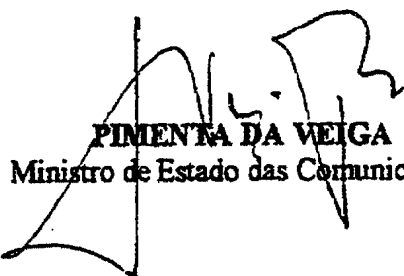
RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará (Processo Administrativo nº 53720.000051/97 e Concorrência nº 108/97-SFO/MC);

TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná (Processo Administrativo nº 53740.000640/97 e Concorrência nº 110/97-SFO/MC).

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,


PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 11 DE OUTUBRO DE 2000

Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Brasileia, Estado do Acre (Processo Administrativo nº 53600.000043/97 e Concorrência nº 088/97-SFO/MC);

II – RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Posse, Estado de Goiás (Processo Administrativo nº 53670.000279/97 e Concorrência nº 092/97-SFO/MC);

III – MR RADIODIFUSÃO LTDA., na cidade de Caxias, Estado do Maranhão (Processo Administrativo nº 53680.000287/97 e Concorrência nº 093/97-SFO/MC);

IV – MR RADIODIFUSÃO LTDA., na cidade de Turiaçu, Estado do Maranhão (Processo Administrativo nº 53680.000294/97 e Concorrência nº 093/97-SFO/MC);

V – RÁDIO ESTRELA DE IBIÚNA LTDA., na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais (Processo Administrativo nº 53710.000842/97 e Concorrência nº 094/97-SFO/MC);

VI – RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA., na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000358/97 e Concorrência nº 095/97-SFO/MC);

VII – RÁDIO ITAÍ DE RIO CLARO LTDA., na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000362/97 e Concorrência nº 095/97-SFO/MC);

VIII – RÁDIO PANTANAL DE COXIM LTDA., na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo Administrativo nº 53700.001107/97 e Concorrência nº 096/97-SFO/MC);

IX – RIR – REDE INTEGRADA DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA., na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte (Processo Administrativo nº 53780.000174/97 e Concorrência nº 099/97-SFO/MC);

X – DIFUSORA GOMES LTDA., na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo Administrativo nº 53820.000383/97 e Concorrência nº 102/97-SFO/MC);

XI – RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA., na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina (Processo Administrativo nº 53820.000391/97 e Concorrência nº 102/97-SFO/MC);

XII – RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins (Processo Administrativo nº 53665.000028/97 e Concorrência nº 104/97-SFO/MC);

XIII – RÁDIO FOZ-LAGO COMUNICADORA LTDA., na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (Processo Administrativo nº 53740.000577/97 e Concorrência nº 105/97-SFO/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I – RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., na cidade de Santarém, Estado do Pará (Processo Administrativo nº 53720.000251/97 e Concorrência nº 108/97-SFO/MC);

II – TVCI-TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná (Processo Administrativo nº 53740.000640/97 e Concorrência nº 110/97-SFO/MC).

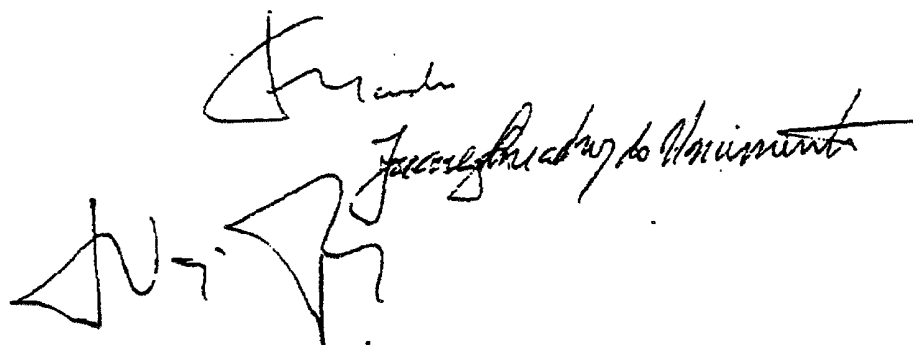
Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.



Two handwritten signatures are present at the bottom of the page. The signature on the right is more legible and appears to be "Fernando Collor". The signature on the left is more stylized and appears to be "José Sarney".

RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

4º. SERVIÇO NOTARIAL
PRIVATIVO DE PROVEDOR DE TI
Otilio Ailton Pereira da Silva
T0005-000 - Cuiabá - Mato
Rua Campo Grande N.º 53:
T0005-000 - Cuiabá - Mato
AUTENTICAÇÃO
Conferido com o original que a
espelha. Em 19 de JUN 199
Cuiabá, 19 de JUN 199
Em tal
de vi
Eduardo Jorge da Conceição
Escrivente Juramentado
DO 4º. SERVIÇO NOTARIAL

IZAÍAS JOSÉ ROBERTO, Brasileiro, Casado, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande-MT., à Rua J - Quadra 20, Casa 12 - bairro Cohab do Cristo Rei, portador da cédula de Identidade RG. 0931913-1, SSP/MT e do CIC nº 140.134.601-49; **JOSÉ ANTONIO LESSI**, Brasileiro, Casado, Economista, residente e domiciliado na cidade Cuiabá-MT., à Vila 04 - Casa 07 - Setor Norte - Bairro Morada do Ouro, portador da cédula de Identidade RG. nº 298.667, SSP/MT e do CIC nº 329.136.641-72. Constituem, entre si, e na melhor forma do direito, Sociedade por Cotas de Responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA-PRIMEIRA:

A Sociedade denominar-se-á **RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA.**, e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da legislação vigentes.

CLÁUSULA-SEGUNDA:

Os objetivos expressos da Sociedade, e de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1.963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, informativo, cultural e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21.08.00

Des

[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA-TERCEIRA:

A sede e foro da Sociedade têm como endereço a cidade de, Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Vila 04, Casa 07, setor norte, bairro Morada do Ouro.

CLÁUSULA-QUARTA:

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, mas, em virtude de se tratar de entidade que somente pode, rigorosamente, funcionar por autorização prévia do Governo Federal, em ato de outorga publicado em Diário Oficial da União, suas atividades somente terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome. se necessário for a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLÁUSULA-QUINTA:

A sociedade se compromete, por seus Diretores e demais sócios cotistas, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social sem que tenha para isso sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA-SEXTA:

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros e são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros e pessoas jurídicas, direta ou indiretamente.

CLÁUSULA-SÉTIMA:

A Sociedade se obriga a observar, com rigor que impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, códigos, portarias e quaisquer ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vir, e referente a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA-OITAVA:

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA-NONA:

A Sociedade não poderá deter concessões ou permissões de serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites fixados no artigo 12 Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

ANAL
DE TITUL
SIN
TOME
Nº. 533
Mato Grosso
AUTENTICAÇÃO
28 JUN 1997
3º Tenente Sérgio da Costa
Escrevente Juramentado
no 4º SERVIÇO NOTARIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21.08.100
duy

Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones, some with circled numbers like '1' and '2'.

CLÁUSULA-DÉCIMA:

O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), representado por 20.000 (vinte mil) cotas, no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma, subscritas pelos sócios da forma seguinte:

<u>Sócios cotistas:</u>	<u>%:</u>	<u>nº cotas:</u>	<u>Valor R\$:</u>
Izaías José Roberto	50	10.000	10.000,00
José Antonio Lessi	50	10.000	10.000,00
	---	---	---
	100	20.000	20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: De acordo com o artigo 2º "in fine" do decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital Social.

CLÁUSULA-DÉCIMA-PRIMEIRA:

A integralização do Capital Social será efetivada em moeda corrente do país, pelos sócios neste ato.

CLÁUSULA-DÉCIMA-SEGUNDA:

As cotas são individuais em relação a Sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:

A Sociedade será administrada pelo sócio **JOSÉ ANTONIO LESSI**, nas funções de Sócio-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões comerciais e sociais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de cauções, sendo certo, porém, que a sua insvetidura no cargo, na forma da lei, somente se efetivará após a prévia aprovação de seu nome pelo Ministério das Comunicações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21.08.00

Alu

1022

Autenticação
Em 23 JUN 1997
da veracidade
3
SERVIÇO NOTARIAL

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:

O Sócio-Gerente terá como remuneração mensal a quantia fixada em comum acordo, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima-Terceira de Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos do estipulado na Cláusula Quinta do presente Contrato Social e, para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios-remenescentes terão, sempre, preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá prossequindo com os remenescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito os lucros e o Capital, apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20(vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados na Decisão nº 21/63, do então CONTEL, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 1964. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito continuarem na Sociedade, e com isso concordarem todos os demais sócios, deverão aqueles indicarem que os represente bo lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações e tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente Contrato Social e a sua consequente arquivação na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21.08.00

Tabella da Silva Mota
Rua Genpe G. N.º 533
10000-000 - Cuiabá - Mato Grosso
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original
apresentado em fe.
Cuiabá, 23 JUN 1997
Em 100...
de verdet
4
Benedicta Virginia Conceição
Escritante Juramentada
OO 4. SPC

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:

Os Lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância equivalente a 5%(cinco por cento) do lucro líquido, a título de fundo de Reserva legal, até que atinja a 20%(vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já, a somente admitir brasileiros natos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral Anual das atividades da Empresa. O Balanço Geral Anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de Lucros e Perdas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se apurados forem prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios proporcionalmente ao número de cotas de cada um.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA:

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que sejam o foro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA:

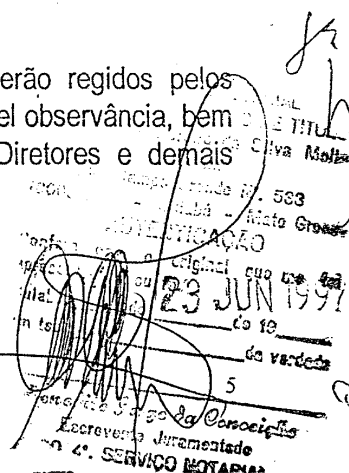
Cada sócio por sua vez DECLARA que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA:

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste Compromisso, se obrigam Diretores e demais sócios-cotistas.


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21/08/00

[Assinatura]



E, por estarem justos e contratados assinam o presente Contrato Social em 4(quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

Cuiabá-MT., 31 de Março de 1997. C


IZAÍAS JOSÉ ROBERTO

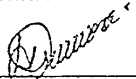

JOSÉ ANTONIO LESSI

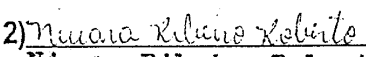
USO DA DENOMINAÇÃO POR QUEM DE DIREITO

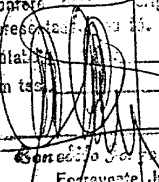
RÁDIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA.



JOSÉ ANTONIO LESSI
Sócio-Gerente

Testemunhas:

1) 
Otávio Cecílio Oliveira
RG.0256485-8 SSP/MT

2) 
Niuara Ribeiro Roberto
RG.1120426-5 SSP/MT.

ORIGINAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Ofício nº 100 de Titular
Oliveira, Niuara Ribeiro Roberto da Silva Mello
RG. 0256485-8
Em Cuiabá, Mato Grosso, 31 de Março de 1997.
CONFIRMAÇÃO
Conferência original que nos foi
apresentada em 23 JUN 1997
Cuiabá, Mato Grosso, 23 de Junho de 1997.
Em test. 
Concedido José da Conceição
Escrivente Jureamentado
DO 1.º SERVIÇO NOTARIAL

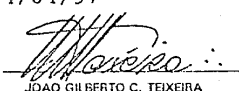
Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
ONFERE COM O ORIGINAL
m. 21108100




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/04/97

SOB O NÚMERO:
51200635290

Protocolo: 970091290


JOÃO GILBERTO C. TEIXEIRA
SECRETÁRIO GERAL

RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA.

CGC. nº 01.820.108/0001-93 - Jucemat nº 51.200.635.290

BALANÇO DE ABERTURA EM 31/05/97**ATIVO**


<u>CIRCULANTE</u>	
- Caixa e Bancos	20.000,00
TOTAL DO ATIVO	20.000,00


PASSIVO

<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Capital Social	20.000,00
TOTAL DO PASSIVO	20.000,00

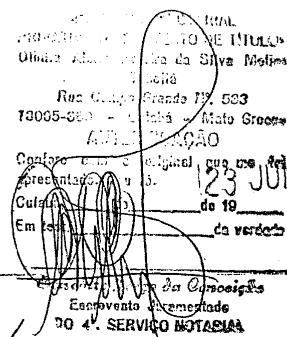
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço de Abertura em
31/05/97, transcrito à fl. 02 do Livro Diário de nº 01.

Cuiabá, 31 de Maio de 1997.


JOSÉ ANTONIO LESSI
Sócio-Gerente


Otáto Cecílio de Oliveira
Av. 8 de Abril, 450 - Bl. A3 Apto. 301
Contador CRC-MT 3275/0-9

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 21.08.00


Cuiabá, 31 de Maio de 1997
Em presença de
do 4º SERVIÇO NOTARIAL

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 245, DE 2002
(Nº 1.218/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 561, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.710/00

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 553, de 14 de setembro de 2000 - Associação Comunitária "Nossa Senhora da Piedade", na cidade de Coroa-MÁ:

2 - Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000 - ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis, na cidade de Jardinópolis-SP:

3 - Portaria nº 558, de 14 de setembro de 2000 – Associação da Cidadania e dos Direitos Humanos - ACDH, na cidade de Paraíso do Tocantins-TO;

4 - Portaria nº 559, de 14 de setembro de 2000 – Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia, na cidade de Nova Olímpia-MT;

5 - Portaria nº 560, de 14 de setembro de 2000 – Associação Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos, na cidade de Altos-PI;

6 - Portaria nº 561, de 14 de setembro de 2000 – Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ), na cidade de São José do Vale do Rio Preto-RJ;

7 - Portaria nº 562, de 14 de setembro de 2000 – Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cássia, na cidade de Pelotas-RS;

8 - Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2000 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Carnaúba dos Dantas, na cidade de Carnaúba dos Dantas-RN;

9 - Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000 – Associação Cultural de Santa Mariana, na cidade de Santa Mariana-PR;

10 - Portaria nº 565, de 18 de setembro de 2000 – Associação Comunitária “São Francisco Padroeiro”, na cidade Poço Dantas-PB;

EM nº 583 /MC

Brasília, 25 de outubro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade denominada Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ), com sede na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os segmentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53770.001262/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,


PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 561

DE 14 DE setembro DE 2000.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.001262/99, resolve:


Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto (ACERSJ), com sede na Rua Pedro da Silva Machado, nº 10, Bairro Parque Vera Lúcia, na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º09'08"S e longitude em 42º55'08"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

ATA DE FUNDAÇÃO E POSSE

Aos 03 dias do mês de Novembro de 1.999, reuniram - se Sociedade Civil sem fins lucrativos, os Srs- :

ROSALDO ANDRIOLO MACHADO Brasileiro, de profissão comerciante, casado, portador do documento de identidade sob o RG. N° 89000326 - 2 e de inscrição do CPF 248.169.577-15, residente e domiciliado à Rua Aurino da Costa Carvalho, n° 239 Centro, S. José do Vale do Rio Preto, RJ.

LUIZ FERNANDO PINTO DA MOTTA Brasileiro, de profissão Radialista, casado, portador do documento de identidade sob o RG. n° 09987139 IFP e de inscrição do CPF. sob o n° 006 718 547 - 98, residente domiciliado sito à Rua Pedro da Silva Machado n° 22 - Centro S. José do Vale do Rio Preto, R J.

MARCELO MEIRELES GUERRA Brasileiro, de profissão economista, casado, portadora do documento de identidade sob o RG. n° 06267072-5 IFP e de inscrição do CPF. sob o n° 750 534 117 - 00, residente domiciliada sito à Rua dos Araújo n° 61 - São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

WANDA MARIA LOURENÇO DA SILVA Brasileira, de profissão comerciaría, casada, portadora do documento de identidade sob o RG. n° 11758270 - 0 IFP e de inscrição do CPF. sob o n° 077 272 147 - 52, residente domiciliada sito à Rua Genario Faraca, n° 132, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

THEREZA MOREIRA LAGOS Brasileira, de profissão Funcionário Público Aposentada, Casada, portador do documento de identidade sob o RG. n° 80487437 - 8 IFP e de inscrição do CPF. de n° 152 585 307 - 44, residente domiciliado sito à Rua Alfredo Maurício Silva, n° 22, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

MAGNO DINIZ Brasileiro, de profissão Radialista, casado, portador do documento de identidade sob o RG. n° 10547024 - 9 IFP e de inscrição do CPF. de n° 076 062 517 - 46, residente domiciliado sito à Rua Cel. João Limongi Silva, n° 22 A, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

WILTON PEDRO DE TOLEDO JUNIOR Brasileiro, de profissão Jornalista, Casado, portadora do documento de identidade sob o RG. n° 045 969 862 IFP e de inscrição do CPF. de n° 517 641 137 - 72, residente domiciliado sito à Rua Alfredo Maurício Silva, n° 20, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

FABIO MEIRELES GUERRA Brasileiro, de profissão Radialista, Solteiro, portador do documento de identidade sob o RG. n° 05376441 - 1 IFP e de inscrição do CPF. de n° 651 515 267 - 15, residente domiciliado sito à Rua Pedro da Silva Machado, n° 10A, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

ANGELA CRISTINA BAPTISTA Brasileira, de profissão Comerciaría, solteira, portador de identidade sob o RG n° 092 9983 -0 IFP, e inscrição do CPF. de n° 009 602 917- 31, residente e domiciliado à Rua Genaro Faraco S/N° São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

MAURICIO BARBOSA PASSOS Brasileiro, de profissão fotógrafo, casado, portador do documento de identidade sob o RG. n° 08638327-0IFP e de inscrição do CPF. de n° 649 743 577 - 49, residente domiciliado sito à Rua Augusto Rampini S/ n° , São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

ARNALDO SANTELMO BARROS Brasileiro, de profissão Estudante, solteiro, portador do documento de identidade sob o RG. n° 12919518 - 6, residente domiciliado sito à Rua Gerano Fará n° 12, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

RAQUAEL TAVARES SILVEIRA Brasileira, de profissão Secretária, casada, portador do documento de identidade sob o RG. n° 09215201 - 6 IFP e de inscrição do CPF. de n° 017 911 517 - 01, residente domiciliado sito à Rua Saturnino Teixeira Silva S/n°, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro. RJ;

Tendo sido o Sr. **FABIO MEIRELES GUERRA** para presidir os trabalhos, que convidou a Sra.

ANGELA CRISTINA BAPTISTA, para secretariar.

Constituída a Mesa Diretora, o Sr. Presidente, disse que, como todos os presentes, já tendo o

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Trabalho e Emprego
CONSTITUIÇÃO DO SENADO
Em, 13/10/99

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.**

FIRMA - RADIO SOM DA TERRA LTDA

SUENICE ROSA BELOTO LEAL, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada a Rua Sirio Libanesa nr. 165, Bairro Popular, apto 602, Edifício Vila Del Fiori, Cuiabá MT. portadora do RG. 8.847.844 SSP/SP e do C.P.F. nr. 825.886.948-53;

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliado a Avenida Pres. Marques, 1.800, Apto 201, Bairro Santa Helena, Cuiabá MT., portadora do RG. nr. 519.340 SSP/MT., e C.P.F. nr. 162.709.671-04;

Resolvem, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA :- A empresa girá sob a denominação social de **RADIO SOM DA TERRA LTDA**, e terá sede social no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Avenida Filinto Muller, 1875, Bairro Quilombo, Sala 04, ficando o Fôro da Comarca de Cuiabá MT., para dirimir qualquer ação fundada no presente contrato.

SEGUNDA :- A sociedade terá por objetivo a atividade de execução de serviços de radiodifusão em FM e OM, retransmissão de televisão (RTV) geradora de MMDS, publicidade, promoções, relações públicas, marketing, pesquisa de mercado, serviços de imprensa, out-door, assessoria de comunicação e editoração.

TERCEIRA :- A sociedade é por tempo indeterminado e terá as suas atividades iniciadas a partir da data da assinatura do presente instrumento.

QUARTA :- O capital social será de R\$-5.000,00- (cinco mil reais), divididos em 5.000-(cinco mil) cotas no valor nominal de R\$-1,00-(Hum real) cada uma, subscritas da seguinte forma:

A sócia **SUENICE ROSA BELOTO LEAL**, subscrive e integraliza neste ato, em moeda corrente do país 2.500 (Duas mil e quinhentas) cotas no valor total de R\$-2.500,00-(Dois mil quinhentos reais);

A Sócia **VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES**, subscrive e integraliza neste ato, em moeda corrente do país 2.500 (Duas mil quinhentas) cotas no valor total de R\$-2.500,00-(Dois mil e quinhentos reais);

QUINTA :- O capital social ora integralizado fica assim distribuído entre os sócios:

(À Comissão de Educação.)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 12/06/2002

Autentico a presente fotocópia
Cuidado: 05.03.98
TABELIA

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO
Nizete Asvolinsque
TABELIA
Nelzi Asvolinsque
SUBSTITUA

CUIABÁ

MATO GROSSO

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO
Tabela e Tabelas de Tabelas e Tabelas
NIZETE ASVOLINSQUE
NELZI ASVOLINSQUE
NELZI LUCIAS
NIZETE ASVOLINSQUE
EUDÉTEO ONCHINA DA CUNHA
Escritorante Juiz de Direito
Mato Grosso

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 246, DE 2002

(Nº 1.254/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RADIO SOM DA TERRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 795, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 302/01

Submete à apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 795, de 28 de dezembro de 2000, que concede permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso.

(AS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54)).

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 - Portaria nº 791, de 28 de dezembro de 2000 – Rádio Clube FM Arenópolis Ltda., na cidade de Arenópolis-MT;

2 - Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000 – Rádio Regional Centro Norte Ltda., na cidade de Lucas do Rio Verde-MT;

3 - Portaria nº 793, de 28 de dezembro de 2000 – Rádio Educadora Vale do Acará Ltda., na cidade de Tomé-Açu-PA; e

4 - Portaria nº 795, de 28 de dezembro de 2000 – Rádio Som da Terra Ltda., na cidade de Alta Floresta-MT;

Brasília, 2 de abril de 2001.



MC 00069 EM

Brasília, 13 de março de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 139/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Som da Terra Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 795, DE 28 DE dezembro DE 2000.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.000113/98, Concorrência nº 139/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

SUENICE ROSA BELOTO LEAL 2.500 cotas vr.R\$-1,00-cada R\$-2.500,00

VILMA BENEDITA RODRIGUES

DE MORAES 2.500 cotas vr.R\$-1,00-cada R\$-2.500,00

TOTAL 5.000 cotas R\$-5.000,00

SEXTA :- As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas, a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime de todos os sócios, cabendo a estes o direito de preferência na aquisição.

SETIMA :- A responsabilidade dos sócios, é limitada a importância do capital social, nos termos do art. 2º in-fine" do Decreto nr. 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

OITAVA :- A gerência será exercida por todos os sócios que subdividirão entre si todas as operações e que representarão a mesma ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhes entretanto vetado, o uso do nome da empresa em negócios alheios aos fins sociais, tais como: avais, cartas de fiança, endossos ou qualquer outro documento em favor de terceiros.

NONA :- Os sócios terão direito à uma retirada mensal a título de pro-labore, cuja importância será fixada de comum acordo entre os sócios, respeitando-se os limites máximos permitidos no Regulamento do Imposto de Renda.

DECIMA :- Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, assumindo seu lugar, seus herdeiros legítimos. Caso estes herdeiros não queiram continuar na sociedade, suas cotas serão vendidas preferencialmente aos sócios remanescentes.

DECIMA PRIMEIRA :- No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, e os sócios remanescentes, terão o prazo de 180 dias para efetuar o pagamento das cotas ao sócio retirante.

DECIMA SEGUNDA :- O exercício social coincidirá com o civil e no dia 31 de dezembro de cada ano será levantado um balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas cotas de capital.

PARAGRAFO UNICO :- A critério dos sócios e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de reservas legais.

DECIMA TERCEIRA :- Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis.

DECIMA QUARTA :- A sociedade poderá abrir filiais, em qualquer parte do território nacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 12/06/2002

Autentico a presente fotocópia
Cuiabá 05.03.98
TABELA

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO

NIZETE ASSOLINQUE
TABELA
NIZETE ASSOLINQUE
CUIABÁ

CUIABÁ MATO GROSSO

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO
TABELA e CUIABÁ do registro de imóveis
NIZETE ASSOLINQUE
NIZETE ASSOLINQUE
1º Substituto
NIZETE ASSOLINQUE
2º Substituto
NIZETE ASSOLINQUE PERITO
3º Substituto
EUDETES OLIVEIRA DA SILVA
Escriturante Juiz em exercício
MATO GROSSO

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de contrato social de constituição de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para os fins e efeitos legais, sendo a primeira arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, anotando-se as demais no mesmo órgão às quais ficarão na gerência da sociedade, para uso exclusivo dos sócios.

Cuiabá MT., 26 de Maio de 1.996

SUENICE ROSA BELOTO LEAL

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES

TESTEMUNIAS:

ELIAS EDUARDO R. STOCCO
CPF. 049.436.718-02
RG. 11.609.212 SSP/SP

ELINILDO DEE DUCCAS MENDONÇA
CPF. 315.601.338-04
RG. 10.503.992-5 SSP/SP

~~Exmo de Gatinho~~ R. de M. ora
OAB/MT R. 896



Autentico a presente fotocópia
culabá 05.12.3.98

TABELLA

CARTORIO DO 7º. OFÍCIO

17476 *Asplenium*

TABLE 1

Meizi A. Weissman

Abstract

CUIABÁ MAIO GROSSO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 12/11/2000

[illegible]

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL:**FIRMA: RADIO SOM DA TERRA LTDA.**

SUENICE ROSA BELOTO LEAL, brasileira, comerciante, casada, residente e domiciliada à Rua: Sírio Libanesa nr. 165, bairro popular apto. 602, Edifício Vila Del Rei, Cuiabá-Mt, portadora da RG nr. 8.847.844 SSP/SP e CPF nr. 825.886.948-53;

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES, brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada a Ave: Pres. Marques, 1.800 Apto. 201, Bairro Santa Helena, Cuiabá-Mt, portadora da RG nr. 519.340- SSP/MT, e CPF nr. 162.709.671-04;

Únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, explorando ramo de atividade de execução de serviços de radiodifusão em FM e OM, retransmissão de televisão (RTV) geradora de MMDS, publicidade, promoções, relações públicas, marketing, pesquisa de mercado, serviços de imprensa, out-door, assessoria de comunicação e editoração, com sede social a Ave: Filinto Muller, 1875 sala 04, bairro Quilombo, Cuiabá-Mt, que gira sob a razão social de:

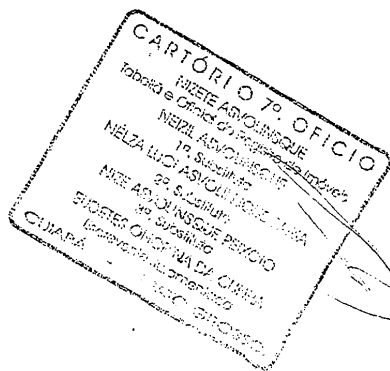
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA

Conforme Contrato Social c/ arquivamento na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nr. 51200641320 em sessão de 03.06.97, resolvem de pleno e mutuo acordo acrescentar as seguintes cláusulas no primitivo contrato social:

DÉCIMA QUINTA: As cotas ou ações representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros;

DÉCIMA SEXTA: Nenhuma alteração de contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério dos Transportes e das Comunicações.

DÉCIMA SETIMA: Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura nos



Autentico a presente fotocópia
Cuiabá, 05.10.98
TABELIA

CARTÓRIO DO 7º. OFÍCIO
NEZIL ADOLFINOQUE VARELA
NEZIL ADOLFINOQUE VARELA
SUBSTITUTA
CUIABÁ MATO GROSSO.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 12/11/98

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be "NEZIL ADOLFINOQUE VARELA".

DÉCIMA OITAVA: Os funcionários admitidos pela sociedade será constituído de ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de alteração de contrato social, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para fins e efeitos legais, sendo a primeira arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, anotando-se as demais no mesmo órgão as quais ficarão na gerência da sociedade, para uso exclusivo dos sócios.

SUENICE ROSA BELOTO LEAL

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES

NAIR PEREIRA
RG: 463.346- SSP-MT
CPF: 468.422.091-53

DARTAGNAN DONOSO
RG: 1085571-8 SSP-MT
CPF: 325.426.152-68

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 12/12/2002

CARTÓRIO 7º OFÍCIO
Tribunal e Oficial do Registro de Imóveis
MIZETE APOLOINQUE
MIRIL ANTONY NEGRE
da Substância
2ª Circunscrição
MIZA LUO ARCONOVILLE PERIA
de Substância
MIZE ASTOLINQUE REIXICO
Escritório Juizante
EUDENE CHACINA DA OLIVEIRA
CUIARÁ - MATO GROSSO.

VIÇO P...
MINISTÉRIO DAS COM...
ONFERE COM O O...
m. 12 / 1998

[Handwritten signature]

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 980049180

SUB O NÚMERO:
980049180

Proteção: 980049180

[Handwritten signature]
D. ROBERTO C. FERREIRA
SECRETÁRIO GERAL

Autentica a presente fotocópia
Cuiabá, 05 de 03 de 1998

TABELA

CARTÓRIO DO 7º. OFÍCIO
Nizete Asvolinskus
TABELIA
Neizi Asvolinskus
SUBSTITUA
CUIABÁ MATO GROSSO.

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**FIRMA: RADIO SOM DA TERRA LTDA.**

SUENICE ROSA BELOTO LEAL, brasileira, comerciante, casada, residente e domiciliada à Rua: Sírio Libanesa nr. 165, bairro popular apto. 602, Edifício Vila Del Rei, Cuiabá-Mt, portadora da RG nr. 8.847.844 SSP/SP e CPF nr. 825.886.948-53;

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES, brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada a Ave: Pres. Marques, 1.800 Apto. 201, Bairro Santa Helena, Cuiabá-Mt, portadora da RG nr. 519.340- SSP/MT, e CPF nr. 162.709.671-04;

Únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, explorando ramo de atividade de execução de serviços de radiodifusão em FM e OM, retransmissão de televisão (RTV) geradora de MMDS, publicidade, promoções, relações públicas, marketing, pesquisa de mercado, serviços de imprensa, out-door, assessoria de comunicação e editoração, com sede social a Ave: Filinto Muller, 1875 sala 04, bairro Quilombo, Cuiabá-Mt, que gira sob a razão social de:

RÁDIO SOM DA TERRA LTDA

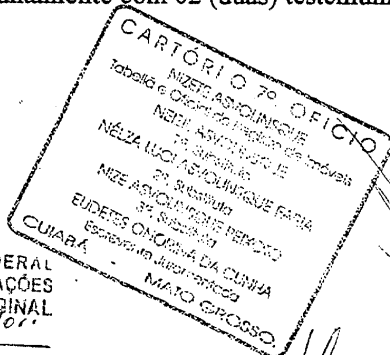
Conforme Contrato Social c/ arquivamento na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nr. 51200641320 em sessão de 03.06.97, resolvem de pleno e mutuo acordo acrescentar as seguintes cláusulas no primitivo contrato social:

VIGESIMA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VIGESIMA PRIMEIRA: Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Social que não foram alteradas pela presente alteração contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de alteração de contrato social, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para fins e efeitos legais, sendo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 12/06/2001



Autentico a presente fotocópia
Cuiabá, 05.10.98
TABELIA

CARTÓRIO DO 79. OFÍCIO
Nizete Asvolesques
TABELIA
Neeli Asvolesques
SUBSTITUTA
CUIABÁ - MATO GROSSO.

a primeira arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, anotando-se as demais no mesmo órgão as quais ficarão na gerência da sociedade, para uso exclusivo dos sócios.

Cuiabá-Mt, 23 de Fevereiro de 98

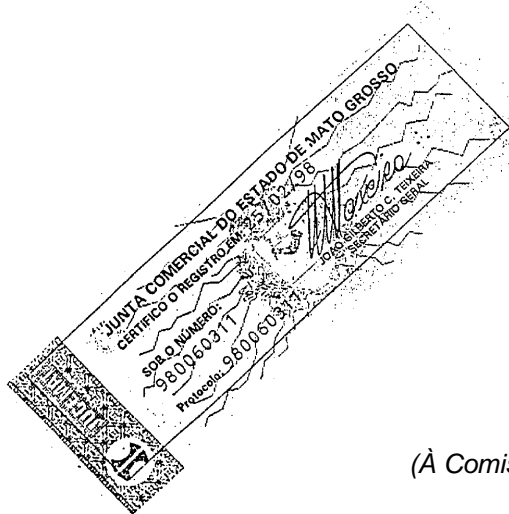
SUENICE ROSA BELOTO LEAL

VILMA BENEDITA RODRIGUES DE MORAES

TESTEMUNHAS:

NAIR PEREIRA
RG: 463.346- SSP-MT
CPF: 468.422.091-53

DARTAGNAN DONOSO
RG: 1085571-8 SSP-MT
CPF: 325.426.152-68



(À Comissão de Educação.)

Autentico a presente fotocópia
Cuiabá 05/03/98
TABELA

CARTÃO DO 7º OFÍCIO
Núcleo Asvolsinsque
TABELIA
Núcleo Asvolsinsque
SUBSTITUTA
CUIABÁ MATO GROSSO

CARTÓRIO DO OFÍCIO
 Tabela e Cartão de Registro de Imóveis
 NOME ASSIMILADO
 1ª. SÚMULA
 NÉLIA LUCI ASSIMILADO FARIAS
 2ª. SÚMULA
 NRE ASSIMILADO PERALPO
 3ª. SÚMULA
 EUDDES ONORINA DA CUNHA
 Escritório Juizante
 CUIABÁ - MATO GROSSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL.
Em, 12.12.2000

conhecimento do desejo de fundar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA RÁDIO E SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (ACERSJ)**, que se regerá sob os Estatutos a serem aprovados.

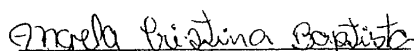
Colocado em votação, foi aprovada a proposta por unanimidade, ficando desde já eleito a Diretoria em voto secreto, ficou definido com unanimidade de votos como se segue

Diretor Presidente	FABIO MEIRELES GUERRA
Diretor Vice Presidente	ANGELA CRISTINA BAPTISTA
Diretor de Comunicação	MARCELO MEIRELES GUERRA
Diretor Secretária	MAURICIO BARBOSA PASSOS
Diretor Tesoureiro	RAQUEL TAVARES SILVEIRA
Diretor 1º Suplente	LUIZ FERNANDO PINTO DA MOTTA
Diretor 2º Suplente	ARNALDO SANTELMO BARROS

A diretoria Convidou os Senhores :Sr. MAGNO DINIZ ,Sra. WANDA MARIA LOURENÇO DA SILVA , A Sra. THEREZA MOREIRA LAGOS, Sr. ROSALDO ANDRIOLO MACHADO e o Sr WILTON PEDRO DE TOLEDO JUNIOR para fazerem parte do Conselho Comunitário da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA RÁDIO E SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (ACERSJ)**

Nada Mais Tendo a Declarar o Presidente da Mesa SR. FABIO MEIRELES GUERRA, deu por encerrada a Reunião.


FABIO MEIRELES GUERRA
Diretor Presidente


ANGELA CRISTINA BAPTISTA
Vice presidente

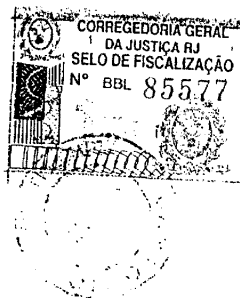

MAURICIO BARBOSA PASSOS
Secretário

RECEBUEMOS
EM 13 10 00
DO SENADO FEDERAL


RAQUEL TAVARES SILVEIRA
Tesoureiro

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1999.

Registro Civil de Pessoas Jurídica
CARTÓRIO 4º OFÍCIO - PETRÓPOLIS
Rua do Império, 171 - Centro Loja 6
Ed. Profissionais - Fone: 243-8250.
APRESENTANDO para o REGISTRO
Protocolado no Livro nº 32122
e Registrado em 03/11/99 sob
nº 268 na qual se outorga o
Petrópolis, 03 de Novembro de 1999.
PAULO CALLERI - TABELIÃO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2002
(Nº 1.312/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à
SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA.
para explorar serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de
Corumbá, Estado de Mato Grosso do
Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o
Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à
Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda. para explorar, por dez
anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato
Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 535/01

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 4 de junho de 2001, que "Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

- 1 - Rádio Estrela de Ibituna Ltda., na cidade de Valente-BA (onda média);
- 2 - Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda., na cidade de Soledade-RS (onda média);
- 3 - Rádio São José Ltda., na cidade de Itabuna-BA (onda média);
- 4 - R.B. - Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Linhares-ES (onda média);
- 5 - Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda., na cidade de Corumbá-MS (onda média);
- 6 - Emissora Vale do Apodi Ltda., na cidade de Apodi-RN (onda média);
- 7 - KMR - Telecomunicações Ltda., na cidade de Jaciara-MT (onda média);
- 8 - Pantanal Som e Imagem Ltda., na cidade de Cáceres-MT (onda média);
- 9 - Pantanal Som e Imagem Ltda., na cidade de Cuiabá-MT (sons e imagens);
- 10 - Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Teresina-PI (sons e imagens);
- 11 - TV Primavera de Criciúma Ltda., na cidade de Criciúma-SC (sons e imagens); e
- 12 - Cabuginet Comunicações Ltda., na cidade de Natal-RN (sons e imagens).



Brasília, 7 de junho de 2001.

Brasília, 24 de maio de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnicas e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos Editais, tornando-se assim vencedoras das Concorrências, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

I - Rádio Estrela de Ibituna Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valente, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000497/97 e Concorrência nº 090/97-SFO/MC);

II - Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000803/97 e Concorrência nº 101/97-SFO/MC);

III - Rádio São José Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabuna, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000174/98 e Concorrência nº 124/97-SSR/MC);

IV - R.B. - Rádio e Televisão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000296/98 e Concorrência nº 130/97-SSR/MC);

V - Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000286/98 e Concorrência nº 138/97-SSR/MC);

VI - Emissora Vale do Apodi Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000052/98 e Concorrência nº 153/97-SSR/MC);

VII - KMR - Telecomunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000181/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

VIII - Pantanal Som e Imagem Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000182/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

IX - Pantanal Som e Imagem Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000182/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

X - Rádio e Televisão do Piauí Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000315/97 e Concorrência nº 109/97-SFO/MC);

XI – TV Primavera de Criciúma Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000400/97 e Concorrência nº 112/97-SFO/MC);

XII – Cabuginet Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000054/98 e Concorrência nº 153/97-SSR/MC).

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

FIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE DE DE 2001

Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995,

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Estrela de Ilhéus Ltda., na cidade de Valente, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000497/97 e Concorrência nº 090/97-SFO/MC);

II – Emissoras Soledadense de Radiodifusão Ltda., na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000803/97 e Concorrência nº 101/97-SFO/MC);

III – Rádio São José Ltda., na cidade de Itabuna, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000174/98 e Concorrência nº 124/97-SSR/MC);

IV – R.B. – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000296/98 e Concorrência nº 130/97-SSR/MC);

V – Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda., na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000286/98 e Concorrência nº 138/97-SSR/MC);

VI – Emissora Vale do Apodi Ltda., na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000052/98 e Concorrência nº 153/97-SSR/MC);

VII – KMR – Telecomunicações Ltda., na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000181/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

VIII – Pantanal Som e Imagem Ltda., na cidade de Cáceres, Estado do Mato Grosso (Processo nº 53690.000182/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

Art. 2º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I – Pantanal Som e Imagem Ltda., na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000182/98 e Concorrência nº 140/97-SSR/MC);

II – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Teresina, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000315/97 e Concorrência nº 109/97-SFO/MC);

III – TV Primavera de Criciúma Ltda., na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000400/97 e Concorrência nº 112/97-SFO/MC);

IV – Cabuginet Comunicações Ltda., na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000054/98 e Concorrência nº 153/97-SSR/MC);

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

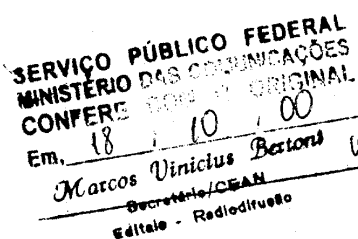
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL DA FIRMA:

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social, e na melhor forma de direito ALBERTO DE MEDEIROS GUIMARÃES, brasileiro, separado, advogado, residente e domiciliado na Rua Delamare, 539, na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, filho de BRENO DE MEDEIROS GUIMARÃES e de THEREZINHA DE MEDEIROS GUIMARÃES, portador da Cédula de Identidade RG nº 037.635 SSP/MT e CPF nº163.403.451-15, e ALAOR FLORES DA COSTA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua América, 876 na cidade de Corumbá Estado de Mato Grosso do Sul, filho de NORBERTO DIAS COSTA e de IRACEMA FLORES DA COSTA, portador da Cédula de Identidade RG nº221.783 SSP/MT e CPF nº 034.092.361-04, resolvem de comum acordo, constituir uma sociedade pôr cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA**, com sede e Foro na cidade de Corumbá - Estado de MS na Rua Cabral, 1.729 - Centro, podendo abrir e manter filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, obedecendo as disposições legais do Poder Concedente.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início de atividade na data da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem pôr objetivo social a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora e do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, através de instalação de estações próprias nesta e em outras localidades do território nacional, mediante obtenção de concessões ou permissões que lhe venham a ser outorgadas pelo Poder Concedente:



CLÁUSULA QUARTA - O capital social será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) representado por 20.000 (vinte mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuídos entre os sócios:

a) Alberto de Medeiros Guimarães 10.000 cotas R\$ 1,00 R\$ 10.000,00
b) Alair Flores da Costa 10.000 cotas R\$ 1,00 R\$ 10.000,00

Totalizando 20.000 cotas R\$ 1,00 R\$ 20.000,00

A integralização do Capital Social firmará em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- a) 50 % (cinquenta por cento) do Capital Social, correspondendo a R\$10.000,00 (dez mil reais) no ato da assinatura do presente contrato;
b) os restantes 50 % (cinquenta por cento), do Capital Social, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) até o prazo de 60 (sessenta dias) contados da publicação no Diário Oficial da União, do respectivo ato de outorga do Serviço de Radiodifusão.

CLÁUSULA QUINTA - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social, nos termos do Artigo 2º da Lei 3.708 de 10 de Junho de 1979.

CLÁUSULA SEXTA - As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, serão tomadas por sócios que representam a maioria do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - O Capital Social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA OITAVA - O quadro o pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA NONA - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA DÉCIMA - As cotas ou ações representativas do Capital Social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 18 de 10, 00
Marcos Vinicius Beserra
Secretário/CEAN
Editorial - Radiodifusão

CAVALIERE SANTOS PEREIRA 99-00000 DE NOTAS CAVALIERE SANTOS PEREIRA 99-00000
CAVALIERE SANTOS PEREIRA 99-00000 DE NOTAS CAVALIERE SANTOS PEREIRA 99-00000
Autenticada e Fotocópia
Fidelidade do Original.
10 6 MAR. 98
Grande, 1998
Cavaliere

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a não efetuar alteração neste contrato, sem que tenha para isso, obtido plena, legal e prévia autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade será administrada pelo sócio ALAOR FLORES DA COSTA, na função de **Diretor**, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios da sociedade em Juízo e fora dele, com poderes gerais para representá-la onde quer que seja e firmar os documentos necessários, podendo para tanto substabelecer indicando procurador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A título de pró-labore os sócios terão como remuneração a quantia fixada em comum, até o limite das deduções fiscais previsto na legislação do Imposto de Renda, e que será levada à conta de despesas gerais.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quarta deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando o (**Diretor**), na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O sócio que desejar transferir parte ou a totalidade de suas cotas, deverá notificar por escrito, a sociedade discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através de seus demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da notificação. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem que a sociedade exerça ou renuncie ao direito de preferência, as cotas poderão ser transferidas a terceiros, observando-se previamente, a anuência expressa do Poder Concedente, para que o ato de transferência possa ter os efeitos legais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE ORIGINAL
Em 18/10/00
Marcos Vinícius Bertoni
Secretário/CEAN
Edição - Redigido

06 MAR 98
1998

E por estarem justos e contratados, lavraram o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme, assinam juntamente com 2 (duas) testemunhas idôneas e capazes, a tudo presente.


 OAB/MS 5.449
 ARY RAGHANT NETC

Paga-se a 100 \$ 100,00 de Algor Flores de
 Costa e Alberto de Medeiros Guimaraes
 Contador ofício
 Copia 1602-30
 Em 10/10/60

16

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS - JUCEMS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 18/02/98

CARTÓRIO SANTOS PEREIRA 8º OFÍCIO DE NOTAS CARTÓRIO SANTOS PEREIRA
608.0 NÚMERO: 54200631696 TOS FEN
15 OFÍCIO DE NOTAS: ADAMIM RODRIGUES DE PAULA
Protocolo: 980495700 SECRETARIO GERAL: Eteocleia
Gustavo Barreto dos Santos Pereira 1ª Produção fiel do original.

DE NOTAS CARTÓRIO
SUBSTITUTO
Mécio Eduardo de C. dos Santos Pereira
1º SECRETARIO
1ª Substituto: Mécio Eduardo dos Santos Pereira
2ª Substituto: Paulo Vicente de C. Duarte
Paulo Vicente de C. Duarte
Paulo Vicente de C. Duarte
Paulo Vicente de C. Duarte
FONE: (067) 212.11.11 - 212.11.12

06 MAR 98
C. Grande, 199
TARFEL

CARTÓRIO SANTOS PEREIRA 8º OFÍCIO DE NOTAS CARTÓRIO SANTOS PEREIRA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 248, DE 2002

(Nº 1.481/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à EXTREMA COMUNICAÇÕES FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 423, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Extrema Comunicações FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

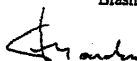
MENSAGEM Nº 997/01

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 420, de 7 de agosto de 2001 - Rádio FM Cidade de Itajubá Ltda., na cidade de Presidente Olegário-MG;
- 2 - Portaria nº 421, de 7 de agosto de 2001 - Vitória Comunicação Ltda., na cidade de São Gonçalo do Sapucaí-MG;
- 3 - Portaria nº 423, de 7 de agosto de 2001 - Extrema Comunicações FM Ltda., na cidade de Extrema-MG;
- 4 - Portaria nº 433, de 7 de agosto de 2001 - Conquista Comunicação Ltda., na cidade de São Mateus-ES;
- 5 - Portaria nº 434, de 7 de agosto de 2001 - Rádio Cidadã Ltda., na cidade de Linhares-ES;
- 6 - Portaria nº 441, de 7 de agosto de 2001 - Rádio Itabaiana FM Ltda., na cidade de Itabaiana-PB;
- 7 - Portaria nº 442, de 7 de agosto de 2001 - Rádio Guarabira FM Ltda., na cidade de Guarabira-PB;
- 8 - Portaria nº 443, de 7 de agosto de 2001 - RB - Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Rio Bananal-ES;
- 9 - Portaria nº 445, de 7 de agosto de 2001 - Sistema Lageado de Comunicação Ltda., na cidade de Vila Velha-ES; e
- 10 - Portaria nº 447, de 7 de agosto de 2001 - Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., na cidade de Cajazeiras-PB.

Brasília, 17 de setembro de 2001.



MC 00503 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 069/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Extrema Comunicações FM Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 423, DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, de conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Dec 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000797/97, Concorrência 069/97-SFO/MC, resolve:


Art. 1º Outorgar permissão à Extrema Comunicações FM Ltda. para explorar, pelo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

Contrato SocialExtrema Comunicações FM Ltda.

MOZART ONISTO, brasileiro, solteiro, despachante policial, residente e domiciliado na cidade de Extrema MG., à Praça Presidente Vargas nº 45, portador da Carteira de Identidade RC - 029038, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº 313.720.076-87.

BENEDITO JOSÉ DE TOLEDO FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Extrema-MG, à rua Governador Valadares nº 167, portador da carteira de identidade RG nº M-172.0092, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº 010 437 146-34.-

LUIZ CARLOS BERGAMIN, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na cidade de Extrema-MG, à rua Cinco nº 20, Jd. Nova Extrema, portador da carteira de identidade RG nº 162.00382, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, CPF nº 330 864 009-00.-

EDUARDO JOSÉ DE TOLEDO, brasileiro, solteiro, bancário, residente e domiciliado na cidade de Extrema-MG, à rua Santa Rita nº 139, portador da carteira de identidade RG nº M-4.660.156, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e CPF nº 102 300 189-54, resolvem por este instrumento, constituir uma Sociedade Por Cotas de Responsabilidade Limitada, com a finalidade de explorar Serviços de Radiodifusão em qualquer localidade do País, de conformidade com as concessões ou permissões que, para tanto, lhe venham a ser outorgadas pelo Governo Federal. A sociedade terá o seu foro e sede na cidade de Extrema-MG., na Praça Presidente Vargas nº 45. Todos os negócios da sociedade serão regidos pelas condições resumidas nas seguintes cláusulas.:

CLÁUSULA - Iª - A sociedade girará sob a denominação social de " EXTREMA COMUNICAÇÕES FM LTDA ", tendo sede e foro na cidade de Extrema, no estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA - IIª - A Sociedade tem como objetivo a "Execução de Serviços de Radiodifusão de qualquer modalidade," na cidade de Extrema ou em qualquer outra localidade do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue concessões ou permissões, podendo paralelamente, explorar a propaganda comercial e serviços especiais de música funcional".

§ - 1ª - A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sempre à legislação específica que reger os serviços de radiodifusão, visando fins educacionais,

continua fls...2

cívicos, patrióticos e recreativos.

§ - 2º - para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais, de música funcional, abrir e fechar sucursais, em qualquer localidade do País, podendo para tanto, a gerência destacar a parte do capital social que destinará à atividade de sucursal, mediante, arquivamento de tal ato no registro de comércio competente.

CLÁUSULA - IIIº - A duração da sociedade será por prazo INDETERMINADO, observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da Lei específica.

CLÁUSULA - IVº - O capital social é de CR\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), representado por 1.500 -- (Hum mil e quinhentas), cotas no valor de CR\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) cada uma e assim subscritas pelos sócios:

MOZART ONISTO.....	550..cotas.....	CR\$ 550.000,00
BENEDITO JOSÉ DE TOLEDO FILHO	550 cotas.....	CR\$ 550.000,00
EDUARDO JOSÉ DE TOLEDO.....	200 cotas.....	CR\$ 200.000,00
LUIZ CARLOS BERGAMIN.....	200 cotas.....	CR\$ 200.000,00
Total.....		CR\$ 1.500.000,00

§º- 1º - Cada sócio integralizará o seu capital da seguinte forma: 50% (Cinquenta por cento), neste ato em dinheiro, e os restantes 50% (Cinquenta por cento) no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que o Governo Federal outorgue à sociedade concessão ou permissão para executar qualquer modalidade de serviço de radiodifusão.

§º- 2º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

§º - 3º - As cotas representativas do capital social são indivisíveis e, para cada uma delas, a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA - Vº - É vedado o ingresso, na sociedade, a pessoas jurídicas e estrangeiros, nela só podendo ser admitidos brasileiros.

CLÁUSULA - VIº - As cotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e às pessoas jurídicas.

CLÁUSULA - VIIº - Na hipótese de qualquer dos sócios desejar transferir a totalidade ou parte de suas cotas, terão preferência absoluta para a sua aquisição os demais sócios aos quais o sócio interessado deverá comunicar sua intenção por escrito.

continua fls. 03

§º - 1º - O sócio interessado em transferir suas cotas poderá conceder aos demais, por escrito, um prazo para respostas - nunca inferior a 60 (Sessenta) dias.

§º - 2º - Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas a aquisição será feita por eles, na proporção direta da quantidade de cotas que já possuírem.

CLÁUSULA - VIIIº - Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá, procedendo-se então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros do sócio falecido, o valor de seu capital social, considerando-se também, os créditos ou débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§º - 1º - O valor total de que for devido será pago aos herdeiros, ou a quem de direito, na seguinte forma: 30% (Trinta por cento) do total, dentro de noventa (90) dias a contar da data do falecimento e o restante 70% (Setenta por cento) em 15 (quinze) prestações mensais de igual valor em Btms e consecutivas, vencendo-se a primeira 120 (Cento e vinte) dias a contar da data do falecimento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

§º - 2º No caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA - IXº - A sociedade será administrada por um sócio-gerente ao qual são conferidos amplos poderes para praticar todos os atos normais de gerência e administração, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo ou fora dele, sendo vedado o uso da denominação social em negócios estranhos à sociedade, bem como em aval, fianças, endossos ou garantia em favor de terceiros.

§º - 1º - A sociedade poderá fazer-se representar também em juízo ou fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos e mandatos o procurador ou procuradores deverão ter seus nomes aprovados, previamente, pelo Órgão competente do Governo Federal.

§º - 2º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (Dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após serem aprovados pelo poder concedente.

CLÁUSULA - Xº - Fica investido no cargo de sócio gerente o sócio MOZART ONISTO, dispensado de caução.

continua fls....04

CLÁUSULA - XIª - A título de Pró-Labore o sócio gerente retirará mensalmente, uma importância a ser fixada de comum acordo entre os sócios, a qual será levada a débito da conta de despesas gerais.

CLÁUSULA XIIª - O ano social coincide com o ano civil, anualmente no dia 31 de dezembro de cada ano, será levantado em balanço geral para apuração dos resultados no exercício; os lucros ou prejuízos apurados serão divididos entre os sócios, na proporção direta da quantidade de cotas que possuírem, ou ficarão escriturados em títulos próprio da sociedade, conforme ficar resolvido na oportunidade, por decisão da maioria das cotas.

§-ÚNICO - Poderão ser levantados balanços intercalares dos negócios sociais, em qualquer época do ano, permitindo apuração de lucros para fins de capitalização ou distribuição antecipada de resultados.

CLÁUSULA - XIIIª - O quadro de empregados da sociedade será sempre constituído, no mínimo de 2/3 (Dois Terço) brasileiro.

CLÁUSULA - XIVª - A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste CONTRATO sem prévia autorização do Órgão competente do Governo Federal.

CLÁUSULA - XVª - Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente contrato, os sócios elegem o foro da comarca de EXTREMA, no Estado de Minas Gerais.

E por estarem, todos os sócios, assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual forma e teor na presença de duas testemunhas por eles conhecida.

Extrema, 03.01.1991

Mozart Onisto.-
Data Nasc.: 24.10.59

Benedito José de Toledo Filho.-
Data Nasc.: 14/03/41

Eduardo José de Toledo
Data Nasc.: 21/01/70

Luiz Carlos Bergamin
Data Nasc.: 07/06/51

Testemunhas:

Rubens Malaquias do Prado

Celso do Couto Alves

SERVIÇO DE REGISTRO	JUÍZ MG
Data de registro/ar	
7.669.70	

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2002
(Nº 1.323/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO
SUL para executar serviço de radiodi-
fusão sonora em frequência modulada
na cidade de Caxias do Sul, Estado do
Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a
Portaria nº 811, de 28 de dezembro de 2000, que outorga
permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para
executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço
de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins
exclusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado
do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

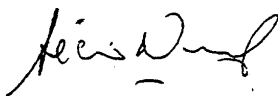
MENSAGEM Nº 642/01

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da
Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições
de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo
de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada,
com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 809, de 28 de dezembro de 2000 - Fundação Quilombo, na cidade de
Rio Largo-AL;
- 2 - Portaria nº 811, de 28 de dezembro de 2000 - Fundação Universidade de Caxias
do Sul, na cidade de Caxias do Sul-RS;
- 3 - Portaria nº 815, de 28 de dezembro de 2000 - Fundação Waldy Freitas, na cidade
de Camaçari-BA; e
- 4 - Portaria nº 17, de 8 de fevereiro de 2001 - Fundação Educativa de Urânia, na
cidade de Fernandópolis-SP.

Brasília, 27 de junho de 2001.



MC 00207 EM

Brasília, 30 de março de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53790.000146/00, de interesse da Fundação Universidade de Caxias do Sul, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 811 DE 28 DE dezembro DE 2000.

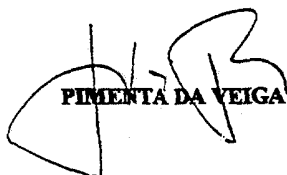
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000146/00, resolve:

—Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL
E. M. 09 / 02 2001
R

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

PARECER Nº 632/2000

**REFERÊNCIA
INTERESSADA
ASSUNTO
EMENTA**

Processo nº 53790.000146/00

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Outorga de serviço de radiodifusão.

- Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

- Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO

Pelo deferimento

1 – OS FATOS

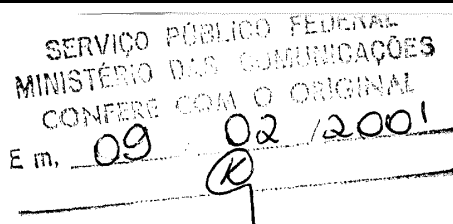
A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 293 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro "A – 4" sob o nº 941, aos 03 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de duração de quatro anos, de acordo com o art. 12 do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Ruy



Pauletti, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração e o de Diretor Vice-Presidente está ocupado pelo Sr. Luiz Antônio Rizzon.

II – DO MÉRITO

6. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

7. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

8. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

"Art. 13

(...)

§ 1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".

9. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

10. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles, juntadas às fls. 16 e 17 dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

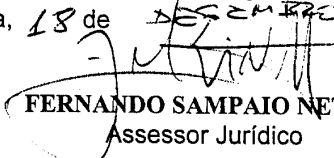
Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSELHO DE REGULAÇÃO
Em, 09 / 02 / 2001
9

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

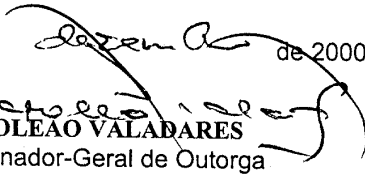
É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 18 de dezembro de 2000.


FERNANDO SAMPAIO NETTO
Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.


NAPOLEÃO VALADARES
Coordenador-Geral de Outorga

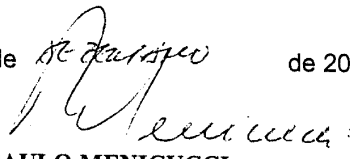
À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.


ANTÔNIO CARLOS TARDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.


PAULO MENICUCCI
Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002
(Nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à
SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.
para explorar serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na ci-
dade de Goiânia, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a
Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão
à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez
anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de
Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

TVR Nº 1.117, DE 2001

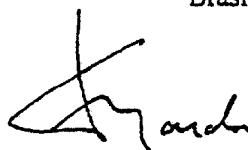
MENSAGEM Nº 993/01

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da
Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições
de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo
de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência
modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 360, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing
- 12 - Portaria nº 437, de 7 de agosto de 2001 – RB – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Ecoporanga-ES;
- 13 - Portaria nº 438, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitória Régia de Rádio Ltda., na cidade de Porto Velho-RO;
- 14 - Portaria nº 448, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Anchieta-ES; e
- 15 - Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001 – CV – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Joinville-SC.
- na cidade de Goiânia-GO;
- 6 - Portaria nº 370, de 5 de julho de 2001 – Rádio Serrana FM Ltda., na cidade de Dias D'Ávila-BA;
- 7 - Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Interativa de Comunicação Ltda., na cidade de Araranguá-SC;
- 8 - Portaria nº 428, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., na cidade de Blumenau-SC;
- 9 - Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pedro Canário-ES;
- 10 - Portaria nº 431, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pinheiros-ES;
- 11 - Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001 – Empresa de Comunicação Internacional Ltda., na cidade de Itajaí-SC;
- 12 - Portaria nº 437, de 7 de agosto de 2001 – RB – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Ecoporanga-ES;
- 13 - Portaria nº 438, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitória Régia de Rádio Ltda., na cidade de Porto Velho-RO;
- 14 - Portaria nº 448, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Anchieta-ES; e
- 15 - Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001 – CV – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Joinville-SC.

Brasília, 17 de setembro de 2001.



PORTARIA Nº 365 ,DE 5 DE julho DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000076/98, Concorrência nº 131/97-SSR/MC, resolve:

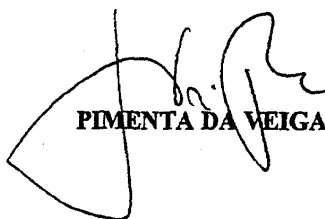
Art. 1º Outorgar permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

MC 00427 EM

Brasília, 15 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 131/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Sistema Lageado de Comunicação Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA**“SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA”**

Pelo presente instrumento particular, **FABRÍCIO LOPES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 16/10/75, empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 2.988.871 2ª Via - SSP-GO., inscrito no C.P.F.-M.F. sob o n.º 775.860.501-04, residente e domiciliado à Rua 23 Qd. L 02, CH 2, Chácaras Americanas, Bairro de Lourdes, Anápolis, Estado de Goiás;

LUCI LEDRA, brasileira, separada consensualmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 206.990 2ª Via - SSP-GO., inscrita no C.P.F.-M.F. sob o n.º 375.137.021-87, residente e domiciliada à Rua 9 n.º 298, Apt.º 1200, Ed. Patricia, Setor Oeste, Goiânia, Capital do Estado de Goiás;

Têm, entre si, justo e contratado a constituição de uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob a denominação social de **SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade terá sua sede a Rua 109 n.º 122, sala 02, Setor Sul, Goiânia, Capital do Estado de Goiás, podendo estabelecer ou suprimir filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do Território Nacional, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV) e de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de áudio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - O início das atividades será em 02 de março de 1998. O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e a subscrição se dará da seguinte maneira:

SÓCIOS	QUOTAS SUBSCRITAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Fabricio Lopes da Luz	10.000	1,00	10.000,00
Luci Ledra	10.000	1,00	10.000,00
T O T A I S	20.000	1,00	20.000,00

Parágrafo Primeiro - Os sócios integralizarão todas as suas quotas de capital ora subscritas em moeda corrente do País nas seguintes condições: 10 % (dez por cento), ou seja, R\$

2.000,00 (dois mil reais) no ato da assinatura deste contrato social e os restantes 90 % (noventa ~~por~~ cento), isto é, R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) serão integralizados em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é, na forma da legislação em vigor, limitada a importância total do capital social.

Parágrafo Terceiro - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e inalienáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de quotas de prévia autorização do Poder Público Concedente.

Parágrafo Quarto - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Empresa reconhece apenas um único proprietário.

Parágrafo Quinto - As quotas são livremente transferíveis entre os quotistas, desde que haja prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA SEXTA - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros.

Parágrafo Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder 30 % (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os cargos de gerentes, procuradores, administradores, locutores e encarregados das instalações radioelétricas, somente serão exercidos por brasileiros natos, de acordo com o estipulado no Artigo 8º do Decreto n.º 52.795/63, sendo que, o quadro de pessoal será composto, no mínimo por 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA OITAVA - A Empresa será administrada por um de seus quotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula Sexta, deste Instrumento, aos quais compete, "*in solidum*", o uso da denominação social e a representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da Sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

Parágrafo Único - Fica indicado para gerir e administrar a Empresa, no cargo de Gerente Geral, a quotista **LUCI LEDRA**, que será eximida de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão, a qual administrará individualmente a Sociedade, podendo para tanto assinar quaisquer documentos, representar a Sociedade em processos licitatórios junto ao Ministério das Comunicações, além de outros poderes, tais como: assinar cheques, ordens de pagamento, transferências, endossos, contratação e demissão de pessoal, sendo que para venda de bens do ativo permanente da Empresa deverão constar as assinaturas de todos os sócios, além de representar a Sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em

CLÁUSULA NONA - O uso da denominação social caberá à Gerente nomeada no parágrafo anterior da Cláusula Sétima, isoladamente, em juízo ou fora dele, somente em negócio que consulte os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, etc..., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticar.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, levada a débito na conta de despesas da Empresa, cujo valor será fixado anualmente, observados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda, para cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - A Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Entidade, nomear procuradores para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 01 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, e serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas quotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - A aquisição das quotas de capital será efetuada pelo(s) sócio(s), na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(es).

Parágrafo Segundo - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a Empresa não se dissolverá, desde que os sócios remanescentes providenciem um balanço geral, na data do evento, para apuração dos direitos e deveres do sócio retirante, inabilitado, interdito ou falecido, pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do falecido, seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

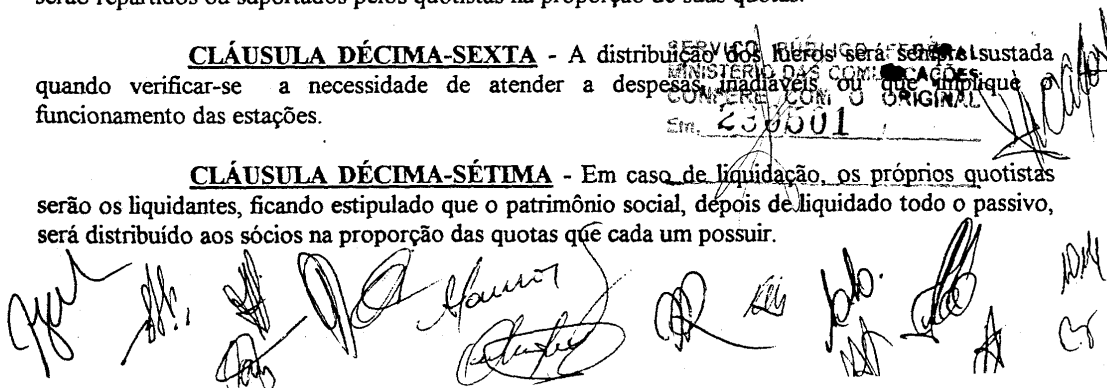
CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no Artigo 91 do Decreto n.º 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 91.837/85.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - O exercício coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Empresa, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos quotistas na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - A distribuição dos lucros será sustentada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que implique o funcionamento das estações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - Em caso de liquidação, os próprios quotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das quotas que cada um possuir.

Serviço Público - 230501
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - A partir do instante em que a Empresa seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - O Instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A Empresa, por todos os seus quotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.


CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica, desde já, eleito o foro da sede da Empresa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

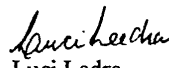
Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

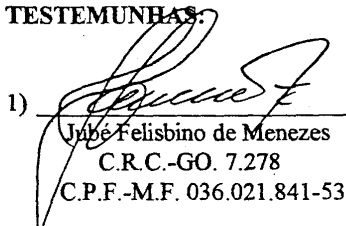
Goiânia-GO., 17 de fevereiro de 1998.

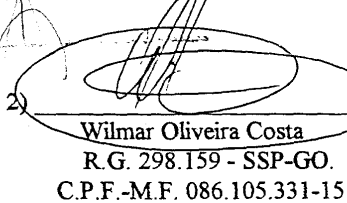

Fabricio Lopes da Luz

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COPIA ORIGINAL
230501


Luci Ledra

TESTEMUNHAS:

1) 
Jurel Felisbino de Menezes
C.R.C.-GO. 7.278
C.P.F.-M.F. 036.021.841-53

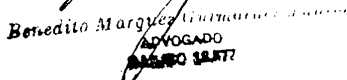
2) 
Wilmar Oliveira Costa
R.G. 298.159 - SSP-GO.
C.P.F.-M.F. 086.105.331-15

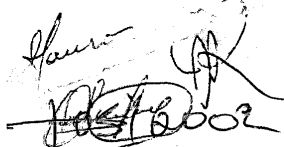
(À Comissão de Educação.)



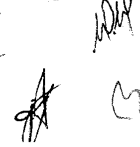





Benedito Marques
ADVOGADO
OAB/GO 3877


Benedito Marques
ADVOGADO
OAB/GO 3877





PARECERES**PARECERES Nº 472 e 473, DE 2002**

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2002 (nº 5.307/2001, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Parecer nº 472, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Vem, ao exame do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 48; de 2002 (nº 5.307, de 2001, na origem), de autoria do Poder Executivo, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

O projeto cria a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, sediada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A nova Universidade, cuja inserção regional fica caracterizada mediante atuação multicampi na região definida nos termos da Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a criar a região administrativa integrada de desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa. Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, fica autorizada a atuar na região do semi-árido nordestino.

A Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

A proposição autoriza o Poder Executivo a transferir para a entidade que se institui bens móveis e imóveis e acervos localizados no município de Petrolina, integrantes do patrimônio, da União, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina.

Ademais fica também autorizada a transferência à nova Universidade, do pessoal, dos cursos e das dotações orçamentárias das unidades das institui-

ções federais de ensino acima referidas localizadas na cidade de Petrolina.

Além disso, a proposta define os recursos financeiros da entidade, autorizando o Poder Executivo a praticar os atos necessários à sua instalação.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde não recebeu emendas.

É o relatório.

II – Análise

Cabe a esta Comissão analisar a proposição no tocante à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como sobre os seus aspectos de mérito envolvendo a organização administrativa, da União, competindo à Comissão de Educação examinar a matéria do ponto de vista substantivo.

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma do que dispõem as alíneas **a** e **e** do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição. Igualmente, do ponto de vista material, não há qualquer reparo a fazer.

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

No tocante ao mérito, a criação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco traduz-se, de um lado, na oportuna e necessária consolidação da presença da União na região de Petrolina, Pernambuco, que, juntamente com Juazeiro, na Bahia, constitui importante pólo de desenvolvimento regional. A nova Universidade, conforme estabelece a proposição sob exame terá, certamente, papel fundamental na articulação e no estudo das questões envolvendo não apenas essa região, como todo o semi-árido nordestino.

De outra parte, a instituição da nova entidade também significa uma racionalização da atuação do Governo Federal na região, na medida em que essa utilizará, para se desincumbir de suas atribuições, dos recursos humanos e materiais já existentes, hoje distribuídos por diversos órgãos e entidades da União.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câ-

mara nº 48, de 2002, bem como pela sua aprovação no tocante ao aspecto de competência desta Comissão.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2002. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **José Jorge**, Relator – **Antônio Carlos Júnior** – **Jefferson Peres** – **Osmar Dias** – **Francelino Pereira** – **Fernando Ribeiro** – **Romero Jucá** – **Pedro Simon** – **Marluce Pinto** – **Artur da Távola** – **Benício Sampaio** – **José Eduardo Dutra** – **Luiz Otávio** – **José Agripino**.

PARECER Nº 473, DE 2002

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Waldeck Ornélas**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2002, de iniciativa do Poder Executivo, tem como objetivo criar a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

De acordo com essa proposta, a referida Fundação, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em Petrolina, Estado de Pernambuco, destina-se à oferta de ensino superior, ao desenvolvimento da pesquisa e à promoção da extensão universitária, operando como uma instituição multicampi, baseada em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e com autorização para estender sua atuação no semi-árido nordestino.

Fica estabelecido que a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

A proposição determina, também, que o patrimônio da nova universidade será composto de bens e direitos que venha a adquirir e autoriza o Poder Executivo a transferir para a entidade os bens móveis e imóveis localizados no município de Petrolina, integrantes do patrimônio da União, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina.

Por fim, o PLC esclarece sobre a origem dos recursos financeiros da Fundação e condiciona sua implantação não só à existência de dotação específica no orçamento da União, mas, também, ao que

dispõe a Lei nº 9.962 de 2000, que "disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

Entende o autor da proposta que a criação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco irá suprir a carência de educação superior da região, além de prover as atividades de pesquisa e extensão, complementares ao processo de ensino.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o PLC veio a esta Casa revisora, onde já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

II – Analise

O Pólo formado por Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), no sub-médio São Francisco constitui o principal resultado de uma experiência vitoriosa, conduzida pela Codevasf, que resulta do aproveitamento das águas do rio São Francisco para fins de irrigação, tendo dado origem a um importante centro de fruticultura irrigada, hoje responsável por 86% das exportações nacionais de manga e 95% das de uva, além da produção de vinho, para citar apenas dois índices da marcante e expressiva economia que se formou nessa sub-região do Nordeste brasileiro.

As cidades de Juazeiro e Petrolina, por seu turno, conformam um estratégico aglomerado na rede urbana do Nordeste, cuja importância é reconhecida desde há muito, tendo sido uma das prioridades do programa de cidades de porte médio implementado no início dos anos oitenta em nosso país. Pela sua localização – no interior do Nordeste – e situação privilegiada às margens do rio São Francisco – o pólo Juazeiro Petrolina tem se destacado como um oásis de desenvolvimento no vasto sertão nordestino populoso, pobre, seco e abandonado.

O dinamismo, da área pode ser medido pelo fato de que a população economicamente ativa de Petrolina cresceu 543% entre 1960 e 1996, passando de 10.478 para 67.388 pessoas, enquanto em Juazeiro elevou-se de 12.248 pessoas em 1960 para 57.519 em 1996, com crescimento de 369%, o que indica a criação de cerca de 100.000 empregos ao longo do período nesse pólo de irrigação que é o mais importante do Vale do São Francisco e de todo o Nordeste brasileiro, com significativos reflexos positivos em relação à renda.

Todo esse desenvolvimento constitui ainda um processo incompleto e inconcluso, - porque faltam-lhe

vários perímetros de irrigação, como os do Salitre (em Juazeiro) e do Baixio de Irecê (em Xique-Xique), cujas obras apenas começaram, e o de Cruz das Almas (em Casa Nova), sequer iniciado. Do mesmo modo, a Hidrovia do São Francisco, que ainda não recebeu os investimentos indispensáveis à sua operação comercial.

A criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco vem, pois, contribuir, de modo significativo para consolidar o papel do pólo Juazeiro Petrolina como verdadeira capital do São Francisco e do interior do Nordeste. Não foi sem razão que o Congresso Nacional aprovou, ainda recentemente, a Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, autorizando o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Essa área constitui um exemplo do que pode e deve ser feito no sertão nordestino, particularmente no Vale do São Francisco, para superar o quadro de pobreza e subdesenvolvimento.

É nesse contexto – e com esse objetivo – que se espera, venha a atuar na nova Universidade, objeto do presente projeto de lei, na medida em que seja implantada com base em uma proposta moderna e ambiciosa – responsabilidade do Conselho de Instalação a que se refere o art. 6º – dotando-a de cursos adequados, apropriados e adaptados para as potencialidades e as características da região, a cujo processo de desenvolvimento se integrará, como componente essencial, para tornar-se alavanca de mais um estágio, que irá permitir a consolidação e a sustentabilidade do desenvolvimento da área.

Do ponto de vista estritamente educacional, consideramos a presente iniciativa do Poder Executivo oportuna e meritória, principalmente se lembrarmos da grande carência que nosso País ainda

apresenta no que diz respeito às necessidades de qualificação profissional de seus jovens, particularmente no Nordeste, que embora seja região populosa e pobre, tem sido pouco contemplada com a presença e a ação do governo federal em relação ao ensino superior e à pesquisa científica e tecnológica.

Com essa percepção, já em 1989, então deputado federal, ao apresentar o projeto de lei n. 1.514, visando instituir o Plano de Desenvolvimento para o Vale do São Francisco, incluí entre seus dispositivos a previsão de um centro de ensino e pesquisa no pólo Juazeiro/Petrolina que, com o presente projeto, agora se concretiza.

O São Francisco, aliás, ao longo da nossa História, tem sido sempre uma referência permanente, no passado pelo papel de "rio da unidade nacional" ou, ainda agora, no presente, visto como um dos eixos nacionais de desenvolvimento – mais potencial que efetivo – no âmbito do Plano Plurianual "Avança Brasil". É clara assim, a percepção nacional da importância estratégica dessa área, cuja identidade regional, contudo, carece de elementos de consolidação e integração, o que a transforma, ainda hoje, numa constelação de sub-regiões, polarizadas principalmente por Montes Claros (MG), Barreiras (BA), Paulo Afonso (BA) e Penedo (AL), além de Juazeiro/Petrolina.

Trata-se, portanto, de uma parcela do território nacional que precisa ser definitiva e globalmente incorporada ao nosso processo de desenvolvimento, para o que a criação de centros de ensino e pesquisa certamente constitui, ao lado de outras iniciativas, um fator estratégico, essencial e diferenciado.

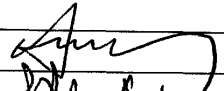
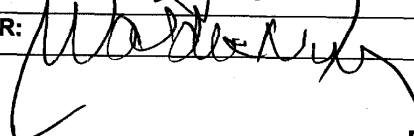

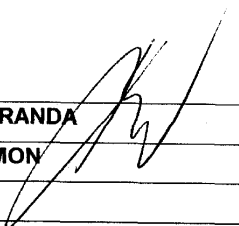
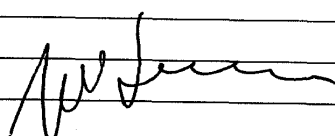
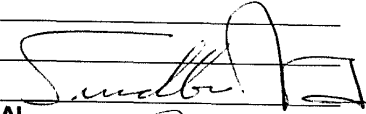
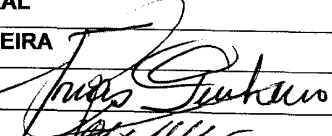
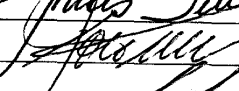
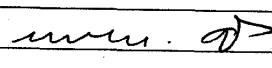
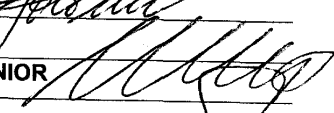
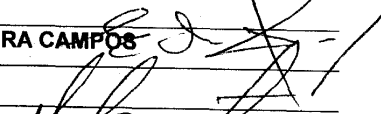
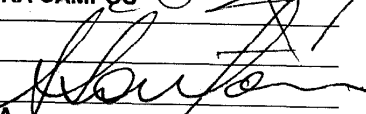
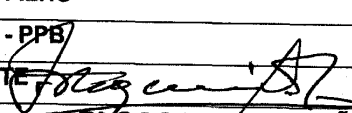
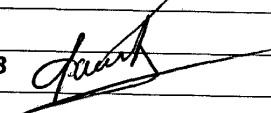

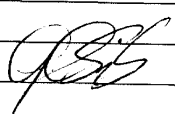
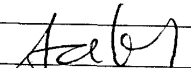
III – Voto

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2002.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2002. – **Ricardo Santos – Waldeck Ornélas.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 48/02 NA REUNIÃO DE 28.05.02 OS
SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER 	2-PEDRO SIMON 
GERSON CAMATA	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA 	9-(VAGO)
PFL	
(VAGO)	1-LINDBERG CURY 
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA 
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA 
MARIA DO CARMO ALVES 	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR 
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS 
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCÁ
REGINALDO DUARTE 	6-LUIZ OTÁVIO - PPB 
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT 	2-GERALDO CÂNDIDO - PT 
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT 

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

“c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;”

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000

Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 113,
DE 9 DE SETEMBRO DE 2001

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro, BA

PARECER Nº 474, DE 2002

Da Comissão De Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2002 (nº 984/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Apoio, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

Relator: Senador Lindberg Cury

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.713, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, do da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 8 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação Educativa Apoio para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Arolde de Oliveira, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte à direção da Fundação Educativa Apoio (cf fl. 55):

Diretor Presidente – Francisco Maia Farias

Diretor Vice-Presidente – Airton Maia Farias

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº

2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que "dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens".

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração

da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Telecomunicações".

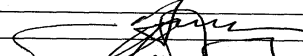
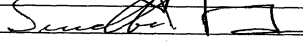
III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela Aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2002.

Sala da Comissão, – **Ricardo Santos**, Presidente – **Lindberg Cury**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 45/02 NA REUNIÃO DE 28.05.02 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		Ricardo Santos
RELATOR:		Lindberg Cury

PMDB	
AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
GERSON CAMATA	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)
PFL	
(VAGO)	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
BLOCO (PSDB/PPB)	
FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
REGINALDO DUARTE	6-LUIZ OTÁVIO - PPB
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
EDUARDO SUPICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT
PSB	
PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117
DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 52.795 – DE 31 DE
OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o CONTEL verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel se manifestará, em parecer, sobre as condições de execução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios preferenciais:

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residam no local onde será instalada a estação emissora há, pelo menos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2) constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3) melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4) inclusão em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5) inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6) inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.

DECRETO-LEI Nº 236
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº
4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14 Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;
b) os Estados, Territórios e Municípios;
c) as Universidades Brasileiras;
d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795⁽¹⁾, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores

PARECER Nº 475, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2002 (nº 1.391, 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o que outorga concessão à Fundação João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2002 (nº 1.391, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 744, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 5 de julho de 2001, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Fundação João Paulo II (cf. fls. 75/76):

Diretor Presidente – Jonas Abib
Diretor Vice-Presidente – Wellington Silva Jardim
Diretor Tesoureiro – João Milem Dabul
Diretor Secretário – João Dias de Lima
Diretor Encarregado de Radiodifusão – Luzia de Assis Ribeiro Santiago.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, Deputada Nair Xavier Lobo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 171, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução no 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação João Paulo II atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 171/02 NA REUNIÃO DE 28.05.02 OS
SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Ricardo Santos</i>
RELATOR:	<i>Jonas Pinheiro</i>

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
GERSON CAMATA	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

(VAGO)	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/PPB)

FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
REGINALDO DUARTE	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPLICY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Seção II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 476, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2002 (nº 1.520/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio JK FM Ltda. Para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

Relator: Senador **Lindberg Cury**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2002 (nº 1.520, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio JK FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 993 de 2001 o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio JK FM Ltda, (cf. Fl. 7):

Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação

- Paulo Octávio Alves Pereira 160.000
- Anna Christina Kubitschek Barbará Pereira 40.000

Total de Cotas	200.000
-----------------------	----------------

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Arolde de Oliveira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou a autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio JK FM Ltda, aten-

deu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Lindberg Cury**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS 176/02 NA REUNIÃO DE 28/05/02 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

RELATOR:

[Assinatura] Ricardo Santos
[Assinatura] Lindberg Cury

PMDB

AMIR LANDO	1-MAURO MIRANDA
CASILDO MALDANER	2-PEDRO SIMON
GERSON CAMATA	3-(VAGO)
GILVAM BORGES	4- SÉRGIO MACHADO
MARLUCE PINTO	5-ALBERTO SILVA
NABOR JÚNIOR	6-MAGUITO VILELA
JOSÉ SARNEY	7-JUVÊNCIO DA FONSECA
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)
NEY SUASSUNA	9-(VAGO)

PFL

(VAGO)	1-LINDBERG CURY
MOREIRA MENDES	2-BERNARDO CABRAL
WALDECK ORNELAS	3-FRANCELINO PEREIRA
LEOMAR QUINTANILHA	4-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	5-ROMEU TUMA
MARIA DO CARMO ALVES	6-PAULO SOUTO
ARLINDO PORTO - PTB	7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

BLOCO (PSDB/RPB)

FREITAS NETO	1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARTUR DA TÁVOLA	2-LÚDIO COELHO
RICARDO SANTOS	3- CHICO SARTORI
TEOTÔNIO VILELA FILHO	4-LÚCIO ALCÂNTARA
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	5-ROMERO JUCA
REGINALDO DUARTE	6-LUIZ OTÁVIO - PPB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

EDUARDO SUPPLY-PT	1-LAURO CAMPOS - PDT
EMÍLIA FERNANDES-PT	2-GERALDO CÂNDIDO - PT
MARINA SILVA-PT	3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT
ÁLVARO DIAS-PDT	4-TIÃO VIANA - PT

PSB

PAULO HARTUNG	1-ROBERTO SATURNINO - PT
---------------	--------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 241 a 250, de 2002, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 122, inciso II, letra **b**, do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2002, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização solicitação para autuar os Avisos:

Aviso nº 38, de 2002-CN (nº 712/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia das Decisões nºs 131 e 132, de 2002 (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, referentes às auditorias realizadas na Superintendência Regional do Incra/PI e na Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (TCs nºs 017.149/2001-0 e 004.499/2001-1), e

Aviso nº 39, de 2002-CN (nº 1.332/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 500, de 2002 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada na Inventariança do DNER/RN e no DNIT (TC nº 003.389/2002-3).

Recebeu, ainda, do Presidente do Tribunal de Contas da União, os Avisos:

Aviso nº 41, de 2002-CN (nº 1.399/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 538, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em projeto de aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo, no Município de Palmeira dos Índios/AL, realizado na SEINFRA/AL (TC nº 004.458/2002-7), e

Aviso nº 42, de 2002-CN (nº 1.386/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 541, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada no DNIT, no 15º DRF e na GEINFRA/MA (TC nº 004.928/2001-7).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os avisos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 511, de 2002, na origem, de 27 do corrente, acusando o recebimento do Parecer nº 361, de 2002, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre decisão daquela Corte de Contas referente à

denúncia de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede na Paraíba.

Informa, ainda, que o referido expediente foi autuado sob o nº TC-006.864/2002-5, e enviado à Unidade Técnica daquela Corte, em cuja clientela se insere o mencionado Tribunal Regional.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 22, de 1999, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 278, de 2002, dos Srs. Líderes.)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Parecer sob nº 424, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral:

– Preliminarmente: sugerindo a divisão da proposição, para efeito de votação em Plenário, a fim de que cada matéria seja apreciada separadamente, por tópicos, nos seguintes termos:

a) o primeiro, abrangendo os dispositivos que cuidam dos precatórios (arts. 100 da parte permanente e 86 e 87 da parte transitória);

b) o segundo, restrito às mudanças pretendidas sobre o art. 156 da parte permanente e art. 88 do ADCT;

c) o terceiro, veiculando as alterações pretendidas ao art. 81 do ADCT;

d) o quarto, restrito às alterações alusivas à CPMF, nos novos arts. 84 e 85 do ADCT.

– Quanto ao mérito: favorável.

Como é do conhecimento do Plenário, a discussão da matéria obedecerá ao rito estabelecido pelo Requerimento nº 278, de 2002, aprovado pelo Plenário, na sessão do dia 21 último, nestes termos: a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões ordinárias e extraordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com doze Senadores em plenário, discutimos o futuro do País, discutimos a CPMF, que já foi aprovada, a meu ver, com absoluta irresponsabilidade pela Câmara dos Deputados e pelas Comissões.

Chega às minhas mãos um documento do IEDI, que nos diz o seguinte quanto à recessão brasileira na indústria:

Quem ainda encontra-se em recessão é a indústria, que acusou taxas negativas de crescimento nos últimos dois trimestres: – 1,6% no 4º trimestre de 2001 e – 1,5% no 1º trimestre de 2002. Nos últimos cinco trimestres, a indústria declinou em 4, uma evidência de que muito mais do que os demais setores da economia, a indústria sofreu (e ainda sofre) o impacto dos fatores que levaram à retração econômica em 2001.

Apesar de ter crescido relativamente ao trimestre anterior, o PIB do 1º trimestre deste ano foi inferior ao período correspondente de 2001 em 0,7%.

A segunda característica é que a indústria é quem está puxando para baixo o vigor da recuperação. A agropecuária tem sido o setor líder, e o setor serviços, embora tenha declinado sua expansão, mantém taxas positivas de crescimento.

Continua o IEDI, em texto que recebi esta manhã pelo correio eletrônico:

Salvo pelos efeitos que ainda se fazem presentes na crise de energia (sobre o segmento de serviços industriais e de utilidade pública), o principal fator que hoje bloqueia

o crescimento industrial é o fraco mercado consumidor (...).

E o Senado Federal discute e aprova, Sr. Presidente, essa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que de provisória não tem nada mais, transformando-se em contribuição definitiva. A CPMF drena R\$1,6 bilhão por mês da economia, recursos destinados ao pagamento das famosas dívidas interna e externa. É dinheiro retirado do comércio e dos salários, o que tem como consequência menos emprego, recessão econômica, depressão do sistema econômico brasileiro. Sem a menor sombra de dúvida, estamos indo pelo caminho da “argentinização”.

Outro **e-mail**, enviado por Pedro da Paz Ferreira, chama-me a atenção para o fato de que, atualmente, o financiamento de uma empresa brasileira chega a 40% de juros ao ano – de uma empresa! E a taxa de juros vai de 7% a 13% ao mês para o financiamento da pessoa física, chegando a 150% e 180% ao ano. Pois bem, a margem de lucro líquido de uma empresa brasileira, excepcionalmente bem colocada no mercado e bem administrada, não ultrapassa 15%. Isso transforma o Brasil no único país em que o empréstimo, ao invés de impulsionar o crescimento econômico das empresas, enterra-as em uma cova rasa, levando-as, de maneira singela, à sepultura.

E o Pedro Malan e o Presidente da República dizem ao Senado Federal que, se não aprovarmos a CPMF, seguramente estaremos indo pelo caminho da Argentina. Que santa e descarada hipocrisia, Sr. Presidente! Será que o Brasil não sabe quem nos levou a uma dívida interna de cerca de R\$740 bilhões? Será que essa recessão clara que o País está vivendo não pode ser entendida pelos Parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados? Repito: hoje, seguramente, a taxa de juros dos cheques especiais varia de 7% a 13% ao mês, contra uma remuneração na caderneta de poupança de 0,67% ao mês. Será que é tão difícil, Senador Eduardo Suplicy, enxergarmos que a CPMF é o dreno, é a sanguessuga, é o instrumento da recessão?

Sr. Presidente, se V. Ex^a abrir os jornais de hoje, vai verificar, com toda a clareza, que o Exército brasileiro está funcionando em meio expediente, porque não tem recursos para funcionar em expediente inteiro; que a Marinha suspendeu, um dia por semana, as suas atividades, porque não tem recursos para funcionar; que a Aeronáutica tem os aviões no chão por falta de combustível.

Se for um pouco mais adiante e olhar os dados estatísticos do IBGE, V. Ex^a terá oportunidade de veri-

ficar que 54 milhões de brasileiros vivem, hoje, abaixo do nível da pobreza: 33% de uma população de 174 milhões de habitantes. Nós estamos numa situação pior do que a da Argentina, que, Senador Geraldo Melo, Líder do Governo, antes da precipitação da crise, tinha um desemprego de 18,5%, e o Estado de São Paulo, tem, hoje, desemprego dos trabalhadores que tinham emprego anteriormente de 21,5%. Estamos caminhando num caminho muito ruim.

Nós estamos aceitando elogios e direções do Fundo Monetário Internacional. E um pouco antes de a Argentina chegar à bancarrota, o Fundo Monetário Internacional nos dizia que Carlos Menem era o melhor Presidente do mundo. E Cavallo, que havia vinte anos estava à frente da economia argentina, pois começou no Banco Central, desfilava pelo Brasil, na companhia de José Serra, nos grandes restaurantes de São Paulo, enquanto Menem, pelo menos uma vez por mês, jantava ou almoçava no Palácio da Alvorada.

Vi, da tribuna do Senado, alguns Senadores, dizerem que o Brasil estava certo, porque o caminho da Argentina estava certo. Desta tribuna, um Senador do meu Partido, aderente ao Governo, fez o elogio da política econômica brasileira, porque seguia o mesmo caminho da Argentina. Ainda não escutei, Srs. Senadores, a autocrítica; estou vendo uma absoluta falta de visão em profundidade e, no âmago, indiferença com a soberania nacional e com o patriotismo.

Mas, Senador Romero Jucá, eu, que estive na Argentina há muito pouco tempo, ouvi notícias de que Senadores e Parlamentares argentinos não podiam mais frequentar restaurantes, porque os outros comensais, com seus talheres, batiam nas louças e nos copos até que eles se retirassem. E duas casas de Deputados argentinos foram incendiadas em Buenos Aires, porque o povo não tolerava mais a indiferença com a economia nacional, o avanço do desemprego, o desespero que leva à violência, à marginalidade e à criminalidade.

Estamos caminhando exatamente nesse sentido. Na Argentina, pelo menos, há um esboço de reação. Ontem, na República Argentina, votou-se o fim da Lei de Subversão Econômica. O que é a Lei de Subversão Econômica? É uma lei que facilita aos juízes argentinos colocarem na cadeia, nas grades, os criminosos financeiros, os criminosos do colarinho-branco, os grandes interventores, representantes das multinacionais na economia de um país que sangra em vida, a caminho de uma morte singular: a morte pela má condução da sua economia. Aproveito o **Estadão** para dar este esclarecimento:

A Lei de Subversão Econômica foi criada em 1974 e permite que a Justiça processe com facilidade funcionários públicos, empresários e banqueiros envolvidos em casos de corrupção, fraudes e graves delitos contra a economia nacional.

O FMI [o mesmo que manda no Malan e no Fernando Henrique] considera que a lei causa "insegurança jurídica" nos investidores estrangeiros e por isso exigiu sua revogação. Na opinião pública, a eliminação da lei causou a sensação de que a impunidade na Argentina aumentará mais ainda.

É evidente que o Fundo Monetário Internacional está dando aos representantes do capital internacional uma carta de pirata, uma carta de corsário, uma autorização para espoliar. A reação argentina quase foi definitiva. A lei foi aprovada no Senado por 35 votos contra 34, e desempatou a favor dos piratas e dos corsários o Presidente do Senado argentino. Mas a resistência no Plenário foi de 50% dos Parlamentares.

E não vejo resistência, no Plenário do Senado Federal, ao assalto da CPMF, que, insisto, retira R\$1,6 bilhão da economia, o que significa menos movimento no comércio, menos emprego. E não vejo reação no Senado da República. Será que, para termos, como na Argentina, a metade dos Senadores comprometidos com o povo, precisamos esperar que Parlamentares sejam expulsos de restaurantes pela indignação popular e que casas de Parlamentares brasileiros sejam incendiadas nas capitais? Que extraordinária falta de sensibilidade, que tibieza, que falta de profundidade na análise nos faz votar a prorrogação dessa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que de provisória não tem mais nada, mas que, seguramente, nos coloca num caminho extremamente difícil?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V.Exª me permite um aparte, Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Em seguida, Senador.

Leio, hoje, o Clóvis Rossi, o ponderado Clóvis Rossi, analista profundo, extremamente moderado, que nos diz que o índice de desemprego em São Paulo dá certa razão a um leitor que lhe escreve advertindo sobre o caos da economia brasileira: superou os 20% e, portanto, não está muito longe do índice argentino, de 18,3%. Hoje, o índice de desemprego argentino é superior a 25%, e o índice de subemprego e de miséria é superior a 20%. A Argentina está indo

para um índice de subemprego ou de miséria que atinge 50% da sua população. E vamos pelo mesmo caminho. Com uma diferença: na Argentina, existe protesto, o povo está na rua, o Parlamento vibra, reclama, procura caminhos; e, no Brasil, o que vemos é absoluta passividade institucional. Parece que há um desligamento total do Parlamento dos interesses e do sofrimento do povo. O Parlamento funciona como se estivesse numa gaiola dourada, onde papagaios do bico de ouro cantam loas às intervenções do Fundo Monetário Internacional e aos desacertos do Governo.

Onde vamos parar? Pararemos certamente na desmoralização total da instituição parlamentar no Brasil. Onde está a resistência? Onde está a resistência do Partido dos Trabalhadores, das Oposições? Como é que ela se configura? Não é possível que só eu esteja no plenário do Senado enxergando e lendo esses dados! Rigorosamente, não é possível! É inacreditável, mas me socorro do nosso famoso dramaturgo: toda unanimidade é burra. E eu aqui estou tentando mostrar ao Brasil que não existe no plenário do Senado unanimidade. Talvez exista submissão.

Certa vez, um experimentado Líder do Governo disse nesta Casa que um bom discurso convence Parlamentares, muda as opiniões, mas não muda o voto, porque ele já foi acertado pela conveniência política, anteriormente.

Sei que estou falando ao Brasil e muito pouco ao Senado da República, mas quero marcar uma posição, inspirada por tudo aquilo que tenho, no peito e na alma, de patriotismo e de nacionalismo. É preciso que alguém diga que a CPMF é a continuidade da espoliação, é o caminho da recessão, e que o Brasil segue, sem a menor sombra de dúvida, a trilha da Argentina.

Sr. Presidente, um pouco mais de tempo apenas.

Outro dia, na Comissão de Relações Exteriores, apresentei um requerimento convocando o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o chanceler, num francês mais castiço, o homem dos carimbos, para vir nos explicar uma denúncia do ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero. A denúncia nos dizia que o Brasil estava utilizando, como tarifa básica para negociação com a Alca, a tarifa mínima, deixando de lado os 35% a partir dos quais defenderíamos a posição da indústria nacional, reduzindo-os ou não conforme circunstâncias e conveniências do nosso País.

Fui praticamente admoestado pelo Senador Jefferson Péres, que acabou concordando com a convocação, mas que, com aquele seu jeito sério e equilibrado, disse-me: – Senador Roberto Requião, vou concordar com a convocação, mas queria lembrar a V.

Ex^a que o Presidente da República já desmentiu a afirmação do Ministro Rubens Ricupero. Sua Exce^lência já disse que isso não existe.

E hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, uma espécie de Diário Oficial da República, leio:

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, disse ontem que o Brasil defende a utilização das tarifas aplicadas nas negociações para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), porque assim determina a legislação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt). A afirmação foi uma resposta às críticas do embaixador Rubens Ricupero à orientação dada aos negociadores brasileiros.

Segundo Ricupero, o Brasil deveria começar as negociações a partir das tarifas consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), que são de 35%, e não pelas tarifas aplicadas, de 14%.

Como vêem os Srs. Senadores, o Presidente da República, que desmentiu o ex-Ministro Rubens Ricupero, não tem nenhuma idéia do comportamento do Malan, do Armínio Fraga e do Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Não tem nenhuma idéia da orientação que o Ministério das Relações Exteriores fornece aos seus negociadores. E quando o Presidente da República diz que a não aprovação do CPMF é o caos, temos que ter o mesmo entendimento a que nos induz a declaração do chanceler.

O Presidente da República comporta-se como um autista, em viagens maravilhosas a Madri, acompanhado de 100 pessoas, com telefones celulares, e em que diplomatas do Itamaraty são destacados para acompanhar as madames aos cabeleireiros. É a festa, o hedonismo e a absoluta falta de contato com o Brasil real.

Senador Eduardo Suplicy, com o máximo prazer concedo-lhe um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço apenas ao Senador Eduardo Suplicy que seja breve em seu aparte.

O orador já excedeu o seu tempo, e muito, mas ouvirá com alegria o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vá lá, Sr. Presidente, estamos em um momento histórico. Nesta sexta-feira, vamos realizar duas sessões, o que é inédito no Senado e na história do Brasil, é algo merecido que fiquemos aqui pelo menos até às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recolhe a palavra de V. Ex^a como uma contribuição.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, na verdade o Senador Roberto Requião se excedeu no melhor sentido da palavra, porque trouxe para a nossa sexta-feira, entre o **Corpus Christi** e o sábado, um debate vigoroso a respeito da CPMF e de questões importantes para o Brasil e para a Argentina. S. Ex^a ressalta uma notícia importante hoje, ou seja, como, com o voto de desempate do Presidente do Senado argentino, revogou-se a chamada Lei de Subversão, que, pelo que entendemos, tinha como finalidade facilitar o processo e a prisão de empresários e diretores de empresas que tivessem cometido atos contra a economia popular ou delitos financeiros. Estranho muito que o Senado argentino tenha acordado e que essa tenha sido uma exigência do Fundo Monetário Internacional que, ao mesmo tempo, não exigiu que procedimentos semelhantes sejam adotados contra aqueles que cometem delitos comuns na Argentina. Também ao salientar o processo recessivo, o elevado índice de desemprego da economia, S. Ex^a analisa os cortes de gastos que o Governo decide em função da demora na votação da CPMF. Entretanto, é preciso salientar que, para certos tipos de gastos, o Governo não realiza cortes, especialmente os gastos em publicidade. Segundo levantamento feito por Deputado do PCdoB, em verdade, 75% dos gastos com publicidade previstos no Orçamento do Governo Fernando Henrique Cardoso já foram realizados, em contraposição a cortes nas Forças Armadas, em projetos de saneamento básico e outros no Fundo de Combate à Pobreza. Senador Roberto Requião, é importante que venhamos a analisar em profundidade, sim, os efeitos da CPMF na economia brasileira, sobretudo ressaltando que o título “provisória” é cada vez menos adequado. O Governo Fernando Henrique Cardoso perdeu a oportunidade, ao longo desses oito anos, de realizar uma reforma tributária com efetiva razoabilidade e racionalidade. Por essa razão, sempre está realizando modificações no sistema tributário de maneira provisória.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, o pirata era um saqueador autônomo dos mares do mundo, mas o corsário detinha a carta de corsário, dada pela Rainha da Inglaterra. Assim, tinha a licença para saquear os navios mercantes espanhóis. Agora, o Senado argentino dá aos saqueadores internacionais a carta de corsário para

agir no território argentino. Não são mais passíveis do alcance rápido pelos juízes argentinos. E isso foi, por um voto apenas, obra do Senado da república argentina. Vai acabar o Senado brasileiro dando também carta de corsário ao Executivo.

Chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para o fato de nenhum Parlamentar do Governo ter vindo sustentar uma contraposição ao que estou dizendo: o Brasil está falido; a Aeronáutica não voa; o Exército trabalha em meio expediente; a Marinha cancelou um dia por semana; 21% dos trabalhadores de São Paulo estão desempregados; 54 milhões de habitantes no Brasil vivem abaixo do nível de pobreza, desempregados ou, quando empregados, ganhando menos de R\$80,00 por mês. E querem impor ao País a CPMF! É a nova derrama. É a derrama que causou a rebelião de Tiradentes e dos mineiros. Mas, se temos hoje uma derrama, falta-nos um Tiradentes.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Francisco Escórcio, com prazer, concedo-lhe o último e final aparte que me é permitido nesta sessão.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a não é o único a defender esse ponto de vista. Estava aqui ouvindo atentamente o seu pronunciamento, e sou solidário a tudo o que V. Ex^a está dizendo. E quero até ajudá-lo. Chegaram-me, agora, dados de que ocupamos hoje o segundo lugar em número de desempregados no mundo. Em primeiro, está a Índia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Em números absolutos, não é? Não é relativamente à população. Em números absolutos, somos o segundo.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Estávamos em nono lugar. Então, a luz vermelha começou a se acender. Eu já dizia nesta Casa outro dia que a nossa diferença para a Argentina é que ainda temos crédito com o FMI. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Francisco Escórcio, V. Ex^a, o Senador Romeu Tuma, nosso Presidente, o Senador Edison Lobão, e eu, todos nós aprendemos na escola que éramos a oitava potencial econômica do mundo. Caímos para a décima primeira posição. O Brasil participava com a miserável quantia de 1,2% do comércio mundial. Hoje, estamos participando com 0,7%, 0,8% – ou seja, perdemos um terço do comércio mundial. A América Latina inteira participa com mais ou menos

1,5%. O Brasil está crescendo para baixo, como dizia minha avó, como rabo de burro.

Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex^a, concedendo-me mais tempo, para colocar à disposição dos Líderes do PSDB e do Governo a palavra para que me aparteiem e contestem os dados que apresentei. Estou dizendo que a CPMF é um crime contra o País; que ela sangra o Brasil em vida, e não vi por parte da Liderança governista um argumento que se pudesse contrapor aos argumentos que alinhiei, um argumento que pudesse atenuar a minha posição neste debate. O Governo Federal está sem defesa neste Plenário, porque a sua posição é rigorosamente indefensável!

Sr. Presidente, apesar de chamá-los à colação, não apareceram. Não há defesa a favor da CPMF. Ninguém pode defender essa barbaridade, mas o rolo compressor das conveniências vai aprová-lo no Senado, como aprovou na Câmara Federal. É o interesse do País sendo atropelado por um Congresso que não reflete, não aprofunda e que se comporta neste caso com a mais absoluta e servil submissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, para discutir.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, o Líder do meu Bloco, o nobre Senador Geraldo Melo, não se encontra presente, e o nobre Senador Romero Jucá, 1^o Vice-Líder do Governo, também se ausentou. Então, como Vice-Líder do Governo, não posso deixar de me manifestar, em nome do nosso Governo, em nome da Liderança, em nome do Senador Artur da Távola.

Com tranqüilidade, venho defender a CPMF. Primeiro, porque é com esse imposto que temos condição de fiscalizar e verificar as contas de todos os brasileiros, independentemente de partido ou classe social. Quem tem conta em banco, quem tem controle da sua conta sabe que, a qualquer momento, a Receita Federal, o aparato do Governo pode fiscalizar a origem e o destino daquele recurso.

O Brasil é um país que se encontra em desenvolvimento, que busca a razão e a justiça. Logicamente, aqueles que têm as suas contas fantasmas, aqueles que usam de artifícios para conseguir patrimônio, aqueles que usam a máquina pública para fim pessoal realmente são contra a CPMF, porque podem, sem ela, utilizar os recursos de acordo com seus interesses.

Quanto aos serviços, buscando ser bastante objetivo, eu diria o seguinte: há falta de recursos em vários setores do Governo. E a paralisação do recolhimento da CPMF impossibilita a execução de obras do Governo e torna impraticáveis as emendas parlamentares, não só as emendas individuais dos Parlamentares do Congresso Nacional, mas também as emendas de Bancada de todos os Estados. Todos os Estados da Federação têm previsão de recursos, dentro do Orçamento da União, para obras, serviços e, principalmente, para o atendimento à área social. Até mesmo a área de segurança, aí incluídos Marinha, Exército e Aeronáutica, encontra-se nessa dificuldade.

O Brasil é um país de liderança na América Latina, tendo grande poder econômico e o maior número de habitantes, mas tem seus problemas, e ninguém nega os problemas do Brasil.

Se erraram o Governo Federal, o Presidente Fernando Henrique e sua equipe econômica ao optarem pelo Mercosul e não pela Alca, como fez o México, que agora se encontra em situação bem mais confortável que a do Brasil, essa foi uma opção decorrente de um estudo: optou-se por uma vertente que, naquele momento, parecia a melhor.

No entanto, ninguém pode negar a estabilidade econômica, a força da nossa democracia diante de qualquer problema, seja em relação ao Legislativo, ao Judiciário ou ao Executivo, em todas as esferas de governo, federal, estaduais e municipais. Não se pode questionar a abertura e a manutenção da nossa democracia. O Governo tem sido aberto e o Presidente Fernando Henrique tem sido um lutador, um batalhador. E vai continuar assim: já fala, inclusive, no processo de transição que acontecerá quando for eleito um novo governo, seja ele de oposição ou de situação. O Presidente já aceita que quem vencer as eleições participe do governo para fazer a transição. Quem diria isso alguns anos atrás? Quem diria que seria possível aqui questionar quem quer que fosse?

Ainda ontem, a **TV Senado** transmitiu momentos da vida de Juscelino Kubitschek. Tivemos oportunidade de lembrar que JK foi impedido de retornar a Brasília quando, numa de suas viagens para seu sítio, próximo a Luziânia, seu avião teve uma pane mecânica. Mesmo se tratando de uma situação de emergência, o comandante teve o seu pedido para aterrizagem em Brasília negado.

Imaginem isso hoje! Hoje, é permitido a qualquer Senador usar da palavra para questionar A, B ou C. Estamos discutindo quem será o candidato a Vice do Partido dos Trabalhadores, porque Lula encontra-se à frente nas pesquisas – isso já estamos acos-

tumados a ver, só que as eleições serão realizadas no dia 6 de outubro e muita água ainda rolará por debaixo da ponte. Se estão disputando tão arduamente a candidatura à Vice-Presidência na chapa do Partido dos Trabalhadores, isso só enriquecerá a disputa. Com certeza, teremos a oportunidade de ver o novo governo, seja de que partido for, continuar lutando para que a CPMF e outras taxas continuem a existir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que sexta-feira esta nossa! Estamos na segunda sessão para votarmos a CPMF, em plena sexta-feira, quando normalmente nós, V. Ex^a - um dos mais assíduos - e mais alguns vêm aqui para dar **quorum** para abrir os trabalhos e fazer uma daquelas sessões tranquilas, quando podemos aprofundar o discurso, porque são poucos os presentes. Hoje, sexta-feira, já está acontecendo uma segunda sessão. Isso vai passar para a história do Senado, pois, a não ser durante a Constituinte, não me lembro de ocasião em que o Senado tenha realizado duas sessões na sexta-feira.

Há muitas coisas sobre as quais quero falar, Sr. Presidente. Claro que falarei sobre a CPMF, mas não posso deixar de, primeiro, externar o meu voto de profundo pesar pela morte de Mário Lago.

Mário Lago era uma dessas criaturas profundas da história deste País, o comunista adorado por todos, o homem que tinha uma filosofia de vida de grande profundidade, da busca do bem comum, e que teve a dignidade de manter os seus ideais desde o início da sua mocidade até o momento da sua morte - aliás, até mesmo depois de sua morte, pois, a seu pedido, quando o caixão saiu de sua casa, seus amigos cantaram a Internacional Socialista.

Mário Lago morreu. Morreu como morreu João Amazonas, outro grande nome e grande líder da história brasileira, do qual se pode divergir, mas ao qual não se pode deixar de reconhecer a extraordinária capacidade e a extraordinária liderança - homem que, por quase quarenta anos, presidiu, do exílio, do cárcere, na violência do arbítrio do regime militar, o seu partido, o PC do B, tão diferente do atual PPS, que seria o antigo Partido Comunista Brasileiro.

Ontem foi enterrado o ex-Deputado Federal Getúlio Dias, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, um homem de grande capacidade de trabalho, considerado o maior orador da Câmara de muitos tempos

para cá, que honrou e dignificou o seu mandato nas horas mais dramáticas. Foi um dos fundadores do chamado Grupo Autêntico do MDB. Que bom se os nossos líderes do PMDB se espelhassem no trabalho de Getúlio Dias e de colegas que, como ele, fizeram a bravura da nossa gente!

Mas tenho que falar sobre a CPMF. Tenho a obrigação de dizer como nasceu esse imposto.

Esta Casa votou o **impeachment** do Presidente Collor, e assumiu o Presidente Itamar Franco - fui seu Líder de Governo. Dizia-se que, se Itamar estava governando, ele não estava governando em nome do povo, porque o povo lhe tinha escolhido como Vice e não como Presidente. Mas se esta Casa, por maioria esmagadora, atendendo a um levante da sociedade brasileira, tinha cassado o mandato do Presidente e tinha determinado que Itamar assumisse, ele estava assumindo em nome do Congresso Nacional, que, portanto, tinha a responsabilidade de lhe dar cobertura e apoio, e ele tinha a responsabilidade de ouvir, de atender, de caminhar junto com o Congresso Nacional. E isso foi feito.

Lembro-me de um encontro histórico – e lá estava João Amazonas –, quando nos reunimos, os presidentes de todos os partidos do Brasil, lá no Palácio da Alvorada, com Itamar Franco, Presidente da República. Nessa reunião, firmamos uma espécie de Pacto Moncloa, pelo qual criamos um sistema em que os presidentes dos partidos convocariam uma reunião com o Presidente da República em qualquer crise que assim o exigisse e, inversamente, o Presidente da República tinha a prerrogativa de convocar os presidentes dos partidos em qualquer crise que julgasse importante. Graças a Deus, o ambiente foi de tal entendimento e tal concórdia no Governo Itamar Franco que isso não foi necessário.

No Governo Itamar Franco, o Plano Real foi criado e votado. Como Líder do Governo, não prometi nenhum cargo, nenhum favor, nenhuma vantagem. O Sr. Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, veio dezenas de vezes à Câmara e ao Senado, como os outros Ministros, debater e discutir vários assuntos. Mais de sessenta emendas do Parlamento foram aprovadas, alterando o Plano Real.

Naquele momento, surgiu a proposta do imposto sobre cheques, impulsionada pela idéia humanista de garantir que a área da saúde pudesse dispor das verbas necessárias para combater a doença e a miséria do nosso povo. Esse imposto vigoraria por tempo determinado: até o último dia do mandato do então Presidente Itamar Franco. Nesse espaço de tempo, o Governo ficaria com a responsabilidade de fa-

zer uma reforma tributária, há tanto chamada e tão necessária e decantada reforma tributária, que, infelizmente, não aconteceu. E o imposto foi votado por prazo determinado.

Impressiona o fato de estarmos no último ano do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e estarmos votando pela terceira, quarta ou quinta vez, não sei, a prorrogação desse imposto provisório. Agora, inclusive com a aquiescência da Oposição, porque passará a vigorar para o ano que vem e o seguinte. Justiça seja feita. A Oposição diz – e penso que é lógica ao fazê-lo – que, se não mais fosse cobrada a CPMF, não haveria sustentação financeira para muitos projetos no próximo ano. Tanto o é que diz que, em 2003, o imposto vigorará, mas, em 2004, será cobrado apenas um percentual necessário para exercer o importante papel de fiscalizar a fraude e a burla na tributação, pois esse imposto é o único, bom ou ruim, certo ou errado, que todos pagam. Os traficantes de cocaína, os vigaristas, os comerciantes ambulantes e o caixa dois das empresas e de indústrias são obrigados a pagar a CPMF, porque, ao movimentar o dinheiro, automaticamente esta é cobrada.

E fica a pergunta: será que nesses oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso a reforma tributária não poderia ter sido feita e, assim, não termos que voltar a cobrar o imposto sobre cheques? E digo isso porque o percentual da CPMF que caberia aos Estados e Municípios não são destinados àqueles entes da Federação, ou seja, o Governo Federal fica com essa verba só para si, deixando de lado os Municípios e os Estados.

Por que, então, não saiu essa reforma tributária?

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei, Senador Roberto Requião.

Oito anos, tranqüilo, sereno, sem nenhuma crise institucional, época em que o Presidente tinha a maioria absoluta e total na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, enfim, no Congresso Nacional. Por que, então, não saiu a reforma tributária? No início do seu mandato, o prestígio do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi às alturas, graças ao êxito espetacular do Plano Real, que reduziu a inflação a índices insignificantes e garantiu o desenvolvimento do País. O nome de Sua Excelência adquiriu uma popularidade enorme em todas as pesquisas. Mas ao invés de fazer a reforma tributária, a reforma político-partidária e a reforma das instituições, Sua Exce-

lência fez a reforma da lei que lhe permitiu a reeleição. Jogou seu mandato, jogou dinheiro, apostou, utilizou-se de rádio e televisão, gastou dinheiro para mudar uma tradição da nossa História que nem a Ditadura Militar conseguiu mudar, pois o Congresso Nacional só elegia um outro general ao término do mandato do anterior. Nem os Presidentes ditadores, nomeados, tiveram a coragem de falar em reeleição. Veio Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo, um a um foram eleitos, mas ninguém pensou em se reeleger, e se pensou, os militares não aceitaram. Pois o Senhor Fernando Henrique Cardoso conseguiu isso, o que vai marcar a sua biografia, pois vai ser o único Presidente do Brasil que foi reeleito, porque se permitiu a reeleição. Este foi o maior erro da vida do Senhor Fernando Henrique Cardoso, da sua biografia: não aproveitou o prestígio e a credibilidade que tinha – o Congresso lhe baixava a cabeça; ninguém tinha autoridade para responder à Sua Excelência – para promover as reformas necessárias ao País. Desgastou-se politicamente para garantir a sua reeleição, não se preocupando com as reformas que iriam melhorar o País.

Mas ainda há um fato mais grave: a Câmara dos Deputados designou uma comissão, cujo presidente foi o Deputado Germano Rigotto. Ele e outros parlamentares percorreram o Brasil inteiro, fazendo reuniões com Governadores, Secretários de Fazenda, Secretários de Saúde, membros do Governo Federal, Prefeitos, a fim de verificarem as diferenças existentes: São Paulo querendo tributar o automóvel na fonte, porque ele é que produzia; o Piauí querendo que o imposto fosse pago no consumo, porque ele é que comprava o carro. Ou seja, havia disputas e diferenças enormes. Mas o Deputado Germano Rigotto e sua equipe conseguiram elaborar um projeto em que houve entendimento de todos. E o projeto foi para a Ordem do Dia. O que fez, então, o Presidente da República, por decisão própria ou atendendo a um pedido do Ministro da Fazenda, não sei? Instruiu seus Líderes no sentido de boicotar o referido projeto. Ou seja, Sua Excelência não deixou que se votasse a reforma tributária.

Ouçõ o aparte de V. Exª, Senador Roberto Requião, com o maior prazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, é evidente que a sua abordagem, como sempre, é corretíssima. A CPMF se justificou em um determinado momento para resolver o problema da Saúde, só que não se pode tornar permanente, pois para fiscalizar os desvios de dinheiro basta uma

pequena fração da CPMF, suficiente para cobrir a despesa administrativa com a verificação. O Governo só é bom, Senador Pedro Simon, quando o povo é feliz, e este só é feliz quando tem emprego e renda. A CPMF drena a renda nacional de uma forma simplesmente fantástica, auxiliando o processo recessivo industrial que estamos vivendo. Por outro lado, Senador, perdoe-me a franqueza, mas não apanha o caixa dois dos políticos ladrões e dos financistas desonestos, porque essa gente trabalha em dólar, em espécie. O dinheiro da corrupção de um corrupto escolado, de um corrupto de quarta ou quinta geração, como existe hoje, jamais deixará rastro em uma conta bancária. Isso é para ladrãozinho inferior, para prefeitinho, que leva comissão de pequenos empreiteiros. O dólar é pago em espécie, é entesourado ou mandado, por cabo, para o exterior, via Paraguai, por exemplo, como revelamos, inclusive com a sua participação, na CPI dos Precatórios, com a simulação de compras em cheque no comércio de Ciudad del Este.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Procurador que mandou o dossiê com o nome das pessoas levou um tiro e foi transferido.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Hoje, está em Brasília. Aliás, o Procurador Celso Três, que trabalhou no Paraná durante muito tempo, almoçou comigo ontem e tivemos oportunidade de conversar sobre alguns assuntos, os quais quero falar com V. Exª depois que descer da tribuna. A verdade é que uma pequena alíquota de CPMF, suficiente apenas para remunerar as despesas administrativas, já estabelecerá algum controle; o resto é assalto, é derrama, e não podemos entrar nesse barco. E essa história de que a CPMF garante a possibilidade de encontrar os criminosos do colarinho é absolutamente ilusória. O tráfico de dólar, as contas do exterior por cabo não funcionam dessa maneira, não deixam rastros na CPMF, que é apenas um processo a mais para acelerar a recessão, pagar o refinanciamento e rolar essa dívida absurda. É muito ruim para o Brasil a cobrança da CPMF. É por isso que os Líderes do Governo se ausentaram do plenário depois que eu os chamei à colação para um debate. É rigorosa e absolutamente injustificável a CPMF do ponto de vista dos interesses de um País que precisa crescer. O próximo governo não precisa de recursos para grandes projetos. O grande projeto é restabelecer o crescimento econômico do País, com renda e emprego.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Exª pelo aparte, do qual concordo em parte.

Senador Roberto Requião, V. Exª tem toda a razão quando diz que as remessas para o exterior, as

contas que estão nos paraísos fiscais não são atingidas pela cobrança da CPMF. Mas uma parte delas é atingida. V. Ex^a participou deste trabalho conosco. Nós levamos muito tempo para conseguir que a Justiça abrisse as contas da CPMF para a Receita. O Supremo Tribunal Federal, numa atitude impressionante, dizia que o sigilo fiscal impedia essa abertura. Como V. Ex^a deve se lembrar, tivemos que mudar a lei, alteramos a legislação para permitir que a Receita Federal não ficasse, no final do ano, com informações, por exemplo, como a de que o Pedro Simon pagou R\$1 milhão de CPMF, mas sem saber de onde vieram os recursos. Isso era o que a Receita queria saber. Depois que votamos a lei, o Tribunal foi obrigado a entregar essa informação.

E o que é mais fantástico é que, da lista de contribuintes da CPMF, os mil primeiros não pagaram imposto de renda, pois estavam isentos. Não sei se a Receita já fez a comparação dos dados, mas a verdade é esta: os mil maiores contribuintes da CPMF foram isentados do pagamento do imposto de renda!

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, os livros que relacionam as contas CC-5, contas de brasileiros não-residentes que enviam recursos para o exterior, não levaram a nada, porque não se investigou nada. Inclusive, os três volumes foram roubados, desapareceram do meu gabinete – ainda bem que o seu gabinete e o Ministério Público ainda têm esses livros. Portanto, temos uma verdade absoluta para contrapor a essa conversa macia do vice-Líder do Governo. Há cinco volumes, com alguns milhares de contas, que não foram objeto de investigação, inclusive os da Editora Abril, da Fundação Victor Civita, que denunciei do plenário do Senado. Não foram investigados, porque não há a intenção de investigar. O Banco Central funciona mais ou menos como o FMI, na Argentina: carta de corsário para os especuladores internacionais. O pessoal do mercado financeiro não pode ser atingido, não interessa onde houveram o seu dinheiro - se é dinheiro mal havido ou não -, têm que ter a proteção do Banco Central. São os famosos representantes do mercado. No fim, quem paga a conta somos nós, Parlamentares. Vamos acabar sendo vaiados e expulsos de restaurantes no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a se referiu ao Fundo Monetário Internacional. Ontem de madrugada – que pena que foi apenas de madrugada – assisti, na **TV Senado**, a um histórico da vida de Juscelino Kubitschek.

Nesse histórico, ele citou um fato de que já não mais me lembrava. Ele comprou um sítio próximo de

Brasília e, em um dia de chuva, vindo em seu avião para cá, pediu licença para pousar no aeroporto da cidade, mas a torre disse que esperasse um pouco pois tinha que ver as ordens. Veio a ordem: “não pode descer”. O piloto argumentou que estava na iminência de poder cair e a bordo estava o ex-Presidente da República. “Não pode. Siga caminho”, foi a resposta. E ele seguiu caminho.

O Dr. Juscelino Kubitschek rompeu com o Fundo Monetário Internacional, porque, se assim não tivesse procedido, não teria construído Brasília e as indústrias de que gostaria. E as palavras dele me emocionaram: “Apesar de todas aquelas ameaças que me fizeram, nada aconteceu”. No momento em que sentiram que a posição do Brasil era firme, Juscelino Kubitschek conseguiu implementar o seu projeto e desenvolver o seu plano.

O Sr. Adir Gentil (PFL – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo, com prazer, o aparte ao ilustre Senador Adir Gentil, meu vizinho de Santa Catarina.

O Sr. Adir Gentil (PFL – SC) – Senador Pedro Simon, a antiguidade é boa, porque ensina as pessoas. E V. Ex^a mostra claramente que aprendeu muito bem. O pronunciamento de V. Ex^a, que escutei atentamente, dá-me a lucidez e a tranquilidade para dizer que a grande tarefa que temos não é saber se a CPMF irá coibir os abusos financeiros, ou seja, fazer com que as pessoas corruptas não fiquem à margem do Fisco, mas sim a própria razão da CPMF, que é financiar a Saúde e a Previdência Social, além de combater a pobreza. Na verdade, os 0,38% buscam financiar essas três questões no Brasil, e temos que nos ater a isso. Temos condições, hoje, de abdicar da CPMF e, com isso, deixarmos de ter esse financiamento? Essa é a grande dúvida que paira no ar. Sou obrigado a concordar com o Senador Roberto Requião quando diz que a grande razão pela existência da CPMF não é a fiscalização das contas. Mas sou obrigado, também, a concordar com o Governo, que, infelizmente, como bem disse V. Ex^a, por não ter feito uma reforma tributária que possibilitasse ao País crescer sem onerar a produção, não tem condições de abdicar de alguns impostos que esta Casa acaba por ter que criar. Portanto, Senador Pedro Simon, V. Ex^a trouxe para debate uma grande questão: o Governo tem ou não condições de abdicar desse imposto? A CPMF será progressiva e, em 2003, será destinada somente ao combate à pobreza. Agradeço pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o importante aparte do Senador Adir Gentil. V. Exª tem absoluta correção: a questão é se o Governo pode ou não abdicar desse imposto. Porém, Senador, o Governo não quer fazer a reforma tributária. E por quê? Porque nunca, na história do Brasil, o Governo Federal arrecadou tanto quanto está arrecadando. Nunca a taxa de contribuição do povo brasileiro para o Governo Federal foi tão alta como é hoje. E, numa reforma tributária, não podemos aumentar os impostos, mas distribuir de uma forma um pouco mais racional a arrecadação: os Municípios e os Estados mais e a União contribuirá um pouco menos. Assim, haverá uma racionalização na receita e na despesa.

Hoje, muito do que deve ser feito pela prefeitura é feito pela prefeitura, pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal. Os três Poderes fazem a mesma coisa, e ninguém faz nada. O ensino primário está a cargo da prefeitura, do Governo do Estado e do Governo Federal. Com estradas e hospitais, ocorre o mesmo. De forma que há uma série de órgãos paralelos, um em cima do outro, responsáveis pelo mesmo setor, e o Governo Federal não quer abrir mão disso. Dos quatro anos de mandato, um prefeito, um bom prefeito, gasta pelo menos um para suas vindas a Brasília, onde corre os ministérios para conseguir vantagens e favorezinhos, uma assinatura aqui, uma assinatura ali. Com a reforma tributária, isso termina.

Na Europa, nos Estados Unidos e em países desenvolvidos, o dinheiro destinado às prefeituras, aos municípios e aos Estados fica nos próprios locais, não em posse do Governo Federal. No Brasil, o Poder Executivo tem o controle político total e absoluto dos governadores e dos prefeitos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de o Senador Roberto Saturnino pronunciar-se, gostaria de pedir a S. Exª que seja breve, pois o orador já ultrapassou em mais de oito vezes o tempo regimental permitido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Oito vezes não, em oito minutos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Serei breve, Sr. Presidente. É que o Senador Pedro Simon aborda um assunto da maior importância, extremamente oportuno, candente: a reforma tributária e a CPMF. O Governo atual não quis fazer a reforma tributária, embora tenha tido as melhores condições políticas possíveis para fazê-lo. E não a fez pela razão que S. Exª, o Senador Pedro Simon, nos apontou: a arrecadação, que nunca esteve tão elevada na história deste País. Mas o próximo governo terá que fazê-la,

pois se trata de uma questão ligada à retomada do processo de desenvolvimento, à instalação de um Estado de justiça social, quer dizer, de um Estado de mais justiça social; enfim, por uma série de razões. E, nessa reforma tributária, é óbvio que a CPMF vai desaparecer como imposto arrecadador. Isto é, ela não terá, certamente, a função arrecadadora, porém, deve continuar existindo como um imposto destinado a alertar, a denunciar a sonegação, com uma alíquota mínima capaz de, conferindo dados de movimento financeiro com os dados de declaração, mostrar onde está a sonegação, que é gigantesca neste País – e V. Exª mesmo apontou o fato de que os mil maiores contribuintes da CPMF estavam fora do Imposto de Renda. Aproveito também para comentar, Sr. Senador, um fato. A Argentina está vivendo uma situação que todos estamos observando e deplorando. O estado de submissão é tal que, até ontem, a Argentina tinha uma lei que punia a corrupção dos empresários e dos banqueiros que sonegavam...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que remetiam o dinheiro para fora.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Exatamente, que remetiam o dinheiro para fora ilegalmente. E, ontem, o Congresso da Argentina foi obrigado a revogar essa lei, quer dizer, foi obrigado a abrir o país à corrupção e à sonegação, porque o FMI estava com medo de que banqueiros pudessem ser presos e acusados. Por isso, exigiu - o Senado argentino, com apenas um voto contrário, concordou – a revogação da lei. A que ponto chegou aquela nação! Precisamos observá-la para nos acautelar. Será que, um dia, chegaremos a esse ponto de submissão? Fiquei estarrecido com essa notícia e aproveito o excelente discurso de V. Exª para fazer esse comentário à parte, à margem. Foi deprimente a atitude do Senado argentino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Exª pelo aparte e encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nobre Senador, eu só gostaria de fazer uma retificação: V. Exª não ultrapassou o seu tempo em oito vezes, mas em quatro, porque dispunha de 10 minutos e já está há 40 minutos na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu apenas quero destacar a parte final do aparte do nobre Senador Roberto Saturnino. Ontem, realmente, foi um dia trágico para o Parlamento argentino. Tenho até muita pena dos Senadores daquele país. Na rua, são pedras, ofensas e a terrível revolta do povo. Dentro de casa, no Parlamento, uma pressão de tal ordem que nos faz pensar que, se não tivessem

feito aquilo, estariam abrindo caminho para uma nova ditadura. A que ponto chega o capitalismo internacional! A que ponto estamos chegando! Aonde estamos chegando e para aonde estamos caminhando?

Há quanto tempo não assistimos, pela televisão, a um debate do Conselho de Segurança da ONU? Há quando tempo não temos conhecimento de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU? A última foi determinar que os israelenses voltassem. Eles não voltaram, e ficou por isso mesmo. Ali se reunia o Conselho de Segurança do Presidente Bush, uma enormidade de gente, os seus assessores, e ele mandava a CIA resolver a questão da Caxemira, entre o Paquistão e a Índia. Aliás, há algum tempo estamos assistindo ao Presidente Bush e aos americanos tomarem parte do comando. Só falta pedir a extinção da ONU e do Conselho de Segurança. Cá entre nós, hoje, a ONU e o Conselho de Segurança funcionam para o mundo como a Academia Brasileira de Letras funciona para o Brasil. Temos a honra de ter um irmão nosso aqui do Senado, José Sarney, naquele órgão, que sabemos da importância, mas com consequência zero para a sociedade brasileira.

Pois a decisão de ontem na Argentina foi tomada por imposição do Fundo Monetário Internacional. E fico pensando, meu querido Senador, que foi bom não termos dotado todas as medidas que o Governo quis. Foi este Senado que impediu a privatização da Petrobrás. Inclusive, para votar a alteração da Constituição, veio a carta do Presidente Fernando Henrique – e justiça seja feita! –, garantindo que, em seu governo, não haveria a privatização nem da Petrobrás, nem do Banco do Brasil, nem da Caixa Econômica Federal. Mas, se a situação do Brasil for como a da Argentina, ou seja, se a dívida externa tiver aquele crescimento e a dívida interna acompanhar – Deus me perdoe, não vai acontecer! – como seria a votação neste Senado? Haveria, pelo menos, a diferença de um voto? Ou seria como são tradicionalmente as votações radicais nas quais o Governo tem interesse e a Oposição está do outro lado, e, no máximo, o que a Oposição consegue é 21 votos dos 81 Senadores?

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Edison Lobão, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Geraldo Melo se encaminha à tribuna ...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a está pedindo para falar como?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas para informar, porque o mundo inteiro está acompanhando, que o Senegal acabou de vencer a partida contra a França na estréia da Copa do Mundo. A França, que é campeã do mundo, não conseguiu dobrar o Senegal, que venceu de 1 x 0.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo para V. Ex^a não incluir o debate esportivo no tempo que será atribuído ao meu pronunciamento.

Não poderia deixar de subir a tribuna, em primeiro lugar, para fazer um agradecimento muito sincero ao nobre Senador Roberto Requião, porque o seu discurso, na verdade, é um alerta quanto aos riscos de que o Brasil venha a se transformar em uma nova Argentina. Portanto, vim à tribuna inicialmente para agradecer a S. Ex^a pelo apoio que manifestou às teses que nós do PSDB estamos apresentando, ao tempo em que chamamos a atenção para a importância de o Brasil evitar os caminhos que nos façam percorrer os caminhos que a Argentina, infelizmente, percorreu.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com muito prazer, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Geraldo Melo, grande Senador, grande tribuno e meu amigo, creio que o debate que iniciamos nesta manhã, com a presença de V. Ex^a na tribuna, é o de que o Brasil precisa. O caminho da aventura, Senador Geraldo Melo, está sendo trilhado; o caminho da aventura é a elevação de uma dívida interna brasileira de R\$67 bilhões para R\$740 bilhões. O caminho está traçado, e o Brasil precisa de uma mudança responsável, radical; de um governo que seja capaz de fazer o que faz George Bush, nos Estados Unidos: bate na mesa e diz que é presidente dos americanos, para defender-lhes o trabalho e a empresa. Não é a alegação de que a incompetência de um futuro governo nos levará à crise; é a incompetência do atual Governo, o caminho mal escolhido, a dependência, como instrumento de desenvolvimento. Não estou nem falando em corrupção, porque ela é acessória neste processo; falo de uma visão doutrinária equivocada que nos comprometeu profundamente, elevando as dívidas interna e externa. Estamos a ponto de mergulhar no mesmo buraco onde se encontra a Argentina.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Obrigado, Senador Roberto Requião.

Todos ouvimos o discurso de V. Ex^a. Agradeço pelo seu esforço de repetir sinteticamente a manifestação que já fez da tribuna. Agora, eu gostaria de ter a oportunidade de fazer a minha.

É muito fácil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se dizer que um determinado cenário existente no Brasil é de culpa, de responsabilidade do Governo que aí está. Precisariamos começar a apreciar este assunto do começo.

Em primeiro lugar, o Brasil de hoje não foi construído pelo atual Governo. O Brasil de hoje, com seus problemas, com as suas vantagens, com o seu progresso e com o seu atraso, com a sua riqueza e com a sua miséria, é fruto do que fizemos com ele, todos nós, brasileiros, ao longo de 500 anos de História. E se se deseja analisar um governo com a autoridade que só um julgamento justo pode conferir, sem paixão, sem compromisso com resultados políticos ou eleitorais, temos que começar deste ponto. Não foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso quem descobriu o Brasil e quem fez a sua História. O papel do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi o de receber o Brasil da forma como lhe foi entregue e tentar conduzi-lo dentro da procela que aí está, da tormenta que envolve o mundo, com segurança, fazendo com que os brasileiros – não todos, porque isso não se conseguiria em oito anos –, se possível, a maioria deles; se impossível, o maior número – melhorassem de vida e que, ao melhorarem de vida, estivessem também aumentando a capacidade de o Brasil fazer com que outros brasileiros, em maior número, em maiores proporções, viessem a melhorar no futuro.

Para avaliar o Governo, precisaríamos, portanto, verificar como estava o Brasil no início deste Governo e como ele está hoje. O Brasil está convivendo com dificuldades e problemas. Ainda agora, em aparte, o Senador Roberto Requião falava no crescimento da dívida externa. Já ouvi falar da dívida pública, externa e interna; já ouvi falar aqui na enormidade dessa dívida comparada com o PIB. Tudo precisa ser observado e compreendido.

A dívida brasileira, por exemplo, equivale a mais da metade do nosso PIB. Isso é grave? Sim, é grave. Isso é muito? Sim, é muito. Porém, o que é grave e o que é muito não é o fato de termos uma dívida que ultrapasse 50% do PIB; o que é grave é termos essa dívida exigível num prazo curto, porque a situação econômica de um país como a Bélgica, por exemplo, é muito boa, e a Bélgica não deve a metade do seu Produto Interno Bruto, mas o equivalente a dois PIBs. A dívida da Bélgica não tem a importância dramática

que atribuímos à dívida externa brasileira em função do seu prazo de exigibilidade. A taxa de juros paga pela Bélgica tem a ver com o risco Bélgica, tem a ver com os níveis de preço nas operações do mercado financeiro internacional.

Por isso, consideramos tão importante que os fundamentos da economia brasileira sejam preservados e que determinados parâmetros da formação econômica do Brasil sejam mantidos. Fortalecendo esta economia, poderemos reduzir o risco Brasil e, conseqüentemente, as taxas de juros.

Portanto, não podemos assumir uma posição contraditória de dizer que aquilo que se faz para consolidar os fundamentos da economia, porque implica sacrifícios internos, não deve ser feito. Ao mesmo tempo, não poderíamos estar convivendo com as taxas de juros internacionais que pagamos em alguns casos, embora seja também necessário dizer que a taxa média de juros que onera a dívida externa brasileira não é tão alta quanto parece.

Se aprofundarmos a discussão deste assunto, não poderei tratar do tema principal que me trouxe a esta tribuna, já que estamos discutindo a CPMF.

Ouvi, de uma das vozes mais respeitáveis da política brasileira - na minha opinião é o Senador Pedro Simon, não apenas o amigo querido, nem o Governador mais experiente com quem convivi, quando também era Governador e com quem aprendi tanto; não apenas o colega Senador de postura digna, exemplar e inatacável, mas aquele homem público bravo - a seguinte afirmação: "O Governo não fez a reforma tributária porque não quis".

Enquanto S. Ex^a afirmava isso, eu perguntava a mim mesmo: "Será que se pode afirmar isso realmente"? Estamos num recinto do Parlamento brasileiro. A nossa tarefa – e não a do Governo – é mudar a lei naquilo em que deva ser mudada ou de fazer a lei que se tornou necessária e que ainda não tenha sido feita.

O Governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de reforma tributária. Se V. Ex^a me perguntar se o projeto enviado era bom, responderei que, na minha opinião, não era. Se o projeto não era bom, por que não o melhoramos? E o que fizemos nós com esse projeto? Onde está a força, a norma regimental que dá ao Governo, ao Poder Executivo, a autoridade ou o poder para vir aqui engavetar algum projeto?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com muita honra, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, agradeço e retribuo a gentileza de V. Ex^a. Na verdade, V. Ex^a é que vem crescendo e se impondo, e

até me impressiona muito pelo brilhantismo e pela competência de sua atuação na tribuna.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – É generosidade de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não, V. Ex^a é um artista que, em vez de fazer como nós, que vibramos e batemos, vai sereno, devagarzinho, elogiando, mas vai botando no fígado da pessoa: quando ela nota, já está indo a nocaute. Digo-lhe, com profunda sinceridade: hoje, V. Ex^a é um dos melhores debatedores que eu conheço no Congresso Nacional.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador. Fico muito comovido em ouvir isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a analisa o seguinte: onde está escrito que o Poder Executivo pode determinar que qualquer lei, que qualquer projeto possa ser votado no Congresso Nacional? O Congresso é que tem autonomia de votar ou não. V. Ex^a quer concluir o seguinte: se não vota é porque não quis votar. Mas, Senador, vamos ter a sinceridade de admitir que o Congresso, nestes últimos vinte anos, vota o que o Poder Executivo quer.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – E quem é que está certo?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Tem sido assim.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – E quem é que está certo?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quando o Poder Executivo não quer, não votamos. Omissão nossa? Covardia nossa? Pode ser que sim. Medo nosso? Pode ser que sim. Falta de independência nossa? Pode ser que sim, mas a verdade é que quem diz o que deve ser votado e o que não deve ser votado é o Congresso Nacional. Com relação à reforma tributária, o Congresso Nacional conseguiu um êxito fantástico. V. Ex^a diz, com razão, que o Poder Executivo mandou um projeto de reforma tributária – bom ou mau, mas mandou. Pois, em cima dessa proposta, houve uma comissão na Câmara, presidida pelo Deputado Rigotto, que durante praticamente um ano ouviu céus e terra, no Brasil e no exterior, e conseguiu um milagre: que o projeto fosse aceito por todos os Governadores, pela associação dos Prefeitos e pelos Ministros da área econômica. Quando foi a plenário para ser votado, veio a ordem do Governo: “Retirem! O Governo não quer.”

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Não estou dizendo a V. Ex^a, nem à Casa – e não diria isso –, que o Governo se tenha aplicado à tarefa de usar sua força política para dar celeridade à apreciação da reforma tribu-

tária. O que estou dizendo, com outras palavras, é o mesmo que V. Ex^a acabou de dizer. O Governo, de qualquer forma, mandou a sua proposta para o Poder Legislativo. No entanto, por qualquer razão, mesmo por essas razões que V. Ex^a deu, de timidez ou de covardia – o julgamento, cada um que o faça –, a reforma tributária não caminhou no Congresso Nacional. Eu mesmo nada fiz para que ela caminhasse. Não sei se alguém, aqui, terá feito alguma coisa, dado um único passo, mesmo que fosse para ser derrotado pela força do Governo.

Se o Governo tem tanta força por um lado, e se, por outro, estamos ou alguém está aqui tão convencido de que essa reforma precisava ter sido votada, então era preciso que aqueles que defendem tanto a necessidade da reforma tivessem se empenhado e lutado, dentro do Congresso, para que ela fosse feita. E eu, sinceramente, não vi isso.

O Sr. Adir Gentil (PFL – SC) – Senador Geraldo Melo, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir, novamente, que V. Ex^a fosse breve, porque o orador já ultrapassou bastante o tempo que lhe é destinado regimentalmente.

O Sr. Adir Gentil (PFL – SC) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Não me dê uma notícia tão triste, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS.) – Veja a competência do nobre Líder: pensei que S. Ex^a estava recém começando, tal a categoria com que fala.

O Sr. Adir Gentil (PFL – SC) – Senador Geraldo Melo, quando falamos da necessidade de uma reforma tributária – que é consenso entre todos os Senadores – e fizemos um comparativo com a CPMF, na verdade, queríamos chamar a atenção para o fato de que, hoje, somos obrigados a votar a CPMF porque não temos outra fonte de financiamento para atacar três setores de extrema importância: saúde, previdência e fundo de combate à pobreza. Queremos ressaltar que, por deficiência desta Casa ou do Executivo, não foi feita uma reforma tributária e, agora, o Congresso tem que buscar uma saída para o financiamento desses três setores. É claro que, ao votar favoravelmente a essas propostas, fá-lo-emos porque não temos a reforma tributária tão almejada por esta Casa. Era isso que queríamos dizer a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Agradeço o Senador Adir Gentil. Quero apenas ressaltar que estou muito mais atingido, pessoalmente, pela crítica que eu mesmo fiz do que V. Ex^a, que não

teve antes oportunidade de participar ou de realizar nenhum esforço em favor da reforma tributária, já que é recém-chegado ao Senado Federal.

Já que fui advertido pela Mesa com relação ao tempo, queria colocar uma questão concreta sobre a reforma tributária – e talvez até choque a Casa com a opinião que darei. Sou a favor da reforma tributária, sim. Sou a favor e penso que ela precisa ser feita, sim, mas acho que isso não tem nada a ver com a CPMF.

Senador Adir Gentil, perdoe-me, mas nisso divergimos. Eu, por exemplo, não sou a favor da CPMF por causa dos três pontos que V. Exª citou, mas porque acredito que, na estrutura tributária do Brasil, esse é o melhor tributo que pagamos.

A CPMF é um instrumento de fiscalização. O que disse o Senador Roberto Saturnino, que o futuro Governo fará a reforma tributária e a CPMF vai-se manter, não como um instrumento gerador de receita, mas como instrumento fiscalizador, para mim é um grande equívoco. A capacidade de a CPMF gerar para a Receita a possibilidade de fiscalização é uma das suas vantagens, mas há uma outra muito maior: além de se descobrir a sonegação, esse é um tributo insonegável. Se um traficante de drogas, com seu dinheiro mal ganho, não quiser pagar esse tributo, ele só terá um caminho: guardar seu dinheiro embaixo do colchão. Se uma dessas infelizes que passam a noite pelos caminhos dolorosos da prostituição para gerar dinheiro não quiser pagar a CPMF sobre esse valor, terá que guardá-lo embaixo do colchão. Toda atividade econômica informal, se não quiser pagar a CPMF, tem que ficar à margem do sistema financeiro e não usar banco nenhum para operar com o seu dinheiro. Esse é um tributo insonegável.

Em segundo lugar, esse é um tributo justo, porque quem movimentar, por exemplo, R\$100 na sua conta, vai pagar R\$0,38; quem movimentar R\$1 milhão vai pagar R\$3,8 mil – distribui-se a carga tributária de forma proporcional à capacidade financeira de cada um.

Acho, porém, que a introdução da CPMF no sistema tributário brasileiro tem um inconveniente: o de se somar à carga tributária que já temos, que, todos concordamos, é brutalmente elevada.

Se se deseja modernizar o Sistema Tributário Brasileiro, há de ser mediante a extinção de tributos anacrônicos, jurássicos, antiquados, inúteis, difíceis de fiscalizar, que exigem que o Governo tenha uma estrutura operacional de controle e fiscalização quase tão cara quanto o dinheiro arrecadado. Esses tributos devem ser colocados no lixo e substituídos por tributos modernos como a CPMF. Na minha opinião, o “P” da sigla CPMF deveria significar “permanente” e não

“provisória”. Essa Contribuição deveria ocupar o lugar de tributos inúteis, antiquados e impagáveis que aí estão. A CPMF, portanto, é um avanço tributário e não um retrocesso. Esse é o meu ponto de vista.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Se me permite o Presidente, concedo o aparte a V. Exª com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero novamente repetir que o orador já ultrapassou em duas vezes o tempo predestinado. Peço que V. Exª seja brevíssimo em seu aparte, Senador Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Serei brevíssimo, Sr. Presidente. Por que o Governo não faz essa proposta? Se esse dinheiro sai do bolso do contribuinte – e V. Exª está dizendo que isso acontece –, cabe a V. Exª, que é Líder do Governo, sugerir ao Governo que faça essa proposta urgentemente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador Francisco Escórcio. Faço apenas uma breve correção. Não sou Líder do Governo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E mesmo assim sei que V. Exª tem feito diversas vezes essa sugestão ao Governo. O Líder não o fez. V. Exª não pode ser culpado.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O meu discurso já respondeu a essa indagação. Todos somos favoráveis à reforma tributária, e apenas acredito que, quando esta for feita, deve-se manter a CPMF e eliminar outros impostos.

Eu queria dizer – é importante fazer esta correção – que não sou Líder do Governo. Sou Líder da Bancada do meu Partido, o PSDB, do Bloco/PSDB – PPB, pois, para honra minha, o PPB, que mantém um bloco parlamentar com o meu Partido, também me ungiu com a sua confiança. Em assim sendo, lidero a Bancada dos dois Partidos nesta Casa.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que fico extremamente feliz de ver um assunto como esse ensejar um debate com essa profundidade. Quis apenas contribuir para evitar que o calor desse debate nos conduzisse a alguma injustiça ou a alguma deformação da realidade, sabendo que estamos debatendo em presença da sociedade e que devemos oferecer a quem acompanha os nossos debates a oportunidade de ouvir os argumentos de um lado e do outro.

Por essa razão, vim a esta tribuna. Existem ainda no debate da CPMF muitos ingredientes que nos levarão a discussões acaloradas – a questão da noventa, os procedimentos que virão a seguir –, mas

sinceramente foi uma contribuição ao esclarecimento da opinião pública e desta Casa o debate de hoje.

De minha parte, voltando à questão da Argentina, deixo um ponto para reflexão. Quando vemos o Governo adotar medidas para o fortalecimento do sistema financeiro brasileiro, do sistema bancário, e realizar um programa como o Proer, concluímos que o Governo evitou – e disse ao País que estava evitando ou tentando evitar – um determinado tipo de problema que seria muito grave para o País. Mas, como aquele problema foi evitado, a sua dramaticidade e a sua força não foram vistas pela sociedade. Não vivemos o problema para que o Governo o resolvesse, pois foram tomadas medidas que evitaram que o víssemos.

A única coisa que se pôde ver foram as medidas tomadas pelo Governo e se gostaram ou não dessas medidas, porque não há como comparar a situação em que estamos hoje com a situação em que estaríamos se aquilo não tivesse sido feito. E, hoje, a única comparação possível é entre a situação em que estamos e a situação em que está a Argentina, porque aqui tivemos coragem de tomar medidas que desagradaram.

Recordo-me de que o Proer foi visto com muitas suspeitas e críticas, a ponto de levar o Congresso Nacional a realizar uma CPI que terminou sendo, na verdade, um grande aplauso ao Proer. Mas o que fizemos aqui evitou que o Brasil de hoje estivesse vivendo o problema da Argentina de hoje. É preciso que se tenha a honestidade de reconhecer isso e que se tenha, para com a opinião pública e com a sociedade, a atitude de lealdade de não adotar medidas ou posições demagógicas, porque são politicamente convenientes; ao contrário, é necessário que tenhamos a coragem e a humildade de reconhecer que o que foi feito pelo Brasil possibilitou que estivéssemos na situação em que nos encontramos hoje e não na situação em que está a Argentina.

Não estou dizendo que estamos no melhor dos mundos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, já estou concluindo.

Não estou ignorando a tragédia que vivem milhões de brasileiros miseráveis. Não estou ignorando o drama que representa o desemprego no País. Estou reconhecendo que, se não tivéssemos feito o que fizemos, a situação que vivemos hoje seria muito pior, e a Argentina é a prova real do que acabo de afirmar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos para discutir.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Escórcio.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escórcio) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sessão, em que se discutiu bastante a CPMF, quero trazer, neste meu pronunciamento, um tema que tem um pouco a ver com essa questão tributária, com a questão de incentivos, que é exatamente a questão da Zona Franca de Manaus.

Temos, coincidentemente, lido em alguns setores da imprensa nacional posicionamentos e denúncias contra a Zona Franca de Manaus. Represento aqui um Estado da Amazônia Ocidental, que, portanto, está sob a jurisdição da Zona Franca de Manaus, que, na verdade, não deveria mais ter esse título, pois ela é hoje uma agência de desenvolvimento da Amazônia Ocidental e beneficia os Estados de Rondônia, do Acre, de Roraima, do Amazonas e também do Amapá, no qual existe uma zona de livre comércio.

Para fazer justiça, devo lembrar que as palavras que vou dizer aqui são extraídas de um artigo assinado pelo Superintendente da Zona Franca de Manaus, o Sr. Ozias Monteiro Rodrigues, em resposta a uma matéria publicada no jornal **O Globo**. O artigo, constante da coluna **Opinião**, foi publicado no dia 13 de maio. Vou ler alguns tópicos, visando repor a realidade do que é a Zona Franca de Manaus neste momento e a sua importância na só para a Amazônia Ocidental, mas para o Brasil.

Diz o artigo:

A Zona Franca de Manaus (ZFM), mais do que ‘uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais’, como define o art. 1º do Decreto-Lei nº 288/67, é um modelo de desenvolvimento socioeconômico para uma região que apresenta um quadro geopolítico de desvantagem em relação às demais regiões do Brasil.

Baseada substantivamente no Pólo Industrial de Manaus (PIM), a Zona Franca de Manaus não é assim tão franca, considerando-se que o Estado do Amazonas contribuiu, em 2001, com 58,15% de toda a arrecadação de tributos e contribuições federais da Região Norte, constituindo-se num estado exportador líquido de tributos. Consequentemente, é uma das poucas unidades da Federação a apresentar superávit fiscal. O efeito do PIM também faz com que o Amazonas seja superavitário no Balanço Previdenciário Público, ou seja, arrecada mais do que paga em benefícios previdenciários.

A lógica do modelo da Zona Franca de Manaus veio na esteira da política governamental brasileira da década de 50, com a indústria automobilística, de substituição de importações. Logo, os incentivos fiscais não foram alterados para torná-la 'Zona de Incentivo à Importação', mas foram criados na lógica da substituição de importações.

Essa trajetória manteve-se até 1990, quando o Brasil passou a adotar uma política econômica aberta, para adaptar-se ao mercado globalizado. Assim, o modelo tem sido competente na sua adaptação às políticas econômicas implementadas no País, tornando-se capaz de enfrentar desafios nos mercados interno e externo.

Afirmar que, não fosse a ZFM, o saldo da balança comercial do Brasil seria superavitário é concluir sobre análise simplista e equivocada. Nesta linha, pode-se afirmar que, não fosse a existência do modelo substituidor de importações, o déficit da balança comercial brasileira seria acrescido de US\$70 bilhões, representado pelas vendas dos produtos do Pólo Industrial de Manaus para o mercado interno, no período de 1995 a 2001. Seguramente, se os bens produzidos no PIM, especialmente os do segmento eletroeletrônico, fossem fabricados em qualquer outro ponto do território nacional, as importações seriam realizadas em montante equivalente ao que é atualmente efetuado pelo PIM, porque os componentes importados ainda não são produzidos no Brasil.

Sobre as isenções fiscais, o articulista cita o próprio O Globo como fonte de informação de que 'entre 94 e 97, o Governo de-

ixara de arrecadar US\$64 bilhões da ZFM'. Esse número é irreal, já que nem mesmo a renúncia total da União alcançou tal valor, que nos anos de 1994 a 1997 somou US\$47,9 bilhões, de acordo com o Demonstrativo de Benefícios Tributários, elaborado pela Receita Federal. Nesse período, a renúncia da Zona Franca de Manaus foi de cerca de US\$8 bilhões, considerando-se a exoneração/redução do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vinculado à importação, e IPI nas operações internas.

(...)

Quanto ao equilíbrio da balança comercial, não se pode confundir esse conceito com o de orçamento cambial, sugerindo soluções que, em favor de um, se desestruturam o outro. Considerando-se que 100% das motocicletas, produtos eletroeletrônicos de entretenimento, fornos de microondas, relógios de pulso e concentrados de refrigerantes produzidos no Brasil são fabricados na ZFM, e não são suficientes para o abastecimento total do mercado interno, quem supriria essa demanda, caso fosse adotada a sugestão de limitar em 20% o destino da produção da ZFM para o mercado interno?"

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que a íntegra do artigo do Dr. Ozias Monteiro Rodrigues seja parte integrante do meu pronunciamento.

E chamo a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que será realizada, no período de 10 a 13 de setembro de 2002, a I Feira Internacional da Amazônia, que se realizará em Manaus e deverá se tornar uma referência na captação de investidores e importadores não só para os produtos do Pólo Industrial de Manaus, mas também para os produtos de toda a Amazônia brasileira, pois os nove Estados dessa região estarão expondo os seus produtos. Espera-se, com esse evento, uma significativa elevação do coeficiente exportador dessa região, a partir do Pólo Industrial de Manaus, que é o centro dinâmico, cujos efeitos são irradiados para o interior de toda a Amazônia.

Peço também, Sr. Presidente, que uma publicação feita pela **Gazeta Mercantil**, sob o título "Oportunidades da Amazônia Ocidental e Amapá", publicada no dia 10 de maio, seja também parte integrante do meu pronunciamento, que tem como subtítulo "Uma terra fértil para o investimento privado". A Suframa mostra a empreendedores as possibilidades de ga-

nho em projetos desenvolvidos na Amazônia, baseada em estudo da Fundação Getúlio Vargas, que analisa a potencialidade dos setores de turismo, agrofloresta, piscicultura, bioindústria, produtos naturais e artesanatos.

Quero também, Sr. Presidente, fazer referência aqui, dentro do enfoque sobre a Zona Franca de Manaus, ao livro de autoria do Sr. Serafim Corrêa, um ilustre amazônida, que faz uma análise sobre toda a história, os mitos e a realidade da Zona Franca de Manaus, cujo título é exatamente este: **Zona Franca de Manaus – História, Mitos e Realidade**.

Chamo a atenção para alguns tópicos do livro:

Primeiro mito: A Zona Franca de Manaus é um paraíso fiscal. Isso é o que se alardeia e a realidade é justamente o contrário, a Zona Franca de Manaus é o paraíso do Fisco, porque, lá, a arrecadação tributária federal é muito importante, sendo que o Estado do Amazonas, sozinho, é responsável por 55,52% da arrecadação federal na Amazônia;

Segundo mito: A Zona Franca de Manaus prejudica a balança comercial. Na realidade, a Zona Franca de Manaus equilibra a balança comercial, como já demonstrei na leitura do artigo do Dr. Ozias;

Terceiro mito: Os contribuintes brasileiros pagam a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus. Na realidade, segundo o autor, os contribuintes brasileiros são beneficiários da renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus. O autor apresenta um quadro demonstrativo, em que mostra que, na verdade, a Zona Franca de Manaus contribui para que haja maior justiça fiscal no País;

Quarto mito: A renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus é grande e implica perda de arrecadação. Na verdade, a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus é pequena e resulta em ganho de arrecadação;

Quinto mito: Se não houvesse renúncia fiscal, haveria aumento de arrecadação nacional. No entanto, a realidade é que, se não houvesse renúncia fiscal, não haveria qualquer arrecadação, conforme afirmei que só o Estado do Amazonas responde por 55,52% da arrecadação federal na Amazônia;

Sexto mito: O Governo Federal transfere muitos recursos para o Amazonas. Na realidade, o Governo Federal suga muitos recursos do Amazonas. O autor também anexa uma tabela demonstrativa do que afirma, ou seja, que o Amazonas é o campeão de arrecadação de tributos federais na região;

Sétimo mito: Não existem controles sobre os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Na realidade, existem tantos controles sobre os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus que até contrariam a lógica e o bom senso;

Oitavo mito: O Pólo Industrial de Manaus resume-se a galpões onde partes e peças são montadas. Na realidade, o Pólo Industrial de Manaus é o mais importante complexo industrial no Norte-Nordeste do Brasil;

Nono mito: A Zona Franca de Manaus provoca migrações do interior da Amazônia e do Nordeste, resultando no inchaço da cidade de Manaus. Na realidade, as correntes migratórias para Manaus decorrem da falta de opção no local de origem dos imigrantes;

Décimo mito: A produção de componentes na Zona Franca de Manaus é mais incentivada do que em São Paulo. Na realidade, a produção de componentes em São Paulo é muito mais incentivada do que na Zona Franca de Manaus;

Por fim, Sr. Presidente, o décimo primeiro e último mito que se levanta contra a Zona Franca de Manaus é que a prorrogação do prazo dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus depende de emenda constitucional. Na realidade, a prorrogação do prazo dos incentivos fiscais depende apenas de um decreto presidencial.

Sr. Presidente, eu quis trazer esse tema, hoje, ao conhecimento do Senado e da Nação, porque pode ser até compreensível que forças poderosas da indústria brasileira e certa elite intelectual do País se oponham à existência da Zona Franca de Manaus, mas quem conhece a realidade da Zona Franca de Manaus não pode e não deve ficar contra a sua existência. Na verdade, repito, a Zona Franca de Manaus não deveria ter mais esse nome, mas o de Agência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, já que a Amazônia é muito grande, e a Amazônia Oriental, cujo Estado mais importante é o Pará, é muito diferente da Amazônia Ocidental, da qual fazem parte os Estados de Roraima, que tenho a honra de representar nesta Casa; do Amazonas; do Acre; de Rondônia e também do Amapá, exatamente porque tem uma zona de livre comércio.

Quero voltar a esse assunto depois, oportunamente, para discuti-lo melhor, porque o que se antecipa, o que se prevê é uma nova onda de trabalhos contra a existência da Zona Franca, que é importante – repito – não só para a Amazônia, mas para todo o Brasil.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.:**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Um modelo bem-sucedido
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

Em artigo publicado neste jornal dia 8 de abril, "A Zona (muito) Franca de Manaus", o jornalista Carlos Tavares de Oliveira teceu comentários sobre a Zona Franca de Manaus que pedem esclarecimentos.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), mais do que "uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais", como define o art. 1 do decreto-lei n 288/67, é um modelo de desenvolvimento socioeconômico para uma região que apresenta um quadro geopolítico de desvantagem em relação às demais regiões do Brasil.

Baseada substantivamente no Pólo Industrial de Manaus (PIM), a ZFM não é assim tão franca, considerando-se que o estado do Amazonas contribuiu, em 2001, com 58,15% de toda a arrecadação de tributos e contribuições federais da Região Norte, constituindo-se num estado exportador líquido de tributos. Consequentemente, é uma das poucas unidades da Federação a apresentar superávit fiscal. O efeito do PIM também faz com que o Amazonas seja superavitário no Balanço Previdenciário Público, ou seja, arrecada mais do que paga em benefícios previdenciários.

A lógica do Modelo ZFM veio na esteira da política governamental brasileira da década de 50, com a indústria automobilística, de substituição de importações. Logo, os incentivos fiscais não foram alterados para torná-la "zona de incentivo à importação", mas foram criados na lógica da substituição de importações.

Essa trajetória manteve-se até 1990, quando o Brasil passou a adotar uma política econômica aberta, para adaptar-se ao mercado globalizado. Assim, o modelo tem sido competente na sua adaptação às políticas econômicas implementadas no país, tornando-se capaz de enfrentar desafios nos mercados interno e externo.

Afirmar que, não fosse a ZFM, o saldo da balança comercial do Brasil seria superavitário é concluir sobre análise simplista e equivocada. Nesta linha, pode-se afirmar que, não fosse a existência do modelo substituidor de importações, o déficit da balança comercial brasileira seria acrescido de US\$ 70 bilhões, representado pelas vendas dos produtos do Pólo Industrial de Manaus para o mercado interno, no período de 1995 a 2001. Seguramente, se os bens produzidos no PIM, especialmente os do segmento eletroeletrônico, fossem fabricados em qualquer outro ponto do território nacional, as importações seriam realizadas em montante equivalente ao que é atualmente efetuado pelo PIM, porque os componentes importados ainda não são produzidos no Brasil.

Sobre as isenções fiscais, o articulista cita o próprio GLOBO como fonte da informação de que, "entre 94 e 97, o governo deixara de arrecadar R\$ 64 bilhões na ZFM". Esse número é irreal, já que nem mesmo a renúncia total da União alcançou tal valor, que nos anos de 1994 a 1997 somou R\$ 47,9 bilhões, de acordo com o Demonstrativo de Benefícios Tributários, elaborado pela Receita Federal. Neste período, a renúncia da ZFM foi de cerca de R\$ 8 bilhões, considerando-se a exoneração/redução do Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vinculado à importação, e IPI nas operações internas.

Há, portanto, uma grande diferença entre os R\$ 64 bilhões que teriam sido renunciados, segundo o articulista, e os R\$ 8 bilhões que foram efetivamente renunciados. É importante destacar que a renúncia fiscal concedida pela União às regiões Sudeste e Sul, no ano de 2000, foi de 66% do total, enquanto para toda a Região Norte a renúncia foi de 17,84%.

A ZFM não foi concebida para ser exportadora, senão seria localizada em qualquer ponto da costa brasileira, e não no interior da Amazônia. Contudo, as empresas do pólo, seguindo uma orientação governamental, estão ampliando suas exportações.

A capacidade de atendimento ao mercado interno não pode ser um defeito da ZFM, afinal o mercado brasileiro é o maior da América do Sul e, portanto, motivo de cobiça. Assim, esse mercado tem que ser suprido, seja pelo Pólo Industrial de Manaus ou mediante importação direta de produtos acabados, o que oneraria, ainda mais, a Balança Comercial do Brasil. Não tem lógica renunciar a um mercado tão vigoroso em favor de outros interesses, gerando emprego e renda fora do Brasil.

A redução do emprego, no início dos anos 90, registrada na ZFM não foi fenômeno exclusivo do Modelo, mas, um fenômeno estrutural, de todos conhecido, alcançando o país inteiro. Na ZFM, o fenômeno pode ser classicamente denominado de "desemprego tecnológico" decorrente da singularidade dos produtos fabricados no PIM, caracterizados por câmbios tecnológicos rápidos.

As importações de componentes pela ZFM e pelo Brasil, no segmento eletroeletrônico, decorrem mais de fatores tecnológicos do que somente de estratégias mercadológicas. Há um esforço nacional no sentido de superar esse gargalo, para o qual o Pólo Industrial de Manaus será fundamental, em razão da escala de produção que poderá gerar, e da acumulação tecnológica que já dispõe, em produtos e processos.

Quanto ao equilíbrio da balança comercial, não se pode confundir esse conceito com o de orçamento cambial, sugerindo soluções que, em favor de um, se desestruture o outro. Considerando-se que 100% das motocicletas, produtos eletroeletrônicos de entretenimento, fornos de microondas, relógios de pulso e concentrados de refrigerantes produzidos no Brasil são fabricados na ZFM, e não são suficientes para o abastecimento total do mercado interno, quem supriria essa demanda, caso fosse adotada a sugestão de limitar em 20% o destino da produção da ZFM para o mercado interno?

De duas uma: ou o consumidor brasileiro ficaria tolhido desses produtos, ou o déficit da balança comercial brasileira aumentaria ainda mais, uma vez que o Brasil deixaria de importar componentes de alta tecnologia para importar bens finais, com maior agregação de valor fora do país.

Por fim, o incremento do coeficiente exportador da ZFM é meta de governo, mediante estratégias que vêm sendo adotadas e cujos efeitos até foram assinalados pelo próprio articulista.

Nessa direção estratégica, a 1 Feira Internacional da Amazônia que se realizará em Manaus, no período de 10 a 13 de setembro de 2002, deverá se tornar uma referência na captação de investidores e importadores, não só para produtos do PIM, mas também para os produtos de toda a Amazônia Brasileira, pois os nove estados dessa região estarão expondo seus produtos. Espera-se, com esse evento, uma significativa elevação do coeficiente exportador desta região, a partir do Pólo Industrial de Manaus, que é o centro dinâmico, cujos efeitos são irradiados para o interior da Amazônia.

OZIAS MONTEIRO RODRIGUES é superintendente da Zona Franca de Manaus.

Uma terra fértil para o investimento privado

Suframa mostra a empreendedores as possibilidades de ganho em projetos desenvolvidos na Amazônia, baseada em estudo da FGV que analisa a potencialidade dos setores de turismo, agroflorestal, piscicultura, bioindústria, produtos naturais e artesanato

Márcia Valéria
de Manaus

Além de ser a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia também é vista como uma região com alto potencial para investimentos. Turismo, indústria agroflorestal, bioindústria, artesanato, piscicultura e produtos naturais, ao lado de sofisticadas indústrias de bens finais e componentes dos setores eletroeletrônico, duas rodas, metalúrgico, químico e de informática que arrecadam juntas, em média, US\$ 10 bilhões por ano. Soma-se a isso um potencial energético de 130 mil MW (megawatts), ligações rodoviária e hidroviária com importantes mercados, como o andino, e grandes vazios territoriais para serem ocupados.

Em 1998 a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) encomendou um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para identificar as potencialidades econômicas nos estados da Amazônia Ocidental e Amapá, de atuação da autarquia, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável regional. Desde então, a Suframa investiu R\$ 350 milhões em obras de infra-estrutura no Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá para viabilizar essas atividades. "Esse estudo detalhou a viabilidade econômica dentro do contexto de abastecimento local e regional e também de mercados mais amplos, com a meta de aumentar as exportações regionais. Disponibilizamos recursos que apoiassem os governos a dotar seus estados de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades", diz o superintendente da Suframa, Ozias Rodrigues Monteiro.

Determinadas as potencialidades, conta Monteiro, o passo seguinte da Suframa — em parceria com os governos estaduais e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) —

foi a elaboração de projetos demonstrativos que atestam a viabilidade econômica de cada produto apontado no estudo da FGV.

"A meta é implantar unidades produtivas nos estados e apresentá-las a potenciais empresários, associações de interesse econômico e cooperativas, visando a transformação das potencialidades em negócios", diz.

Todos os projetos em execução têm caráter inovador e espera-se ao final de quatro anos que eles respondam pela criação de 65 mil empregos diretos e 93 mil indiretos, com renda anual superior a R\$ 2 bilhões para toda a região. A expectativa é que os projetos tenham efeito multiplicador, com a melhora da qualidade de vida das comunidades.

O superintendente afirma que a Suframa oferece oportunidades para que políticos, empresários e pequenos produtores tenham acesso a recursos e ferramentas de gerenciamento. "Um dos objetivos da Suframa é melhorar a qualidade dos projetos de captação de recursos", diz.

Monteiro informa que a proposta de reunir os empresários paulistas no "Seminário sobre as Potencialidades Regionais e Oportunidades de Negócios na Amazônia Ocidental e Amapá", realizado hoje, em São Paulo, é apresentar o estudo da FGV e mostrar que estes produtos possibilitam negócios e investimentos privados. Além disso, o superintendente vai divulgar a 1ª Feira Internacional da Amazônia, marcada para os dias 11, 12 e 13 de setembro próximo, em Manaus. O evento reunirá expositores dos estados da Amazônia, mais convidados internacionais, entre os quais os 200 exportadores de insumos e componentes para as empresas de Manaus. ■

As novas opções do transporte aéreo

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) direciona investimentos para garantir o transporte aéreo de cargas e de passageiros pelos próximos 10 anos na Amazônia Ocidental. No ano passado, os investimentos alcançaram a cifra de R\$ 25 milhões em obras de reforma, ampliação e modernização dos principais aeroportos da região. Do total de investimentos, R\$ 12 milhões destinaram-se ao programa de internacionalização do aeroporto Belmont, em Porto Velho.

Com as obras, a área construída do terminal será ampliada dos atuais 229 m² para 7,5 mil m². Soma-se aos equipamentos básicos de um aeroporto convencional, mais um aeroshopping com 30 lojas e uma praça de alimentação. Todo o terminal de passageiros será climatizado.

Outra parte do investimento da Infraero destina-se à continuidade das obras de construção do terminal de cargas (Teca III) do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus. O projeto total está orçado em R\$ 23 milhões para execução em três anos. Em 2001, essas obras absorveram R\$ 7,4 milhões. O Teca III ocupará 13 mil m², com armazém e um prédio administrativo e foi projetado para atender a demanda de cargas até 2010.

Recentemente inaugurado, o Aeroporto Internacional de Rio Branco, no Acre, tem uma área construída de 7,3 mil m². A pista conta com pavimentação asfáltica e resistência para receber aviões Boeing 767, com carga máxima de decolagem de 155 toneladas.

Roraima, por sua vez, conta com aeroporto internacional recentemente estruturado pelo novo conceito da Infraero. ■

(M.F.)

Energia garante suporte a empreendimentos

A chegada do gás natural deverá aumentar a competitividade das empresas da Zona Franca de Manaus

A oferta de energia poderá ser o principal atrativo de futuros investimentos privados na Amazônia. Pelo menos é no que apostam os governos do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, que estão preparando seus estados para se tornarem atraentes à iniciativa privada, principalmente por conta da oferta de energia.

No Amazonas a grande esperança está no gás natural, que passará a fazer parte da matriz energética do estado nos próximos dois anos, assim que for definida a modalidade de transporte do produto. O gás natural alimenta a expectativa dos empresários de aumentar o nível de competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM). Conforme cálculos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), a utilização do gás deverá proporcionar uma economia de 20% a 30% no custo final dos produtos. Com a nova matriz, as indústrias poderão reduzir em até 70% seus gastos com energia, pelos cálculos dos empresários.

A Petrobras estima uma reserva de gás da ordem de 130 bilhões de metros cúbicos no Amazonas. A Província Petrolífera de Uruçu, no município de Coari (a 370 quilômetros de Manaus em linha reta), detém quase a metade deste total, ou 60 bilhões de metros cúbicos. Outras reservas já avaliadas são a do rio Jurua, com potencial entre 25 bilhões e 30 bilhões de metros cúbicos de gás natural, e a do município de Silves (a 200 quilômetros da capital) com 8 bilhões de metros cúbicos. As demais reservas estão distribuídas em volumes menores em todo o estado, como em Carauari (a 702 quilômetros de Manaus) e na comunidade de São Mateus, que faz parte do município de Tefé (a 525 quilômetros da capital).

A projeção para geração de

energia a partir do gás é de 300 MW (megawatts), que demandará uma produção de 3,9 milhões de metros cúbicos/dia. De início seriam fornecidos 2,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia para abastecer Manaus.

O atual parque gerador da Manaus Energia, subsidiária da Elettronorte, é hidrotérmico, composto pela Usina Hidrelétrica de Balbina e por três térmicas, totalizando uma potência instalada de 940,7 MW. Deste total, 391 MW são fornecidos pelo produtor independente El Paso. O presidente da empresa Manaus Energia, Silas

Rondeau Cavalcanti, afirma que a reserva técnica é de 30%.

No interior, a concessão é da Companhia Energética do Amazonas (Ceam), que possui o maior sistema térmico do mundo, abrangendo uma área de 1,57 milhão de metros quadrados. O parque gerador é composto de 88 usinas térmicas, totalizando uma potência de 199,6 MW.

**As indústrias
reduzirão gastos
com energia
em até 70%,
devido ao uso
de gás natural**

A chegada de 200 MW de energia importada da usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, em agosto de 1990, deu um novo impulso ao sistema energético do estado de Roraima. Muitos setores já defendem a distribuição desta energia para outros estados da Amazônia Ocidental e, por meio do empreendimento, interligar a região ao sistema nacional.

Com a importação da energia venezuelana, a Elettronorte calcula uma redução de gastos de R\$ 1,17 bilhão, resultante da economia de consumo de 1,7 bilhão de litros de óleo diesel utilizados pelo sistema termelétrico. A energia venezuelana é a principal arma do governo do estado de Roraima para atração de novos investimentos. A demanda de energia em Roraima é de 80 MW. Com a importação, há um excedente de 120 MW para oferecer à iniciativa privada.

Em Rondônia o setor elétrico concentra um dos maiores investimentos para que o estado possa

explorar seu potencial agropecuário. A Termonorte, um consórcio entre a El Paso e a C&S, prevê destinar US\$ 280 milhões para dobrar a capacidade do parque térmico do estado, que poderá sair dos atuais 380 MW para 746 MW. Está prevista a construção de duas termelétricas de grande porte em Porto Velho. A Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) investiu R\$ 60 milhões em duas linhas de transmissão a partir de Porto Velho — uma até Rio Branco e outra com destino a Vilhena, no sul do estado.

No Acre existe uma oferta excedente de 50% de energia elétrica. Isso foi possível com a entrada de operação da usina termelétrica Barro Vermelho, de capital privado, que adicionou mais 31 máquinas ao sistema, com capacidade de produção de 45 megawatts, que vieram somar aos outros 96 MW produzidos pela Eletroacre. O investimento de R\$ 3 milhões é da empresa Sistemas Internacionais de

Energia Ltda. (So Energy), do grupo Sireq, prestadora de serviços da Elettronorte. O diretor-presidente da Eletroacre, Osvaldo Lobo Filho, garante que o sistema energético no estado está folgado, com o dobro da capacidade da demanda anual, de 60 MW.

O próximo investimento da Elettronorte será a ampliação da rede e infra-estrutura da Eletroacre, federalizada em julho de 1998. Estão previstos recursos da ordem de R\$ 18,6 milhões.

O Amapá tem folga na oferta de energia, depois do investimento de R\$ 160 milhões feito pela Eletro-

norte. A capacidade instalada é de 184 MW e o consumo, 100 MW. O sistema de geração é misto, com 75% vindos da termelétricidade. A energia hídrica é produzida pela usina de Coaracy Nunes, com capacidade de 40 MW. E a termelétrica de Santana teve sua capacidade ampliada para 144 MW no ano 2000. ■

(M.F.)

**Com nova
termelétrica, o
Acre tem 50%
de oferta
excedente de
eletricidade**

O fluxo de granéis pelo rio Madeira

A hidrovia do rio Madeira vem se consolidando como uma das principais vias de escoamento da Amazônia. Em 2001 a Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (Ahimoc) registrou crescimento de 37,8% no volume de cargas. A rota de exportação incluiu o porto graneleiro de Itacoatiara, no Amazonas, administrado pela Hermosa Navegação da Amazônia, empresa do grupo Maggi, que está entre os mais modernos para a movimentação de cargas a granel.

A conversão do Madeira em um rio navegável e a construção do terminal graneleiro representaram o início dos investimentos

da empresa no transporte fluvial no estado, que hoje somam R\$ 180 milhões. Para garantir a navegabilidade, a Hermosa investe anualmente mais de R\$ 150 mil em manutenção da hidrovia.

Das 4,8 milhões de toneladas de cargas transportadas pela hidrovia do Madeira de 1998 a 2001, cerca de 2,2 milhões de toneladas (46%) corresponderam à movimentação da Hermosa.

A Amazônia Ocidental também começa a romper uma importante barreira para entrar no mercado do Pacífico por via terrestre. A opção de ligação internacional rodoviária, com aproximadamente 2,1 mil quilômetros de extensão, inicia em Porto Ve-

lho (RO), passa pelas cidades de Rio Branco, Brasília e Assis Brasil (AC), e por Itapari, Puerto Maldonado, Juliaca, Puno, Moquegua e Ilo, no Peru.

A BR-364 que liga Rio Branco (AC) a Porto Velho e, a oeste, a Cruzeiro do Sul (AC), passando por Sena Madureira (AC) e Tarauacá (AC) também é estratégica para o processo de internacionalização. A BR-317 é uma rodovia transversal à BR-364 e liga o Acre ao estado do Amazonas. Juntas, estas rodovias têm importância estratégica na integração comercial com os países andinos, permitindo o acesso do Brasil aos portos do Pacífico.

A rodovia BR-174, que liga

Manaus até a fronteira com a Venezuela, passando por Roraima, é um outro eixo estruturante ao norte. A partir dela é possível atingir os mercados dos países andinos, Caribe e Panamá.

Em médio prazo, os eixos serão completados pela hidrovia do Amazonas-Solimões-Marañon. A hidrovia, ainda em projeto, possibilitará a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico através do rio Amazonas, com integração rodoviária ou ferroviária-fluvial no Peru. Ela também abrirá o caminho entre a Colômbia e o Equador, pelos rios Amazonas e Putumayo, e entre o Acre e o Oceano Pacífico. ■

(M.F.)

Negócios com a natureza

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolveu, a pedido da Suframa, um estudo sobre as potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental. O trabalho mostrou que a vasta região pode alcançar o desenvolvimento auto-sustentado, com preservação do meio ambiente, se conseguir impulsionar atividades que não se limitem ao simples extrativismo

Madeiras tropicais

Antes de 2010 a madeira tropical se transformará na principal commodity da Amazônia brasileira. Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) – instituição privada de pesquisa com sede no Pará – das 350 espécies de madeiras já exploradas na região, 90% têm baixo valor comercial, com preços em tora inferiores a US\$ 60 por metro cúbico, por conta da baixa eficiência

da exploração e processamento. De cada metro cúbico de tora, apenas de 32% a 40% são transformados em peças serradas, compensado e laminado.

O restante ou apodrece nos pátes das fábricas, ou é queimado nas fôrmas. O aproveitamento é menor quando o produto se destina ao mercado internacional, onde é a exigência de qualidade é mais rigorosa. »

(M.V.)

Madeira

Viabilidade econômica de laminados e compensados

- Produção anual: 53.000 m³ (70% da capacidade - 1º ano); 43.000 m³ de laminados / 21.000 m³ de compensados
- 73.000 m³ (80% da capacidade - a partir do 2º ano); 46.000 m³ de laminados / 27.000 m³ de compensados
- Investimento total: US\$ 17.890.154,87
- Receita total: US\$ 21.078.318,65 (80% capacidade)
- Custo fixo: US\$ 12.816.765,50
- Custo variável: US\$ 2.395.253,75
- Custo total: US\$ 15.211.019,24
- Lucro líquido: US\$ 4.767.304,24
- Pontual de retorno: 33,40%
- Margem de lucro: 22,82%
- Rentabilidade: 26,71%
- Taxa interna de retorno: 18,00%
- Tempo de retorno do capital: 5 anos e 4 meses

Fonte: FGV

Peixes em cativeiro

A pesca na Amazônia é basicamente uma atividade extrativista, com outras atividades, como a pecuária de corte.

Produtos de mercado amplo

- Castanha-do-pará
- Palmito de pupunha
- Extrato de açaí
- Extrato de açaí de pigmento-rosa
- Mandioca (para a indústria)
- Madeira laminada e compensada
- Castanha-do-brasil
- Têxtil (algodão)

Fonte: FGV

Palmito de pupunha

A região amazônica dá suporte a mais de 95% da produção nacional de palmito, orando principal mente da atividade extrativista. A indústria de conserva de palmito apresenta uma estrutura tecnológica relativamente simples, que não demanda elevados investimentos e depende da eficiência das operações manuais de corte e acondicionamento do produto.

Atualmente o mercado do palmito está sendo retomado, incrementando-se a produção através da extração da matéria-prima oriunda do cultivo da pupunha. A produção de conserva de palmito está estimada em torno de 300 toneladas de peso líquido.

A relação produto bruto industrializado/palmito natural varia bastante em função da qualidade intrínseca dos estipes (cabecas). Tanto o mercado nacional como o internacional são conhecedores de grande potencial para o palmito. No que se refere ao mercado externo, países europeus como França, Espanha e Itália são os principais importadores de palmito em conserva. A demanda destes países tem sido bastante elevada.

Amido de mandioca

A mandioca é um dos principais produtos, em área plantada, da região amazônica, seja para fins comerciais, seja para subsistência. Consumida em forma de farinha e produzida, geralmente, de forma artesanal, a mandioca é sub-utilizada em seu potencial econômico, verificando-se um desperdício considerável nessa forma de produção primária. A industrialização do produto surge como alternativa.

A produção mundial de amido de mandioca é de 34 milhões de toneladas/ano, com valor de US\$ 14 bilhões produzidos 1 milhão de toneladas/ano. O maior consumidor de amido de mandioca é de São Paulo.

Aproximadamente 8 volumes cabe aos frigoríficos e o restante entre as indústrias de alimentos, têxtil e outros grandes consumidores dos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. »

Amido de mandioca

Viabilidade econômica

- Produção anual: 4.500 toneladas de amido
- Investimento total: US\$ 582.304,07
- Receita total: US\$ 1.184.693,27
- Custo fixo: US\$ 435.795,50
- Custo variável: US\$ 149.951,84
- Lucro líquido: US\$ 117.945,93
- Pontual de retorno: 31,5%
- Margem de lucro: 4,7%
- Rentabilidade: 31,5%
- Taxa interna de retorno: 25,5%
- Tempo de retorno do capital: 3 anos e 3 meses

Fonte: FGV

Açaí e cumacú

● **Índice de produtividade do produtor:** 10,00
 ● **Tempo de retorno do capital:** 5 anos e 4 meses
 Fonte: FGV/SAE

Peixes em cativeiro

A pesca na Amazônia é basicamente uma atividade extrativista, condicionada pelo nível das águas dos rios, com superprodução na época da "seca" e escassez durante a época da "cheia". Naturalmente, esta sazonalidade influi no preço final do pescado.

A piscicultura, ou criação de peixes em cativeiro, é uma atividade produtiva, que permite o equilíbrio entre o interesse econômico e a exploração racional da natureza, porque apresenta elevada produtividade por hectare (entre 2,5 mil e 60 mil kg/ha/ano), utilizando menos área em com-
 (M.V.)

ração com outras atividades, como a pecuária de corte.

A Amazônia brasileira tem nas suas reservas aquíferas um grande potencial para a produção de peixes de água doce. Atualmente a média anual de consumo de pescado está estimada em 4 kg *per capita*/ano, propiciando um mercado potencial de mais de 600 mil toneladas/ano de peixe.

A média do consumo na região amazônica é de 44 kg *per capita*/ano. Atualmente a pesca nativa da região produz apenas 1/8 desta demanda. ■

(M.V.)

Peixes em cativeiro

Viabilidade econômica

- **Índices de pescados:** Produção / ciclo* (25 t/ha)
10.500 kg de costeira e 4.500 kg de file de peixe defumado.
- **Investimento total:** US\$ 33.185,84 / US\$ 24.606,36
- **Receita total:** US\$ 66.371,68 / US\$ 162.000,00
- **Custo variável:** US\$ 24.364,51 / US\$ 100.640,00
- **Custo fixo:** US\$ 16.263,30 / US\$ 43.904,20
- **Custo total:** US\$ 40.657,52 / US\$ 144.544,20
- **Lucro líquido:** US\$ 25.714,16 / US\$ 12.655,46
- **Ponto de nívelamento:** 38,74% / US\$ 115.914,00*
- **Margem de lucro:** 73% / 71,6%
- **Rentabilidade:** 77% / 51%
- **Taxa interna de retorno:** 62% / 41,0%
- **Tempo de retorno do capital:** 2 anos / 1 ano e 9 meses

Fonte: FGV/SAE

Castanha-do-brasil

A oferta de castanha na região amazônica é de origem extrativista em sua totalidade. A demanda mundial de amêndoas está concentrada no Primeiro Mundo e vem crescendo anualmente a taxas médias de 4%.

A demanda brasileira situa-se em torno de 3% a 5%, apenas, da produção nacional. As três maiores empresas exportadoras de castanha respondem por mais de 50% do volume exportado.

O restante é controlado por mais de 20 empresas beneficiadoras/exportadoras. Os principais tipos de negócio que podem ser desenvolvidos são: plano comercial para produção de castanha com casca e seca; usina de beneficiamento descentralizado; agroindústria de pequeno porte para transformação da castanha: fábrica de biscoito de soja com castanha; fábrica de "leite" e farinha. ■

(M.V.)

Fonte: FGV/SAE

Viabilidade econômica
 Beneficiamento da castanha (agroindústria para exportação)

- **Produção anual:**
106 t de castanha descascada e seca
216 t de castanha beneficiada em casca
Total: 412 t
- **Investimento total:** US\$ 522.079,57
- **Receita total:** US\$ 1.019.120,00
- **Custo variável:** US\$ 745.892,64
- **Custo fixo:** US\$ 78.181,65
- **Custo total:** US\$ 824.074,29
- **Lucro líquido:** US\$ 144.821,44
- **Ponto de nívelamento:** 28,81%
- **Margem de lucro:** 14,21%
- **Rentabilidade:** 27,74%
- **Taxa interna de retorno:** 36,00%
- **Tempo de retorno do capital:** 3 anos e 8 meses

Fonte: G7A

Palmito de pupunha

Viabilidade econômica

- **Produção anual:** 1.200.000 vinhos de 1 kg
- **Investimento total:** US\$ 841.542,48
- **Receita total:** US\$ 3.185.840,71
- **Custo variável:** US\$ 2.574.318,21
- **Custo fixo:** US\$ 113.175,22
- **Custo total:** US\$ 2.687.493,45
- **Lucro líquido:** US\$ 498.347,26
- **Ponto de nívelamento:** 18,5%
- **Margem de lucro:** 15,64%
- **Rentabilidade:** 59,22%
- **Taxa interna de retorno:** 46,4%
- **Tempo de retorno do capital:** 2 anos e 5 meses

Fonte: FGV/SAE

Pimenta-longa tem alto teor de safrol

A pimenta-longa é uma planta nativa encontrada nas áreas de capoeira do Estado do Acre. Sua principal característica é conter um óleo com teores de safrol acima de 90%. O safrol tem alto valor econômico, porque subprodutos deste óleo são utilizados na indústria de cosméticos (*heliotropina*, com propriedades de fixador aromático) e na produção de inseticidas biodegradáveis (*thutaxido de pipernilina*).

O consumo anual de safrol no mercado mundial, excede a 3 mil toneladas e o preço deste óleo, no exterior, tem variado entre US\$ 4,5 a US\$ 8 por quilo.

O Brasil já foi o maior produtor mundial de safrol, que era extraído do sassaparilha. Árvore nativa dos estados da região Sul. Em 1991, o Ibama proibiu a extração do óleo de sassaparilha, devido ao

risco de extinção da espécie. A partir de então, as indústrias do Brasil passaram a importar o safrol da China e do Vietnã.

Entretanto, a produção destes países não atende à demanda de mercado. Além disso, como a produção de safrol na China é feita pelo corte de árvores nativas, que também estão em risco de extinção, e no Vietnã são utilizados troncos e raízes de árvores mortas, a oferta do produto a médio e longo prazo poderá ser comprometida.

Neste contexto, a pimenta-longa apresenta-se como alternativa para o suprimento da demanda mundial de safrol, principalmente por ser uma planta de crescimento rápido, com o primeiro corte podendo ser efetuado oito meses após o plantio. ■

(M.V.)

Fonte: FGV/SAE

Extração de safrol da pimenta-longa

Viabilidade econômica

- **Produção anual:** 3.750 kg de óleo essencial / 15 ha (com mais de 90% de safrol)
- **Investimento total:** US\$ 18.200,22
- **Receita total:** US\$ 9.911,50
- **Custo variável:** US\$ 8.303,65
- **Custo fixo:** US\$ 1.910,62
- **Custo total:** US\$ 10.214,47
- **Lucro líquido:** US\$ 9.697,03
- **Ponto de nívelamento:** 16,46%
- **Margem de lucro:** 48,70%
- **Rentabilidade:** 53,28%
- **Taxa interna de retorno:** 52,60%
- **Tempo de retorno do capital:** 1 ano e 11 meses

Fonte: Embrapa, com elaboração do FGV/SAE

Fonte: FGV/SAE

Açaí e cupuaçu

Entre as frutas nativas da Amazônia, o cupuaçu e o açaí estão se destacando pela rápida e ampla penetração no mercado nacional. A procura pelo cupuaçu e o açaí, até recentemente desconhecidos no Centro-Sul, tem sido maior que a oferta. Em decorrência, esses frutos alcançam

preços elevados e competem com a maioria das frutas (exóticas ou nativas) comercializadas na região amazônica.

Pesquisas indicam que a aceitação do cupuaçu e derivados atinge um índice médio de até 7% da população regional. ■

(M.V.)

Fonte: FGV/SAE

Processamento de frutas tropicais

Viabilidade econômica

- **Produção anual:**
30 t de polpa congelada
26 t de polpa pasteurizada
64 mil vidros (270 g) de geleia
20 mil bastões (200 g) de cupulata
- **Investimento total:** US\$ 238.895,95
- **Receita total:** US\$ 507.800,00
- **Custo variável:** US\$ 348.856,00
- **Custo fixo:** US\$ 91.474,16
- **Custo total:** US\$ 394.664,16
- **Lucro líquido:** US\$ 84.003,36
- **Ponto de nívelamento:** 57,80%
- **Margem de lucro:** 16,54%
- **Rentabilidade:** 35,16%
- **Taxa interna de retorno:** 47,06%
- **Tempo de retorno do capital:** 2 anos e 10 meses

Fonte: G7A

Turismo ecológico

Apesar do seu imenso potencial ecoturístico, a Amazônia Ocidental ainda não conseguiu atrair investimentos significativos neste setor. O impulso que falta poderá vir por meio do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e governos dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A proposta do programa é unir os atrativos da floresta amazônica à conservação ambiental e à geração de renda. É meta dos estados concluir a primeira fase do Proecotur no primeiro semestre deste ano. Esta fase conta com financiamento de US\$ 13,8 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é denominada de pré-investimento.

Com prazo de três anos para ser concluída, esta etapa compreenderá o mapeamento do que existe na região e a preparação do terreno para a segunda fase, em que serão aplicados US\$ 200 milhões para impulsionar a atividade turística. No Amazonas, compõem o Pólo de Ecoturismo os municípios de Manaus, Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Varzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presi-

dente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves.

Em Roraima, este pólo é composto pelos municípios de Pacaraima, Uiramutã, Normandia, Amajari e a capital Boa Vista. As áreas que estão sendo priorizadas pelo Programa no Acre são do Parque da Serra do Divisor, no vale do Juruá, fronteira com o Peru, e a Reserva Extrativista Chico Mendes, no vale do rio Acre. ■

(M.V.)

Relatórios da Gazeta Mercantil

Presidente
 Sérgio Schiller Thompson-Fiorini
Diretor Editorial
 Roberto Muller Filho
Editor-Chefe
 Matias M. Molina
Editor
 José Eduardo Gonçalves
Editor Adjunto
 Antônio Furtado
Editor de Arte
 Antônio Mendes
Editores de Arte Assistentes
 Antonio Barbosa, Nerion Mattos e Sandro Mantovani
 Rua Erc. Francisco Pinto Brito, 125, 3º andar
 04753-080 São Paulo, SP - Brasil
 Fone: (11) 5547-3376 - Fax: (11) 6541-8229
 web: gazetamercantil.com.br

O AR É PURO, A NATUREZA É MARAVILHOSA E A VIZINHANÇA É ÓTIMA.

SEMINÁRIO SOBRE OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL E AMAPÁ.

Além do potencial de negócios gerado pelo Pólo Industrial de Manaus, um dos maiores e mais competitivos da América do Sul, você pode conhecer a viabilidade econômica de investir em potencialidades regionais como a agroindústria, turismo, piscicultura, produtos fitoterápicos, couro vegetal, movelaria e muitas outras opções proporcionadas pela grande biodiversidade da região. Todas elas viáveis economicamente e em harmonia com o meio ambiente, para que, além de produzir e lucrar, a sua empresa possa colaborar na interiorização do desenvolvimento e na preservação da maior floresta tropical do planeta.

10 de maio de 2002 - das 8h30 às 13h - Renaissance Hotel

Alameda Santos, 2233 - São Paulo

Informações e inscrições: 0800 113 415

Descentralização tem prioridade na economia regional

Wilson Nogueira
de Manaus

A indústria de bens de consumo de alta tecnologia em Manaus contribuiu para a preservação da Floresta Amazônica. Dos mais de 1,5 milhão de km² do território amazônico, apenas 2% estão sem cobertura florestal. Por outro lado, a economia se concentrou em Manaus, hoje com cerca de 1,5 milhão de habitantes, e que responde por 98% da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre 62 municípios.

O incentivo a descentralização da economia e meta prioritária da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para os estados da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia), mais os municípios de Macapá e Santarém, no Amapá. Para o superintendente, a tendência das empresas é de se instalarem onde há infraestrutura básica à cadeia produtiva e, por isso, a Suframa, por meio de convênios com os estados e prefeituras, incentiva projetos que favoreçam a interiorização da atividade econômica. No ano passado, a Suframa investiu R\$ 54 milhões nos estados sob sua influência.

A pulverização da atividade econômica está acompanhada da preocupação com o meio ambiente. "Prioritariamente, devemos promover de-

envolvimento sustentado", explica Monteiro. Os investimentos são orientados pelo estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que identificou na agroindústria as maiores oportunidades de negócios.

Na interiorização regional da economia são considerados os dois extremos do "efeito ZFM": o da centralização da atividade econômica em Manaus e o da preservação ambiental. Os formuladores do projeto querem evitar o primeiro e disseminar o segundo. Por isso, a concessão de incentivo está vinculada à manutenção de um ambiente auto-sustentável.

O prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento, reconhece o incentivo à interiorização da economia como um programa de grande alcance social para a região.

O primeiro impacto positivo será a redução dos problemas sociais nas capitais, onde hoje se concentra a oferta de empregos. Manaus, por hospedar o maior pólo eletroeletrônico da América do Sul, atrai, constantemente, milhares de pessoas, conforme avaliação do prefeito.

Para manter os atuais níveis de emprego em Manaus, a Suframa, empresários e o governo estadual agem para verticalizar os setores industriais consolidados: o eletroeletrônico, de duas rodas e de informática. Ao mesmo tempo aceleram a implantação do setor de produção de sucos, de farmacos e de cosméticos. ■

A base para a competitividade

As 420 empresas da Zona Franca de Manaus mostram-se aptas para disputar mercados

Wilson Nogueira
de Manaus

O Pólo Industrial de Manaus (PIM), formado por 420 empresas, respondeu às exigências da economia globalizada e se consolidou como parque de alta tecnologia, com lastro para competir nos mercados interno e externo. Avaliações com esse teor não partem apenas de empresários. Na última sexta-feira, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Benjamin Sicsú, foi taxativo: "O modelo está reafirmado. Acho que a Zona Franca de Manaus (ZFM) alcançou pleno sucesso como modelo de desenvolvimento regional."

Nos últimos três anos, o faturamento médio anual da indústria de Manaus foi de US\$ 10 bilhões e, desse total, 55% se referem ao segmento eletroeletrônico. Criada há 35 anos para incen-

tivar a fabricação de produtos até então importados em larga escala, a ZFM sobreviveu a mudanças econômicas nacionais e globais. A mais recente delas foi a de 1990, quando o País mergulhou na globalização.

Para competir nos mercados doméstico e internacional, as companhias instaladas em Manaus investiram pesado em inovação tecnológica. Faz três anos que o pólo demonstra competitividade no mercado internacional. Em 1999, a exportação atingiu US\$ 429,4 milhões; em 2000, 772,8 milhões; e no ano passado, 851,2 milhões. Sicsú acredita que, neste ano, será atingida a marca de US\$ 1 bilhão, meta estipulada para o ano passado, mas prejudicada pela crise na Argentina, principal parceiro do pólo no Mercosul. Há hoje

quatro setores que deslançam as exportações: eletrônico de consumo, informática, duas rodas e extratos para bebidas.

Sicsú disse que a média móvel das exportações nos últimos 12 meses é de US\$ 70 milhões e até o final deste ano será de US\$ 130 milhões, para uma média de US\$

180 milhões em importações. O setor de duas rodas terá crescimento "extraordinário" no mercado internacional, conforme avaliou Sicsú, por conta das medidas do governo brasileiro de controle da emissão de poluentes por veículos desse segmento. A estimativa do MDIC é de que, dentro de dez anos, o setor exportará cerca de 250 mil motocicletas por ano para a União Europeia (UE).

"No mesmo sentido, as exportações de produtos eletroeletrônicos são ampliadas na Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e na Comunidade Andina", disse Sicsú.

A crise na Argentina foi um teste para as empresas de Manaus. Em 1999, este país encabeçava, com 17%, a lista de importadores da ZFM; no ano seguinte, suas compras aumentaram para 36,7%; em 2001, manteve-se como principal parceiro, porém, com uma participação menor, 29,4%. Nos três primeiros meses deste ano, as exportações da ZFM cresceram 25,7% em comparação com o mesmo período do ano passado, mas a Argentina perdeu a liderança. Os principais mercados são os Estados Unidos, com uma participação US\$ 108,4 milhões de um total de 221,5 milhões. A Argentina só comprou US\$ 8,6 milhões, atrás das vendas que o pólo realizou para a Venezuela (US\$ 19 milhões), Chile (US\$ 16,7 milhões) e Colômbia (US\$ 15,1 milhões). ■

A Argentina
perdeu o lugar
de maior
importador
de produtos
feitos na ZFM

Feira atrairá empreendedores mundiais

Os nove estados da Amazônia brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso) vão expor o seu principal produto e oportunidades de investimentos aos maiores empreendedores do planeta. Essa oportunidade será oferecida pela 1ª Feira Internacional da Amazônia, organizada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e marcada para os dias 10, 11, 12 e 13 de setembro, em Manaus. A atividade econômica e a pre-

servação do inigualável meio ambiente amazônico. Técnicos de Suframa e líderes empresariais de Manaus participam da 1ª Feira Internacional da Amazônia, convidando investidores. Um grupo de participantes é formado pelos 200 maiores fornecedores das fábricas instaladas na Zona Franca. No ano passado, a indústria manauense faturou mais de R\$ 1 bilhão com a atividade econômica e a pre-

foram o Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul, Malásia, China, Taiwan, Alemanha, Venezuela e Hong Kong. Virão ainda grupos de investidores que se interessaram pelos novos setores previstos para Manaus, como o de biotecnologia e de turismo. "Queremos mostrar que a Amazônia agrega valor a produtos como marca ou como fornecedora de matéria-prima", afirma Monteiro. Nesta semana, a feira

será lançada em São Paulo, principal fornecedor interno do pólo de consumo e de distribuição da indústria de Manaus. Monteiro diz que a Suframa também se constitui em oportunidade para que o empreendedor nacional conheça o modelo de desenvolvimento adotado pelos estados da região. "Queremos que os olhos dos investidores se voltem para a Amazônia, porém com uma perspectiva de desenvolvimento harmonizado com o meio ambiente", diz Monteiro. Segundo ele, todos os estados da Amazônia participam da iniciativa. ■

PIM é gerador de empregos Rondônia Roraima renasce

Marcia Vieira
de Moraes

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) é um exemplo de que é possível realizar bons negócios e respeitar a natureza. Ao mesmo tempo que conquistou para que o Estado do Amazonas mantenha intacta grande parte da floresta nativa, esse parque fabril gera mais de 50 mil empregos diretos e 250 mil indiretos em Manaus e outros 20 mil nos demais estados da Amazônia Ocidental. Sem contar os cerca de 250 mil no restante do País com o comércio, marketing e assistência técnica às empresas instaladas no PIM. São mais de 400 empresas com elevados índices de inovação tecnológica, competitividade e produtividade, de acordo com o estudo da FGV, que somam faturamento médio anual superior a US\$ 10 bilhões.

O governo estadual, em parceria com a Suframa, busca desenvolver outras atividades viáveis que possam levar o desenvolvi-

mento sustentável também para o interior. As potencialidades regionais, do turismo à agroindústria de frutas tropicais, passando pela indústria de cosméticos e produtos fitoterápicos, são oportunidades de negócios disponíveis no Amazonas.

O estudo da FGV identificou o beneficiamento do guaraná, a utilização de madeiras de baixa densidade, a piscicultura, a produção do amido de mandioca e a fabricação de pré-cortados de madeira como produtos com amplos potenciais de mercado. Para viabilizar economicamente essas atividades, a Suframa investiu R\$ 129 milhões no interior do estado nos últimos cinco anos, em obras de infra-estrutura.

Das cinco vertentes econômicas estudadas pela FGV, o uso de pré-cortados de madeira é a que se mostra mais promissora.

O projeto estuda a fabricação de partes de móveis, como pernas de sofá, por exemplo. Empresas do pólo moveleiro de Votuporanga (SP) enviaram modelos de peças e se mostraram dispostas a comprar a produção local.

"A venda desses pré-fabricados, fáceis de fazer, agrega valor à madeira do Amazonas", afirma a diretora do Sebrae-AM, Avelino Cuvello.

A Suframa e o governo do Amazonas buscam levar o desenvolvimento ao interior

As áreas potenciais para a implantação de indústrias do segmento apontadas pelo estudo são Presidente Figueiredo e Itacoatiara (a 107 e 170 quilômetros de Manaus, respectivamente). A primeira tem reserva de matéria-prima na hidroelétrica de Balbina, que mantém submersos cerca de 59 milhões de metros cúbicos de madeira comercial. Itacoatiara concentra empresas do setor madeireiro certificadas.

Um dos estados amazônicos, Rondônia é tido como um modelo de interiorização da economia. Pautado tradicionalmente pelo extrativismo vegetal e a agropecuária, esse modelo, nos últimos anos, fez prosperar outras atividades estratégicas, como a diversificação do setor de grãos. Também não foi esquecida a utilização de suas rodovias para escoamento da produção regional e de outras regiões diretamente ao porto graneleiro de Porto Velho, credenciando o estado como um dos principais centros produtivos e de distribuição da região amazônica.

Uma das principais fontes de arrecadação no estado é o café. A produção da safra do ano passado atingiu 2,5 milhões de sacas, a terceira maior do País. O mercado andino começa a se desenhando como alternativa econômica ao estado. Investimentos do governo estadual e da iniciativa privada em infra-estrutura preparam Rondônia para ser um corredor de exportação. Na linha de frente da promissora pauta de exportações está a soja, com safra de 81 mil toneladas ao ano e produção em franco crescimento. Também concorre o café. As potencialidades estão ainda na amêndoa de cacau, com 18 mil toneladas anuais, na exploração de 3 mil toras de madeira por ano e num rebanho de 6,5 milhões de cabeças, o segundo maior do Norte.

O superintendente da Suframa, Ozias Rodrigues Monteiro, afirma que a autarquia estimula esse perfil de economia que segura a população no campo e nas pequenas cidades, onde a qualidade de vida pode ser melhor se comparada à das capitais. "A distribuição populacional e de renda se dá por todo o Estado de Rondônia. Assim, todas as cidades se tornam importantes em vez da concentração de poder apenas na capital", diz o superintendente. A Suframa já liberou R\$ 116 milhões para Rondônia visando a alavancagem de projetos que se enquadraram na lista das atividades mais promissoras apontadas pela Fundação Getúlio Vargas.

De 1997 a 2001 a Suframa investiu R\$ 25 milhões nos municípios de Macapá e Santana, em obras de infra-estrutura nas rodovias de acesso à ALCMS, no porto de Santana e no Dis-

O estado rompe seu isolamento

Com localização estratégica privilegiada e próximo dos mercados do Caribe e Estados Unidos, o Estado de Roraima rompeu, com a BR-174, seu histórico isolamento geográfico com o restante do País e está sendo preparado para em curto prazo ser o estado de maior viabilidade econômica da Amazônia Ocidental para atração de investimentos. O secretário de Planejamento, Sérgio Pillon, afirma que o governo estadual está decidido a aproveitar a geopolítica favorável (fronteiras com países de língua inglesa (Guiana) e espanhola (Venezuela), além da Amazônia).

O secretário afirma que a Su-

frama tem sido uma grande parceira do estado nesse processo. Ele avalia que os investimentos da autarquia em Roraima, que somaram 74 milhões nos últimos anos, estão concentrados na lógica do desenvolvimento da cadeia produtiva, em que os convênios firmados fecham um ciclo importante para Roraima, porque tendem a acabar com a inércia que a falta de infra-estrutura mantinha.

Em Roraima identificou-se a fruticultura, piscicultura, amido de mandioca, ecoturismo e a produção de grãos, com destaque para a soja, como atividades com grande potencial para geração de negócios.

(M.V.)

Parceria no Amapá

Dinamização comercial é a meta

A proximidade dos principais centros internacionais e a franquia da navegabilidade atlântica permitem ao Estado do Amapá projetar uma dinamização comercial baseada no incentivo à importação e exportação de produtos considerados vitais para a economia regional.

Apesar de fazer parte da Amazônia Oriental, o Amapá foi incluído no estudo da Fundação Getúlio Vargas em função da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que é subordinada à Suframa. Por conta disso, a autarquia se transformou em uma das principais parceiras do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), implantado a partir de 1995.

De 1997 a 2001 a Suframa investiu R\$ 25 milhões nos municípios de Macapá e Santana, em obras de infra-estrutura nas rodovias de acesso à ALCMS, no porto de Santana e no Dis-

trito Industrial de Macapá, além de financiar projetos de estímulo ao turismo e de apoio à atividade extrativista.

Os principais projetos do PDSA são o Apoio ao Extrativismo, que assegura crédito, preço e mercado para a castanha produzida por cooperativas e para a produção de açaí nativo; Pesca Artesanal, que prevê o fortalecimento de associações e federações de pescadores, financiando a compra de embarcações e aparelhos de pesca, e promoção da comercialização; Sistemas Agroflorestais, que visa a recuperação de áreas degradadas, diversificação da produção e o equilíbrio ambiental, com a fixação das populações tradicionais; o Agroindústria, para o beneficiamento da castanha-do-brasil, cacau, fabricação industrial de farinha de mandioca e processamento de peixes; e o Viveiros Comunitários.

(M.V.)

Extrativismo racional no Acre

Dos quatro Estados da Amazônia Ocidental, o Acre se destaca na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável. O projeto Floresta: Desenvolvimento Sustentável para o Acre, idealizado pelo ambientalista Chico Mendes, vem sendo implementado pelo governo estadual. Em vez da exploração predatória da madeira e da pecuária extensiva, voltada à criação de gado de corte, a economia local está sendo estruturada com base nos produtos da floresta, por meio do aproveitamento racional dos recursos extrativistas do estado, dos seringaais aos castanheais, além do palmito de pupunha, farinha de mandioca e produtos fitoterápicos. O projeto também contempla o potencial do turismo ecológico.

Para concretizar esse projeto, o Acre conta com apoio de vá-

rios órgãos de fomento. Além da Suframa, que nos últimos quatro anos investiu R\$ 48 milhões no estado, outro parceiro do governo acreano é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concederá R\$ 244 milhões, dos quais R\$ 50 milhões já foram liberados.

O Estudo de Potencialidade Regional da FGV identificou como produtos potenciais do Acre, com mercado externo amplo, o amido de mandioca, o palmito de pupunha, frutas tropicais (com ênfase para o cupuaçu e o açaí), o safrol da pimenta-linha, madeira serrada e pré-beneficiada, madeira laminada e compensados, piscicultura, castanha-do-brasil e artefatos de borracha. A Suframa está financiando o desenvolvimento de cinco projetos envolvendo a castanha-do-brasil, processamento de frutas tropicais, farinha de

mandioca, movelaria e artefatos de madeira e piscicultura.

O secretário estadual do Planejamento, Gilberto Siqueira, afirma que o estudo foi fundamental para orientar os investimentos no Acre e mostrar que se o estado quer sair do isolamento tem que disputar mercado naquilo em se diferencia das demais regiões brasileiras — a vocação florestal e extrativista.

Siqueira aponta como exemplo o projeto de agregação de valor à castanha-do-brasil, concebido porque da produção média anual de 12 mil toneladas somente cerca de 10% são beneficiadas no estado, o que reduz o ganho dos produtores. "Com as usinas de beneficiamento em implantação através da parceria com a Suframa, a castanha será transformada em um bem final, com maior valor de mercado", diz Siqueira.

(M.V.)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Francisco Escórcio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a solicitou a anexação de alguns documentos e será atendido nos termos do §2º do art. 210 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 313, de 2002

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Lago, ocorrido no último dia 30 de maio de 2002.

Justificação

Depois de testemunhar quase um século de golpes, carnavais e eleições, faleceu em casa, aos 90 anos, vítima de enfisema pulmonar.

Alguns podem até conhecê-lo pelos seus últimos papéis televisivos, como o doutor Molina, que interpretou em "Barriga de Aluguel" e recentemente em "O Clone", novelas de Glória Perez. Mas Mário Lago, nascido em 1911, era um multi-artista.

Ator, cantor e compositor de sucessos como "Ai, Que Saudade da Amélia" (1942) e "Atire a Primeira Pedra" (1944), o ator foi também militante do Partido Comunista Brasileiro e chegou a ser preso por várias vezes.

Seu primeiro poema, "Revelação", foi escrito em 1926 e publicado na revista "Fon-Fon", numa época em que ainda era estudante. Formou-se em direito em 1933, mas exerceu a profissão por apenas três meses.

Escreveu revistas para teatro e estreou como letrista em parceria com "Menina, Eu Sei de Uma Coisa", com Custódio Mesquita. Com ele também compôs seu primeiro sucesso nacional, "Nada Além", gravado por Orlando Silva, em 1938.

Trabalhou pela primeira vez em rádio na Pan-Americana, em São Paulo, mas também fez parte do elenco da rádio paulistana Mayrink Veiga e da carioca Nacional.

No cinema, atuou em "Terra em Transe", de Glauber Rocha (1967) e "São Bernardo", de Leon Hirszman (1973). Seu primeiro livro, "Na Relança do Tempo", data de 1976. A sequência veio com "Bagaço de Beira-Mar", em 1977, os dois pela editora Civilização Brasileira.

Sua biografia, "Mário Lago – Boemia e Política", foi escrita por Mônica Veloso e lançada como homenagem a seu aniversário de 80 anos, em 1991. A canção "O Mar e o Lago" foi composta por Gilberto Gil, em 1985.

26. nov. 1911 – Nasce, na rua do Resende, no Rio, o ator, compositor, poeta, escritor e radialista Mário Lago, filho do maestro e violinista Antônio Lago e de Maria Vicência Croccia

1918 – É internado na Santa Casa vítima de gripe espanhola. Começa a estudar piano com Lucília Villa-Lobos, mulher do maestro Heitor Villa-Lobos

1923 – Entra para o Colégio Pedro 2º, tradicional colégio carioca. Lidera uma greve de estudantes contra o uso obrigatório de canetas. É o começo de sua militância política

1924 – Desiste do piano, pois o estudo lhe exige muita disciplina. Entretanto, continua a ouvir da casa do seu vizinho, o maestro Villa-Lobos, o som da flauta, do saxofone e do violão de Cartola e Pixinguinha, que costumam visitar a casa do músico

1926 – Publica seu primeiro poema, "Revelação", na revista "Fon-Fon", Começa a trabalhar no jornal **O Radical**

1928 – Termina o curso ginásial

1930 – Entra para a faculdade de direito da Universidade do Brasil, onde conhece a doutrina comunista. Começa a ler os livros marxistas indicados por seus colegas Benigno Rodrigues Fernandes e Francisco Mangabeira. Integra o Socorro Vermelho, grupo que presta assistência a presos políticos

1932 – Em 21 de janeiro, é preso pela primeira vez. Após um comício na porta da fábrica de tecidos Mavilis, da América Fabril, é surpreendido pela polícia próximo a uma bandeira do PCB. Fica dois dias na

cadeia. Nesta época passa a ser conhecido no partido pelo nome de "companheiro Pádua"

1933 – Em fevereiro, estréia como autor de teatro de revista, com a peça "Flores à Cunha". Termina a faculdade e exerce a profissão de advogado por três meses. Como funcionário público, chega a ser nomeado membro do conselho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas não toma posse

1935 – Estréia como compositor com a marcha de Carnaval "Menina, Eu Sei de Uma Coisa", sua primeira parceria com Custódio Mesquita. A música é gravada por Mário Reis, no ano seguinte

1936 – Mário Lago e Custódio Mesquita escrevem a peça "Sambista da Cinelândia", que alcança 200 apresentações

1937 – Torna-se membro do Cordão do Bola Preta, um dos clubes carnavalescos mais populares do Rio. Em fevereiro, entra em cartaz a peça "Mamãe Eu Quero", resultado de mais uma parceria com Custódio Mesquita. A peça "Rumo ao Catete" é encenada em julho

1938 – A música "Nada Além", parceria com Custódio Mesquita, torna-se sucesso nacional na voz de Orlando Silva. Lago trabalha como redator-chefe do Departamento de Estatística do Estado do Rio de Janeiro

1940 – Uma de suas mais famosas composições em parceria com Roberto Robert, "Aurora", é gravada pela dupla Joel e Gaúcho. A música tem repercussão internacional na interpretação de Carmen Miranda

1942 – O diretor teatral Joracy Camargo convida Lago a subir ao palco no lugar do galã principal da peça "O Sábio", que não estava satisfazendo o diretor. Assim, por acaso, Mário Lago torna-se ator. Compõe, em parceria com Ataulfo Alves, o samba "Ai, que Saudade da Amélia". Segundo Lago, a 'Amélia' da música seria Amélia dos Santos Ferreira, lavadeira que trabalhava na casa de Aracy de Almeida e de seu irmão, o baterista Almeidinha, e que era capaz de fazer qualquer sacrifício por sua família ou por qualquer pessoa que a ela recorresse

1944 – Começa a trabalhar na Rádio Pan-Americana, de São Paulo, a convite de Oduvaldo Vianna. Na rádio, faz os programas de auditório "Roda Gigante" e "Enigmas Musicais". A música "Atire a Primeira

Pedra", parceria com Ataulfo Alves, é gravada e faz enorme sucesso

1945 – Passa a trabalhar na Rádio Nacional, do Rio

1947 – Em 23 de março, conhece Zeli Cordeiro, filha do dirigente comunista Henrique Cordeiro, em um comício do Partido Comunista no Largo da Carioca. Em novembro, os dois se casam

1948 – É demitido da Rádio Nacional. Começa a trabalhar na rádio Mayrink Veiga. Escreve a novela radiofônica "Pertinho do Céu"

1949 – É preso na redação do jornal clandestino **A Classe Operária**. Após ser libertado, deixa a rádio Mayrink Veiga. Em julho, começa a trabalhar na rádio Bandeirantes, em São Paulo, após convite de Dias Gomes

1950 – Com o PCB na ilegalidade, é candidato a deputado estadual pelo PST (Partido Social Trabalhista) paulista. Durante a campanha, faz um discurso inflamado onde chama o governador de São Paulo, Ademar de Barros, de calhorda. Mário acaba demitido pois Ademar é dono da rádio Bandeirantes. Volta a trabalhar na Rádio Nacional

1951 – Produz o programa "Dr. Infezulino". Ao lado de Paulo Gracindo, é um dos narradores da famosa novela cubana "O Direito de Nascer". Começa a escrever o seriado "Presídio de Mulheres" que vai ao ar diariamente, durante cinco anos

1952 – Torna-se produtor do programa "Marlene Meu Bem"

1953 – Compõe, com Chocolate, a música "É Tão Gostoso, Seu Moço", gravada por Nora Ney. Participa do filme "Balança, Mas Não Cai", de Paulo Vonderlei

1954 – Estréia no programa "Câmera Um", na TV Rio. Compõe, em parceria com Lúcio Alves, o samba "Só Errando o Português"

1955 – Lago passa a produzir o programa de variedades "Vitrine Walita", que vai ao ar três vezes por semana. Também atua no programa "Teatro Moinho de Ouro", da TV Rio

1957 – Viaja para a então União Soviética em companhia de seu cunhado, o jornalista Henrique João Cordeiro

1964 – Em abril, é preso em sua casa, em Copacabana, no Rio, pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e levado para a ilha das Flores. É transferido para o presídio Fernandes Viana, na Frei

Caneca, e fica preso por 58 dias. É demitido da Rádio Nacional por ter sido da diretoria do Sindicato dos Radialistas. Passa por situação financeira difícil. Para sustentar a família, começa a trabalhar em telenovelas

1966 – Em março, é contratado como ator pela TV Globo. Seu primeiro papel na emissora é o de Otto Von Lucher, um poderoso coronel nazista, na novela "Sheik de Agadir". Trabalha no filme "O Padre e a Moça", de Joaquim Pedro

1967 – Faz o papel de um oficial do Exército no filme "Terra em Transe", de Glauber Rocha

1968 – Adapta para a IV Tupi de São Paulo o seriado "Presídio de Mulheres". Atua no filme "Bravo Guerreiro", de Gustavo Dahl e estréia na peça "Os Inconfidentes", que tem direção de Flávio Rangel, poesia de Cecília Meireles e música de Chico Buarque. No dia 14 de dezembro, um dia após a edição do AI-5, Lago é preso antes de entrar em cena na peça "Inspetor, Venha Comigo". É libertado no dia 31 de dezembro

1969 – Em 25 de fevereiro, é preso por ter feito a tradução de um livro sobre o Vietnã. Volta à prisão na época da visita do senador norte-americano Nelson Rockefeller ao Brasil

1971 – Atua na novela "Selva de Pedra", de Janete Clair, como um homem que toca bumbo pelas ruas

1972 – Encarna um rico industrial na novela "Minha Doce Namorada"

1973 – Atua no filme "São Bernardo", de Leon Hirszman

1974 – Escreve a peça "Foro Quatro Tiradente na Conjuração Mineira"

1975 – Publica obra de pesquisa folclórica, intitulada "Chico Nunes das Alagoas"

1976 – Por sua atuação como o personagem Atílio, na novela "O Casarão", de Lauro César Muniz, recebe o prêmio de melhor ator pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Publica o livro "Na Rolança do Tempo"

1977 – Lança o livro "Bagaço de Beira-Estrada". Interpreta Antônio Galba na novela "Nina", de Walter George Durst. Com o personagem, recebe o prêmio de melhor ator da Associação Paulista de Críticos Teatrais

1978 – Atua na novela "Dancing Days", de Gilberto Braga. Sua atuação como Alberico Ihe rende o Golfi-

nho de Ouro, prêmio do Museu da Imagem e do Som (MIS)

1979 – Lança o livro "Manuscrito do Heróico Empregadinho de Bordel" e também "Reminiscências do Sol Quadrado", em que relata seus meses de prisão nos primeiros dias do regime militar

1980 – Mário Lago e outras 35 pessoas são anistiadas e reintegradas à Rádio Nacional

1981 – Trabalha na novela "Brilhante", de Gilberto Braga

1984 – Escreve o livro infantil "O Monstrinho Medonhento"

1985 – Atua na série "Grande Sertão: Veredas", no papel do compadre Quelemem

1986 – Publica o livro "Meia Porção de Sarapatel". Trabalha na novela "Cambalacho", de Sílvio de Abreu. Em novembro, é operado da vesícula

1988 – Atua na minissérie "O Pagador de Promessas", de Dias Gomes

1989 - Participa da campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República

1990 – Em 11 de janeiro, é submetido a uma cirurgia no abdome para a retirada de um aneurisma da veia aorta. Atua na novela "Barriga de aluguel", de Glória Perez

1991 – Em comemoração aos seus 80 anos, cria um show com músicas e histórias de sua autoria intitulado "Causos e Canções de Mário Lago". É lançado o disco "Nada Além". Recebe o título de Cidadão Benemérito do Rio de Janeiro. Lança o livro "Segredos de Família", que reúne poesias, crônicas e fotografias dele e dos filhos

1992 – Em dezembro, estréia o show "Mário Lago – Suas Histórias, Suas Músicas"

1994 – Atua na novela "Pátria Minha", de Gilberto Braga

1996 – Faz o show "Mário Lago – Histórias e Músicas"

1997 – Em 11 de junho, morre sua mulher, Zeli Cordeiro

1998 – Trabalha na minissérie "Hilda Furacão". Participa novamente da campanha de Lula para Presidência da República. Em novembro, lança o livro "16 Linhas Cravadas"

2000 – É internado no Hospital Samaritano, no Rio, com problemas respiratórios

2001 – Em junho, é relançado o seu livro "Reminiscências do Sol Quadrado". Em julho, morre Amélia dos Santos Ferreira, a mulher que inspirou o samba "Ai que Saudades da Amélia". Em 26 de novembro, a rua Júlio de Castilho, em Copacabana, pára para homenagear o seu morador mais ilustre nos seus 90 anos. Lago participa da festa, ouve o "Parabéns pra Você" e diz estar "torcendo para chegar aos 100 anos"

2002 – Em 16 de janeiro, recebe em sua casa, das mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, a medalha do Mérito

Sala das Sessões, 31 de maio de 2002. – **Eduardo Suplicy – Roberto Requião – Edison Lobão – Roberto Saturnino.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento depende de votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de testemunhar quase um século de golpes militares, carnavais, eleições, de ter participado ativamente da luta por maior igualdade, pelo direito de todos os cidadãos brasileiros, de ter apresentado sua música e sua poesia e de também ter exercido a profissão de ator, Mário Lago nos deixa aos 90 anos, vítima de enfise-ma pulmonar.

Alguns podem tê-lo conhecido pelos seus últimos papéis na televisão, como o Dr. Molina, que interpretou em "Barriga de Aluguel", e, recentemente, em "O Clone", novelas de Glória Perez. Mas Mário Lago, nascido em 1911, na verdade, era um multiartista.

Ator, cantor e compositor de sucessos como "Ai, que Saudade da Amélia" (1942) e "Atire a Primeira Pedra" (1944), também foi um militante do Partido Comunista Brasileiro e chegou a ser preso por várias vezes.

Seu primeiro poema, "Revelação", foi escrito em 1926 e publicado na revista **Fon Fon**, numa época em que era ainda estudante. Formou-se em Direito em 1933, mas exerceu a profissão por apenas três meses.

Escreveu revistas para o teatro e estreou como letrista com "Menina, eu sei de uma coisa", em parceria com Custódio Mesquita. Com ele também compôs

seu primeiro sucesso nacional, "Nada Além", gravado por Orlando Silva, em 1938.

Trabalhou pela primeira vez em rádio na **Pan-Americana**, em São Paulo, mas também fez parte do elenco da rádio paulista **Mayrink Veiga** e da carioca **Rádio Nacional**.

No cinema, atuou em "Terra em Transe", de Glauber Rocha, em 1967, e "São Bernardo", de Leon Hirszman, em 1973.

Seu primeiro livro, **Na Rolanção do Tempo**, data de 1976. A sequência veio com **Bagaço de Beira-Estrada**, em 1977, ambos publicados pela editora Civilização Brasileira.

Sua biografia, **Mário Lago – Boêmia e política**, foi escrita por Mônica Veloso e lançada como homenagem a seu aniversário de 80 anos, em 1991. A canção "O Mar e o Lago" foi composta por Gilberto Gil, em 1985, em homenagem a Mário Lago.

Nascido no Rio, na rua do Resende, o ator, compositor, poeta, escritor, radialista, filho do maestro e violonista Antônio Lago e de Maria Vicência Lago, merece toda a homenagem do povo brasileiro e também do Partido dos Trabalhadores, pois Mário Lago, em 1989, 1994, 1998 e neste ano de 2002, esteve engajado na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

Sr. Presidente, são tantas as contribuições de Mário Lago, que gostaríamos que fosse transcrita nos Anais da Casa a relação de todas as suas obras registradas neste requerimento.

Lembro que, em 1998, ele trabalhou na minissérie "Hilda Furção", de tanto sucesso, e, em 16 de janeiro de 2002, recebeu, em sua casa, das mãos do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, a medalha do Mérito.

Sr. Presidente, "Ai, que Saudades da Amélia", que saudades de Mário Lago, que tão bem honrou o povo brasileiro!

Representando o Bloco de Oposição, estarei presente aos seus funerais, logo mais à tarde, no Rio de Janeiro.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy, em nome do Senado da República, já fez referências à riquíssima biografia de Mário Lago, expressando os sentimentos do Senado Federal.

Quero expressar o sentimento de pesar, de tristeza, do Rio de Janeiro. Na verdade, Mário Lago, um símbolo da cultura genuinamente brasileira, é, sobretudo, um símbolo da cultura carioca. Sua própria vida é um emblema da vida cultural, da vida boêmia, da vida alegre, da vida sentimental do Rio de Janeiro. Ele teve uma vida tão longa e tão fecunda, que os cariocas o viam como um ser imortal, um deus do Olimpo, que não cessava de viver e de produzir, como ator, autor e compositor, como expressão da vida carioca, da alegria e da cultura do Rio de Janeiro.

Eu queria trazer esta palavra, como representante daquela cidade, expressando a tristeza do Rio cultural, a tristeza do Rio comum e também a tristeza do Rio militante, esquerdista, como foi Mário Lago, um conseqüente e coerente militante da Esquerda, desde o Partido Comunista até a campanha do Lula, nos últimos dias de vida.

Sr. Presidente, tudo isso deve ser reverenciado. Foi uma vida exemplar sob o ponto de vista ético, moral, cultural, de identificação com o seu povo. Foi uma vida que não perdeu o sentido do ideal humanitário, da justiça entre os seres humanos, perseguindo a utopia comunista, o farol da sua existência.

Dessa forma, fica aqui expressa, Sr. Presidente, a tristeza, o sentimento da população do Rio de Janeiro e, evidentemente, o pesar do Senado Federal, de acordo com as palavras do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar a votação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vida exemplar é um predicamento raríssimo; poucos cidadãos, no Brasil e no mundo, podem dizer que têm uma vida exemplar, em sua dimensão, em sua cultura, em seu patriotismo, em sua liberdade e em sua independência. Estive com Mário Lago apenas uma vez, quando visitou o Centro Cultural Banco do Brasil, cuja construção e instalação coordenávamos, no Rio de Janeiro, como Presidente e Vice-Presidente do Banco do Brasil. Ali estiveram

também Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Burle Marx, Tom Jobim, Austregésilo de Athayde, Roberto Marinho; toda a cultura do Rio de Janeiro esteve presente na elaboração do Centro Cultural Banco do Brasil, entre eles Mário Lago.

Portanto, ele não foi apenas o carioca. Pode ter sido o carioca na expressividade de sua vida, no conjunto dos seus olhares sobre o mundo, a partir do Rio de Janeiro, mas o sentimento de Minas está presente também na hora em que ele nos deixa sós no Brasil. Culto, preparado, honrado, coerente, um homem raro. Por essa raridade, por essa perda irreparável, é que o Brasil, em particular Minas Gerais, envia um abraço de consternação e de solidariedade a sua família e a todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não havendo mais quem deseje encaminhar, encerro o encaminhamento da matéria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 314, DE 2002

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Embaixador José Sette Câmara, ocorrido no dia 30 de maio último.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2002. – **Roberto Saturnino**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, autor do requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que, pela segunda vez hoje, esteja vindo à tribuna para encaminhar requerimento

de pesar, de condolências. Mas, na verdade, o falecimento, o desaparecimento do Embaixador Sette Câmara não poderia passar sem uma manifestação do Senado Federal, tal foi a importância desse brasileiro na condução das decisões políticas e econômicas do País durante todo um período muito fértil da vida brasileira.

Sr. Presidente, o Governo saudoso, brilhante, extremamente popular e frutificador do Presidente Juscelino Kubitschek não teria sido inteiramente o que foi sem a colaboração diuturna, inteligente, próxima, extremamente próxima, do Embaixador Sette Câmara.

E também o Rio de Janeiro deve ao Embaixador Sette Câmara a implantação do Estado da Guanabara. Foi ele o primeiro Governador, nomeado no período de transição exatamente para proceder à implantação do Estado da Guanabara, o que fez com muita proficiência, com a honradez que lhe era característica, com a lucidez que caracterizou a sua vida. Foi um grande servidor público brasileiro José Sette Câmara.

Razão pela qual, Sr. Presidente, apresentei o requerimento e penso que o Senado deve prestar uma homenagem, profundamente merecida, a esse grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não havendo mais quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1958, nas proximidades do riacho Açailândia, trabalhadores descobriram ali uma terra fértil, com água em abundância. Foi o bastante para que a notícia corresse e, em pouco tempo, a região foi inundada por pessoas dos quatro cantos do País. Tanto é que, em 1975, foi elaborado o Projeto de Lei Pró-Emancipação da até então vila, que foi sanciona-

do e transformado na Lei nº 4.299/81, no dia 6 de junho de 1981, tornando-se ela assim um Município de direito, com plebiscito realizado no dia 14 de dezembro do mesmo ano. O Governo do Estado nomeou, em maio do ano seguinte, um interventor, até a posse do primeiro eleito, o Sr. Raimundo Teles Sampaio, nas eleições de 15 de novembro de 1982.

A posse do primeiro prefeito eleito deu-se no dia 1º de fevereiro de 1983. De lá para cá, já houve cinco administrações. Era a força do progresso que nascia.

No dia 27 de abril de 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek e o Engenheiro Bernardo Sayão inauguravam na cidade de Ceres, Estado de Goiás, uma escola municipal, quando, de repente, Sayão subiu em um dos veículos que ali estavam e disse: “Presidente, haveremos de fazer uma estrada partindo o País ao meio, que chamaremos de espinha dorsal do Brasil.” No comando geral dessa missão estava um estadista, o Presidente Juscelino Kubitschek, o qual convidou um grande bandeirante para a gerência de uma grande obra, que, mais tarde, iria beneficiar e proporcionar o maior surto desenvolvimentista ao País. Esse bandeirante dos nossos tempos foi Bernardo Sayão.

Com visão de estadista, o Engenheiro Sayão apontava com a mão e dizia “a direção é esta”. Esse gesto se transformou no símbolo da construção da estrada, em cuja margem nascia a minha querida Açailândia, a verdadeira força do progresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a principal porta de entrada para Açailândia e região abriu-se a partir da construção da estrada Belém-Brasília em 1958. A notícia correu por todo o Brasil e para o mundo, dando conta de que, em Açailândia, a terra era boa e os riachos, permanentes. Contava-se, também, da fartura de madeiras de lei e de uma mata abundante. Atraídos por essa notícia, trabalhadores e aventureiros de várias partes do Brasil e de outros países amigos vieram com suas famílias morar em Açailândia.

Até onde se tem registro, os primeiros a chegar foram os trabalhadores da linha de frente da rodovia Belém-Brasília, que, na sua maioria, eram oriundos das cidades de Barra do Corda, Pedreiras, Caxias e Imperatriz, todas no Maranhão. Enfim, vinha gente de todos os lados do Brasil e do mundo para ocupar seus espaços em Açailândia, a força do progresso que nascia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Açailândia comemora no dia 6 de junho 45 anos de sua fundação, com uma população de aproximadamente 80 mil habitantes, sendo uma das maiores cidades de toda região. Açailândia dispõe de uma forte indústria

madeira, uma grande fundição de ferro gusa. Além disso, é considerada a maior cidade de todo o Estado do Maranhão na agropecuária, com mais de um milhão de cabeças de gado. Açailândia fica localizada entre duas ferrovias: a Norte-Sul, construída pelo Presidente José Sarney e a Carajás, dois grandes corredores de exportação do Estado do Maranhão.

Por fim, honra-me dizer, desta tribuna do Senado Federal, que Açailândia foi a terra que escolhi para fazer política, onde tenho muitos amigos e o registro do meu título eleitoral. Assim, neste expediente, congratulo-me com Açailândia e com a sua gente pelos seus 45 anos de fundação, dizendo que Açailândia é a força do progresso.

Viva Açailândia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª deseja a palavra como Líder?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, tem V. Exª a palavra por cinco minutos para comunicação...

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Estou inscrito. Como Líder vai falar o Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas V. Exª só tem...

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – O Senador Romeu Tuma falaria em primeiro lugar, e, depois, eu falaria. S. Exª fala como Líder, e Líder fala em primeiro lugar. Hoje, não estou aqui como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas a oportunidade de falar agora seria como Líder, porque seguiríamos a lista de oradores.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Mas estou inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Abro mão para o Senador Francelino Pereira. Fico esperando e, se houver oportunidade, inscrevo-me.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Francelino Pereira, V. Exª está inscrito, porém não está na vez de V. Exª como orador, na lista normal.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sendo assim, o Senador Romeu Tuma tem a palavra e, quando for possível, peço a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, por cinco minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em atenção a uma forte reivindicação de milhares de trabalhadores de Minas e do Brasil, em 19 de março último apresentei ao Senado o PLS n.º 0057, que reconhece a profissão de Artesão. Nessa data, o País comemora o Dia do Artesão.

A matéria tramita neste momento na Comissão de Assuntos Sociais, entregue ao exame do Relator, Senador Waldeck Ornelas, e sua acolhida é aguardada por oito milhões e meio de pequenos artesãos, dedicados à produção de itens que vão de doces e conservas, trabalhos artísticos, tecelagem a obras de arte. Isso ocorre principalmente no interior, em nossos pequenos Municípios.

Ao propor a regulamentação dessa profissão, levei em conta os argumentos que me foram oferecidos principalmente pelo Instituto Centro Cape, órgão com sede em Brasília, mas com raízes mineiras e dedicado à capacitação dos artesãos de toda a Nação.

O Centro Cape é dirigido pela mineira Tânia Machado, que me transmitiu um apelo, que ora transmito a este Plenário, no sentido da aprovação da proposição. Não é sem razão. O reconhecimento da profissão de artesão será a porta de acesso a linhas de crédito e aos programas oficiais de incentivo ao setor.

Essa é a expectativa dos artesãos de Minas e de todo o País, conforme relato que me transmitiu a sua dirigente Tânia Machado. A essa laboriosa categoria e a todos os demais dirigentes do Centro, dirijo nossa homenagem nesta manhã, solicitando à Mesa que faça incluir, como parte deste pronunciamento, o artigo em que o Centro Cape se refere ao Projeto de Lei nº 57/2002. Trata-se de matéria publicada na edição nº 3, Ano 2, de abril último, do **Informativo Centro Cape**, editado em Belo Horizonte.

Assim, tendo em vista a relevância do assunto, formulo aqui um apelo a todos os Srs. Senadores para que o projeto dos artesãos possa vir a ser aprovado ainda nesta Legislatura. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

PROFISSÃO DE ARTESÃO EM DEBATE

Francisco Cecilho da Silva tem 63 anos. Há mais de 20 anos, trabalha com artesanato. Confeccionando peças em madeira e fibra vegetal, ele já ensinou a técnica a seus cinco filhos e duas netas. Desde que começou a trabalhar, nesta área, ele possui um único documento que comprova a sua profissão: a carteira de artesão da Feira de Artesanato de Belo Horizonte. Sem este único documento, sem valor legal, ele seria visto pela sociedade como um desempregado desqualificado.

A realidade do filho de Francisco, Maurício Cecilho da Silva, 39 anos, não é diferente. Vendendo as dificuldades do pai, ele quis seguir outra profissão: a de segurança. No trabalho, ele tinha carteira assinada e todos benefícios garantidos por lei à sua profissão, regulamentada pelo governo. No entanto, o dom artístico falou mais alto e, com pouco mais de 20 anos, Maurício se juntou à família na produção das peças artesanais.

Vivendo do artesanato, a família já vende os produtos em vários lugares, como na loja da Central Mãos de Minas, Palácio das Artes e na Feira de Artesanato de Belo Horizonte. Entusiasmado, Francisco fala: "Eu, que era pedreiro, fico feliz quando vejo que a gente é chamado de artista". Artistas para uns, mas desqualificados pela legislação brasileira. Essa é a situação dos artesãos no país.

O reconhecimento da profissão de artesão é uma luta do Instituto Centro CAPE, que sempre atuou, de forma intensa, em projetos de incentivo ao setor. De acordo com a presidente do Instituto Centro CAPE, Tânia Machado, a regularização da profissão vai envolver ações de grande alcance, como aposentadoria, questões tributárias, exportação, programas de fomento e linhas de crédito diferenciadas, dirigidas ao produtor artesanal. "Se fosse regulamentada, a profissão seria mais valorizada. Seria mais fácil comercializar e, quem sabe, até exportar", afirma Francisco. Para conseguir a regularização, o Centro CAPE elaborou um projeto que está em tramitação no Senado.

PROJETO

O senador Francelino Pereira (PFL) apresentou, ao Senado, o Projeto de Lei 00057/02, de reconhecimento da profissão de artesão. A aprovação significa uma melhoria para mais de 8,5 milhões de produ-

tores de todo o país. O reconhecimento implicará em benefícios, como a obtenção de linhas de crédito e a criação de programas de incentivo ao setor. Além dessas melhorias, a lei servirá como um gatilho para levantar questões que demandam alterações, como as tributárias e as de condições para a aposentadoria.

O projeto foi apresentado por Francelino Pereira no dia 19 de março, quando é comemorado o Dia Nacional do Artesão. "Elaborei a proposição depois de ouvir o próprio segmento, na pessoa da presidente do Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor, Tânia Machado", afirma o senador, em discurso. Durante sessão plenária, ele acrescentou: "Com sede em Brasília e raízes em Minas, o Centro CAPE vem desenvolvendo notável trabalho de apoio aos artesãos de todo o país. Segundo sua presidente, a grande maioria desses trabalhadores vive, hoje, à mercê de atravessadores".

Em entrevista ao Informativo Centro CAPE, o senador não deixou de tecer elogios à presidente da instituição. "Desde o primeiro momento, constatei o esforço da batalladora que é Tânia Machado. Graças ao seu trabalho, os artesãos caminham rapidamente para uma saudável agregação, pelo que se pode antever um futuro para todos esses profissionais, em Minas e no Brasil", diz Francelino Pereira. Confirmando a luta da instituição pelo segmento, o senador ainda completa: "conheço e acompanho a luta dessa entidade não-governamental em favor da melhoria das condições de trabalho dos artesãos".

O artesanato mineiro não foi esquecido pelo senador. Segundo ele, esse foi outro fator que o motivou a tomar a iniciativa de assinar o projeto. Francelino Pereira conta que, quando governador de Minas, observou que a atividade representa a principal força econômica, em muitos municípios. "São várias as nossas cidades onde essa atividade se destaca significativamente", afirma o senador, que completa: "os artesãos, na verdade, são pessoas que contribuem duplamente em favor da sociedade. De um lado, pelo aspecto econômico, representado pelos seus produtos. De outro, pelo que tais produtos contribuem para a cultura popular".

PARTICIPAÇÃO

O projeto de reconhecimento da profissão de artesão ainda

está tramitando no Senado. No entanto, o ICCAPE continua lutando para sensibilizar os políticos sobre a importância da regulamentação. Para isso, estão sendo colhidas assinaturas. Até agora, seis mil pessoas já contribuíram. Quem quiser saber mais sobre o projeto, pode se comunicar com o Centro CAPE, pelo telefone 31 - 3282-8312, ou pelo e-mail, ccape@centrocape.org.br. A adesão pode ser feita, também, através do site da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma pelos três minutos que restam à Liderança do PFL.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – É uma generosidade do Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo ser bem rápido para favorecer o tempo dos Senadores Iris Rezende e Roberto Requião, cujos pronunciamentos acompanharei, por saber da importância de suas falas quando usam da tribuna no interesse desta Casa.

Tivemos a discussão de vários assuntos nesta importante sessão de sexta-feira após **Corpus Christi**, dia em que todos tivemos oportunidade de pedir lucidez e inteligência ao Senhor Jesus Cristo, que nos guia no cumprimento da nossa missão de legislar em favor da sociedade.

O Senador Eduardo Suplicy trouxe requerimento de homenagem a Mário Lago, grande artista e grande ator, homem que soube expressar coerência política em toda a sua vida. Portanto, uma justa e correta homenagem.

O Senador Roberto Saturnino trouxe requerimento em favor do Embaixador José Sette Câmara, que tanto produziu em favor do Rio de Janeiro e da Nação brasileira.

O Senador Francisco Escórcio fez um discurso destacando a sua terra natal, Açailândia, de onde veio trazendo alegria e inteligência para melhorar a situação deste Senado.

Sr. Presidente, falou-se tanto em reformas. O Senador Roberto Requião usou do microfone e fez várias críticas; o Senador Geraldo Melo fez suas ponderações.

Todavia, na fala do Senador Roberto Saturnino surgiu várias vezes a citação da impunidade, do crime e da corrupção. Não quero roubar o tempo, Sr. Presidente, mas a revista **Câmara Americana de Comércio**, que traz o título “Corrupção, Crime e Impunidade Desestimulam os Investimentos”, faz uma pesquisa apontando esses três itens como os maiores responsáveis pelo desestímulo aos investimentos produtivos no País. Está aqui o gráfico apresentado pela revista.

Passando hoje os olhos pela **Folha de S.Paulo**, verifico que o Senador Iris Rezende usou da tribuna com eloquência, sabedoria e inteligência nos seus pronunciamentos sobre o tráfico de drogas. Não vou ater-me ao assunto, mas em Franca, a maior produtora e exportadora de calçados do meu Estado, uma indústria colocou drogas no interior de seus calçados,

transportando-os para a Europa, segundo depoimentos de alguns dos calçadistas.

Hoje, os “mulas”, traficantes contratados para levar drogas, chegam a engolir um quilo em cápsulas com o produto. Primeiro, faziam os testes do cabeleireiro. O cabeleireiro é um dos responsáveis pela estrutura dos africanos da Nigéria, que montaram um esquema nessa cidade para o transporte. Há mais de cem brasileiros presos na Europa por tráfico, realizado pela condução das drogas em seus estômagos. Arriscam a vida e a liberdade para receber R\$5 mil reais e favorecer toda estrutura do crime organizado da Nigéria.

O roubo de cargas também me preocupa bastante, Sr. Presidente. Iremos ao seu Estado, na semana que vem, por requerimento do Senador Moreira Mendes. O Estado de Roraima não está comprometido com o roubo de cargas, como São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados, mas o que me assusta e me traz aqui é tudo o que foi falado sobre a corrupção na atividade policial. Hoje pela manhã, ao ler os jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**, choquei-me com a notícia de que três PMs e um carcereiro foram detidos por roubo de cargas. Infelizmente, vemo-nos diante da situação de ter que recuperar a dignidade da função policial. Os elementos que se deixam corromper pelo tráfico de drogas não devem apenas ser execrados em sua profissão, sendo afastados de suas funções: devem receber o dobro da pena a ser aplicada a qualquer cidadão comum. O policial tem a obrigação de respeitar a sua função e de se comprometer com a sociedade para exercer a sua função com dignidade. Quem se corrompe na Polícia não merece o respeito da sociedade e deve receber pena em dobro, principalmente quando o faz ligando-se às quadrilhas de tráfico de drogas.

O Senador Iris Rezende fez referência, ontem, desta tribuna, a processo deletério envolvendo a infância e a juventude que, ao longo do tempo, vão se perdendo para enriquecer meia dúzia de canalhas que se prestam a essa indignidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

S. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumpre-me, primeiramente, agradecer o gesto de solidariedade, de amizade e de gentileza do ilustre colega, Senador Roberto Saturnino. Premido pelo tempo, eu teria que me

retirar, mas solicitei a S. Exª a permuta e fui alvo, mais uma vez, da sua gentileza e da sua generosidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos notado, ao longo dos anos, que o Senado Federal é um poder muito sensível às manifestações populares, às questões que afligem sobretudo as camadas mais humildes da sociedade.

Não faz muito tempo, por intermédio de seu ilustre Presidente, Senador Ramez Tebet, com a solidariedade do Presidente da Câmara e das Lideranças de todos os Partidos com assento nesta Casa e na Câmara dos Deputados, criou-se a Comissão Mista Especial de Segurança Pública, que retratava ou sintetizava os clamores da Nação, da população brasileira, pela insegurança em que vive.

Hoje, quando da discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF, várias foram as manifestações de ilustres Senadores sobre a questão econômica nacional, salientando, sobretudo, a necessidade de uma reforma tributária, já tão decantada e que não tem prosseguimento no Congresso Nacional.

E é com essa sensibilidade, Sr. Presidente, que trago ao debate nesta Casa a questão dos juros cobrados em nosso País, que tem muito a ver com a nossa economia, com o nosso desenvolvimento.

O nível dos juros na economia brasileira, ainda elevadíssimo, é encarado pela política econômica vigente como indispensável para manter a conquista da estabilidade monetária. No entanto, sabemos que os juros altos amarram a economia, sufocam nossas empresas, principalmente as pequenas, solapam a vitalidade do dinamismo empreendedor, travam o crescimento e disseminam o desemprego. E ainda mais: acarretam o gravíssimo e ameaçador crescimento da dívida pública.

Estamos, pois, diante de um desafio conceitual e prático; deparamo-nos com um nó teórico e concreto que precisa ser rompido. Como ultrapassar esse impasse? Como praticar juros normais, dentro de padrões internacionais razoáveis, sem fazer voltar a inflação doentia? Como desatar esse laço que oprime o nosso desenvolvimento, que não o deixa decolar? Os especialistas em política macroeconômica estudam, discutem, polemizam. Vão surgindo idéias novas, possíveis caminhos, que são simultaneamente esperançosos, sérios e construtivos.

Sr. Presidente, acredito que há saídas, que é possível baixar os juros com responsabilidade, abrindo um novo capítulo na marcha de nosso País para um progresso econômico e social mais acelerado, mais condizente com nossas urgentes e sofridas necessidades.

Muitas foram as conquistas do Brasil nos últimos anos. O que já construímos não pode ser abandonado nem esquecido, mas deve, sim, servir de base para novas etapas, novos avanços. Desde o início do Plano Real, percorremos sucessivas fases, com diferentes configurações de política econômica. Primeiro, neutralizou-se o impulso inflacionário automático, a inércia que fazia os preços subirem sem razão aparente. A isso se associou o câmbio rígido e os juros elevados, como instrumentos de apoio. Em uma segunda etapa, houve ênfase em diversas reformas, que livraram o Poder Público de certos gastos excessivos e injustos; criou-se, assim, um ambiente econômico mais sadio. Na terceira etapa, foi abandonado o câmbio fixo, que se tornara uma camisa-de-força para nossa balança comercial, e foi aprofundado o ajuste fiscal. Agora, é chegada a hora de novos passos, de uma evolução que nos livre do veneno dos juros altos.

Sr. Presidente, quando abandonamos o câmbio fixo e adotamos o câmbio flutuante, também estávamos ingressando em território novo, com os riscos que isso implicava. No entanto, o Governo manobrou com perícia a política econômica, naquela fase de transição. O câmbio fixo, que era visto como indispensável à estabilidade monetária, foi descartado sem que ocorresse nenhum desastre maior, porque foram tomadas medidas prudentes para evitá-lo. Da mesma forma, creio ser possível abandonar a política de juros reais altos em favor de nosso crescimento, desde que esse passo seja dado no contexto de uma política econômica coerente e responsável.

Que é possível viver com juros moderados e com inflação sob estrito controle nos prova um exame da prática econômica em outros países.

O Brasil é realmente um campeão dos juros altos. Considerando que a inflação anual é de cerca de 6%, nossos juros reais chegam a 12%, algo considerado inaceitável para uma nação que, de fato, planeja vencer as desigualdades e construir um ambiente econômico baseado no progresso e na criação de oportunidades de trabalho para todos.

Procurando um grupo de outros países com taxa de inflação semelhante à nossa, ou seja, na faixa de 4% a 8% ao ano, podemos usar como fonte a revista **The Economist**. Lá figuram, nessa faixa, Índia, Filipinas, Coreia do Sul, México, África do Sul, República Checa, Hungria e Polônia, com juros básicos nominais de 7% a 14% e juros reais de 1% a 7%. O Brasil, isoladamente, ali se destaca com seus juros reais de 12%.

Os países que têm juros nominais maiores que os nossos são Turquia, Venezuela e Rússia. Mas, com inflação bem superior à nossa, acabam tendo juros reais da ordem de 3%, bem menores que os do

Brasil. Essas três nações, incidentalmente, também têm classificação de risco para investidores pior que a nossa, o que vem desmentir a tese de que os juros reais altos se impõem como decorrência de má classificação de risco. Nesse breve apanhado estatístico nem traremos os valores das taxas nominais dos países mais desenvolvidos, as quais são, sabidamente, baixíssimas.

Sr. Presidente, nossos juros altos são uma exceção, uma triste exceção, um indesejável recorde mundial. Mantivemos altas as taxas de juros, nos últimos 10 anos, por vários motivos, muitas vezes justos. Agora, parece que continuamos a praticá-las apenas por uma espécie de mito, de saber convencional, que precisa ser contestado. Uma convenção que se tornou uma armadilha da qual é difícil livrar-se, pois ela propicia um equilíbrio, é verdade, se bem que equilíbrio perverso.

O conceito de equilíbrio perverso é postulado na **Folha de S. Paulo**, na edição de 10 de fevereiro passado, por Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nacano, conhecidas figuras públicas e autoridades em teoria econômica, que já exerceram altos cargos no Governo Federal e no Governo do Estado de São Paulo. Segundo eles, há caminhos para que saíamos do atual desequilíbrio perverso em direção a um equilíbrio benigno. A atual estabilidade monetária seria uma estabilidade pela metade, e deveríamos aspirar a uma estabilidade verdadeira, em que não seja frustrado o crescimento econômico e em que a dívida pública, qual balão que vai sendo inflado pelos juros altos, não estoure em nossa cara.

Os professores Bresser Pereira e Nacano são também autores de um estudo aprofundado, divulgado pela Internet, intitulado "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade", no qual apontam saídas para que as taxas de juros sejam reduzidas. Basicamente, recomendam uma política de intensificação das exportações, um controle rigoroso das despesas do Poder Público e uma taxa cambial mais desvalorizada que a atual.

Sr. Presidente, é bem-vinda toda contribuição séria e bem fundamentada que indique caminhos sérios que levem à redução dos juros, ao crescimento econômico e à geração de empregos.

O Brasil tem crescido menos do que pode. Avalia-se que o PIB, este ano, aumentará apenas 2%. É pouco, muito pouco. Nos últimos dez anos, temos marchado a passos lentos. Na verdade, há vinte anos estamos quase apenas marcando passo. É certo que evoluímos, e muito, em toda sorte de questões; superamos desafios. Mas precisamos evoluir. Sobre tudo,

precisamos deixar de conviver com os sacrifícios e os perigos trazidos pelos juros altos.

O que já conquistamos nos credencia a superar esse estado de coisas, a entrar em uma nova fase. Temos de aspirar a crescer 5% ao ano, exportar muito mais, atrair investimentos internos e externos. Eles certamente afluirão em conjuntura mais dinâmica. Isso significará mais empregos, melhor nível de vida, mais arrecadação para o Poder Público.

Há fortes indícios de que são falsas as oposições entre desenvolvimento e estabilidade e entre mercado interno e mercado externo. Se ingressarmos em um ciclo virtuoso, ambas as opções são possíveis e alimentam uma à outra. Devemos procurar o rumo de uma política econômica que nos leve ao desenvolvimento contínuo, sem freadas de arrumação, no caminho da estabilidade e da redução da pobreza, ou seja, uma política econômica centrada na realidade brasileira, que melhore nossa balança comercial e que baixe as taxas de juros.

Nada se fará sem esforço e sem sacrifício. Mas terá de ser um sacrifício de qualidade melhor que o atual. O crescimento não pode continuar sendo sufocado. A subordinação da política econômica ao objetivo do desenvolvimento implicará maior esforço de responsabilidade fiscal e de responsabilidade cambial. O sistema tributário deverá ser mais justo e progressivo, desonerando a atividade produtiva.

Certos pontos terão de ser atacados. Alguns preços na economia continuam indexados, como os das tarifas públicas. Isso introduz uma pressão inflacionária intolerável. Outro ponto é a necessidade de uma política comercial mais ativa, que cuide da celebração de acordos comerciais internacionais em condições vantajosas para nós. Ao Brasil não interessa o protecionismo. Agora, precisamos combater o protecionismo dos outros.

Política de exportação, política de capacitação do nosso capital humano pela via da educação, redução da pobreza, todos esses aspectos fazem parte de uma política desenvolvimentista que, obrigatoriamente, terá como meta a prática de juros bem mais reduzidos que os atuais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa aspiração deve ser transitar da atual estabilidade econômica com juros altos, estabilidade incompleta, destrutiva e perigosa, para uma estabilidade verdadeira, com juros normais, como os praticados em todo o mundo. Isso precisa ser formulado no plano das idéias, das teorias, e levado ao terreno da prática, da concretização. Estou certo de que, trilhando por esse caminho, o Brasil poderá alcançar o que ainda nos falta: uma prosperidade dinâmica e também equitativa.

Mais desenvolvimento, criação de empregos, melhor distribuição de renda, tudo isso está ligado à prática de juros menos opressivos do que aqueles que atualmente causam um impacto negativo em nossa economia e em nossa sociedade.

É preciso acreditar em um cenário positivo, livre dessas taxas inaceitáveis, que traga o progresso de volta enquanto dimensão do trabalho produtivo. O Brasil tem jeito, possui um povo laborioso, imensas potencialidades econômicas, uma natureza pródiga. Basta que nossos tecnocratas tenham um mínimo de sensibilidade para fazer ressurgir esse gigante adormecido.

Com juros civilizados, alcançaremos os propósitos sonhados por um povo castigado pela segunda maior taxa de desemprego do mundo. Ao fomentar a produção, poderemos combater esse que é o principal problema do Brasil, criando alternativas para que todo pai e mãe de família possam sustentar os seus filhos e lhes assegurar um futuro melhor.

Com juros menores, o Brasil com certeza dará um passo decisivo rumo a um cenário de prosperidade para todos, combatendo as desigualdades sociais e abrindo os caminhos definitivos do crescimento econômico.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Ouço, com prazer, o ilustre representante do Distrito Federal, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. V. Exª está abordando um tema que faz parte de toda a plataforma política no nosso País; trata-se de uma necessidade imperiosa. Venho do meio empresarial e sei das dificuldades para conquistar taxas de juros. Normalmente, em todas as partes do mundo, o juro acompanha a inflação, mas, no Brasil, isso não ocorre, visto que as taxas são dez vezes superiores ao processo inflacionário. Assim, precisamos de duas reformas imediatas: uma reforma que vise cuidar da redução dos juros, sem aumentar a inflação – evidentemente, isso tem que estar sob controle, pois a inflação é prioritária –, e a reforma tributária. O aumento dos juros está justamente ligado ao processo tributário no País, onde existem as mais altas taxas e o maior número de impostos. É muito fácil para o Governo, sempre que precisa aumentar a arrecadação, aumentar o quociente ou criar um novo imposto. Temos que aprender a administrar a reforma tributária para a melhoria do processo produtivo. Concordo plenamente com V. Exª: a nossa é uma das maiores taxas de juros existentes no mundo. Isso sem levar em consideração os juros pra-

ticados nos cheques especiais, que ultrapassam todos os demais juros existentes no mundo. Esse processo foi criado para dar atendimento ao cliente em momentos de dificuldade, mas, na maioria das vezes, tem jogado no buraco aquele que pretende adquirir qualquer tipo de empréstimo no banco. Agradeço o aparte que V. Exª me concedeu.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Permita-me, ilustre Senador Lindberg Cury, integrar ao meu pronunciamento as observações de V. Exª, que é um empresário dos mais qualificados e esclarecidos deste País. A posição de V. Exª, endossando o nosso discurso, faz com que as autoridades responsáveis pelo encaminhamento da política econômica nacional encarem essas observações com maior denodo, com maior responsabilidade. Muito obrigado a V. Exª.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Requião, por cessão do Senador Arlindo Porto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero registrar da tribuna a minha estranheza em relação a uma notícia do **Jornal da Globo** de antes de ontem, pois, quando comentavam o conflito dentro do PMDB em relação à próxima eleição presidencial, diziam que a minha posição de oposição ao Governo estava resolvida. E a minha amiga Ana Paula Padrão fazia esta consideração: “A fera já está domada”. Não sou fera e não estou domado. Sou um patriota, um brasileiro, um cidadão, um Senador com sensibilidade social, extremamente preocupado com os rumos do Brasil. Acho – achava antes, continuo achando agora – extremamente interessante uma coligação do PMDB com o PT em torno de um programa de recuperação nacional.

Talvez domado tenha sido o Congresso Nacional, Senador Roberto Saturnino, quando votou a famigerada participação do capital internacional nos meios de comunicação brasileiros. Votou isso de uma forma absoluta, pois, apesar dos eufemismos, aquela história de que a participação se limita a 30% não é verdadeira – 30% de empresas internacionais fora do Brasil, 30% na Bolsa. Hoje, todos nós sabemos, que a emenda constitucional do Governo Fernando Henrique transformou a empresa internacional, estabelecida segundo as leis brasileiras, numa empresa nacional. Assim, entregaram a comunicação de uma forma aberta e unânime, com poucos protestos e votos con-

trários no Congresso Nacional, entre eles, o do Senador Roberto Saturnino e o meu.

O segundo ponto que quero abordar é o fato de que, há dois anos, tramita no Senado um projeto de minha autoria acabando com o bingo no Brasil, com a jogatina, com a exploração, com a lavagem de dinheiro e com o roubo. Já conseguimos aprová-lo, por unanimidade, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Agora, o projeto encontra-se na Comissão de Educação, desde o dia 2 de maio, nas mãos do nosso herói da CPI do Futebol, o Senador paranaense Álvaro Dias.

Ora, o prazo para tramitação de um projeto em uma Comissão é de 15 dias úteis. Esse prazo já foi excedido. Encaminhei, portanto, à Mesa, na forma do Regimento Interno, um requerimento para que esse projeto que extingue o bingo e a jogatina no Brasil, que só tem servido para a lavagem de dinheiro, para os grupos apoiados pelo narcotráfico e pelas máfias internacionais, seja trazido diretamente ao plenário, dispensando-se o parecer da Comissão de Educação, na forma do Regimento.

No entanto, ocupo a tribuna, principalmente, para abordar um tema extraordinariamente interessante: a política externa brasileira. Faço este discurso com o apoio da brilhante assessoria da Comissão do Mercosul, mais especificamente do Everaldo, um dos bons assessores do Congresso Nacional.

Se houvesse o costume, Sr^{as} e Srs. Senadores, de dar nomes aos discursos pronunciados desta tribuna, eu intitularia este meu discurso da seguinte forma: "Em defesa de Luiz Inácio da Silva". E por quê? Porque o Lula tem feito algumas considerações a respeito do comportamento do Presidente George W. Bush, quando o Presidente americano defende os interesses americanos do trabalho e do emprego, e tem sido, sórdida e brutalmente, contestado e difamado na imprensa brasileira. Quero dizer, de forma alta e clara, que o Luiz Inácio tem toda razão ao imaginar que deveríamos ter aqui um Presidente que se comportasse na defesa dos nossos interesses, como se comporta o Presidente dos Estados Unidos na defesa dos interesses das suas empresas e do seu povo.

Informo ao Senado Federal que a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas, a famigerada Alca, corre o risco de jamais ser implantada, pois foi, no prazo de seis meses, por duas vezes atropelada pelo Congresso dos Estados Unidos: a primeira, em dezembro do ano passado, pela Câmara dos Deputados norte-americana, que aprovou a criação da Agência para Promoção do Comércio (**Trade Promotion Authority – TPA**) dos Estados Unidos,

pela diferença de apenas um voto favorável, mas com a incrível ressalva de mais de 300 produtos sobre os quais o Presidente George W. Bush não poderia firmar acordos condicionados apenas ao "sim" ou "não" do Congresso, como pedia, utilizando-se o expediente da via rápida ou **fast track**; e a segunda, no último dia 15 do corrente mês de maio, quando o Senado americano restringiu ainda mais os poderes presidenciais em matéria de comércio exterior, ao estabelecer que todos os acordos nesse campo que ameaçassem setores produtivos americanos poderiam ser modificados pelo Congresso dos Estados Unidos da América.

Portanto, o Lula não tem só razão em relação ao Bush, mas tem razão também em relação ao Congresso Nacional dos Estados Unidos, que deveria ser modelo para o Congresso Nacional brasileiro.

Mais lamentável ainda é a veiculação no Brasil dessa particular questão norte-americana, a do tratamento político das transações de comércio exterior, geralmente traduzida de modo equivocado pela imprensa nacional, inclusive por correspondentes sediados em Washington e também pelas autoridades governamentais brasileiras.

Infelizmente, ao longo dos últimos anos, fomos nos desacostumando ao debate sadio dos grandes temas que afligem a humanidade e tocam de perto a realidade brasileira. Uma discussão imprescindível ao fortalecimento do nosso ressuscitado sistema democrático de Governo, escolhido pelo sufrágio universal, pois, não só entre nós, povos latinos, mas no mundo inteiro, com a queda do Muro de Berlim e a desmontagem da Rússia, instalou-se o discurso único e monocórdio da intransigente defesa e avanço do neoliberalismo inventado pelo Consenso de Washington e atrelado à fracassada proposta de globalização econômica.

Assim, quanto aos temas da criação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, e a aprovação de uma Agência para Promoção do Comércio (**Trade Promotion Authority – TPA**), ambas propostas de absoluto e transparente interesse exclusivo do Governo e das empresas dos Estados Unidos, a imprensa brasileira é caudatária da interpretação que dá o Poder Executivo do nosso País, sempre na defesa de interesses de manutenção do Legislativo subserviente à manipulação imperial do Presidente da República de plantão, legalmente respaldado no que dispõem os artigos 49, I, e 84, VIII, da Constituição cidadã de 1988.

Para ser mais preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa brasileira pouco se tem dado ao trabalho de pesquisar as origens da reação do Congresso norte-americano às repetidas propostas

de maior independência do Poder Executivo dos Estados Unidos em matéria de iniciativas de comércio exterior. E uma proposta minha nesse sentido para o Congresso brasileiro está nas mãos competentes do Senador José Fogaça, que encaminhará brevemente o seu relatório para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A propósito, já me referi, neste plenário, às origens da tradição legislativa norte-americana no campo do comércio exterior, cujo fundamento foi a precoce e preciosa identificação do protecionismo comercial como a base do desenvolvimento do seu país por Alexander Hamilton, um dos pais da Constituição norte-americana, o primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, ainda na gestão do Presidente George Washington, o primeiro presidente daquela República e aquele que alertou o Congresso norte-americano sobre o fundamental papel dos parlamentos no processo do comércio internacional.

Já no início do século passado, mais precisamente em 1916, foi criada a poderosa Comissão de Comércio Internacional (International Trade Commission – ITC), composta por apenas três senadores democratas e três republicanos, fortemente assessorada por dezenas de instituições de estudo e pesquisa e milhares de especialistas, técnicos em assuntos pertinentes ao comércio exterior.

Enfim, tanto os presidentes eleitos quanto os congressistas norte-americanos são prisioneiros de uma tradição secular e de uma cultura que busca defender de modo intransigente os interesses dos seus eleitores e do país em assuntos comerciais e econômicos internacionais, respeitando a escolha de uma qualidade de vida superior, segundo os parâmetros do **american way of life** em comparação com o resto do mundo.

Para o povo norte-americano e suas elites governantes, defender o protecionismo comercial interna e externamente há duzentos anos significa defender a qualidade de vida desfrutada por grande parte de seus cidadãos. Ou melhor, é defender o próprio direito à vida.

No entanto, mesmo quando, como agora, revela a imprensa mundial, por força de um projeto norte-americano de dominação da economia mundial, do qual a TPA e a Alca são ferramentas importantes, o Executivo norte-americano busca convencer a opinião pública nacional e mundial e o seu próprio Congresso Nacional de que se deve autorizá-lo a negociar livremente acordos de comércio internacional, o tradicional e secular trabalho parlamentar norte-americano impõe-se e nega-lhe esse direito arrogado, com a autoridade que lhe foi entregue por George

Washington e Alexander Hamilton nos primeiros dias de funcionamento da república norte-americana e referendada, a cada eleição, pelo povo dos Estados Unidos da América.

Em outras palavras, o Congresso sempre disse, e sempre dirá, a qualquer presidente dos Estados Unidos da América, ainda que assessorados por espartos burocratas de carreira, que jamais abrirá mão do seu secular direito outorgado pelo povo norte-americano de ter a última palavra em assuntos pertinentes a acordos internacionais de comércio; que jamais abdicará do seu sagrado direito de ser obrigatoriamente informado pelo Executivo de cada passo avançado em qualquer acordo comercial internacional, seja ele assinado com o Timor Leste ou com a Inglaterra, com que aprendeu a fazer acordos internacionais de comércio.

Na prática, vale ressaltar que tanto a presidência quanto o Congresso norte-americanos estão, é natural, empenhados em defender os interesses comerciais econômicos do país e dos seus eleitores – veja-se o recente apoio dado pela Câmara dos Deputados e o Senado ao unilateralismo do Governo Bush no trato de questões de interesse global –, mas sem abrir mão das suas prerrogativas em matéria de comércio exterior, essas sob o amparo legal e especial do vigente **Trade Act**, de 1974 e de um comportamento político fundado numa tradição cultural velha, de duzentos anos.

Por exemplo, no plano externo, o Congresso norte-americano apoiou a recusa do Presidente Bush de endossar o Protocolo de Kyoto para a defesa do meio ambiente e a retirada da sua assinatura para a criação do Tribunal Penal Internacional, e, no interno, a imposição de barreiras comerciais para atender a interesses paroquiais e proteger setores atrasados da economia americana, tais como a indústria siderúrgica e a produção agrícola – nesses dois últimos casos, claramente desrespeitando o escancarado incentivo à abertura de mercados pelo resto do mundo, como pregam a Casa Branca e o Tesouro dos Estados Unidos, de mãos dadas com o Fundo Monetário Internacional e com o Bird.

Para ser mais explícito, destaco a aprovação do Projeto Fazenda, ou melhor, do **Farm Bill**, projeto de lei destinado a subsidiar cerca de 4 milhões de agricultores, número que corresponde à população agrícola total dos Estados Unidos, ao longo da próxima década, beneficiada com US\$180 bilhões ou US\$18 bilhões ao ano.

Aqui, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, é oportuno apontar que apenas os produtores de soja dos Estados Unidos recebem subsídios anuais no va-

lor de US\$3,8 bilhões, enquanto que o valor total da produção brasileira, da mesma oleaginosa, sem os subsídios, alcança, anualmente, o equivalente a US\$4 bilhões, sendo o Brasil o segundo produtor mundial desse tipo de grãos e os Estados Unidos da América, o primeiro.

No entanto, o unilateralismo republicano do Governo Bush é inaceitável e incompatível com a interdependência que hoje se projeta como tendência predominante no relacionamento entre as nações e até com os objetivos de um verdadeiro projeto de globalização, aquele que, como a viúva Porcina, foi sem nunca ter sido.

Em resumo, o Executivo norte-americano é e sempre será totalmente dependente das decisões do Congresso dos Estados Unidos nessa matéria de comércio exterior, ao contrário do Executivo brasileiro, que se encontra absolutamente livre para assinar o acordo que bem entender, sem que o nosso Legislativo possa interferir no processo de negociação ou contrariar as decisões finais do Itamaraty e da Presidência da República.

Disse eu Presidência da República? Enganei-me. O recente **affair** entre as denúncias do ex-Ministro da Fazenda e atual Secretário-Geral da Unctad, Rubens Ricupero, e o Executivo brasileiro mostra que o Presidente da República não tem a menor noção sobre o que acontece na direção da política exterior do Brasil. Ricupero denunciou que o Brasil estava aceitando, como tarifa básica na negociação da Alca, uma tarifa diminuída de 10% a 12%. No dia seguinte, na mesma **Folha de S.Paulo**, que publicou o artigo do Ministro Ricupero, o Presidente da República desmentia o fato e dizia que o ex-Ministro da Fazenda Rubens Ricupero estava errado. Hoje, o jornal **O Estado de S.Paulo** traz uma declaração do chanceler brasileiro Celso Lafer, dizendo que sim, que o Brasil parte da negociação de 10%, 12% ou 14% nas tarifas básicas por uma imposição de negociação internacional.

Logo, o Presidente da República, Sua Excelência Fernando II ou Fernando Henrique Cardoso, para os íntimos, não tem, comprovadamente, a menor idéia de como conduzem a política externa Pedro Malan e Armínio Fraga. Armínio Fraga, de dupla nacionalidade, dizem alguns. Contesto essa idéia. Não há dupla, há uma só e, seguramente, não é a brasileira.

Por oportuno, Srs. Senadores, alerto para as manchetes de jornais que mostram o Presidente brasileiro em suas andanças mundo afora e que, em seus minutos de folga de tão estafante trabalho, embora com atraso, agora denuncia o Congresso norte-americano de limitar “muito os poderes do presidente dos Estados Unidos, de firmar acordos” de co-

mércio exterior – completamos nós – e, nesse sentido, a Casa parlamentar dos Estados Unidos estaria atrapalhando o trabalho presidencial, em decorrência de um exagerado apego à sua tradição legislativa de avocar para si o permanente e atento acompanhamento do processo de assinatura de acordos de comércio exterior, quis dizer o nosso Presidente da República, porque, no Brasil, ele, o Presidente imperial, está acostumado a se servir do Congresso Nacional apenas para referendar, para carimbar, para cancelar, ainda que legalmente, pois o atual Texto Constitucional fornece-lhe esse amparo, sua inócua, tibia e fracassada política de comércio exterior na última década.

O Brasil caiu da 8ª posição, como potência econômica do mundo, para a 11ª, e o nosso comércio exterior, que já foi responsável pela ridícula participação de 1,2% no comércio mundial, teve essa participação diminuída em um terço; caiu de 1,2% para 0,7%, em se tratando de um País que contabiliza 54 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, um País em que uma região extremamente desenvolvida como a de São Paulo totaliza, hoje, 21,5% de desempregados, índice esse muito superior aos 18,5% que deflagram a crise e a **débâcle** da república Argentina.

Política de comércio exterior, aliás, cujo vazio este Governo esperava que fosse ocupado pelas empresas estrangeiras, que se aproveitaram de um desastrado programa de privatização do maior conglomerado de empresas públicas do mundo, altamente produtivas e lucrativas; um maná inesperado pelos investidores internacionais, cujo ágio cevou as contas bancárias de muitos atravessadores oficiais, alguns ocupantes de cargos nos altos escalões do Poder Executivo.

Tem razão o Embaixador Rubens Ricupero, ex-Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, ex-Embaixador do Brasil em Washington e, no momento, exercendo o cargo de Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad, em artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em 19/05/2002, quando acusa o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de ter instruído os negociadores brasileiros, que discutem a agenda da Alca com os Estados Unidos, para praticarem tanto a “docilidade acomodatória” quanto a “complacência submissa”, comportamentos esses que causarão males irreversíveis à soberania econômica do Brasil, pois comprometerão o futuro e a liberdade das próximas gerações de brasileiros – afirmação contestada pelo Presidente da República e confessada pelo chanceler Celso Lafer, no jornal **O Globo** de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na questão do comércio exterior e dos acordos internacionais, o Brasil, um gigante que deveria estar se impondo pela sua soberania, em especial no cenário internacional, põe-se de joelhos perante a arrogância norte-americana, ora elogiando discursos espúrios de um presidente caipira contra Cuba, ora submetendo-se ao autoritarismo de um subsecretário de Estado norte-americano, que manipulou orçamentos e pequenos países, como a Ilha de Kiribati, para destituir do seu posto um brilhante diplomata brasileiro, o Embaixador José Maurício Bustani, diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas, a Opaq.

O Embaixador José Maurício Bustani desagradou os Estados Unidos da América por ter defendido a entrada do Iraque na Opaq, o que inviabilizaria, para a opinião pública mundial, os anunciados ataques norte-americanos a Saddam Hussein, em 2003, e, além disso, fez aquela agência internacional, sob o seu comando, solicitar autorização ao Governo Bush para inspecionar instalações industriais norte-americanas, sabidamente produtoras de armas químicas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil carece de um plano nacional de retomada de desenvolvimento já no próximo Governo, esperamos todos nós, e, nesse projeto, caberá, com certeza absoluta, um capítulo sobre a política nacional de comércio exterior, com o objetivo de alcançar mercados multipolares, incluindo os da China e da Índia.

É imprescindível que tal política nacional de comércio exterior tenha o acompanhamento permanente do Congresso Nacional, para o que devemos aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2001, de nossa autoria, ora tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

É fundamental, Sr^{as} e Srs. Senadores, que este Congresso assumam com urgência a sua imprescindível responsabilidade na questão do tratamento político das decisões de governo para assinaturas de acordo de comércio exterior, pois, com ou sem globalização, a qualidade de vida dos brasileiros pode ser melhorada, com absoluta certeza, se os governos futuros e os parlamentares nacionais tiverem balizado o caminho para o tratamento responsável das questões de comércio exterior.

Enfim, na conclusão deste pronunciamento, relato que estive em Madrid, na Espanha, Senador Roberto Freire, ao qual, em seguida, concederei o aparte solicitado, atendendo à convocação de Reunião de Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em encontro ao qual compareceram os

parlamentos europeu, andino, centro-americano e latino-americano, nos dias 16 e 17 de maio corrente.

Peço a atenção das Sr^{as} e Srs. Senadores para a diferença na condução das negociações para a assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia, na qual os Parlamentos regionais têm papel de destaque, se comparadas tais negociações ao tratamento dado pelos Estados Unidos da América aos países latino-americanos em questões de comércio exterior.

Por fim, quero deixar clara a minha opinião de que o Congresso brasileiro tem o dever de assumir as rédeas das decisões políticas relativas aos acordos de comércio exterior. Não podem ser ignoradas pelo Presidente da República as denúncias de um ex-Ministro da Fazenda como Rubens Ricupero, no dia seguinte confirmadas pelo chanceler, pelo homem dos carimbos, pelo Sr. Celso Lafer, desacreditando de forma total o Poder Executivo e espalhando a insegurança absoluta na economia nacional.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PA) – Com o máximo prazer, concedo o aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Requião, escutei com a maior toda atenção e interesse a íntegra do discurso de V. Ex^a, que é marcante e cai no seio da opinião pública e do Senado Federal como um chamamento à dignidade da Nação brasileira, que parece tão enxovalhada, ultimamente, por atitudes e opiniões, lamentavelmente até repetidas no Senado Federal. Subscrevo integralmente tudo o que V. Ex^a disse hoje, da tribuna, assim como tantas outras declarações e pronunciamentos que tem feito no Senado. Estou plenamente de acordo, principalmente com a proposta de V. Ex^a de que o Senado e o Congresso assumam o dever de participar e de tomar a si as decisões de política externa, hoje completamente fora do alcance da ação e da opinião do Congresso. Entretanto, ao concordar com V. Ex^a – e até ao aplaudir sua iniciativa –, não posso deixar de revelar um certo receio ao ver o Senado e a Câmara repetirem tantas vezes certos truismos que, embora falsos, dominaram completamente a opinião pública do País, porque repetidos incansavelmente pela mídia. Hoje mesmo, escutei de um Senador – por quem tenho o máximo respeito, que é sério, honrado, diligente e que honra o Senado – que ao Brasil não interessa o protecionismo. Isso foi tão amplamente divulgado que parece verdade. No entanto, não o é. Ao Brasil interessa, sim, um certo protecionismo, possível, adequado e compatível com os interesses nacio-

nais e multilaterais, que convergem, que se somam e disputam as relações econômicas e internacionais; um protecionismo que os Estados Unidos, como V. Exª muito bem disse, praticam de forma absolutamente escancarada e com o apoio do Congresso, e que o Brasil recusa, recusa e recusa, fazendo o papel de otário internacional, abrindo sua economia para destruir empresas que custaram tanto sacrifício ao povo brasileiro para serem erguidas. Enfim, um protecionismo dosado às circunstâncias, à possibilidade, dentro de um concerto internacional de disputas, sim, mas que faça contraponto ao protecionismo das grandes potências, praticado cínica e escancaradamente. Então, é importante reaver para o Brasil essa noção de defesa legítima dos seus interesses econômicos, que são os do povo tão sacrificado por essa nossa política. Parabéns a V. Exª, mais uma vez, pelo esclarecido, pelo luminoso discurso que pronunciou hoje e que, tantas vezes, tive o ímpeto de interromper. Não o fiz, porque estava interessado em escutá-lo na íntegra, como fiz.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, todos nós desejamos o comércio liberado e a multilateralidade, mas temos que considerar a prática, o mundo real, das dificuldades. O caminho é o multilateralismo, não a Alca; o caminho é o reforço do Mercosul, se ele ainda for possível com a falência da Argentina – a tão festejada e cantada Argentina pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Governo americano, pelo Presidente da República dos Estados Unidos.

Agora, Senador, com toda franqueza, essa reiterada defesa da abertura unilateral, que é a renúncia da política comercial e industrial do País, é um nhenhém, uma conversa dos fracasso-maniacos militantes de um modelo neoliberal que não deu certo e que vai ser mudado nas próximas eleições.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Com o máximo prazer, concedo um aparte ao Senador Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Estamos pretendendo mudar, efetivamente. O Partido Popular Socialista e o seu candidato, Ciro Gomes, há muito vêm discutindo algo que para esse Governo parecia uma heresia, e ainda parece: a necessidade de termos uma política industrial e, conseqüentemente, uma política de comércio exterior. Isso faz parte do nosso programa de Governo e o nosso candidato dá ênfase muito grande a todo um processo de defesa do

interesse nacional, mas, evidentemente, analisando o mundo real. Nesse sentido, estamos perfeitamente afinados com o que V. Exª defende no seu pronunciamento: a existência de uma política industrial e a defesa dos interesses nacionais, com a clareza, também, de se definir uma política de comércio exterior, sem, entretanto, cair em alguns equívocos que são graves. Assisti a um filme, uma vez, e acredito que V. Exª também, chamado **O rato que ruge**. Precisamos ter cuidado de não defender posição que, evidentemente, não corresponda a uma realidade, seja em comércio exterior, seja no nível de desenvolvimento dos países. Portanto, temos que erigir políticas que garantam um livre comércio, que não seja algo que o protecionismo do leão, e não do rato, seja danoso para as economias dos países periféricos. Por exemplo: no âmbito nacional, vamos imaginar que o Piauí exerça a mesma política de São Paulo, ou vamos querer criar mecanismos que garantam ao Piauí um tratamento justo? Qual a capacidade do Piauí reagir a uma política protecionista de São Paulo se não tivermos regra que garanta mínimos de equidade? Falou-se, aqui, em Cuba. Por esse princípio – inclusive, equivocadamente defendido pelo candidato Lula, e são ruins para a Esquerda brasileira essas posições equivocadas –, defender-se-ia, por exemplo, que Cuba também bloqueasse os Estados Unidos. E o que estamos defendendo? A suspensão do bloqueio, porque é incompatível imaginarmos relações internacionais pensando na força. Não podemos defender isso, mesmo que possamos ter força em relação ao Uruguai, ao Paraguai e até à Argentina, no âmbito do Mercosul. Não é essa a política. É a política, sim, defender o interesse nacional da Embraer; defender o interesse nacional frente a políticas protecionistas, como fazem os Estados Unidos e a União Européia, e não defender o princípio, porque, assim, estaremos garantindo que o façam contra o Brasil. Temos que defender o princípio do livre comércio, do respeito, como fizemos, por exemplo, na OMC, derrotando o Canadá. Aliás, quero dizer que fui autor do requerimento para a criação de uma comissão especial que tratou exatamente de dar suporte e sustentação à disputa que a Embraer faz contra a Bombardier canadense, na qual fomos bem-sucedidos. Isto, sim, é o que temos que fazer: definição da política. Certo é que, em alguns momentos, temos que ter política industrial até de substituição de importação, política industrial de garantia de determinados setores, uma política que dê incentivos a esses setores, induzindo-lhe o crescimento sem que se torne em política de proteção, porque essa é danosa aos nossos interesses. Fiz esse reparo por-

que é fundamental que as forças democráticas e de esquerda deste País apresentem concretamente, nessa sucessão presidencial, uma política industrial, de comércio exterior, uma afirmação do interesse nacional. É claro que temos que fazer isso. Vejo com preocupação, por exemplo, o fato de o Lula estar fazendo uma defesa inconseqüente do nosso País, imaginando que o Piauí pode disputar com São Paulo, imaginando que, neste exato momento, o Brasil pode ter livre comércio com os Estados Unidos. Daí nasce a nossa restrição à Alca. Temos que combater o protecionismo, não defendendo o princípio do protecionismo, mas do livre comércio, sob pena de estarmos dando força ao Sr. Bush, a esse policial que se arroga em ser aquele que manda no mundo. A defesa do fim do bloqueio a Cuba não significa que se está defendendo o protecionismo; significa que se está defendendo é o livre comércio. Então, é nesse sentido que temos que expor a questão, ou seja, como V. Exª falou na quase totalidade do seu pronunciamento, devemos defender uma política industrial. Espero que uma política de comércio exterior possa ser implementada no futuro governo, que imaginamos seja do PPS e da Frente Trabalhista.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – O Senador Roberto Freire, apesar da sua veemência, que é natural e constante, é um moderado. Talvez eu esteja meio deslocado no Senado da República. Talvez eu seja um Senador pouco moderado. Mas, a exemplo de Tobias Barreto, intelectual do nosso Nordeste, acredito que não há salvação fora da crítica radical. A crítica tem que ser radical, a execução da política tem que ser progressiva, pragmática...

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Mas é isso que estou propondo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – (...) e de defesa clara. A crítica tem que ser radical, porque essa passividade e essa submissão acabam ocultando razões e interesses.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Eu não sei onde V. Exª vai encontrar na minha história submissão. V. Exª não vai encontrar nem hoje, nem na minha história.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Eu não falei na sua. Falei de uma forma genérica. Falei de uma forma absoluta de discurso mais profundo sobre as questões brasileiras.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – A crítica mais radical, eu faço ao sistema que está aí, há muito tempo. V. Exª não fazia parte, e não faz, dessa

crítica radical que faço ao sistema que aí está, marxista que sou e comunista que continuo sendo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Dei ao meu discurso um título que talvez Roberto Freire, que chegou mais tarde, não tenha percebido. O título do meu discurso é: “Em Defesa de Luiz Inácio da Silva.” Eu estava exatamente mostrando que, quando Lula faz de certa forma uma avaliação positiva do comportamento dos Estados Unidos, está dizendo que temos que negociar com a mesma força, com a mesma coragem, e que a bilateralidade tem que ser compensatória. Não pode ser produto do dependtismo do Fernando Henrique, descrito naquele livro famoso dele “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, escrito com Enzo Faletto, em 1967, no Chile.

Temos uma abertura ideológica, Senador Roberto Freire, idealista do ponto de vista hegeliano: idealismo com a crítica marxista, que é uma visão que não correspondente à visão da realidade. É uma visão fantasiosa da realidade. E abrimos com uma boa-fé tremenda para o mundo, que não abria para nós. Entramos no engodo, e é desse engodo que precisamos sair.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Peço desculpas por estar interferindo demasiadamente. Em aparte, o Senador Roberto Freire, no fundo, repetiu as interpretações maldosas da mídia, da imprensa, ao comentar as declarações de Lula a respeito da questão comercial e do protecionismo americano e europeu, inclusive na questão agrícola. Lula tem dito o que digo. Compreendo perfeitamente que os franceses defendam sua agricultura, porque se assim não fizerem...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Acaba a União Européia.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Exatamente. E até compreendo que o Sr. Bush defenda sua siderúrgica, porque, se assim não fizerem, haverá grande desemprego. Isso, no entanto, não quer dizer que esteja contra o princípio do livre comércio.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Na prática, sim.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Por favor, não vamos...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Estou, pragmaticamente, defendendo um certo resguardo e um certo protecionismo pontual que é necessário.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Defender o interesse nacional é defender o livre comércio, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – (...) e que V. Ex^a mesmo, ao apartear...

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Claro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – (...) olhando até para mim, disse: Não, até entendo que certas áreas e certos setores...

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Sim, por determinadas políticas é evidente...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – dentro de determinadas políticas. É isso mesmo.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – O protecionismo não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero dizer que não estamos em desacordo. Há uma exploração maldosa, politicamente orientada, que, a partir de declarações certas do Lula, transforma-se em distorções tais que o apontam como defensor do protecionismo, contra o livre comércio, contra os interesses brasileiros. Então, mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Roberto Requião pelo título absolutamente adequado de seu discurso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, como diriam os latinistas, *modus in rebus* – moderação na coisa.

Fui Governador do Estado do Paraná, que não é Cuba. É um Estado brasileiro que tem quase 6% do PIB nacional, que é 16 vezes maior que Cuba, economicamente, se não me falha a memória. E o Brasil não é o Chile. O tão decantado Chile da abertura é menor que Ribeirão Preto, extraordinariamente menor economicamente que a cidade de Curitiba, da qual fui Prefeito.

Quando falamos no nosso Brasil, falamos em um País de 174 milhões de habitantes, um mercado fabuloso. Temos, sim, força e condição de negociar abertura multilateral, do “dá lá e toma lá”. Abrimos quando para nós for interessante abrir. É preciso que se encerre o período da submissão da política externa.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Senador Roberto Requião, me permite?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E não estou fazendo uma crítica ao Senador Roberto Freire. Acredito que seja isso que S. Ex^a esteja pensando.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Sei. Senador, me permita, porque é importante...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Não cometeria essa injustiça com V. Ex^a.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Agradeço.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Tenho algumas dúvidas quanto ao seu marxismo, mas essa injustiça não cometeria.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Mas também não lhe dou o direito de pensar que seja guardião da fé de Tribunal para me colocar no índice.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Direito de pensar ainda tenho, apesar da sua negação.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – Deixe-me auto-intitular o que bem entender. Não tente policiar isso. Considero esse debate interessante. Eu gostaria de dizer que temos que defender, na política externa, inclusive política de comércio, aquilo que não corresponde apenas ao que podemos fazer, mas àquilo que, nas relações internacionais, garante relação condigna com todos. Por exemplo: sei que o Chile tem uma economia que não pode discutir livre comércio, se houver qualquer imposição. Cuba está na mesma situação, porque são economias menores que Ribeirão Preto. Mas o Brasil não pode ter a mesma política que a do Sr. Bush e imaginar que pode impor a todos uma determinada posição. Se o Brasil assim o fizesse, faria o mesmo papel imperialista que fazem os Estados Unidos contra países menores. É nesse sentido que digo que um Governo democrático brasileiro tem que defender princípios fundamentais para que possa garantir o Mercosul, inclusive para fazer frente aos outros blocos comerciais. Isso é política de livre comércio. Claro que temos que ter políticas internas industriais, determinando-se, inclusive, incentivos. Mas não se pode defender o princípio do protecionismo; caso contrário, estamos ajudando, no momento em estamos brigando contra o fim das exportações brasileiras do aço, a política protecionista norte-americana. Se eu dissesse que está certo e que deveria fazer o mesmo, aí estaria dando o exemplo do rato que ruge. É só para sermos derrotados, porque não vai acontecer o que houve no cinema: o rato ganhar a guerra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – O rato rugiu no plenário do Senado, o rugido que a tribuna do Senado nos possibilita. Rugimos todos na defesa dos nossos pontos de vista.

Mas, com a complacência do Senador Lindberg Faria, gostaria de encerrar este debate, ou, pelo menos, a minha participação neste debate neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Por gentileza, Lindberg Cury.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Lindberg Cury. O “Faria” veio por um **lapsus linguae**. Eu gostaria de encerrar com alguns rugidos mais fortes do que o nosso, transcritos na **Folha de S.Paulo** de domingo, dia 26 de maio de 2002. São algumas opiniões que não são de parlamentares brasileiros sobre o livre comércio. São opiniões de parlamentares norte-americanos.

Por exemplo, a opinião do Senador democrata pela Flórida, Bill Nelson, em 22 de maio, **ipsis litteris**:

O Brasil tem 50% do mercado mundial de laranja. Se tirarmos a tarifa que hoje protege a citrocultura na Flórida, na Califórnia e no Arizona, o Brasil terá 100% do mercado mundial e isso não é comércio livre. Lembrem-se dos produtos de aço que seriam ameaçados pelo Brasil. Senadores, vocês estão me entendendo? – pergunta ele ao Senado americano. Trata-se de um senador americano.

Quero encerrar com a opinião da Senadora Barbara Mikulski, Senadora democrata por Maryland, em 16 de abril. Diz ela:

O que teria acontecido se o U.S.S Cole, atingido por um atentado terrorista, só pudesse cambalear de volta para os EUA depois que encomendássemos peças de aço da Rússia, da Tailândia e do Brasil? Acho errado deixar nossa indústria do aço morrer.

Passo a ler a opinião do Senador democrata pela Flórida, Bill Nelson, em 30 de abril, novamente:

O problema é que não é comércio livre nem justo se o Brasil for autorizado a vender suco concentrado de laranja a preços abaixo do custo de produção. Seus produtores, agindo em conluio, formam um cartel.

Quero citar mais uma opinião americana, do Senador democrata por Minnesota Paul Wellstone, em 27 de fevereiro – tudo isso está publicado na **Folha de S.Paulo** de 29 de maio de 2002:

Cerca de 7 milhões de toneladas de placas semi-acabadas continuam chegando com dumping aos nossos portos. Alguns de nossos parceiros comerciais – o Brasil, por exemplo – estão se esforçando para obter exceções que elevariam as cotas impostas

pela Casa Branca. Francamente, temo que essa administração possa dar ouvidos a esses pedidos.

Trago a opinião do Deputado democrata por Michigan, John Dingell, em 27 de fevereiro:

Até o Brasil produz quase 20 milhões de toneladas a mais de aço do que necessita para seu consumo doméstico. E tenham certeza de que esse excedente está sendo enviado aos EUA com preços abaixo do custo. E esses países dizem que a culpa é nossa.

Gostaria de reproduzir o depoimento de Byron Dorgan, Senador democrata pela Dakota do Norte, em 1º de maio. Perceba, Senador Roberto Freire, o que pensam sobre nós. Esse depoimento é uma preciosidade, uma pérola do Senado americano:

Existem 2,9 milhões de crianças brasileiras sob a idade de 15 anos trabalhando, trabalhando em indústrias e em outras circunstâncias, fabricando produtos que virão para nossos mercados. Vocês acham que é justo pedir a alguém de Pittsburgh – que está tentando criar uma família, que tem um bom salário e que trabalha num ambiente seguro – para competir contra uma criança de 12 anos de idade?

E nós é que temos 54 milhões de miseráveis! Eles, além de não entenderem o Brasil, dizem fatos que não ocorrem aqui, porque nem eu, fazendo crítica ao Governo Fernando Henrique Cardoso, vou admitir que tenhamos 2,9 milhões de crianças trabalhando. O trabalho infantil tem sido combatido até por esse Governo.

E finalizo com esta preciosidade de Max Baucus, Senador democrata por Montana, em 14 de maio:

Infelizmente, o Brasil é um espinho para nós e para os diversos países da América do Sul que querem se juntar a nossos esforços para chegar a um acordo da Alca.

Ele, provavelmente, estava se referindo aos esforços da Argentina, do Cavallo e do Menen, para fazer tudo o que eles queriam e acabar com um dos países mais equilibrados do mundo, que tinha petróleo, que tinha comida e tinha cultura. Continua ele:

Digo isso muito respeitosamente [Ele nos respeita, Senador. Ele disse isso muito respeitosamente]. É importante recuar um

pouco e perguntar por que o Brasil quer que enfraqueçamos nossas leis comerciais. A resposta é muito clara: suas companhias [quando ele diz "suas companhias", são as nossas] e seus trabalhadores [são os nossos trabalhadores a que ele se refere] vão se beneficiar à custa dos nossos.

Ora, Senador, vamos acordar e colocar na Presidência da República um Presidente que bata na mesa e defenda o interesse do trabalho e das empresas brasileiras. Um Presidente que tenha a coragem da Igreja Católica de deixar com toda a clareza a sua opção preferencial pelos pobres. E acrescentemos nós, que somos políticos, portanto mais sofisticados doutrinariamente: opção preferencial pelos pobres, pelo emprego e pela empresa brasileira!

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e encerro a minha participação nesta sexta-feira.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que a sessão já se está encerrando, mas, antes, quero encaminhar à Mesa, para que seja dado como lido, um pronunciamento em que trato da questão do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Toda as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Houve um debate aqui, no Senado, e esse assunto não foi votado. Em torno desse tema, há uma discussão, sobre a qual quero me pronunciar e me posicionar. Adoto aquilo que as mulheres dizem, que os direitos delas não são facultativos. É importante que tenhamos a assinatura desse Protocolo até porque, no substantivo, a lei no Brasil garante os direitos das mulheres. Inclusive, precisamos não apenas ampliá-los, mas também torná-los efetivamente concretos e existentes entre nós. E é necessária a assinatura desse Protocolo, com a permissão de que comitês possam acompanhar, tal como acompanham a questão dos direitos humanos, dos presos políticos em vários países do mundo, a análise da não criação de armas ofensivas com energia nuclear e a questão dos

mísseis. Há toda uma preocupação internacional em torno disso. Na questão das mulheres, também é necessário ter essa preocupação.

Por isso, estou apresentando este pronunciamento, solicitando, inclusive, que se possa votar esse Protocolo, que foi retirado de pauta.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROBERTO FREIRE.

Brasília, 24 de maio de 2002

Senador Roberto Freire
(PPS – PE)

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Ocorre hoje no Senado uma luta surda entre os defensores dos direitos das mulheres e aqueles que, na defesa legítima mas limitada de seus interesses, estão criando barreiras para a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Nessa luta, estou do lado dos movimentos feministas organizados e dos grupos que historicamente têm demandado e conquistado políticas de reconhecimento das diferenças de gênero - e de superação das diferenças de tratamento por causa do gênero.

Contra a ratificação do Protocolo, posiciona-se predominantemente a CNBB, que tem pressionado contra sua aprovação, inclusive apresentando informações distorcidas. Afirma a CNBB, no documento distribuído aos senadores, que a ratificação do Protocolo tem praticado consideráveis abusos quanto à defesa do aborto, lesbianismo e prostituição feminina. Inverdade. Ocorre que o documento não defende nenhum dos três itens. Dos 39 países que já ratificaram o protocolo, 17 estão na América Latina e nenhum, por exemplo, legalizou o aborto após sua assinatura.

Outra falácia é a da ameaça à soberania brasileira. A adesão a tratados e acordos internacionais, como o ora analisado - e quantos esta Casa não ratificou nos últimos anos! -, e a um sistema internacional de proteção aos direitos humanos não impede, em hipótese alguma, o exercício pleno da soberania. Certamente, os Estados, ao aderir a esses documentos, assumem obrigações perante o concerto das Nações, o que não implica necessariamente em prejuízo ao país. Quem defenderia que a Carta de Direitos Humanos, por exemplo, é prejudicial aos cidadãos brasileiros? Ou que os documentos internacionais de defesa de direitos civis e políticos, ou contra a discriminação racial e a tortura reduzem a soberania nacional?

Acaso seria desejável uma soberania que coadunas-se com tais procedimentos perversos?

A carta encaminhada pelos bispos ignora que o CEDAW – instrumento para assegurar a igualdade entre homens e mulheres e eliminar a discriminação contra a mulher no exercício de direitos civis e políticos –, felizmente já faz parte de nosso ordenamento jurídico, desde 1984. E que seu protocolo facultativo é meramente procedimental, não se criando direito substantivo: ele simplesmente iguala os mesmos mecanismos de denúncia previstos para violação de direitos civis e políticos, discriminação racial e tortura no país, além de possibilitar sua investigação pelo Comitê, em casos graves sistemáticos.

A campanha mundial que essas cidadãs e esses cidadãos empreendem tem um belo nome:

"Os Direitos das Mulheres não são Facultativos". Como não são facultativos os direitos humanos. Tampouco os direitos fundamentais. Porque não são negociáveis ou facultativas a dignidade humana e a proteção contra abusos, seja de que ordem for e vindos de onde vier. A democracia, por sua concepção plural, tolerante e auto-corretora, nos obriga todos a reconhecer a necessidade de instrumentos de proteção dos indivíduos contra abusos. A própria legitimidade do regime se reforça na existência de tais fóruns, que garantem à sociedade abrigo contra arbitrariedades. De outro lado, negar que possam existir violações de direitos e eliminar instâncias de discussão e resolução dos conflitos é apenas uma forma de se reforçar o **status quo**, que discrimina e impede a plena realização dos indivíduos – no caso, das mulheres.

Portanto, urge que votemos o Protocolo, corretamente encaminhado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em abril de 2001 para o Congresso Nacional - já estamos atrasados. Ele expressa uma vontade política de não aceitar tacitamente as injustiças que atingem as mulheres. Nessa causa, lutamos todos juntos, respeitadas e resguardadas todas as posições e opiniões. Devemos inclusive assinalar que a ratificação do Protocolo não implica na assunção ou defesa de posições específicas. Podemos todos manter nossos pontos de vista, atitudes e valores. A diferença está assegurada. Entretanto, resguardadas as diferenças, devemos todos nós, representantes, assumir esse compromisso de combater todas as formas de violência e injustiças a que estão expostas as mulheres. Sob pena de, não o fazendo, estarmos optando pelo obscurantismo. – **Roberto Freire.**

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Senador Roberto Freire, V. Exª será atendido de acordo com os termos previstos no Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda, representante do Estado de Goiás.

Lembro ao nobre Senador que a sessão será encerrada às 13h17min.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a promulgação, aos 23 de setembro de 1997, da Lei nº 9.503, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e sua entrada em vigor no ano seguinte, fizeram-se acompanhar de grande expectativa positiva. Não era para menos, Sr. Presidente! Generalizada era a impressão de caos que nossas estatísticas de trânsito e acidentes causavam a qualquer um que as examinasse. Na verdade, nem era necessário examinar quaisquer números. Bastava caminhar ou rodar por nossas ruas e estradas para constatar a absoluta falta de conscientização dos brasileiros para o uso adequado e civilizado do automóvel. Naquele quadro, as prescrições estritas e as punições graves que o novo Código introduzia traziam a todos a esperança de pacificação para o nosso trânsito.

Contudo, como em tantos outros casos de boas intenções legislativas, que, segundo se diz, lotam as dependências do inferno, essas expectativas foram, em grande medida, frustradas pelos fracos resultados que apresentaram. Por um lado, os índices de acidentes e de mortes no trânsito não sofreram redução que correspondessem ao esperado. Os dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) informam que, em 1999, mais de 20 mil pessoas morreram no País em consequência de acidentes de trânsito. Outras 20 mil, não computados os dados de Minas Gerais, morreram no ano de 2000.

Não deve ser esquecida, quando consideramos esses dados, a possibilidade de subnotificação. Segundo o então Diretor do Denatran, Délio Cardoso, em entrevista concedida à edição de fevereiro de 2001 da **Revista CNT**, publicação da Confederação Nacional dos Transportes, esses números subestimariam, de longe, a realidade. Para ele, esses dados corresponderiam, pasmem as Srªs e Srs. Senadores, a cerca da metade das vítimas reais de nossa violência no trânsito.

Se as estatísticas de acidentes e vítimas não diminuíram, é certo que uma coisa mudou desde a entrada em vigor do novo Código: trata-se da descontrolada sobrecarga de multas que os condutores e proprietários de veículos passaram a pagar. De fato, a cobrança de penalidades pecuniárias por infrações

de trânsito passou a ser uma relevante fonte de receita para os Municípios, que instalam pardais em toda a parte, nem sempre seguindo critérios racionais, isto é, que visem mais a disciplinar e educar os motoristas, do que lhes infligir multas sobre multas.

Nada disso: o objetivo parece ser, cada vez mais, puramente arrecadatório, sobretudo quando se trata de radares móveis ou mesmo fixos, mas ocultos atrás de vegetação ou elementos da sinalização, como é muito comum. Além disso, a instalação dos radares, não raro, descumpra a determinação do próprio Código Brasileiro de Trânsito, que obriga a informação ao motorista da localização precisa dos equipamentos de fiscalização. O condutor de veículo, desse modo, com frequência, não toma conhecimento de que foi anotado no momento da infração, mas somente semanas após, o que retira todo o sentido educativo da punição.

O cidadão se vê, assim, indefeso diante da indústria de multas, verdadeiro negócio da China que se armou com o fundamento da autorização do uso de equipamento eletrônico, inscrita no Código Brasileiro de Trânsito, e que tem como sócios as administrações municipais e – o que é mais grave – as empresas fornecedoras e instaladoras dos equipamentos eletrônicos de vigilância.

Digo que a tal participação societária das empresas instaladoras na indústria das multas é um aspecto agravante, porque, como participantes nos lucros, elas têm interesse direto no aumento da arrecadação. E, como operadoras do negócio, têm o poder de ajustar os radares, para registrar, por exemplo, velocidades superiores às que os automóveis estão desenvolvendo. Que garantia têm os motoristas de que os radares estão bem aferidos? No caso dos radares ou dos pardais, nenhuma.

Muito diferente, Sr. Presidente – é bom que se ressalte –, é o caso dos pórtricos ou lombadas eletrônicas. Elas são claramente visíveis e, além disso, exibem em seus visores a velocidade em que viaja o veículo. Desse modo, o motorista pode reduzir a sua velocidade ao passar pelo local, obtendo-se, portanto, o efeito desejado da redução de risco de acidentes. Deve ser ressaltado, além disso, outro aspecto da transparência que os pórtricos ou lombadas oferecem: trata-se do fato de o condutor poder constatar a exatidão, ou não, da velocidade registrada, ficando impossibilitada a manipulação desonesta da regulação do aparelho.

Caso o condutor, mesmo vendo a lombada eletrônica, passe pelo local com velocidade acima da regulamentada, toma conhecimento da anotação de

sua infração no exato momento em que a cometeu, o que confere às lombadas um caráter informativo e educativo que os radares ou pardais não têm.

Esse fato é revelado por números bem expressivos, Sr^{as} e Srs. Senadores. A quantidade de multas registradas por radares ou pardais é muito maior do que a registrada por lombadas. Enquanto o índice de multas nos locais em que há lombadas gira em torno de 0,06% dos carros que passam, esse índice fica em cerca de 6% no caso dos pardais ou radares. Nada menos do que 100 vezes mais!

Refletamos bem sobre o significado desses números, Sr. Presidente. Se um número maior de multas é registrado, isso quer dizer que mais motoristas cometeram a infração de excesso de velocidade. Se mais carros passam rapidamente pelo local, o efeito desejado – o de tornar mais segura a via – não está sendo obtido, a menos, é claro, que o efeito procurado seja, ao contrário, exatamente o de arrecadar.

Ora, um princípio básico do Direito reza que a pena deve ser um recurso último, no caso do cometimento de delitos. O caso das infrações de trânsito não deve ser diferente. Ao escamotear a informação de que o cidadão está sendo vigiado, o que o Estado está fazendo é deseducá-lo. O cidadão passa a desconfiar das instituições, a se revoltar contra a Administração Pública, a se insubordinar.

Tanto há insubordinação ao poder de polícia do Estado, como descrédito, que a indústria de multas já gerou um subproduto: a indústria do protesto contra as multas. Com efeito, em nossas maiores cidades, escritórios de advocacia, nem sempre dos mais honestos ou competentes, anunciam nas ruas e estradas os seus serviços de recursos contra multas junto aos Detrans. Muitos cidadãos, revoltados contra o excesso de multas que recebem e mal orientados quanto à relativa facilidade de se entrar pessoalmente com processos contra as penalidades, estão caindo nessas arapucas advocatícias, que só existem, porque a situação ficou insuportável.

Sr. Presidente, a função dos Municípios, segundo o Código Brasileiro de Trânsito, é a de estabelecer medidas para a educação no trânsito. Essa função não está sendo exercida, substituída que foi pela de agente punidor. Pouco ou nenhum gasto está sendo feito em políticas educativas, pois o gasto com contratos de instalação de radares é mais interessante pecuniariamente.

À sua maneira, portanto, o Código Brasileiro de Trânsito, apesar de ter sido entusiasticamente saudado, é mais uma lei que não está cumprindo sua função. Gerou esse tipo de abusos, sobrecarregou de multas o motorista e o contribuinte, mas não reduziu,

significativamente, o caráter bárbaro do nosso trânsito, ainda entre os campeões mundiais de morte e invalidez por acidente.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Mauro Miranda, V. Exª me permite um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo prazer, Senador Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Mauro Miranda, estava em meu gabinete, mas tive de vir ao plenário, quando ouvi que V. Exª se pronunciava sobre esse tema.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Francisco Escórcio, fiquei muito satisfeito, ao ler, hoje, no **Jornal do Senado**, o pronunciamento de V. Exª na mesma direção do que havia preparado. Parabênz V. Exª.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Embora eu estivesse no Maranhão, e V. Exª, em Goiás, penso que estávamos pensando a mesma coisa, assim como muitas pessoas em todo o Brasil. Esse tema é nacional. Se observarmos os meios de comunicações, perceberemos que todos falam da indústria da arrecadação proveniente dos radares eletrônicos. O Código Brasileiro de Trânsito foi elaborado no intuito de reduzir a velocidade e preservar a vida. Mas vejo que passou a ser uma grande fonte de arrecadação. V. Exª falou sobre a arrecadação das multas e sobre o SOS, ou seja, sobre a indústria da indústria. Pergunto-me: como podem ser anuladas essas multas? Questiono se essa situação não poderá nos levar à instalação de um CPI para investigar para onde está indo esse dinheiro e quem está sendo beneficiado, já que o Denatran não fiscaliza e não sabe de que maneira foram firmados os contratos com as empresas privadas. Chegou ao meu gabinete denúncia gravíssima segundo a qual parte desse dinheiro está sendo destinada a financiar campanhas dos que estão exatamente chefiando as Prefeituras. É muito grave! Quem está financiando tudo isso é a população brasileira. Senador Mauro Miranda, posso assegurar a V. Exª – não tenho os dados estatísticos em mão, mas fazem parte integrante do meu discurso – que se trata de um número é espantoso. Do ano passado para cá, tivemos um aumento de 240% de multas. No meu Estado, principalmente, na Capital São Luís, há barreiras eletrônicas e pardais em todos os locais. O que está acontecendo é o seguinte: ao chegar a um balão, o condutor de um veículo não tem condições de visualizar a numeração do semáforo, principalmente quando se trata de um congestionamento. Então, muitas vezes, ele é multado. Nesse caso, o condutor não tem como provar as circunstâncias em que foi multado, mas é obrigado a pagar a multa. Outro aspecto a ser

lembrado, Senador Mauro Miranda, é a clonagem das carteiras do condutor. É que os pontos correspondentes à infração deveriam estar na carteira de quem cometeu a infração. Mas isso não ocorre; os pontos são colocados no prontuário daqueles cuja carteira de motorista foi perdida ou roubada. Veja V. Exª que há uma desarrumação total nesse setor. Há alguns dias, solicitei à população brasileira, da tribuna – V. Exª vai permitir que eu reitere –, que aqueles que tiverem dossiês, aqueles que tiverem provas suficientes dessa anarquia que nos encaminhem tais documentos. Precisamos abrir a caixa-preta da indústria dos pardais, da indústria da multa de trânsito. Que essas pessoas se dirijam a V. Exª e a mim. Estaremos aqui para ajudar a população brasileira como um todo. Parabéns a V. Exª. Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Agradeço, Senador Francisco Escórcio, pelas suas palavras que complementam o meu discurso neste momento. No meu Estado está havendo desvio de recursos para fins políticos, como V. Exª mencionou. O jornal **O Popular** noticiou agora que toda a arrecadação do Departamento Estadual de Trânsito está sendo dirigida ao pagamento de **shows** de cantores nos governos itinerantes do Governador do meu Estado. Daí a necessidade de tomarmos providências sérias, como V. Exª muito bem colocou. Pedimos as medidas necessárias ao Governo Federal, principal responsável por essa situação, uma vez que não faz a sua parte.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Permite-me novamente intervir, Senador.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Perfeitamente, Senador.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Mauro Miranda, já solicitei na Comissão de Serviços de Infra-estrutura que sejam chamados a esta Casa o Ministro da Justiça – por ser a sua Pasta a responsável pelo Denatran, talvez S. Exª possa nos ajudar a combater tudo isso – e o ex-Diretor do Denatran. Gostaria que V. Exª pedisse a urgência urgentíssima, já que será o meu grande parceiro nesta Casa.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Perfeitamente, Senador Francisco Escórcio. Estarei pronto para pedir as explicações ao Ministro da Justiça na Comissão própria, de Serviços de Infra-estrutura.

Sr. Presidente, por tudo isso, manifesto minha disposição de lutar, aqui no Congresso Nacional e ao lado dos setores organizados da sociedade empenhados na mudança desse estado de coisas, para encontrar soluções legislativas para o problema.

A indústria das multas deve ser desmantelada, pelo bem da própria segurança do trânsito e pela vida

dos cidadãos que aguardam tanto um trânsito organizado no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Agradeço ao Senador Mauro Miranda por ter usado o tempo regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para reverenciar a memória do renomado cientista, intelectual, escritor, poliglota, professor e Doutor **Honoris Causa** de várias Universidades mundiais, defensor de primeira linha das causas ambientais, da exploração racional dos recursos da natureza e da soberania da Amazônia, ganhador de inúmeras honrarias internacionais e de dezenas de condecorações, entre as quais, o Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, concedido pela **The Right Livelihood Foundation**, da Suécia, em 1998, o eminente e incansável ambientalista, José Antonio Lutzenberger, nascido em 17 de dezembro de 1926, na cidade de Porto Alegre, que nos deixou inesperadamente, às 11 horas e 20 minutos, de parada cardíaca, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no dia 14 de maio próximo passado, numa terça-feira, aos 75 anos de idade.

O incansável defensor da exploração correta dos recursos da terra e da idéia da implantação do desenvolvimento sustentável foi enterrado às 11 horas e 30 minutos, praticamente no mesmo momento do seu passamento, na manhã chuvosa do último dia 15 de maio, no meio de um bucólico bosque formado por vegetação nativa em regeneração e eucaliptos, no Rincão de Gaia, propriedade rural distante 120 quilômetros de Porto Alegre, na presença de cerca de duzentos amigos e familiares que o acompanharam durante toda a sua militância ecológica.

Assim, no Rincão de Gaia, uma Fundação criada pelo Professor Lutzenberger em 1987, onde são realizados cursos, seminários, encontros, debates e conferências sobre a defesa do meio ambiente, repousam agora os seus restos mortais, envolvidos em tecido de algodão e enterrados em silêncio, em terra nua, em uma sepultura rasa, como foi o seu desejo em vida.

Sei que o ilustre mestre que partiu silenciosamente e serenamente merecia muito mais do que uma singela cerimônia de adeus. Um simples pronun-

ciamento de reconhecimento pela sua imensa obra nos bosques frios de Gaia não foi suficiente para dimensionar a sua grandeza em vida.

Na verdade, o Professor Lutzenberger sempre foi um homem extremamente simples. Sempre colocou os louros da vida cotidiana em plano muito secundário e passageiro. Em toda a sua trajetória de vida, sempre foi conhecido por todos como um sujeito simples, como um humanista, como um defensor da existência, como avesso a elogios e a grandes pompas. Entendia perfeitamente que era apenas um militante, um modesto professor, um cientista curioso, um orientador esforçado e um defensor aguerrido das causas ambientais no Brasil e no resto do mundo.

Em minha formação, meus pais me ensinaram que a grandeza de alguém se media pelos atos praticados na ordem social cotidiana. Assim, desde muito cedo, concordando com os meus familiares, percebi realmente que eles estavam certos e que as qualidades de uma pessoa se medem exatamente pela definição do seu comportamento em defesa da justiça, pelo tamanho do seu engajamento diante dos desafios, pela serenidade que é capaz de assumir diante das ameaças e intimidações que estão sempre presentes, pela honestidade diante da falta de ética, pela firmeza em defesa da verdade, pela reação corajosa diante dos momentos imprevisíveis e desafiadores, pela capacidade de suportar os choques mais fortes que a vida nos reserva nos momentos mais inesperados, enfim, pela capacidade de encarar, com equilíbrio e tranquilidade, as grandes surpresas, os grandes desafios e os grandes posicionamentos. Nesse sentido, lendo atentamente toda a biografia do Professor Lutzenberger, concluí que ele sempre esteve à frente desses grandes desafios e preparado para superar as armadilhas do nosso tempo.

Fico feliz em dizer que estou homenageando um grande homem, que sempre esteve na vanguarda de todas essas situações de cobranças e teve a coragem de nunca se curvar diante das ameaças dos poderosos que teimam em não aceitar a diminuição do lançamento de agentes destruidores do equilíbrio natural de nossa existência.

No dia 14 de maio de 2002, às 11 horas e 20 minutos, o Brasil perdeu o seu maior ecologista. Em sua edição de 22 de maio de 2002, nº 1703, a revista **"ISTOÉ"**, referindo-se ao posicionamento pessoal de José Lutzenberger, publicou o seguinte: "Certa vez, acompanhei um francês que cobria mais de cem hectares de macieiras com veneno. Perguntei se ele não tinha medo. O francês respondeu que não, pois não era ele quem comia as maçãs. Para mim, que vendia

o veneno, foi um choque tão grande que me demiti e voltei para o Brasil.”

Foi exatamente naquele momento que o Professor José Lutzenberger, ocupante de um alto posto na empresa multinacional BASF, de origem alemã, resolveu deixar seu emprego promissor e partir para uma nova experiência. A partir daquele instante, no início dos anos 70, plenamente consciente, assumiu o papel de militante ecológico em tempo integral. Em defesa dessa causa, dedicou todas as suas energias até o fim dos seus dias.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o militante incansável e resistente partiu para outra extensão e foi habitar um plano superior, aos 75 anos de luta incansável. Todavia, suas idéias e seus pensamentos vão continuar motivando ações cotidianas nos quatro pontos do nosso mundo, infelizmente dominado pela ganância, pela insensibilidade, pela insensatez e pelo sentimento irracional de domínio dos mais fortes sobre os mais fracos.

Gostaria de terminar este pronunciamento dizendo o seguinte: por seus esforços em defesa da vida, da preservação do meio ambiente, da qualidade ambiental, do desenvolvimento sustentável e da discussão sobre uma nova mentalidade de acumulação de capital em nosso País e no mundo, o Professor José Antônio Lutzenberger merece o reconhecimento do Brasil inteiro. Durante toda a sua vida terrena, foi um cidadão de bem, um brasileiro respeitável e um mestre ilustre, que tentou, sem medir dificuldades, indicar caminhos mais humanos para as novas gerações.

Certamente, pelo que fez em defesa do planeta e pelo futuro do nosso desenvolvimento ambiental, o seu nome não se apagará com a sua morte. Sem dúvida alguma, o Professor José Antônio Lutzenberger já está descansando na galeria dos imortais que prestaram inestimáveis serviços à construção de uma nova civilização nesta parte da América.

Foi uma honra imensa para mim prestar esta homenagem a um personagem tão admirável do nosso tempo e deixá-la registrada nos anais do Senado da República.

Sr. Presidente, pretendo ainda abordar outro tema, intitulado:

POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, anualmente, o Governo Federal elabora o seu Plano Agrícola, o plano de safra, uma peça de política pública agrícola que já é de nossa tradição.

Há, no entanto, algo especial, no Plano lançado no segundo semestre de 2001: o Plano Agrícola e Pecuário de 2001/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se dá em uma conjuntura se-

torial de forte confiança e otimismo, em vista dos excelentes resultados que o Brasil vem alcançando em sua produção rural, ano após ano, resultado de esforços bem sucedidos dos anos recentes, mérito do Governo, do Ministério e dos produtores.

Segundo o IBGE, a safra que se encerrou em 2001 atingirá o recorde de 98 milhões e 471 mil toneladas. O IBGE já prevê que a safra de 2002 deverá ultrapassar a barreira dos 100 milhões de toneladas, sonho alimentado há muitos anos, que se vai revelando perfeitamente factível; agora, muitos argumentam que, como meta de médio e longo prazo, esse valor está muito abaixo da nossa verdadeira capacidade e potencial.

A safra de 2001 foi superior em 18,28% à do ano anterior. E o dinamismo atual dá todos os sinais de poder continuar. Realmente, tivemos um ano excepcional para a agricultura e a pecuária, destaque em meio ao panorama geral da economia, que foi de crescimento modesto e contido.

O setor agropecuário brilhou nas exportações. Tomando-se o agronegócio como um todo, e subtraindo as suas importações das exportações, constatamos a formidável geração de um saldo favorável de 18 bilhões de dólares, contra 14 bilhões no ano anterior. Destacaram-se as exportações de soja, que cresceram, em dólares, 25,3%. A carne foi outro produto de ótimo desempenho, subindo o faturamento de exportação em mais de 50%. Também fizeram boa figura as frutas, o pescado, o tabaco, o couros e os calçados. Fraco, apenas, foi o café, dada a queda dos preços internacionais.

Diante desse panorama positivo, o novo Plano Agrícola e Pecuário mostra-se confiante e lança aperfeiçoamentos. Para o ano agrícola 2001/2002, o Governo Federal está destinando 14,7 bilhões de reais para apoiar o plantio, o que representa um acréscimo de 30% em relação ao ano passado. Desse total, 78% serão liberados aos produtores com juros fixos de 8,75%. É a estabilidade da economia, conquista preciosa do Governo Fernando Henrique, que permite aumentar consideravelmente a ênfase no crédito a juros fixos.

Considerando-se os retornos e reempréstimos para financiamento rural, o fluxo de recursos deve alcançar 16,6 bilhões de reais. E esse valor não inclui os programas específicos da agricultura familiar.

O Plano abre espaço para o investimento em tecnologia, em renovação de equipamentos. Prioriza as atividades agrícolas e pecuárias mais competitivas, e as mais decisivas para a geração de renda e emprego. O Plano tem metas ambiciosas: produzir 100 milhões de toneladas de grãos, sustentar os au-

mentos na exportação de carnes e pescados, e, em geral, manter a dinâmica de saldos de exportação crescentes do agronegócio.

Continua o apoio a programas em execução: incentivo ao uso de corretivos de solos; estímulo à fruticultura; desenvolvimento da vitivinicultura; da cajucultura; sistematização de várzeas; modernização dos equipamentos; recuperação de pastagens degradadas; mecanização da produção de leite; ovinocaprino-cultura; agricultura; aquíicultura. E novos programas são lançados: floricultura, armazéns nas propriedades rurais.

O Plano 2001/2002 dá atenção e apoio especiais às questões de comercialização; trata da cafeicultura, por meio do Funcafé; prevê ações na cacauicultura; no seguro rural; na defesa agropecuária.

Estratégias declaradas do Plano 2001/2002 são a divulgação antecipada das medidas de apoio ao produtor na sustentação de renda, quando da comercialização da safra; a flexibilização nos procedimentos para concessão de empréstimos, mediante ajustes nas normas de financiamento; a divulgação sistemática das regras de financiamento de custeio, de comercialização e, sobretudo, dos programas de investimentos agropecuários à disposição dos produtores.

Senhor Presidente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou o Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 em forma de um livreto de 60 páginas. É documento que sintetiza um grande esforço de governo e que abraça um universo de gente e de atividade que muito contribui para o bem-estar e para o progresso do País. Estão de parabéns os produtores, pequenos, médios e grandes; merecem elogios o ministro Pratini de Moraes e os técnicos do setor.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todos os países desenvolvidos, e mesmo nas chamadas economias emergentes, está em curso uma verdadeira corrida em busca de novas descobertas e de novos paradigmas que definirão brevemente os novos horizontes do desenvolvimento científico e tecnológico.

Os países que fizeram parte desse seleto grupo e que conseguirem acompanhar a velocidade das fantásticas transformações que já estão acontecendo no campo da ciência e da técnica, certamente terão assegurado uma posição de vanguarda no mundo de amanhã.

Lamentavelmente, a grande maioria do mundo já está literalmente excluída do processo de produção desses conhecimentos, que, como já dissemos, de-

terminarão, de maneira implacável, a grande diferença entre os países durante todo este século que começamos a viver. Dessa maneira, não podemos deixar de considerar que o monopólio e os benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico são, por natureza, profundamente excludentes. Assim, ao mesmo tempo em que a ciência e a técnica avançam, alarga-se o enorme abismo que existe entre os povos. É justamente esse caráter elitista, o responsável direto pela nova forma de dominação entre os povos nessa conjuntura histórica que estamos vivenciando sob a égide da dominação intelectual ou da dominação do conhecimento.

Como é de nosso conhecimento, após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética, o avanço do processo de globalização impôs uma nova divisão internacional de trabalho e de poderes entre os países. Uma das maiores novidades surgidas nessa nova conjuntura foi, sem dúvida alguma, a necessidade urgente de articulação entre a investigação científica e o processo produtivo, liderado pelo capital financeiro e com a garantia absoluta dos Estados Unidos como única superpotência econômica, política e militar do planeta.

Os resultados dessa complexa simbiose foram logo notados com o desempenho impressionante da microeletrônica, dos computadores e das pesquisas genéticas, que redefiniram completamente, podemos assim dizer, a concorrência entre países e entre capitais, alterando sobremaneira as formas de entendimento entre as diversas economias.

Foram justamente essas mudanças rápidas que levaram principalmente os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão e outros países da Europa Ocidental desenvolvida, a aumentarem consideravelmente os seus investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico, procurando, de qualquer forma, atingir novos padrões de qualidade, de eficiência e de produtividade, para poderem disputar a hegemonia mundial das grandes transformações do saber.

Um segundo time, formado por alguns países periféricos dinâmicos como a China, os chamados “Tigres Asiáticos”, a Índia e a Rússia, cujas terras situam-se na Ásia e na Europa; Brasil, México e Argentina – esta antes da crise –, no continente latino-americano, apesar de enfrentarem situações diversas de instabilidade econômica, de desagregação social e de dificuldades institucionais, mesmo assim, embora de maneira mais modesta, também tomaram a iniciativa de embarcar no trem do futuro do desenvolvimento científico e tecnológico.

No caso brasileiro, não obstante ainda convivermos com uma lamentável indigência social, com um

quadro de ignorância que ainda é extremamente preocupante, apesar dos comprovados esforços educacionais que o Governo Fernando Henrique tem realizado nestes últimos anos e do perfil extremamente negativo da distribuição da renda nacional, a pesquisa científica e tecnológica tem registrado resultados bastante positivos na última década.

Hoje, já podemos afirmar com segurança que os lucros acumulados na última década estão estreitamente ligados aos investimentos que o Governo Federal realizou em ciência e tecnologia, abrindo novas áreas de pesquisa e incentivando outras de fundamental interesse para o futuro do País.

Segundo estatísticas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para termos uma idéia da importância dos recursos do Governo Federal aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento, entre 1991 e 2001, basta dizer que foram investidos, com valores corrigidos até 5 de maio de 2001, nada menos do que 32 bilhões 257 milhões e 700 mil reais. Por sua vez, entre 1994 e 2001, em pleno Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o total dos valores investidos representaram 25 bilhões 157 milhões e 300 mil reais. Como podemos conferir, cerca de 78% do total dos investimentos governamentais realizados durante toda a década.

Com esses dados, observa-se que o Governo Fernando Henrique Cardoso, desde o primeiro ano do seu mandato, tem dedicado prioridade essencial ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Convém salientar igualmente que, a partir de 1994 até 2001, ano a ano, os recursos destinados a esse fim foram sempre superiores aos alocados nos três períodos anteriores.

E não pára por aí a preocupação do Governo Federal com o futuro da ciência e com o avanço da tecnologia em nosso País. Na área educacional, por exemplo, principalmente a partir de 1994, o número de doutores, mestres e pesquisadores que concluíram os seus cursos foi altamente significativo.

Pelos dados fornecidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é possível medir esse crescimento. Em 2000, 18 mil 374 alunos receberam o título de mestre e 5 mil 344 alunos receberam o título de doutor, o que representou, segundo a Capes, um crescimento de 76% sobre o número geral de titulados existentes em 1996.

Na avaliação dos técnicos da Capes, o crescimento da pós-graduação e, conseqüentemente, da produção científica nacional, está diretamente relacionado com o apoio e o incentivo proporcionados pelas agências de fomento. Nesse sentido, vale a pena

dizer que o número total de bolsas de doutorado e de mestrado concedidas pelo conjunto das agências governamentais, a saber, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Capes, deu um grande salto nos últimos anos. Em 1980, por exemplo, foram concedidas apenas 10 mil bolsas, enquanto mais de 30 mil foram concedidas em 2000. Só em São Paulo, o número de bolsas ofertadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), passou de 3.556 em 1996, para 9.754 em 2000.

Por outro lado, no que se refere à educação básica, está mais do que provado que o Governo Fernando Henrique Cardoso realizou uma verdadeira revolução, cujos frutos já estão sendo colhidos e serão ainda mais valiosos em futuro não muito distante. Nesse ponto, o Relatório do Censo 2000, que está sendo divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é mais do que revelador e mostra que, neste momento, 94,9% das crianças brasileiras estão na escola contra 79,5% em 1991.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, sabemos perfeitamente que os progressos conquistados nestes últimos dez anos são inquestionáveis, mas sabemos igualmente que ainda precisamos fazer outras revoluções, por exemplo: melhorar a qualidade do nosso ensino fundamental, diminuir muitas desigualdades sociais e regionais que ainda persistem, afastar a ameaça de certas doenças que podem ser facilmente evitadas, e distribuir melhor a riqueza que é gerada anualmente em nosso País.

De qualquer maneira, pelo exame que acabamos de fazer, apoiado em estatísticas da maior credibilidade, o Brasil avança a passos largos para ocupar um lugar de destaque no mundo dominado pelo conhecimento científico e tecnológico. Como dissemos anteriormente, esse é um privilégio que infelizmente está reservado a um pequeno número de nações. Todavia, serão elas que definirão os destinos da humanidade neste século que está começando e, por isso, precisamos garantir o nosso lugar nesse futuro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 3 de junho, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA**– 1 –****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 301, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 26, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 465, de 2002, Relator: Senador Geraldo Melo), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a trinta a quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil. (Financiamento parcial do Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 302, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 27, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 466, de 2002, Relator: Senador Ricardo Santos, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América. (Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 3 –**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 304, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Pare-

cer nº 467, de 2002, Relator: Senador Jonas Pinheiro, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a duzentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD. (Financiamento parcial do Sistema de Trens Urbanos do Estado de São Paulo – 4ª Linha do Metrô).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 4 –**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 303, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 468, de 2002, Relator: Senador Paulo Souto), que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Reconstrução e Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a sessenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil. (Financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 5 –**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 278, de 2002, dos líderes)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios, ISS, fundo composto por recursos oriundos de desestatização e CPMF), tendo

Parecer sob nº 424, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral

– Preliminarmente: sugerindo a divisão da proposição, para efeito de votação em Plenário, a fim de que cada matéria seja apreciada separadamente, por tópicos, nos seguintes termos:

a) o primeiro, abrangendo os dispositivos que cuidam dos precatórios (arts. 100 da parte permanente e 86 e 87 da parte transitória);

b) o segundo, restrito às mudanças pretendidas sobre o art. 156 da parte permanente e art. 88 do ADCT;

c) o terceiro, veiculando as alterações pretendidas ao art. 81 do ADCT;

d) o quarto, restrito às alterações alusivas à CPMF, nos novos arts. 84 e 85 do ADCT.

– Quanto ao mérito: favorável.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2002

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios), tendo

Parecer sob nº 303, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, que tramita em conjunto.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 6, DE 2002

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2002)

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e Municípios).

(Tramitando em conjunto com o item anterior).

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 55, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leo-mar Quintanilha, que altera a redação do artigo 29-A

da Constituição Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 383, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, e abstenções dos Senadores José Eduardo Dutra e Jefferson Péres.

– 9 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2002

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências.

– 10 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2002

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.

– 11 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2002

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – e dá outras providências. Altera o art. 85 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

– 12 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2002

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 18 minutos.)

(OS 15646/02)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Resenha das matérias apreciadas durante a
4ª Sessão Legislativa Ordinária
51ª Legislatura

(1º a 31 de maio de 2002)

MEDIDAS PROVISÓRIAS

I - APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

Total.....1

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2002 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 31, de 2002), que *abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 209.600.000,00 (duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica.*

Sessão: 14.5.2002

II - APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

Total.....2

Medida Provisória nº 32, de 2002, que *prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.*

(convertida na Lei nº 10.459, de 15 de maio de 2002, promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional)

Sessão: 14.5.2002

Medida Provisória nº 34, de 2002, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica.*

(convertida na Lei nº 10.460, de 15 de maio de 2002, promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional)

Sessão: 14.5.2002

III - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

De iniciativa do Senado Federal.....1
Total.....1

Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de maio de 2002, a vigência da Medida Provisória nº 35, de 27 de março de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 24.5.2002, pág. 3)

Sessão: 24.3.2001

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
PROMULGADA**

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sessão: 22.5.2002

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	5
Total.....	7

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.

Sessão: 7.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2001 (nº 3.717/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a denominação da ponte sobre o Km 316,5 da BR-158/RS.

Sessão: 8.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001 (nº 3.614/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.

Sessão: 8.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002 (nº 1.745/99, na Casa de origem), que altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992 (assegura complementação de aposentadoria aos servidores da ECT).

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2001 (nº 3.088/2000, na Casa de origem), que institui o dia 25 de outubro como "Dia Nacional da Saúde Bucal".

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2001 (nº 3.206/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a sede e o foro da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB.

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2001 (nº 113/99, na Casa de origem), que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

Sessão: 23.5.2002

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal.....	17
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	19

Projeto de Lei do Senado nº 476, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneamentos domissanitários e outros produtos.

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que acrescenta artigo ao Código Penal, dispondo sobre a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência complementar.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 642, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que dá nova redação ao § 1º do art. 42, inciso I do art. 53, aos arts. 198 e 249, acrescenta o art. 244-A ao Título VII, Capítulo I, Seção II, e incisos aos arts. 56, 98, 148, 180 e 201, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ; e altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.5.2002

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2001 (nº 3.049/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *denomina "Rodovia Governador Virgílio Távora" trecho da rodovia BR-116.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que *inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 21.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior e outros senhores Senadores, que *denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 21.5.2002

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Arlindo Porto, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região.*

Sessão: 22.5.2002

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2001 (nº 3.228/2000, na Casa de origem), que *institui o Cadastro Nacional de Moradia e dá outras providências.*

Sessão: 22.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2001, de autoria do Senador Roberto Requião, que *altera o art. 29 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de turismólogo.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, que *denomina "Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutu, na BR-401, Km 120, no município de Bonfim, no Estado de Roraima.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, que *denomina "Ponte João Monteiro Barbosa Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutu, na BR-401, Km 133, nos municípios de Bonfim e Normandia, no Estado de Roraima.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 1999, de autoria do Senador Ramez Tebet, que *altera os arts. 1º e 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes e para aumentar as respectivas penas.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que *dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionadas e dá outras providências.*

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 31.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 471, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências", passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 31.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 650, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que *institui quotas de ação afirmativa para a população negra ao acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 31.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.*

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 31.5.2002

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados...	32
De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	34

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1996 (nº 225/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.*

Sessão: 7.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2001 (nº 1.077/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento - ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.*

Sessão: 7.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2001 (nº 1.026/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.*

Sessão: 7.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002 (nº 1.334/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre a Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.*

Sessão: 8.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Josefá Alvares, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2002 (nº 1.546/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2001 (nº 965/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2001 (nº 1.027/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Social de Santo Estevão – A.B.S. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Estevão, Estado da Bahia.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2001 (nº 1.058/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Universidade de Franca para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.*

Sessão: 9.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2001 (nº 1.029/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Angical (ARCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.*

Sessão: 14.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2001 (nº 335/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Pio IX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.*

Sessão: 14.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2001 (nº 1.010/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

Sessão: 14.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2002 (nº 1.525/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação*

Educar Brasil de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Sessão: 14.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2002 (nº 1.440/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2002 (nº 1.598/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2002 (nº 1.439/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2002 (nº 1.441/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camocim, Estado do Ceará.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2001 (nº 1.030/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Calmonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2001 (nº 1.073/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Clóvis Mânica a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2001 (nº 1.102/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

Sessão: 16.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2000 (nº 512/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, celebrado em Brasília, em 10 de fevereiro de 2000.*

Sessão: 21.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2001 (nº 1.036/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ação e Cidadania para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaçú, Estado da Bahia.*

Sessão: 21.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2002 (nº 1.565/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Farias para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.*

Sessão: 21.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2001 (nº 511/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e Outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Illicitamente, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.*

Sessão: 22.5.2002

Projeto de Resolução nº 24, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de quatorze milhões, quatrocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (destinada ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - PROAT II).*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Resolução nº 25, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até cento e sessenta e sete milhões e cinquenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com o HSBC Bank plc e o Crédit Commercial de France, destinada ao financiamento de equipamentos para o projeto Modernização da Frota da Força Aérea Brasileira.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2002 (nº 1.659/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Vitória do Jari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Jari, Estado do Amapá.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2002 (nº 1.412/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga a concessão à R. B. – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2001 (nº 1.083/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores e Moradores do Município de Condeúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condeúba, Estado da Bahia.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2001 (nº 1.125/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Grande Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2001 (nº 1.140/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Largo, Estado de Alagoas.*

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2002 (nº 1.146/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Norte-Paranaense, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.*

Sessão: 29.5.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2002 (nº 1.147/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Norte-Paranaense, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.*

Sessão: 29.5.2002

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

De iniciativa do Presidente da República.	4
Total.....	4

Mensagem nº 75, de 2002 (nº 87/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovaca.

Sessão: 8.5.2002

Mensagem nº 76, de 2002 (nº 88/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Sessão: 8.5.2002

Mensagem nº 87, de 2002 (nº 125/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja.

Sessão: 8.5.2002

Mensagem nº 88, de 2002 (nº 126/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à União Mianmar.

Sessão: 8.5.2002

MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES

De iniciativa do Presidente da República...	3
Total.....	3

Parecer nº 302, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 125, de 2002 (nº 279/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Luiz Francisco Silva Marcos* para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes.

Sessão: 8.5.2002

Parecer nº 385, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 129, de 2002 (nº 310/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor *Gilmar Ferreira Mendes*, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Néri da Silveira.

Sessão: 22.5.2002

Parecer nº 386, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 139, de 2002 (nº 341/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Miguel Dario Ardissonne Nunes*, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DENIT, em substituição a Rogério Gonzales Alves.

Sessão: 22.5.2002

REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	2

Requerimento nº 175, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy, que *solicita voto de congratulações pela eleição do Presidente do Timor Leste.*

Sessão: 29.5.2002

Requerimento nº 176, de 2002, do Senador Geraldo Cândido, que *solicita voto de congratulações pela eleição do Presidente do Timor Leste.*

Sessão: 29.5.2002

MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	2

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera os artigos 22, 37 e 144 da Constituição Federal para criar a polícia fazendária federal e extinguir a polícia ferroviária federal.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 197, de 2002)

Sessão: 7.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2000, de autoria do Senador Ricardo Santos, que *altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9760, de 05 de setembro de 1946 (dispõe sobre a administração de bens imóveis da União), e 2398, de 21 de dezembro de 1987 (dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências).*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 212, de 2002)

Sessão: 16.5.2002

MATÉRIAS REJEITADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

Do Senado Federal	5
Da Câmara dos Deputados	2
Total.....	7

Projeto de Lei do Senado nº 429, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal*.

(decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 17.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2000 (nº 2.083/96, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito do recém-nascido*.

(art. 254, do RISF)

Sessão: 20.5.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2001 (nº 338/95, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 48 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*.

(art. 254, do RISF)

Sessão: 20.5.2002

Ofício nº S/11, de 1982 (nº 418/82, na origem), de iniciativa do Governo do Estado do Pará, que *solicita autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras devolutas situada no município de Moju, a firma Socôco-Agroindustrias da Amazônia Ltda*.

(art. 254, do RISF)

Sessão: 23.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que *acrescenta § 6º ao art. 3º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, para dispor sobre a utilização de Certificados da Dívida Pública, pelos contribuintes adimplentes, no pagamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências*.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que *acrescenta item ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de*

1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, item XLIII, da Constituição Federal.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.5.2002

Projeto de Lei do Senado nº 345, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para incluir, entre os referidos crimes, o de corrupção de menores, tipificado na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.5.2002

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	14
Total.....	14

Requerimento nº 231, de 2002, do Senador Carlos Wilson, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito de Gravatá, Pernambuco, Sr. Sebastião Martiniano, ocorrido no dia 27.4.2002.

Sessão: 7.5.2002

Requerimento nº 239, de 2002, do Senador Luiz Otávio e outros senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 4.6.2002, seja destinado a homenagear os 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Sessão: 9.5.2002

Requerimento nº 243, de 2002, do Senador Freitas Neto, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual do Piauí, Elias Ximenes do Prado Júnior.

Sessão: 9.5.2002

Requerimento nº 235, de 2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de congratulações pelo transcurso, no dia 18 de maio de 2002, do octagésimo segundo aniversário da Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Sessão: 15.5.2002

Requerimento nº 259, de 2002, da Senadora Heloísa Helena, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Irmã Helena, ocorrido no dia 5.5.2002.

Sessão: 15.5.2002

Requerimento nº 260, de 2002, do Senador Pedro Simon e outros senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 14.5.2002, no Estado do Rio Grande do Sul, do ambientalista José Lutzenberger.

Sessão: 15.5.2002

Requerimento nº 266, de 2002, do Senador Mauro Miranda, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Ederval Caiado, ocorrido em 16.5.2002.

Sessão: 20.5.2002

Requerimento nº 277, de 2002, do Senador Francelino Pereira, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Vera Tamm de Andrada, ocorrido em 19.5.2002, em Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 21.5.2002

Requerimento nº 298, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros senhores Senadores, solicitando *homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Amazonas de Souza Pedroso, Presidente de Honra do Partido Comunista do Brasil, ocorrido em 27.5.2002, em São Paulo.*

Sessão: 29.5.2002

Requerimento nº 300, de 2002, do Senador José Sarney e outros senhores Senadores, solicitando *realização de Sessão Especial no dia 12 de junho próximo, às 10 horas, com a finalidade de dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República.*

Sessão: 29.5.2002

Requerimento nº 311, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando *homenagens de pesar pelo falecimento da jornalista Carmen Kozak.*

Sessão: 29.5.2002

Requerimento nº 312, de 2002, do Senador Artur da Távola e outros Senhores Senadores, solicitando *que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de uma sessão, com data a ser definida posteriormente, seja destinado a homenagear a memória de João Amazonas.*

Sessão: 29.5.2002

Requerimento nº 313, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando *a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Lago, ocorrido em 30.5.2002.*

Sessão: 31.5.2002

Requerimento nº 314, de 2002, do Senador Roberto Saturnino, solicitando *a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Embaixador José Sette Câmara, ocorrido em 30.5.2002.*

Sessão: 31.5.2002

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de maio de 2002)

Deliberativas Ordinárias	11
Deliberativas Extraordinárias	2
Não deliberativas	7
Especiais	1
Reunião	2
Total.....	23

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de maio de 2002)

MATÉRIAS APROVADAS.....73

Projeto de Lei de Conversão aprovado e enviado à sanção	1
Medidas Provisórias aprovadas e enviadas à promulgação	2
Proposta de Emenda à Constituição Promulgada	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	7
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	19
• <i>Por decisão terminativa</i>	16
• <i>Projeto de Lei do Senado</i>	16
• <i>Por decisão de Plenário</i>	3
• <i>Do Senado Federal</i>	1
• <i>Da Câmara dos Deputados</i>	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	34
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	29
• <i>Acordos Internacionais</i>	3
• <i>Operações de crédito</i>	2
Escolha de Chefe de Missão Diplomática	4
Escolha de Autoridades.....	3
Requerimento de Voto de aplauso, censura ou semelhante	2

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO9

Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	7
Matéria retirada pelo autor.....	2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS..... 81

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2002

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de maio de 2002)

Deliberativas Ordinárias	44
Deliberativas Extraordinárias	4
Não Deliberativas	23
Especial	2
Reunião	3
Total.....	76

MATÉRIAS APROVADAS.....258

Projeto de Lei de Conversão aprovada e enviada à sanção	8
Medidas Provisórias aprovadas e enviadas à promulgação	13
Projeto de Lei de Conversão aprovado e devolvido à Câmara dos Deputados ..	1
Proposta de Emenda à Constituição aprovada e enviada à Promulgação	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	31
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	54
• <i>Por decisão terminativa</i>	40
• <i>Projeto de Lei do Senado Federal</i>	40
• <i>Por decisão de Plenário</i>	14
• <i>Do Presidente da República</i>	1
• <i>Do Senado Federal</i>	11
• <i>Da Câmara dos Deputados</i>	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	123
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	87
• <i>Acordos Internacionais</i>	17
• <i>Operações de crédito</i>	17
• <i>Plano de Carreira dos Servidos do Senado</i>	1
• <i>Alteração no Regimento Interno do Senado</i>	1
Escolha de Chefes de Missão Diplomática	9
Escolha de Autoridades.....	10

Convocação de Ministros de Estado	4
Parecer aprovado pelo Plenário	1
Requerimento de voto de aplauso, censura ou semelhante.....	3

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO35

Matérias declaradas prejudicadas	10
Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	21
Matérias retiradas pelo autor	4

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 293

ATO DA MESA DO SENADO FEDERAL DE CARÁTER LEGISLATIVO	1
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	2
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	1

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Nº 204/2002 - SGM	Sr ^a . Adelina Sá Carvalho - Presidente da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos	Encaminhando comprovante de pagamento da cota do Senado Federal brasileiro, referente ao ano de 2002, para a Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos.
Correspondência	Sr. Ronaldo Wakimoto	Em atenção, encaminhando 15 exemplares da Constituição da República Federativa do Brasil, atualizadas.
Nº 235/2002 - SGM	Dr. Pedro A. Roso - Procurador da República em Chapécó - SC.	Em atenção ao Ofício nº 190/2002- GAB, de 16 do corrente, expondo considerações e encaminhando um exemplar do Relatório Final da Comissão Temporária das Obras Inacabadas, juntamente com as notas taquigráficas da reunião daquela Comissão.

PLS TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO		1		1							
PELA REJEIÇÃO				2							
REMESSA À CCJ	1										
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
PELA PREJUDICIA LIDADE											
Aprovado Com Emenda		1									
TOTAL	1	2		3							6

[illegible]

[illegible]

MSF	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	2	2	7	6							
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	1										
INDICANDO AUTORIDADES											
PELO ARQUIVAMENTO											
TOTAL	3	2	7	6							18

PLC	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			1	1							
PELA REJEIÇÃO											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
PELA PREJUDICIALIDADE											
CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO											
PELO ARQUIVAMENTO											
POR AUDIÊNCIA CE			1								
TOTAL			2	1							3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
TOTAL											
INDICAÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
TOTAL											

Quadro Consolidado dos Pareceres Apreciados Pela CAE
4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO		5	6	2							
PELA REJEIÇÃO				2							
PELA PREJUDICIALIDADE											
POR AUDIÊNCIA À CCJ	1	2	1								
PELO ARQUIVAMENTO											
APROVADOS NOS TERMOS DO PRS	2	2	7	6							
APROVADOS NOS TERMOS DO PDS	1										
APROVADOS IND. DE AUTORIDADES											
CONTRÁRIOS ÀS EMENDAS DE PLÊNARIO											
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO		1		1							
APROVADO COM EMENDA		1									
POR AUDIÊNCIA CE			1								
TOTAL	4	11	15	11							41

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
02.04.2002	EXPOSIÇÃO DO SENHOR ARMÍNIO FRAGA NETO, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 5º DA LEI COMPLEMENTAR N º 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), QUE DETERMINA QUE , “NO PRAZO DE NOVENTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS”.
14.05.2002	EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO MELLO DE FARIAS, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ACERCA “DOS INÚMEROS PEDIDOS DE INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 36, II, DA CF/88, EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS RELATIVOS A CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA”, BEM COMO, INSTRUIR A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N º 147, DE 2001, QUE “DISPÕE SOBRE OS DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE TRIBUTOS, NO ÂMBITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO N º 13-CAE/2002.
21. 05. 2002	EXPOSIÇÃO DO SENHOR <u>ELEAZAR DE CARVALHO FILHO</u>, PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, ACERCA DA “OPERAÇÃO OCORRIDA ENTRE O BNDES E A EMPRESA GLOBO CABO S/A, EXPLICITANDO OS ESTUDOS TÉCNICOS QUE AVALIZARAM A REFERIDA OPERAÇÃO”, EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 05-CAE/2002, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPPLY.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2002

**REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

[illegible]

**PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO DURANTE A 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETO DE LEI DO SENADO

[illegible][illegible][illegible]

[illegible]

[illegible]

EMENDAS DE COMISSÃO

EMENDAS À PLC	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		1	0	0	0								1
PELA REJEIÇÃO		0	0	0	0								0
TOTAL	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REALIZADAS		1	1	0	0								2

RECURSO

RECURSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO	0	0	0	0	0								0
PELA REJEIÇÃO	0	0	0	0	1								1
TOTAL	0	0	0	0	1								1

TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELA CCJ

PARECERES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		2	23	20	29	0	0	0	0	0	0		74
PELA REJEIÇÃO	0	0	6	2	4	0	0	0	0	0	0	0	12
N. T. SUBSTITUTIVO	0	0	2	4	4	0	0	0	0	0	0		10
APR.IND. AUTORIDADE	0	2	0	2	1	0	0	0	0	0	0		5
P/ PREJUDICIALIDADE	0	0	16	1	0	0	0	0	0	0	0		17
Pela remessa à Presidência do Congresso Nacional					1	0	0	0	0	0	0		1
TOTAL	0	4	47	29	39	0	0	0	0	0	0		119

RELATÓRIO

MAIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO
SOCIAL E INFORMÁTICA**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2002

MAIO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	05
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	05
Total de Proposições Apreciadas.....	112

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	86
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	86

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	07
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	08

REQUERIMENTOS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	05
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	05

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	03
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	04

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	09
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	09

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS
FEVEREIRO / MAIO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....18
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....18

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	AVISOS	EMENDAS	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	157	16	17	05	-	16	-	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-	03	-	03	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	157	19	17	08	-	16	-	-	-	-

TOTAL GERAL: 217

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2002

MAIO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....01
Total de Reuniões Realizadas.....01

Total de Proposições Apreciadas.....00

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS **ABRIL/MAIO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....03
Total de Reuniões Realizadas.....03

PARECERES	PLC	PLS(NT)	REQUERIMENTOS
PELA APROVAÇÃO	-	-	02
PELA REJEIÇÃO	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-
TOTAL	-	-	02

TOTAL GERAL: 02

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA**

MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2002

MAIO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....00
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....00
Total de Reuniões Realizadas.....00

Total de Proposições Apreciadas.....00

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS
FEVEREIRO / MAIO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....02
 Reuniões Ordinárias Convocadas.....02
 Total de Reuniões Realizadas.....02

PARECERES	PLC	PLS(NT)	REQUERIMENTOS
PELA APROVAÇÃO	-	-	02
PELA REJEIÇÃO	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-
TOTAL	-	-	02

TOTAL GERAL: 02

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2002

REUNIÕES REALIZADAS.....09
REUNIÕES ORDINÁRIAS.....08
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS.....01

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2002

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
APROVADOS	-	-	-	-								
REJEITADOS	-	-	01	-								01
TOTAL	-	-	01	-								01

**PARECERES APRECIADOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA - 2002**

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-								-
POR AUDIÊNCIA A CCJ	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	-								-

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	-								-

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	01	-	-	-								01
POR DILIGÊNCIA JUNTO À CÂMARA	-	-	-	-								-
TOTAL	01	-	-	-								01

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	11	04	03	07								25
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-								-
TOTAL	11	04	03	07								25

MENSAGENS (MSF)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	03	04	-								07
TOTAL	-	03	04	-								07

REQUERIMENTOS (RQS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	01	02								03
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-								-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	01	02								03

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO (PRS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	-								-

DIVERSOS (DIV)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	01	-								01
PELO ARQUIVAMENTO	01	-	-	-								01
TOTAL	01	-	01	-								02

AVISOS (AVS)	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	-								-

MOÇÕES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
TOTAL	-	-	-	-								-

OFÍCIO "S"	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-								-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	01								01
TOTAL	-	-	-	01								01

**QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CRE
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA - 2002**

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/ DEZ
PELA APROVAÇÃO	12	04	04	09								29
PELA REJEIÇÃO	-	-	01	-								01
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	01	01								02
POR AUDIÊNCIA A CCJ	-	-	-	-								00
APROVAÇÃO DE INDICAÇÃO DE AUTORIDADES	-	03	04	-								07
POR DILIGÊNCIAS JUNTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS	-	-	-	-								00
TOTAL	12	07	10	10								39



MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO
SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 51ª LEGISLATURA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

MAIO

2002

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS			
ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
00	01	00	01

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS**MAIO DE 2002****REUNIÕES REALIZADAS: 01**

PARECERES	AVISOS	DIVERSOS	OFÍCIOS	RQF	PFS
PELO CONHECIMENTO E REMESSA AO ARQUIVO	34				
PELO CONHECIMENTO, PROVIDÊNCIAS E REMESSA AO ARQUIVO	01				
PELA REJEIÇÃO					
PELO SOBRESTAMENTO					
PELO ENVIO A OUTRA COMISSÃO					
REQUERIMENTOS APROVADOS				01	
POR PROVIDÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES					
TOTAL	35			01	

TOTAL GERAL: 36 MATÉRIAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

REALIZADA DIA 08.05.2002

Comparecimento na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Dr. Francisco Antonio de Oliveira, a fim de prestar informações sobre as obras de construção do Edifício do Foro Trabalhista da Capital de São Paulo.

Em conformidade com aprovação do Requerimento nº 11, de 2002, em 25.04.2002, de autoria do Senador Wellington Roberto.

RELAÇÃO DE PARECERES APROVADOS

<u>Reunião/Data</u>	<u>Avisos</u>	<u>Requerimentos</u>	<u>Ofícios</u>	<u>Diversos</u>	<u>Propostas de Fiscalização e Controle Aprovadas</u>
10 EX - 08/05	22/99	14/02			
	64/00				
	65/00				
	82/00				
	100/00				
	104/00				
	124/00				
	130/00				
	132/00				
	144/00				
	153/00				
	162/00				
	181/00				
	190/00				
	198/00				

	201/00					
	202/00					
	207/00					
	212/00					
	227/00					
	246/00					
	37/01					
	53/01					
	54/01					
	62/01					
	74/01					
	91/01					
	102/01					
	109/01					
	154/01					
	187/01					
	188/01					
	190/01					
	191/01					
	194/01					

PARECER Nº 24, DE 2002-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 6, de 2002-CN (nº 498/2002, na origem), que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386/RS – trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte (PT 26.782.0233.5727.0013) (TC nº. 003.602/2001-0)."

I – Relatório**1 – Introdução**

Trata o presente Parecer sobre o Aviso nº 6, de 2002-CN (nº 498/2002, na origem), que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386 /RS – trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte."

O programa de trabalho pertinente é o 26.782.0233.5727.0013 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – BR-386/RS – Lajeado - Canoas, constante do Quadro VII anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (LOA/2002). Referido subtítulo encontra-se com sua execução orçamentária suspensa por força da incidência da norma esculpida no art. 12, **caput**, que assim apreço:

"Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMQ e do Congresso Nacional."

Tal obra foi objeto de apreciação no âmbito do Tribunal de Contas da União no Processo TC-003.602/2001 -0, oriundo de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Rio Grande do Sul (SECEXIRS), tendo sido constatados indícios de irregularidades graves na execução dos contratos 10.030/98, PD-016/99, PD-017/96, PD-10.008/97 e PG-267/96.

A documentação sob exame desta Relatoria foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União pelo Aviso nº 498-SGS-TCU, de 21/3/2002, fundamentado no que a LOA/2002, em seu art. 12, § 3º, estatui: "A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas."

2 – Exame das Informações Remetidas pelo TCU

Foram de dois tipos as irregularidades graves constatadas pelo TCU quando da realização de auditoria no empreendimento, em 9/4/2001. Nos contratos PD016/99, 10.030/98, PG-267/96 e PD-10.008/97, verificou-se a inclusão indevida, no preço final, de percentual correspondente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. No contrato PD-017/96, foi descoberta, por amostragem, a existência de notas fiscais com indícios de fraude.

A Decisão nº 212/2002-TCU-Plenário, ora enviada por meio do Aviso nº 498-SGS-TCU, examina tão-somente a questão das notas fiscais com indícios de fraudes, relativas ao Contrato PD-017/96. A controvérsia da cobrança indevida de ISS, pertinente aos demais contratos, foi examinada pelo Tribunal na Decisão 725/2001 -Plenário.

2.1. Das notas fiscais com indícios de fraude

Quando da primeira fiscalização realizada pelo Tribunal, foram descobertas 27 notas fiscais com indícios de fraude. Tais documentos foram emitidos por empreiteira para dar suporte aos pagamentos de material asfáltico realizados pelo 10º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 10º DRF/DNER. Diante dos fatos, o TCU resolveu aprofundar suas investigações, determinando a SECEX/RS que fossem examinados todos os pagamentos relativos ao em contrato PD-017/96. Em decorrência desses novos trabalhos, foram descobertas mais 5 notas com os mesmos indícios de adulteração.

Como há sérios indícios de danos ao Erário, ocasionados por ato de gestão ilegítimo, o Tribunal decidiu, por meio da Decisão nº 212/2002 – TCU – Plenário, converter o processo em tomada de contas especial. Adicionalmente, determinou a citação dos responsáveis pelas empresas envolvidas e do gestor que autorizou os pagamentos.

2.2. Da Inclusão indevida de ISS nos preços finais de contratos

A irregularidade da inclusão indevida do ISS nos preços finais dos contratos PD-016/99, 10.030/98, PG-267/96 e PD-10.008/97 foi examinada na Decisão 725/2001 - TCU – Plenário. Na oportunidade, o Minis-

tro Marcos Vilaça, Relator do processo, remeteu o assunto ao processo TC-003.600/2001-5, mais particularmente à Decisão 640/2001 – TCU - Plenário, uma vez que irregularidades semelhantes estavam ocorrendo em diversos empreendimentos custeados com recursos federais no Estado do Rio Grande do Sul.

O Tribunal descobriu que em diversos contratos realizados com o 10º DRF/RS as empresas estavam incluindo despesas inexistentes com o pagamento de ISS. O encargo seria irreal, pois, em virtude de leis municipais, diversas empresas gozavam de isenção do ISS ou pagavam alíquotas inferiores aos 7,65% previstos nos contratos.

Comprovado o prejuízo ao Erário, o TCU determinou, na Decisão 640/2001 – TCU - Plenário, que fosse promovida a audiência do Chefe do 10º DRF/DNER. Determinou ainda à Direção-Geral do DNER que:

”8.1.1 – altere, no prazo de 60 (sessenta) dias desde a ciência desta decisão, todos os contratos de prestação de serviços de consultoria e supervisão de obras rodoviárias em vigor no País, para que, doravante, o custo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a cargo das prestadoras, seja medido pela alíquota efetivamente incorrida, considerando a situação tributária individual das empresas;

8.1.2 – quanto aos pagamentos já efetuados referentes aos contratos de consultoria e supervisão em vigor no País, promova o levantamento dos valores pagos indevidamente a título de ISS e a compensação desses valores com as faturas vincendas ou com a garantia contratual;“

Adicionalmente, o TCU determinou ao DNER que ”apresente informações ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias desde a ciência desta decisão, sobre as medidas efetivamente adotadas quanto aos subitens anteriores.“

II – Voto Do Relator

Diante dos fatos relatados nas decisões do TCU examinadas neste parecer, percebe-se claramente que continuam pendentes as irregularidades graves relatadas originalmente. A questão das notas fiscais com indícios de fraude ainda depende das conclusões da tomada de contas especial instaurada para verificar-se a magnitude do prejuízo ao Erário e identificarem-se os responsáveis.

Quanto à cobrança indevida de ISS, apesar de o TCU ter efetivado determinações com o intuito de evi-

tar a repetição dos fatos e de recuperar os valores pagos em prejuízo ao Erário, ainda não há notícias sobre a adoção de providências pelo sucessor do DNER, ou seja, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Isso porque o Tribunal determinou que o DNER prestasse contas, em 60 dias, das medidas efetivamente adotadas.

Assim, como não há ainda notícias que atestem o conclusivo saneamento das irregularidades pertinentes ao empreendimento ora analisado, entendo não ser possível a liberar sua execução.

Em face do exposto, Voto pela continuidade da suspensão da execução do subtítulo 26.782.0233.5727.0013 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – BR-386/RS – Lajeado – Canoas, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2002. – Deputado **Antônio Carlos Konder Reis**, Relator

Ofício nº P-125/2002 – CMO

Brasília, 22 de maio de 2002

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Aviso nº 6, de 2002-CN (nº 498, de 21-3-2002, na origem) que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 212, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386/RS – trecho Lajeado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte (PT 26.782.0233.5727.0013) (TC nº 003.602/2001-0)”, cujo relator designado, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, ofereceu parecer pela continuidade da suspensão da execução orçamentária e financeira do referido subtítulo que foi aprovado, por unanimidade, na Terceira Reunião Extraordinária da Comissão, em 21 de maio do corrente ano.

Informo que encaminho o citado Aviso para conhecimento e posterior devolução à esta Comissão, tendo em vista que até o término do presente exercício financeiro os indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União podem ser saneados o que ensejaria deliberação por parte deste Órgão Técnico.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **José Carlos Aleluia**, Presidente.

(*) ATAS DE COMISSÕES

38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo, realizada em 3 de outubro de 2001. (Republicação)

13ª e 14ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 7 e 14 de maio de 2002, respectivamente.

7ª a 10ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 3, 10 e 17 de abril e 8 de maio de 2002, respectivamente.

1ª Reunião da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 25 de abril de 2002.

10ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 16 de abril de 2002.

1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão do Esporte da Comissão de Educação, realizadas em 2 e 24 de abril de 2002, respectivamente.

9ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de abril de 2002.

6ª a 10ª Reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle, realizadas em 10, 17 e 25 de abril e 8 de maio de 2002.

3ª e 4ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 23 e 25 de abril de 2002, respectivamente.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 588 , DE 2002

Homologa o Concurso Público para
Categorias Funcionais de Consultor
Legislativo e Consultor de Orçamentos.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, **RESOLVE**

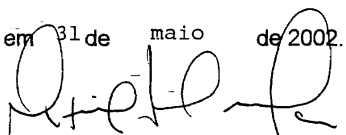
Art. 1º - É homologado o resultado final do Concurso Público para as Categorias Funcionais de Consultor Legislativo e Consultor de Orçamentos, promovido pelo Senado Federal em convênio com a Fundação Universidade de Brasília, cuja classificação final é apresentada no Anexo deste Ato.

Art. 2º - A nomeação dos aprovados far-se-á, nos termos do Edital n.º 1/2001, de acordo com:

- I - a necessidade do Senado Federal na respectiva Área e a disponibilidade orçamentária;
- II - o número de vagas estabelecido no edital de convocação; e
- III - a ordem de classificação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de maio de 2002.

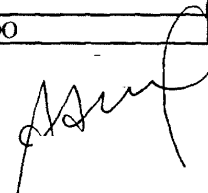

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ANEXO**Homologação do Concurso Público para a Categoria Funcional de
Consultor Legislativo e Consultor de Orçamentos****CONSULTOR LEGISLATIVO**
ÁREA UM – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500813	LUIZ ALBERTO DOS SANTOS	85.28
2º	10500303	MARCELO ASTOR POOTER	80.05
3º	11800012	MARCELO SIMOES PIRES PICARELLI	76.94
4º	10503001	ROGERIO CARDOSO MACHADO	74.69
5º	10501306	MARCIO AZEVEDO RAMOS	74.00
6º	60500854	ESMERALDO COSTA NETO	72.54
7º	10590148	ADALBERTO FELINTO DA CRUZ JUNIOR	72.00
8º	10500073	DELENDIA ASSUNCAO ARAUJO BRUNO	71.30
9º	10590119	LEONARDO JOSE ROLIM GUIMARAES	70.28
10º	10503158	ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA	67.25
11º	10504260	CARMEN MARIA	67.03
12º	10503026	MARCIA MARIA CORREA DE AZEVEDO	65.39
13º	60501082	ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES	65.19
14º	11890018	RAFAEL FELIX MASSELI	62.43

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DOIS – COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	10590087	LUIZ FERNANDO FAUTH	87.00
2º	10500350	JOSE DE SOUSA PAZ FILHO	85.06
3º	10500014	IGOR-VILAS BOAS DE FREITAS	81.73
4º	60500408	DILSON DO CARMO LIMA FERREIRA	77.58
5º	60500372	MARCUS AUGUSTUS MARTINS	77.02
6º	60500130	PAULO ANTONIO GAMA DE PAIVA	76.55
7º	60500195	RAFAEL COSTA DE FARIA	74.62
8º	10501196	ROBERTO DUARTE PONTUAL DE LEMOS	72.30
9º	10504077	SERGIO EUCLIDES BRAGA LEAL DE SOUZA	71.91
10º	10504118	LAERTE FERREIRA MORGADO	71.38
11º	60500047	CRISTIANO AGUIAR LOPES	71.02
12º	10504137	GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI	69.77
13º	60500784	WILLY DA CRUZ MOURA	68.83
14º	60500201	PATRICIA MARIA RAMOS DE ARRUDA	68.52
15º	60500418	ODARCI ROQUE DE MAIA JUNIOR	67.62
16º	11801074	LUCIANO MIRANDA SILVA	67.50
17º	60501172	EVANDRO MARIO LORENS	65.94
18º	60501313	CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO	62.80



CONSULTOR LEGISLATIVO**ÁREA TRÊS – DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500227	ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA	76.89
2º	60500290	LAURO PINTO CARDOSO NETO	70.32
3º	60500253	BRUNO DANTAS NASCIMENTO	68.46
4º	60501041	ROGERIO DE MELO GONCALVES	65.11
5º	10501619	VALTERCIO MAGALHAES NOGUEIRA FILHO	60.10

CANDIDATO SUB JUDICE

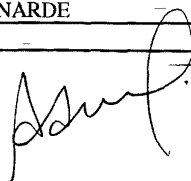
INSCRIÇÃO	NOME
60500598	LAIS M. DE CASTRO

CONSULTOR LEGISLATIVO**ÁREA QUATRO – DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, ELEITORAL E PARTIDÁRIO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500186	RENATO MONTEIRO DE REZENDE	88.52
2º	10504306	PAULO FERNANDO MOHN E SOUZA	80.34
3º	10300031	MAURICIO BORATTO VIANA	79.50
4º	60501377	JULIO MARCELO DE OLIVEIRA	79.38
5º	10504414	RONALDO JORGE ARAUJO VIEIRA JUNIOR	76.54
6º	60500454	PAULO JOSE ROCHA JUNIOR	75.33
7º	60500236	FLAVIA CRISTINA MASCARENHAS MAGALHAES	72.83
8º	60501368	SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA	72.25
9º	60500501	GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO	70.69
10º	60501338	ULISSES SCHWARZ VIANA	70.02
11º	10590061	ANDRE HIROSHI HAYSHI ALVES	69.59

CONSULTOR LEGISLATIVO**ÁREA CINCO – DIREITO ECÔNOMICO E SOCIAL**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60300001	HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA	89.33
2º	60500459	LEONARDO GARCIA BARBOSA	75.41
3º	60501100	CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES	73.83
4º	10590075	BRUNO MATTOS E SILVA	73.01
5º	10500311	DIOGO JOSE AYRIMORAES SOARES FILHO	72.31
6º	60300027	LUC DA COSTA RIBEIRO	65.93
7º	60500121	RAQUEL GONCALVES MAYNARDE	63.70
8º	60300047	BERNARDO SOARES CRUZ	63.52



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA SEIS – DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E
PENITENCIÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	10300021	FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA	87.63
2º	60500553	THIAGO ANDRE PIEROBOM DE AVILA	81.26
3º	10500369	TIAGO IVO ODON	76.09
4º	62500005	CLAUDIO DEMCZUK DE ALENCAR	72.52
5º	60501292	GEILZA FATIMA CAVALCANTI	71.46
6º	12500126	IVAN DELAQUIS PEREZ	68.47
7º	60501344	JAYME BENJAMIN SAMPAIO SANTIAGO	67.67
8º	12001077	JULIANA GONCALVES CORREIA	67.15

CANDIDATO SUB JUDICE

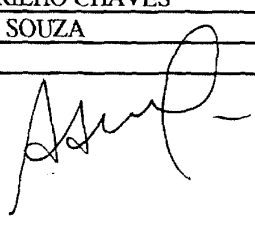
INSCRIÇÃO	NOME
62000033	OTHON MORENO DE MEDEIROS ALVES

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA SETE – DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	10300044	JULIANA CRISTINA BAETA BARBOSA	70.97
2º	60501343	ROBERTA MARIA CORREA DE ASSIS E SILVA	66.25
3º	60500036	CLAUDIA VIRGINIA BRITO DE MELO	65.20

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA OITO – DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO PÚBLICO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60501434	FELIX MAURICIO FLOR	85.28
2º	60500303	CLAUDIO BORGES DOS SANTOS	76.92
3º	10500304	ALBERTO ZOUVI	74.12
4º	60500241	FRANCISCO EDUARDO CARRILHO CHAVES	71.18
5º	60500871	RAPHAEL BORGES LEAL DE SOUZA	67.51
6º	60500165	LUCIANA ASPER Y VALDES	66.49



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA NOVE – ECONOMIA - AGRICULTURA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	10504354	FERNANDO LAGALES TAVORA	70.27
2º.	60500062	GUSTAVO HENRIQUE FIDELES TAGLIALEGNA	68.83
3º.	62200095	MARCUS PEIXOTO	68.07
4º.	60500081	HUMBERTO MENDES DE SA FORMIGA	65.35
5º.	60501356	RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA	63.77
6º.	10504399	MARIANO CESAR MARQUES	62.82
7º.	60501191	JOSE CLAUDIO BORGES OLIVEIRA REIS	59.45

CANDIDATOS SUB JUDICE

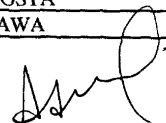
INSCRIÇÃO	NOME
10500392	FREDERICO ANDRADE TOMICH
10500218	JOÃO FERRARI NETO

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZ – ECONOMIA – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500775	CLAUDIA CRISTINA PACHECO MOREIRA	83.77
2º.	10504258	RICARDO NUNES DE MIRANDA	80.09
3º.	12203019	MARI CARMEN RIAL GERPE	76.23
4º.	60501318	ANDRE LUIS DE LACERDA E SOUSA	75.78
5º.	60501076	MARA HELENA SOUSA	74.16
6º.	62000073	ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS	73.00
7º.	10504117	CARLOS EDUARDO GASPARINI	72.58
8º.	10590135	EDUARDO MONTEIRO DE REZENDE	71.86
9º.	60500331	UBAJARA BEROCAN LEITE	71.57
10º.	60500027	CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER	71.37
11º.	62500110	JOAO PIZYSIEZNIG FILHO	69.17
12º.	62500004	FERNANDA DORNBUSCH FARIAS LOBO	69.03
13º.	62000006	ALDEMIR FREIRE MOREIRA	65.75
14º.	60500648	CARLOS ALBERTO LEITE COUTINHO FILHO	62.42

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA ONZE – ECONOMIA – MINAS E ENERGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500233	EDMUNDO MONTALVAO	77.28
2º.	60500198	WAGNER MARQUES TAVARES	74.92
3º.	60500441	PAULO CESAR RIBEIRO LIMA	73.98
4º.	60500263	FRANCISCO JOSE ROCHA DE SOUSA	67.16
5º.	12500175	TOMAS BRUGINSKI DE PAULA	66.98
6º.	12290017	MARCELO LEANDRO FERREIRA	66.30
7º.	10501478	MAURICIO ESTELLITA LINS COSTA	65.18
8º.	10504050	WILSON MASSATOSHI KITAZAWA	62.44

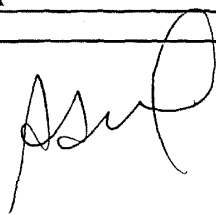


CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DOZE – ECONOMIA – POLÍTICA ECONÔMICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500495	CARLOS ALEXANDRE AMORIM ROCHA	90.87
2º.	10501766	RENATO FRIEDMANN	90.45
3º.	10504478	FERNANDO ALVARES CORREIA DIAS	87.81
4º.	60501453	HAROLDO DE BRITTO ESCHER GUIMARAES	86.75
5º.	60500493	PAULO SPRINGER DE FREITAS	85.72
6º.	10504170	CESAR COSTA ALVES DE MATTOS	84.32
7º.	10590168	JOSUE ALFREDO PELLEGRINI	83.19
8º.	12200064	JOAO BARBOSA DE OLIVEIRA	82.91
9º.	12290023	ALEXANDRE MAIA CORREIA LIMA	82.17
10º.	10390014	MARCIO DE OLIVEIRA JUNIOR	80.97
11º.	10590083	JOSE GILBERTO SCANDIUCI FILHO	80.71
12º.	60500286	SILVIO SAMARONE SOUZA DA SILVA	80.29
13º.	62500014	WENERSAMY RAMOS DE ALCANTARA	75.51
14º.	62500130	MANUELITO PEREIRA MAGALHAES JUNIOR	75.00
15º.	10590102	FRANCISCO JOSE DE QUEIROZ PINHEIRO	72.09
16º.	62500094	ALEXANDRE FIGUEIREDO DE SOUZA	71.15
17º.	60501383	SALVADOR TEIXEIRA WERNECK VIANNA	70.53
18º.	60500064	LUCIANA DA SILVA TEIXEIRA	70.52
19º.	60500112	JOEL BOGDANSKI	69.39
20º.	10501591	CARLOS VIEIRA DO NASCIMENTO	68.97
21º.	10500446	ALEXANDRE RUGGIERI KOSBIAU	68.30
22º.	12204014	PAULO RICARDO GADELHA PINHEIRO	66.42
23º.	60500756	ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR	64.74

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA TREZE – ECONOMIA – SISTEMA FINANCEIRO E DÍVIDA
PÚBLICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60501237	MARCOS ANTONIO KOHLER	81.28
2º.	10504261	JOSE AILTON BRAGA DA SILVA	77.05
3º.	60500887	MARCOS MARIO MURTA FILHO	76.58
4º.	10590046	MARCELO SOUSA QUEIROZ	74.71
5º.	10501094	MARISTELA MENDES DE SANT'ANA	74.42
6º.	12090010	GIUBRAN ZARUR	74.39
7º.	60500581	ELDER LINTON ALVES DE ARAUJO	74.21
8º.	60501366	JOSE RODRIGUES DE SOUSA FILHO	73.52
9º.	10504164	FABIO HEIDRICH DE OLIVEIRA	70.65
10º.	60500235	CLIMERIO LEITE PEREIRA	70.30
11º.	60500305	RONALDO CAMILLO	66.94



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA QUATORZE – ECONOMIA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500160	FERNANDO BOARATO MENEGUIN	81.20
2º.	60500793	MARIO LISBOA THEODORO	77.88
3º.	10504463	ROGERIO NAGAMINE COSTANZI	74.64
4º.	12290025	PAULO MADALON DE MELLO	67.66
5º.	10500423	BRUNU MARCUS FERREIRA AMORIM	67.25
6º.	60501268	ERNANI CESAR E SILVA CABRAL	62.80

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA QUINZE – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

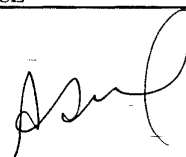
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500641	JOAO ANTONIO CABRAL DE MONLEVADE	83.63
2º.	60500076	TATIANA FEITOSA DE BRITTO	77.27
3º.	60500780	FERNANDO MARIANO DA SILVA	75.14
4º.	12090009	ELI CELSO DE ARAUJO DANTAS DA SILVEIRA	64.72

CÂNDIDATOS SUB JUDICE

INSCRIÇÃO	NOME
60500313	MARIA APARECIDA ANDRES RIBEIRO
12201027	MARIA HELENA DE MAGALHAES CASTRO
60500287	MARIA INES GOMES DE SA PESTANA
10501418	REJANE MARIA DE FREITAS XAVIER

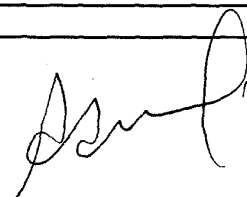
CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZESSEIS – MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	10504322	CARLOS HENRIQUE RUBENS TOME SILVA	73.73
2º.	10500017	JOAO CARLOS RODRIGUES BAPTISTA	71.19
3º.	60500105	IVAN DUTRA FARIA	70.11
4º.	10501396	FELIZARDO PENALVA DA SILVA	68.01
5º.	10504563	PEDRO AUGUSTO MATOS RODRIGUES	67.72
6º.	60500299	MAURO MENDONCA MAGLIANO	66.64
7º.	60500658	JULIO CESAR ROCHA MOTA	64.25
8º.	62500198	ANA MARIA DOMINGUES LUZ	63.55



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZESSETE - PRONUNCIAMENTOS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	10500091	MARCIUS FABIANI BARBOSA DE SOUZA	88.75
2º	10501198	DARIO ALBERTO DE ANDRADE FILHO	87.62
3º	60300009	LEANDRO VIEIRA SILVA	87.38
4º	10500258	JOSE DANTAS FILHO	87.27
5º	10501482	AURELIO HAUSCHILD	86.42
6º	62000054	VICENTE COSTA PITHON BARRETO	86.23
7º	60500032	CLAUDIO ARAUJO REIS	86.06
8º	10590150	LUIZ RENATO VIEIRA	84.92
9º	60501408	LUIZ GUILHERME PIVA	84.87
10º	60501217	DAVI ANJOS PAIVA	84.49
11º	60500012	LUIZ FERNANDO MONTENEGRO VALLS	84.24
12º	10500194	VINICIUS FERREIRA DE ALENCAR	83.71
13º	12500086	EDUARDO MODENA LACERDA	83.34
14º	60500507	JOAO CARLOS FERREIRA DA SILVA	82.53
15º	12500144	ADALBERTO SIMAO NADER FILHO	82.26
16º	60300043	VLADIMIR DRUMOND PINTO	82.03
17º	60500004	RODRIGO AMORIM GONCALVES ROSA	81.88
18º	62500211	LUIZ AUGUSTO FERREIRA MARFIL	81.77
19º	60501310	ALEXANDRE SIDNEI GUIMARAES	81.69
20º	62000049	DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR	81.23
21º	10501030	RAFAEL SILVEIRA E SILVA	80.03
22º	62000044	LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO	79.94
23º	60500226	MARIA DA CONCEICAO LIMA ALVES	79.69
24º	62000034	FABIO AUGUSTO SANTANA HAGE	79.62
25º	60500400	LUIZ AUGUSTO F NAVARRO DE BRITTO FILHO	79.26
26º	60500534	MARCIO TANCREDI	79.24
27º	10590021	ELTON EDMUNDO POLVEIRO JUNIOR	78.67
28º	60500116	PAULO HENRIQUE BRANDAO	78.49
29º	60500204	PEDRO PEREIRA DA SILVA COSTA	78.42
30º	60500055	LUIS ANSELMO REGES DOURADO	78.34
31º	10504179	MARCOS MAGALHAES DE AGUIAR	77.72
32º	12200008	JOAO PEDRO DE SOUZA LOBO CAETANO	77.50
33º	62200037	MARCOS VINICIUS DA SILVA ROCHA	76.86
34º	62500013	FERNANDO OTA	76.66
35º	60500013	JOSE LUIZ CAMARGO DA COSTA	76.33
36º	10500232	ELVIA SANTOS GUIMARAES	75.51
37º	60501378	BRUNO LOURENÇO REIS	74.72
38º	60501401	RAFAEL SIQUEIRA BARRETO	74.23
39º	60500693	ODULIA CAPELO BARROSO	71.18



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZOITO – RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFESA
NACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500132	JOANISVAL BRITO GONCALVES	72.21
2º	10501304	TARCISO DAL MASO JARDIM	69.53
3º	10504002	CLARITA COSTA MAIA	68.27
4º	10500047	AURELIO ROMANINI DE ABRANCHES VIOTTI	66.83
5º	10504165	SUSANE GUIDA DE SOUZA	60.30
6º	10500068	MARCIO PEREIRA PINTO GARCIA	60.25

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZENOVE – SAÚDE

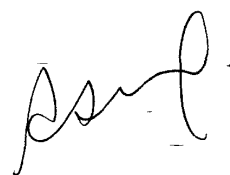
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500375	JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.	83.55
2º	60501205	SEBASTIAO MOREIRA JUNIOR	79.81
3º	10502737	JOSE ALVES DE OLIVEIRA	79.51
4º	60500990	DENIS MURAHOVSKI	75.12
5º	10590072	ALCINDA MARIA MACHADO GODOI	73.27

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA VINTE – SISTEMAS POLÍTICOS E DIREITOS DA CIDADANIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500827	EURICO A. GONZALEZ CURSINO DOS SANTOS	78.05
2º	12500172	FELIPE BASILE	71.69
3º	60500179	EMERSON PINTO DE SOUZA	65.90
4º	62000011	ROMUALDO ANSELMO DOS SANTOS	64.13
5º	10590147	CID MEDEIROS CAVALCANTI DE QUEIROZ	62.09

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA VINTE E UM – TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO
URBANO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60500440	VICTOR CARVALHO PINTO	85.02
2º	60501423	TULIO AUGUSTO CASTELO BRANCO LEAL	62.19



CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA DEZENOVE – SAÚDE

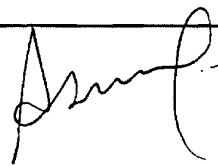
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	60501205	SEBASTIAO MOREIRA JUNIOR	79.81

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA QUINZE – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	10500174	GISELE DÔS SANTOS ABBADIA	66.52

CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º.	60500221	WEDER DE OLIVEIRA	84.66
2º.	10503162	LUIS OTAVIO BARROSO DA GRACA	76.61
3º.	60300044	FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT	74.67
4º.	10500003	NILTON CESAR RODRIGUES SOARES	68.67
5º.	60500879	RENATO JORGE BROWN RIBEIRO	66.77
6º.	60500367	JOSE AMADEU CUNHA GOMES	65.47
7º.	60501044	PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS	63.30
8º.	60500836	JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA	60.73
9º.	10500127	MAURICIO FERREIRA DE MACEDO	58.47
10º.	60500405	HELENA ASSAF BASTOS	54.98




ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 589 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 35, de 2002,

RESOLVE:

nomear **JOSÉ RENATO RIELLA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 31 de maio de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
BLOCO	- Roberto Saturnino (PT)	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHAO		ALAGOAS	
PMDB	- Francisco Escórcio	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloisa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTD	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff	GO	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4050
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁵		
Bello Parga ⁶	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁷	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁸	PI	3085		3. Reginaldo Duarte (PSDB) ⁹	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹⁰						
Helôisa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹¹	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) ¹²	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051						

Atualizada em 16.5.2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁶ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002.

⁷ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁸ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Luiz Pontes (licenciado no período de 18.4 a 16.8.2002), que havia sido eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹⁰ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹¹ Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹² Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4638 - 3492 - Fax: 4573

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Castlido Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - José Jorge	PE	1284/3245
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Adir Gentil	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Páez	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de destigamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 29/05/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES

GILVAM BORGES

WELLINGTON ROBERTO (3)

TITULARES

PMDB

AP-2151/2152

PB-3194/3195

1-ROBERTO REQUIÃO

2-IRIS REZENDE

PR-2401/2407

GO-2032/2033

MOREIRA MENDES

TITULARES

RO-2231/33

1-PAULO SOUTO

BA- 3173/74

GERALDO MELO (PSDB) (2)

TITULARES

RN-2371/2372

1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

TO- 4070/71

PAULO HARTUNG (1)

ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001

REUNIÕES:

SECRETÁRIO:

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

ES-1031/1129

1-ARLINDO PORTO

MG-2321/2322

SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Adir Gentil	SC	2041/2047	4 – Bello Parga (2)	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3339

Fax: 311-3652 - E-mail: jrsc@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065
PFL	
Geraldo Althoff (1)	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057
BLOCO PSDB/PPB	
VAGO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Heloisa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMÍLIA FERNANDES	RS – 2331/2337
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB		
Marluce Pinto		RR – 1301/4062
Gilvam Borges		AP – 2151/2157
João Alberto Souza		MA – 4073/4074
PFL		
Geraldo Althoff (1)		SC – 2041/2047
VAGO		
BLOCO PSDB/PPB		
Benício Sampaio		PI – 3085/3086
Freitas Neto		PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Tião Viana		AC – 3038/3493
PDT		
Sebastião Rocha		AP – 2241/2247

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC – 2141/47
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA – 3173/75
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA – 2211/17
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP – 2241/47
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJPresidente: **BERNARDO CABRAL**Vice-Presidente: **OSMAR DIAS**

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – José Jorge	PE	1284/3245
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Adir Gentil	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
		PFL	
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF (4)	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
		BLOCO (PSDB/PPB)	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
		PSB	
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
		PDT	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(4) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES	SUPLENTEs		
	PMDB		
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
	PFL		
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
	BLOCO (PSDB/PPB)		
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)		
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/30
	PDT		

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES	SUPLENTE		
	PMDB		
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
	PFL		
GERALDO ALTHOFF (1)	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
	BLOCO (PSDB/PPB)		
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)		
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
	PDT		
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Morelra Mendes	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Adir Gentil	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Valmir Amaral	DF	1961/1066
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1204/3245	4 – Adir Gentil	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Juca	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
		PFL	
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
		BLOCO PSDB/PPB	
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)	
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
		PDT	

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Adir Gentil	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Helôísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
		PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
		PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
		BLOCO (PSDB/PPB)	
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
		PDT	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114395
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Pérés (PDT)	AM	##07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1. CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1. INÁCIO ARRUDA	CE	*58 2	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercossul
e mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



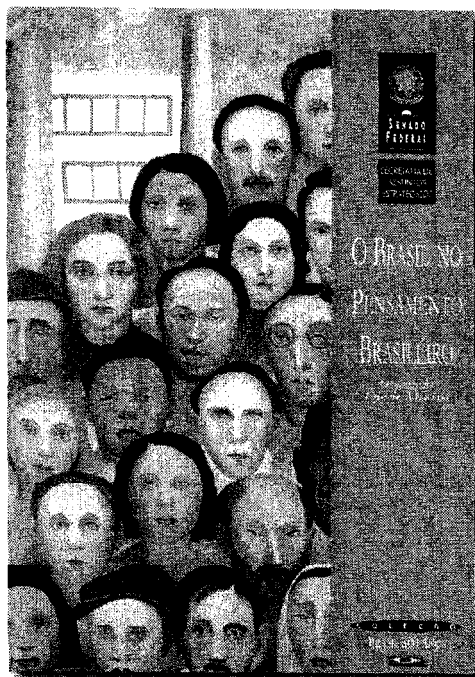
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 248 PÁGINAS